

# DOSSIER OGE 2012

*Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento*

CEDOC Development Workshop - Angola

**Dw CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.Org](mailto:cedoc.dwang@angonet.Org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>7</b>
<b>I. JANEIRO DE 2012</b>	<b>7</b>
1.1 Biblioteca virtual conectada à central de dados da FAO	7
1.2 Mais receitas na Huíla e no Huambo	7
1.3 TC violou presunção de inocência	8
1.4 Sistema tributário aperta fuga ao fisco	9
1.5 Mais receitas arrecadadas no ano passado	10
1.6 Resultados fiscais acima do previsto	10
1.7 Finanças públicas contam com novos diplomas este ano	11
1.8 GPL	11
1.9 Há inocentes e culpados?	11
1.10 Tchizé processada em Portugal por branqueamento de capitais	12
1.11 Executivo desmente desvio de 32 mil milhões de dólares do Estado	13
1.12 OGE 2012 não vai alterar a situação social degradante dos angolanos	14
1.13 FMI exige explicações sobre desvio de 32 mil milhões das contas públicas	14
1.14 Proposta de Lei sobre o regime tributário reuniu e consenso na especialidade	15
1.15 Novo regime tributário	16
1.16 FMI diz haver interpretação errada do relatório	17
1.17 Repartição Fiscal da comuna de Calulo cobra mais receitas do que as previstas	18
1.18 FMI prepara desembolo de 130 milhões para Angola	19
1.19 Crescimento económico é mais visível	20
1.20 Economia Angolana esta no bom caminho	20
<b>2. FEVEREIRO DE 2012</b>	<b>21</b>
2.1 Conselho de Administração do BAI nega as suspensões em Cabo Verde	21
2.2 Direcção do BAI em Cabo Verde em maus lençóis (Escandalo de lavagem de capitais)	22
2.3 A reforma tributária em Angola	23
2.4 Executivo não cumpre pagamentos às construtoras	25
2.5 Executivo acelera reforma fiscal	26
2.6 BAI suspeito de lavagem de dinheiro em Cabo-Verde	27
2.7 Suposto caso de Corrupção em filial Cabo-Verdiana . Esclarecimento do BAI-Sede	29
2.8 Reforma Tributária reduz 80 por cento da taxa de impostos de SISA	29
2.9 Informação Rima com Boa Governação	30
<b>3. MARÇO DE 2012</b>	<b>31</b>
3.1 Falta de Infra-estruturas preocupa Autoridades	31
3.2 Modelos de tributação directa e indirecta dos serviços	32
3.3 Os factores determinantes do rendimento nacional	33
3.4 Apartir de 2014 a meta é produzir 2 milhões de Barris / Dia	34
3.5 Angola: A verdade será Resposta?	35
3.6 Petróleo nos olhos dos outros (?)	35
3.7 Seminário actualiza gestores públicos sobre as regras de execução orçamental	36
3.8 Abastecimento de Água com melhorias à vista	37
3.9 Secretário de Estado do Orçamento alerta para despesas sem cabimento	37
3.10 Conferência sobre reforma tributária discute a questão dos incentivos fiscais	38

3.11	Desenvolvimento de Angola acompanha os investimentos	39
3.12	Transparência de faz de Conta	39
3.13	Panzo investe em consultoria	41
3.14	Administradores comunais informados à cerca do OGE	41
3.15	Medidas do PERT aumentan receitas do OGE em 2011	41
3.16	Imposto de consumo aumenta receita tributária	42
3.17	Redução de impostos insuficiente	43
3.18	Transparência nas receitas petrolíferas em Angola	44
<b>4.</b>	<b>ABRIL DE 2012</b>	<b>45</b>
4.1	Angola necessita de investir ainda mais na construção de infra-estruturas básicas	45
4.2	AIA pede descentralização dos investimentos públicos	45
4.3	AJPD-Relatório revela meandros da corrupção em Angola	46
4.4	Angola vai justificar discrepâncias em relatório	47
4.5	A divisão administrativa não tem relevância na formação da receita	48
4.6	As repercursões económicas da divisão administrativa de Luanda	49
4.7	PGR recusa investigar contas de José Eduardo dos Santos	52
<b>5.</b>	<b>MAIO DE 2012</b>	<b>53</b>
5.1	Executivo corta expectativa de crescimento	53
5.2	O Tributo das importações	54
<b>6.</b>	<b>JUNHO DE 2012</b>	<b>55</b>
6.1	Função pública com mais alguns kwanzas	55
6.2	OGE 2012 com superati superior a 8,3% do PIB	56
6.3	Excedente do OGE 2011 atingiu 8,3 % do PIB e crescimento será mais moderado até 2014	57
6.4	Cooperação entre Angola e China é útil para a reconstrução nacional	59
6.5	Governo garante créditos bonificados	59
6.6	Crédito com risco mitigado	60
6.7	Novo sistema tributário necessita participação de toda sociedade	62
6.8	Seguro agrícola	62
<b>7.</b>	<b>JULHO DE 2012</b>	<b>63</b>
7.1	Programa de investimentos públicos termina no final do ano	63
7.2	Nível de eficiência da poitica rçamental requer maior controlo	64
7.3	Projectos financiados	65
7.4	Maior Orçamento menos partidos políticos	66
7.5	Três empresas executarão obras	68
7.6	"O trabalhadr não tem como controlar o destino do IRT"	68
7.7	Uma nova "Chinolandia" em Angola	70
<b>8.</b>	<b>AGOSTO DE 2012</b>	<b>71</b>
8.1	Comissões de moradores acusadas de extorsão	71
8.2	Parlamento vota alteração da lei do OGE	73
8.3	Alteração à lei do Orçamento foi aprovada pelo parlamento	73
8.4	OGE para 2013 vai conter cenário de médio prazo	75
8.5	Grupo de jovens recebe crédito para montar um negócio	76
8.6	Petróleo representa 80 % das receitas totais	77

8.7	Câmara de Despachantes de Angola recebe explicações sobre tributação	78
<b>9.</b>	<b>SETEMBRO DE 2012</b>	<b>79</b>
9.1	Genebra. Angola apresenta indicadores sobre crescimento económico	79
9.2	Receitas petrolífera já superou valor inscrito no OGE para 2012	79
9.3	Ação para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública	80
9.4	Governador do BNA rejeita dificuldades para garantir actividade das instituições	81
<b>10.</b>	<b>OUTUBRO DE 2012</b>	<b>81</b>
10.1	Contas fiscais com saldo positivo no segundo trimestre	81
10.2	Debatido o regime fiscal	82
<b>11.</b>	<b>NOVEMBRO DE 2012</b>	<b>82</b>
11.1	Prestação de Contas	82
11.2	Apenas 15 empresas públicas viram as contas homologadas	83
11.3	Sociedade civil quer um tribunal de Contas mais actuante	85
11.4	Fundo soberano dá estabilidade a economia	85
11.5	As contas das empresas públicas	86
11.6	Fundo Soberano vai reduzir exposição da economia	87
11.7	Transparência na gestão das empresas públicas	87
11.8	Responsabilidade fiscal	88
11.9	Em busca de transparência	89
11.10	Transparência nas contas	90
11.11	Prestação de contas públicas aumenta confiança na modernização empresarial	91
11.12	Executivo tem marco plano para o periodo 2013/ 2017	91
11.13	Reforma tributária em debate	92
<b>12.</b>	<b>DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>93</b>
12.1	Executivo projecta futuro sistema tributário	93
12.2	Comissão Económica reunida na Cidade Alta	94
12.3	CASA-CE defende transparência na gestão do Fundo Soberano	94
12.4	CASA-CE pede extinção do Fundo Soberano	95
12.5	Executivo estuda alterações estruturantes do novo sistema tributário	96
12.6	Um Achado Arqueológico na CASA de Abel?	96
12.7	Avanço da reforma fiscal	97
12.8	Política e Fundo Soberano	98
12.9	Sistema tributário. Recomendada redução de impostos para promover pequenos negócios	99
12.10	CASA-CE e Abel exigem. Tribunal Constitucional Deve Ilegalizar Fundo Soberano dos Petróleos	99
12.11	Conselho de Ministros prepara-se para aprovar OGE de 2013 e PIP	101
12.12	Elaboração do OGE. Recomendada a participação dos cidadãos	102
12.13	OGE 2013 privilegia sector social	102
12.14	Executivo aprova proposta do OGE	102
12.15	OGE para 2013 aponta para crescimento de 7,1% e ligeiro aumento da produção petrolífera	103
12.16	Sector social tem um terço as verbas do OGE	104
12.17	Consolidação orçamental de 2011 permite algum relaxamento em 2012	105
12.18	OGE para 2013 cresce 50%	106
12.19	O OGE da prova dos nove	107
12.20	Executivo fez chegar a proposta de OGE e aguarda convocatória do órgão legislativo	107
12.21	OGE 2013 avaliado em 6,6triliões de Kwanzas	108

12.22	Prevê aumento de gastos públicos	108
12.23	Executivo entrega proposta de OGE ao Parlamento	109
12.24	Fundo soberano anuncia investimentos	111
12.25	Dos Santos não teve “autorização” da Assembleia Nacional	111
12.26	OGE 2013 dá primazia ao sector social	112
12.27	Sector da Energia e Aguas terá orçamento de 334 biliões de Kz	113
12.28	Te admite que PR não tem competência para criar Fundo Soberano	113
12.29	Deputados discutem finanças públicas nas jornadas parlamentares em Janeiro	113
12.30	Executivo aprova Plano de Caixa para Janeiro	114
12.31	UNITA defende OGE equilibrado no sector social	115

# OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

## 1. JANEIRO DE 2012

### 1.1 Biblioteca virtual conectada à central de dados da FAO

*Jornal de Economia e Finanças*  
03 de Janeiro de 2012

A criação de uma biblioteca virtual, por parte do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MINADERP), permitirá uma interligação directa com a livraria central do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que possui mais de 60 mil obras.

A afirmação é do representante da FAO em Angola, Mamoudou Diallo, referindo que a biblioteca central da FAO vai permitir aos decisores, formadores de políticas, técnicos e vários profissionais aceder directamente a informações ligadas a todas as áreas do sector, nomeadamente a agricultura, florestas, pescas e gestão de recursos naturais.

O responsável, que falava por ocasião do encerramento de um curso intensivo sobre técnicas de manuseamento

to de bibliotecas virtuais, destinado a 23 funcionários do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural

e Pescas, acrescentou que matérias relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento rural, também, fazem parte desse pacote.

"Uma das vantagens dessa biblioteca virtual é a conexão directa com a biblioteca central da FAO", enfatizou, salientando que a importância para Angola, do domínio das tecnologias de informação e computação, é a, gestão de um centro bibliográfico virtual de documentação.

Segundo Mamoudou Diallo, a iniciativa possibilitará o armazenamento de uma maior quantidade de informação, o rápido acesso aos documentos armazenados e um maior intercâmbio com outras bibliotecas do género, podendo-se criar uma rede nacional de livrarias virtuais com acesso à rede internacional.

Entretanto, o ministro Afonso Pedro Canga, afirmou que a criação da biblioteca virtual do ministério que dirige ajudará a digitalizar as informações inerentes ao sector e conectá-lo à livraria da FAO, que conta com mais de 60 mil títulos.

De acordo com Pedro Canga, a biblioteca permitirá a informatização do acervo bibliográfico do Minaderp, das instituições de investigação de Luanda, do Instituto de Investigação Pesqueira, do Instituto de Investigação Veterinária, do Instituto de Investigação Agronómica e de outros centros de pesquisa existentes no país.

### 1.2 Mais receitas na Huíla e no Huambo

*Jornal de Angola*  
04 de Janeiro de 2013

A delegação provincial das Finanças da Huíla arrecadou para os cofres do Estado, durante 2011, um montante superior a 6, 8 mil milhões de kwanzas, informou ontem, no Lubango, o delegado local, Sousa Dala.

Ao fazer um balanço das actividades desenvolvidas no ano passado, o responsável disse à Angop que houve um aumento de 6,985 milhões de kwanzas.

As receitas arrecadadas resultam do pagamento dos impostos de selo, industriais, rendimento de trabalho e taxas diversas. A delegação provincial das finanças realizou também diversas actividades de fiscalização, com destaque para sete inspecções de âmbito geral, quatro verificações pontuais e 14 peritagens contabilísticas, cujos objectivos incidiram no desenvolvimento das actividades financeiras e orçamentadas.

Um montante avaliado em 29,78 milhões de kwanzas foi arrecadado pela Repartição Fiscal do município de Cachiungo, província do Huambo, contra os 20 milhões em igual período de 2010, o que representa um acréscimo de 43 por cento.

O chefe da Repartição Fiscal, Pedro Augusto, disse à Angop que os valores arrecadados para os cofres do Estado são provenientes do pagamento de impostos industriais, mercados, emolumentos de registo civil, luz e multas de trânsito. Preconiza-se o reforço das medidas de controlo da fuga ao fisco.

### 1.3 TC violou presunção de inocência

*Jornal O País*

*06 de Janeiro de 2012*

As estruturas competentes do Estado que superintendem as actividades de várias instituições públicas deviam ser notificadas pelo Tribunal de Contas sobre os processos de responsabilidade financeira de que são alvos os seus representantes, disse a O PAÍS uma fonte do Ministério da Administração do Território.

Falando sob anonimato, o também jurista reagia a propósito do comunicada do Tribunal de Contas tornado público a 28 de Dezembro último em que cita responsáveis de algumas administrações municipais de Luanda e outras do interior do país, bem como de governadores de províncias, que organicamente dependem do Ministério da Administração do Território.

"O que está em causa é o modo como o Tribunal de Contas actuou. Em parte alguma do mundo se deve anunciar um caso desta natureza numa mensagem de fim de ano, quanto muito devia notificar as entidades do Estado sobre o assunto".

Na extensa lista divulgada pelo próprio Presidente do Tribunal de Contas, Julião António, as administrações municipais e governos de províncias, que, têm superintendência do Ministério da Administração do Território, surgem em maior escala relativamente aos restantes gestores públicos.

O jurista diz que o presidente do Tribunal de Contas não devia tratar o caso numa cerimónia de cumprimentos de fim de ano, uma situação que acabou por "induzir em erro a população", na medida em que "passou-se a mensagem de que todos roubaram, o que não foi o caso."

Ao apresentar o caso da forma como fez, o Tribunal de Contas deu a entender à sociedade tratar-se de um caso anormal, quando na verdade prende-se com uma actividade enquadrada no seu objecto social que é a de fiscalizar a actividade financeira dos gestores públicos.

Da forma como agiu, disse, o Tribunal de Contas está a usurpar competências atribuídas à Polícia Económica, que não é esse o seu papel.

Sem pretender fazer defesa de "alguma dama", a nossa fonte, reconhece haver em alguns processos relacionados com a má utilização de recursos, má gestão do erário público, mas o que está em causa "é o modo como foi tratado. É preciso não misturar as coisas".

Em sua opinião, o Tribunal de Contas feriu a honra dos visados, visto que em alguns casos há gestores cujos processos estão em fase de julgamento e foram tratados como se tivessem cometido crime ao afirmar que "locupletaram-se do erário público", quando o dinheiro foi usado em outras actividades não cabimentadas.

"O TC violou um princípio sagrado que a presunção de inocência, porque há processos que não transitaram em julgado e os respectivos gestores foram expostos na praça pública", disse.

Segundo o pensamento da fonte de O PAÍS, o caso despoletado pelo Tribunal de Contas "derivou de uma interpretação estanque, ortodoxa das contra partidas de gestão, porque a gestão é um processo muito dinâmico".

"Há casos constantes desse processo do Tribunal de Contas que não têm nada a ver com o roubo de dinheiro, como amiúde se fez crer, mas são tão-somente alguns casos relacionados com concursos que não obedeceram aos procedimentos normais", disse a propósito a fonte de O PAÍS.

Citou o caso de alguns governadores de províncias também indiciados no processo de responsabilidade financeira sancionatória mimoseados com multas, quando em seu entender utilizaram o dinheiro em actividades e não em proveito próprio como diz o documento do TC.

Como forma de reconhecimento da "trapalhada" cometida, no dia seguinte à divulgação da lista, o Tribunal de Contas emitiu um comunicado em que tenta clarificar as coisas e no fundo acabou por piorar a situação, pois apresentou nomes que não constavam da primeira lista.

Os administradores implicados Dos 17 gestores e responsáveis acusados de má gestão de fundos públicos com processo de responsabilidade financeira reintegratória em julgamento, dois deles respondem pelas administrações municipais do Rangel e da Samba. Trata-se de Maciel Neto "Makavulo" e de Pedro dos Reis Fançony, ambos já afastados dos respectivos cargos.

Carlos Alberto Cavuquila, até então administrador de Cacuo, agora com funções no Governo Provincial de Luanda, José Manuel Moreno (Viana), José Francisco Correia (Kilamba Kiáxi) e Manuel Marta (Maianga) foram julgados e condenados em primeira instância a um processo de responsabilidade financeira reintegratória. Foram ainda aplicadas multas aos ex-governadores de Cabinda, Arubal Rocha e do Namibe, Álvaro Boavida Neto, num

processo que envolve ainda José Vinhamba, administração municipal de Nancova (Kuando Kubango) e Miguel Serrote Gio, administração municipal de Caculama (Malange).

Há ainda a registar o caso do administrador municipal do Uíge, cujo processo não chegou a julgamento por ter pago voluntariamente um montante, que entretanto não foi revelado.

A génese da condenação

O tribunal de Contas diz que a responsabilidade financeira reintegratória decorre do alcance e do desvio de bens e de dinheiro público, da sua afectação legal e corresponde na reintegração (devolução) ao Estado destes bens e ou valores indevidamente locupletados.

Por seu turno, a responsabilidade financeira sancionatória decorre da violação de determinadas normas legais (sobre execução orçamental, patrimonial e financeiro) correspondente à aplicação de facto ou de direito pela prática ou omissão do acto.

Segundo o Tribunal de Contas,

já estão agendados em tabela d julgamento mais cinco processos de gestores públicos, cujos julgamentos estão previstos para o primeiro trimestre do presente ano.

Quem fiscaliza TC

O exercício financeiro do Tribunal de Contas devia também ser alvo de uma rigorosa inspecção de um outro órgão de justiça, para se certificar se existe ou não transparência na sua gestão, sugeriu a fonte de O PAÍS.

O jurista que vimos citando afirma desconhecer um acto público de prestação de contas do TC, sugerindo por isso a criação de uma autoridade independente que possa auditar a gestão financeira e patrimonial daquele órgão de soberania.

Quem controla as contas dessa entidade, interrogou o jurista para quem "o Tribunal de Contas não é nenhum santo", visto que arrecada muito dinheiro resultante de emolumentos de contratos que segundo disse não são controlados. "O Tribunal presta contas a quem?".

Sem revelar montantes, o nosso interlocutor afirma que o Tribunal de Contas arrecada muito dinheiro resultante de cobranças de emolumentos do qual dez por cento desse valor se reverte a favor dessa entidade.

"Já imaginaste quanto fica com o Tribunal de Contas, em cada dez por cento que arrecada" interroga-se mais uma vez a fonte de O PAÍS para acrescentar que essa entidade devia realimentar o Orçamento Geral do Estado.

Estando a pronunciar-se acerca dos gestores e responsáveis julgados e condenados com processos de responsabilidade financeira reintegratória, o jurista questionou mais uma vez sobre aonde e a quem deverá ser feita essa devolução.

"A devolução do dinheiro deverá ser feita aonde? No Tribunal de Contas, no Tesouro Nacional, na Conta Única do Governo Provincial de Luanda?", finalizou.

## 1.4 Sistema tributário aperta fuga ao fisco

*Jornal Agora*

*07 de Janeiro de 2012*

Foi a pensar no aumento da exportação ilícita de capitais, contrabando, descaminho de mercadorias e no não pagamento de impostos, por parte de unidades produtivas públicas ou privadas e entidades individuais, que o Executivo introduziu novos códigos fiscais a vigorar já em Janeiro.

São normas que possibilitarão às autoridades suspender contribuintes inactivos ou instituições que não regularizarem a sua situação fiscal junto da Direcção Nacional dos Impostos (Dni), nos primeiros dias de 2012.

O objectivo será o de criar disciplina tributária e aumentar as receitas do Estado, estimulando o crescimento económico e a eficiência da actividade empresarial. O diploma reduzirá a inépcia da Polícia Fiscal que não consegue, em muitos casos, travar a exportação ilícita de divisas através das nossas fronteiras e aeroportos.

O comissário-chefe da Polícia Paulo de Almeida, defendeu a instalação de meios próprios nos pontos de entrada para reduzir a permeabilidade e susceptibilidade do cometimento de infracções económicas, tráfico de seres humanos e até imigração ilegal. A recente apreensão de 7 milhões de dólares no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro revelou a fragilidade das instituições e o grau de corrupção que impera no seio dos agentes fiscais.

A progressiva melhoria da eficácia da administração fiscal nos últimos dois anos não foi suficiente para melhorar os métodos de actuação e incentivar que as entidades singulares ou colectivas para pagarem as

suas contribuições em função do respectivo exercício económico.

A Dni revelou ao AGORA que as dívidas fiscais das empresas representam um valor muito alto do total das receitas tributárias.

Dívidas. Inédito no quadro geral é também o número médio de processos de execução fiscal que cada contribuinte enfrenta, revela o último relatório do Programa Executivo da Reforma Tributária (Pert) onde se avalia a eficácia do nosso sistema fiscal na recolha de impostos.

Todos os anos, as estatísticas mostram que Angola não cobra entre 15 e 20 biliões de dólares de dívidas fiscais. O valor corresponde a 45% da riqueza produzida num ano, e daria para pagar 80% da dívida pública e investir mais em projectos sociais, particularmente na saúde e educação.

Lançado em 2010, o Pert levará à introdução de três novas peças legislativas: Código Geral Tributário, Código de Processo Tributário e Código de Execuções Fiscais para normalizar as cobranças. O objectivo é "alcançar uma necessária modernização do enquadramento legal e sistema tributários", grande parte do qual não é actualizado desde o tempo colonial.

Projeção. A Economist Intelligent Unit (Eiu) no recente relatório sobre Angola, adianta que o Executivo acredita que a reforma planeada terá um impacto positivo no crescimento económico, através de um aumento da eficiência.

Com uma duração de cinco anos, a reforma prevê ainda a introdução de um Imposto de Valor Acrescentado (Iva) e de outro sobre os rendimentos, sendo que a taxa sobre os rendimentos empresariais deverá manter-se em 35%.

A taxação dos sectores petrolífero e diamantífero foi sempre prioritária para as autoridades, mas a das actividades não-petrolíferas mereceu menos atenção, até porque gerava receitas inferiores, premissa essa que não convence o economista e deputado Manuel Júnior.

"Uma reforma fiscal abrangente pode assim ajudar a colocar as finanças públicas num terreno mais vasto e estável", reconheceu.

Mas o processo apresenta vários desafios em primeiro lugar o facto de a economia informal ter ainda um peso maior do que a formal, o que significa que foge a qualquer tipo de tributação, mas com a criação da figura de feirante, o Estado pode arrecadar mais receitas.

Também o mercado da habitação é apenas "esporadicamente regulado", os bens de consumo são muitas vezes transaccionados de forma paralela e a especulação é a nossa melhor marca.

A formalização destas actividades vai depender, em parte, da criação de mais empregos pelo sector formal da economia, que até agora não tem sido totalmente capaz de absorvê-las.

O país aprovou em Novembro um Orçamento Geral do Estado para 2012 supostamente equilibrado, prevendo despesas de 46,7 mil milhões de dólares, centralizadas no Executivo e com prioridade nos sectores da Saúde e Educação, com a Defesa e Segurança a consumirem 13%.

O crescimento económico no próximo ano deverá rondar 12,8%, um forte incremento em relação aos 3,4% de 2011, liderada pelo sector petrolífero, que deverá crescer 12,5%, beneficiando da tendência positiva da produção de petróleo, maior fonte de receitas do país.

## 1.5 Mais receitas arrecadadas no ano passado

*Jornal de Angola*

*09 de Janeiro de 2012*

A delegação provincial de Finanças do Huambo arrecadou, no ano passado, mais de 4, 6 mil milhões de kwanzas, o que representa um aumento de 33 por cento em relação a 2010, disse, à Angop, a responsável do sector.

Victória Diogo afirmou que a delegação de finanças arrecadou, em 2010, mais de 3, 4 mil milhões de kwanzas e que o pagamento do Imposto sobre Rendimento de Trabalho (IRT), cerca de 1,5 mil milhões, foi o que mais receitas gerou.

O Ministério das Finanças, referiu, disponibilizou para este ano, para a província, quase de 51,9 mil milhões de kwanzas para despesas com pessoal, bens e serviços contra 54, 9 mil milhões em gastos em 20 11.

## 1.6 Resultados fiscais acima do previsto

*Jornal de Angola*

*10 de Janeiro de 2012*

A repartição fiscal da Cela no Wako Kungo arrecadou, no ano passado, mais de 160 milhões kwanzas para os cofres do Estado, um aumento de

cerca de 143 milhões em relação ao previsto, anunciou uma fonte oficial.

O chefe da repartição fiscal mencionou a colaboração dos contribuintes e a adopção de mecanismos que permitiram a formalização de impostos nos municípios que constituem a região fiscal da Cela como a razão para o registo daquele resultado.

Para o ano económico de 2012, disse António Silveira ao *Jornal de Angola*, as previsões apontam para a arrecadação de mais de 160 de milhões kwanzas, mas a verba pode aumentar, tendo em conta as crescentes solicitações para a constituição de pequenas e médias empresas na região fiscal da Cela.

A falta de quadros, frisou, continua a ser a maior preocupação da repartição fiscal, pois, no ano passado apenas foram admitidos dois dos quatro técnicos necessários.

Quanto à fuga ao fisco, garantiu que "tem os dias contados" devido à fiscalização permanente da repartição fiscal, que tem o apoio das administrações municipais.

## 1.7 Finanças públicas contam com novos diplomas este ano

*Jornal Continente*  
13 de Janeiro de 2012

Ministério das Finanças perspectivou para este ano (2012) a aprovação e implementação de leis que vão consolidar os regulamentos da dívida pública directa e indirecta. De acordo o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes" que falava recentemente, em Luanda, de igual modo, o sector prevê neste ano a consolidação de mecanismos de intervenção da política fiscal no domínio das parcerias público-privadas, do sector empresarial público, dos fundos de garantia de créditos à habitação e das micro, pequenas e médias empresas. Segundo o governante, para este ano, espera-se também a aprovação de diplomas que vão dar forma ao novo regime de impostos directos e indirectos, visando consolidar os princípios universais da incidência dos impostos directos na razão directa do valor do rendimento e do património e da incidência dos impostos indirectos sobre o consumo de bens e serviços na razão inversa da sua essencialidade para as famílias.

Constitui ainda um desafio para as Finanças, a implementação da legislação que visa modernizar e ajustar os códigos fiscais à nova dinâmica dos fluxos financeiros da economia angolana, com particular

destaque para a pauta aduaneira dos direitos de importação e exportação segundo o sistema harmonizado versão 2012.

Outro aspecto importante aludido por Carlos Alberto Lopes, são os trabalhos destinados a dotar o Mercado de Capitais de um corpo normativo e regulador orientado pelas mais modernas normas prudências, capazes de proteger os investidores e os operadores dos riscos de mercado.

## 1.8 GPL

*Jornal Continente*  
13 de Janeiro de 2012

A semana passada, viu-se qualquer coisa que não tem explicação. As administrações locais ou agora como se chama os Distritos, a publicarem uma taxa que não tem nada a ver com a condição social dos cidadãos de Luanda, pois aquilo de um atestado de residência custar Kz 6.000.00, isto nem no sonho teria passado, pois este documento é básico para tratar passaportes, solicitar empregos, etc., etc.

Mas seja como for, alguém pensou e apresentou para aprovação, só por isso foi caucionado. Mas, mais do que isso, quem projectou, pensou primeiro que ganhos teriam as administrações com a medida e na possibilidade dos interessados o adquirirem. Quem deixou passar isto, para chegar o ponto de se anular tudo?

## 1.9 Há inocentes e culpados?

*Jornal A Capital*  
14 de Janeiro de 2012

Trata-se, pois, de uma situação pouco comum na sociedade angolana, o facto deste tribunal, presidido por Julião António ter publicado a lista dos "maus gestores". Quanto ao procedimento utilizado para que esses nomes viessem à ribalta, apesar de ser contestado pelos visados, nada há questionar, segundo juristas, pois, no quadro da verificação regular de gestão financeira, é um procedimento normal. Só que, explicou o jurista Lindo Bernardo Tito, é preciso olhar para o TC, como um tribunal que julga os actos financeiros de gestores públicos, mas não os actos que se circunscrevem na gestão financeira e os meios públicos que estes dispõem.

Para ele, alguns actos dos gestores mencionados foram considerados irregulares, não porque têm a ver com desvios de fundos, mas sim com procedimentos, pois, a título de exemplo, pode se dar o caso em que

"um determinado gestor celebrou contrato com uma empreiteira, sem consultar o Tribunal de Contas".

Mas, nos casos em que um gestor público se enriquece ilicitamente, sobre ele pesará a mão da Procuradoria-geral da República. "Mesmo assim, nessas condições, o acusado se beneficia do princípio da presunção da inocência", assegurou. Quando se levanta um processo-crime, esclareceu, deve obedecer-se os princípios fundamentais, "porque não basta que um acto seja culpável ou crie danos, mas tem de haver pressupostos criminais, porque um determinado acto pode ser ilegal, mas não ilícito.

### Indignação

O anúncio de nomes de gestores, defendido pelos juristas como sendo legal, não agradou os visados, por razões manifestas em situações de género. Até alguns que se assumem inocentes, já falam em processar o TC. Uma viva reacção neste sentido veio do antigo administrador de Viana, José Manuel Moreno Mendes, ou simplesmente Zeca Moreno, com o processo de responsabilidade financeira reintegratória julgado e condenado em primeira instância. Em declarações à imprensa, afirmou ter havido uma má interpretação, dos casos em que estão envolvidos alguns gestores públicos. Isso fez com que se sentisse beliscado com a forma como o Te tratou o assunto.

Esses casos, precisou, devem ser tomados públicos, depois de serem publicados no Diário da República. "Nós temos a nossa imagem a preservar; logo que nos digam, o que se está a passar exactamente", exigiu.

Quem também não se sentiu bem, foi Maciel Jacinto

Neto Makavulo, antigo Administrador Municipal do Rangel, que passou a quadra festiva, numa situação "desabonatória" para a sua imagem. Para ele, cujo processo de responsabilidade financeira reintegratória está em julgamento, a sua imagem ficou manchada pelo procedimento do Tribunal de Contas.

"Tem sido um transtorno do ponto de vista psicológico e familiar, porque está em causa o meu bom nome", afirmou, para depois dizer que, não obstante tal situação, se sente tranquilo, porque não desviou "nem sequer um níquel", como angolano que participa no processo de reconstrução nacional. Está feito. Agora, Maciel Neto que é também Secretário Municipal do MPLA no Rangel, fez saber que vai aguardar, porque confia no Executivo e nas instituições.

Dos 42 elencados pelo TC, apenas 15 responsáveis de instituições foram objecto de multa, cujos

processos não transitaram a julgamento por terem pago, voluntariamente, as suas respectivas multas. Dentre elas destaca-se o Ministério das Obras Públicas, as embaixadas de Angola na África do Sul e em Cuba.

À outras seis figuras, incluindo as dos ex-governadores de Cabinda José Aníbal Rocha, e do Namibe, Álvaro Boa Vida Neto, foram, no quadro da responsabilidade financeira sancionatória, aplicadas multas, mas até ao momento não efectuaram os respectivos pagamentos, segundo fontes do TC.

### Agir com base em indícios

Para aqueles que se solidarizaram com o recente 'show' do Tribunal de Contas, defendem que se trabalhe também sobre indícios, "por uma questão de prevenção de males maiores". Essas investigações, defendem, devem ser feitas à volta daqueles servidores públicos, cujo salário é conhecido, mas passado algum tempo se tomam multimilionários ou milionários, "porque podem estar a fazer negócios proibidos por lei; entre outros, a venda de drogas e de órgãos humanos".

### Lei da probidade à parte

Ousou-se pensar que, a publicação de alguns nomes de gestores e responsáveis pela gestão de fundos públicos com processos em julgamento ou condenados em primeira instância, fosse corolário do cumprimento da Lei de Probidade Administrativa, mas, afinal, não tem nada a ver.

O jurista Lindo Bernardo Tito foi peremptório, em afirmar que esta lei ainda não está ser cumprida, como devia ser. Além disso, "é uma lei muito mais ampla do que a verificação judicial que o Tribunal de Contas está a fazer". Acrescentou que na Lei da Probidade administrativa, os crimes são de fórum comum e de jurisdição dos tribunais criminais; "enquanto os actos financeiros são de responsabilidade do TC".

## 1.10 Tchizé processada em Portugal por branqueamento de capitais

*Jornal de Agora*

*17 de Janeiro de 2012*

O activista Cívico Rafael Marques depôs, nesta quinta-feira, num "processo de averiguação preventiva" relacionado com branqueamento de capitais, envolvendo vários dirigentes angolanos, que decorre no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (Dciap).

O também jornalista informou à Lusa que depôs, como testemunha no processo n.º 85/11-PG, interposto por um angolano residente em Portugal que pediu para não ser identificado.

Este cidadão apresentou queixa contra uma longa lista, que inclui membros da família presidencial entre os quais Welwitschia José dos Santos (conhecida como "Tchizé" dos Santos), uma das filhas do Presidente da República.

De acordo com Rafael Marques (RM.), os visados são ainda vários dignitários, entre os quais Manuel Vicente, presidente do

Conselho de administração da Sonangol E.P., e o general Hélder Manuel Vieira Dias Júnior (Kopelipa), ministro de Estado e chefe da Casa Militar da Presidência da República.

A queixa visa cerca de 20 individualidades com investimentos e propriedades em Portugal, acusando-as de "branqueamento de capitais", acrescentou RM., que diz ter sido chamado a depor como testemunha no processo pelo que tem investigado sobre a corrupção no país.

"Fui prestar declarações. Acho importante que haja preocupação das autoridades judiciais portuguesas em apurar os factos sobre investimentos angolanos em Portugal", declarou.

Em menos de dois meses, RM apresentou, na Procuradoria-Geral da República, duas queixas-crime contra altos quadros angolanos, incluindo 'Kopelipa' e outros generais, e o PCA da Sonangol.

"Inundaremos a Procuradoria-geral da República de queixas. É uma questão de princípio. Todos os dias os dirigentes angolanos saqueiam este país. Então, todos os dias deve haver queixas até que haja mudanças", concluiu.

## 1.11 Executivo desmente desvio de 32 mil milhões de dólares do Estado

*Jornal Continente*

*20 de Janeiro de 2012*

O executivo reagiu terça-feira, 17, através de um comunicado, a uma notícia veiculada por alguns órgãos de comunicação social nacionais e internacionais, segundo a qual o FMI estaria surpreendido com o "desaparecimento misterioso" de cerca de 32 mil milhões de dólares das contas públicas do Estado angolano, entre 2007 e 2010.

Segundo o Jornal de Angola, o documento nega tal desaparecimento e garante que "nada no último relatório desse organismo permite tal leitura ou interpretação". Esclarece que, contrariamente ao difundido, o relatório do FMI afirma que o Ministério das Finanças já lançou as bases para a "monitoria aprimorada de todas as fontes e usos de fundos relacionados aos recursos petrolíferos", em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2010.

O comunicado refere que ficou apurado que um dos principais motivos para a existência do saldo residual, no valor e período referidos se deve "à transferência de fundos para contas de garantia no estrangeiro em montantes acima do serviço da dívida a que se destinam tais contas" ou "à falta de registo adequado das operações parafiscais realizadas pela SONANGOL ou outras entidades fora do governo central".

No documento, o Executivo afirma haver uma discrepância de registo contabilístico nas contas nacionais, mas também considera que esta "resulta fundamentalmente do insuficiente registo dos usos da receita petrolífera, sobretudo da receita da concessionária SONANGOL - EP em razão do seu não recolhimento integral na Conta Pública do Tesouro". Constata-se, com efeito, que parte considerável da receita petrolífera não é paga directamente ao Tesouro Nacional, por cobrir despesas por conta do Estado pagas pela SONANGOL - EP, sendo este montante apurado

Como um saldo residual (discrepância), registado em tais contas como financiamento Interno Não Bancário ou Financiamento Não Monetário. No mesmo documento, o Executivo adianta que foi criado um grupo de trabalho que tem por missão efectuar o "pleno esclarecimento da discrepância verificada, ao abrigo do Programa "Stand-By Arrangement" com o FMI e na sequência do Decreto Presidencial

n058/11, de 30 de Março. O referido grupo de trabalho procede à apresentação das respectivas estatísticas fiscais, monetárias, cambiais e da balança de pagamentos devidamente conciliadas

te com este organismo.

a, O Executivo angolano lamenta, no entanto, a "leviandade e sensacionalismo" com que o assunto foi abordado por alguns órgãos de imprensa, Considerando que "as especulações e te acusações de um pretenso desvio de fundos públicos por parte do Executivo se insere nas habituais campanhas ta de sectores já identificados, na sua desesperada tentativa

de descrédito dos dirigentes e instituições angolanas".

### 1.12 OGE 2012 não vai alterar a situação social degradante dos angolanos

*Jornal O País*

*20 de Janeiro de 2012*

O Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Assembleia para o presente ano de 2012, não vai alterar a situação social degradante em que vive a maioria das populações de Angola, defendeu Fernando Heitor, o coordenador do governo sombra, unidade técnica criada pela UNITA que fiscaliza os actos do Executivo angolano, quando balançava o mês de existência daquela estrutura. "Já sabemos que se irá esbanjar muito dinheiro na campanha eleitoral, muitas consciências serão compradas, muitas pessoas serão enganadas, outras ameaçadas vai-se fazer muito alarido, e depois, se o MPLA voltar a ganhar as eleições, tal como sempre nos habituou, tudo ficará na mesma ou ainda pior para os angolanos".

Dizendo-se apologista do diálogo aberto, abrangente, frontal e fraterno, aquele economista, defende o direito dos angolanos discutirem os problemas, dando contribuições para se encontrarem boas soluções. Por isso recusa-se a aceitar "a marginalização dos rendimentos e das oportunidades gerados pela economia país que está em franco crescimento".

Responsabiliza o Chefe do Executivo angolano pelas más políticas do seu elenco governamental, que faz com que o cidadão angolano se sinta , o do processo de crescimento do país, ou discriminado por factores de ordem subjectiva, apontando como exemplo o que chamou de fanatismo partidário. "Quando uma mãe manda matar o seu próprio filho por ela ser da OMA/MPLA e o filho ser da UNITA, nesta altura do campeonato, é porque muita coisa vai mal, no que tange a educação político-partidária e cívica no seio dos militantes do MPLA"

Denunciou, por outro lado, a continuidade de actos que violam os direitos humanos mais elementares e completamente inadmissíveis num Estado que se pretende de direito democrático, apontando como exemplo o desalojamento e destruição brutal de casas de varias famílias no Miramar, transferidas para o zango, bem como o julgamento e condenação de jornalistas em hasta pública por outros jornalistas dos medias estatais, acto que condena e considera bárbaro e retrógrado.

Na sua leitura, as manifestações pacíficas continuam a ter tratamento discriminatório, sublinhando que aquelas que apoiam o governo, bem como Presidente, são autorizadas, financiadas e publicitadas pelos media estatais, enquanto aquelas que revelam indignação, descontentamento face às injustiças e abusos de poder são arbitrariamente rechaçadas pela administração publica e, ou, pela policia .

Por outro lado, lamentou a cultura do medo que o MPLA, através do seu governo, insiste em impor aos angolanos, apesar dos 10 anos sem guerras nem ameaças internas armadas. Bem como a persistência do problema das matrículas na educação que, afirma, continua a ser um bico de

obra . Virando para sector agrícola critica o irrisório investimento feito no sector, sobretudo no crédito de campanha agrícola, argumentando para tal : "o ministro da Economia, Abraão Gourgel informou-nos que dos 150 milhões prometidos para o crédito agrícola de campanha, pouco mais de 67 milhões foram utilizados, o que beneficiou 35.146 camponeses. Ora, isto perfaz a irrisória quantia de Akz.1.906 por camponês. E só fazerem a conta de dividir! Cada camponês recebeu menos de 2 mil Kwanzas." No que toca ao crédito agrícola de investimento, lembra que terá sido prometido para o ano de 2011 a quantia de USD 200 milhões, porém somente foram disponibilizados 100 milhões.

Olhando para aquilo que considera a maior promessa eleitoral do MPLA, considera que o programa de crédito para a compra de habitação continua adiado, sem os prometidos mecanismos de bonificação assegurados, além da centralidade do Kilamba, inaugurada há mais de 6 meses continuar inabitada.

Samakuva adere ao registo eleitoral

O presidente da UNITA aderiu ao processo de actualização do registo eleitoral, num acto ocorrido no posto de registo junto à Rádio Nacional. Samakuva fez-se acompanhar por vários membros da direcção do partido do galo -negro.

### 1.13 FMI exige explicações sobre desvio de 32 mil milhões das contas públicas

*Jornal Angolense*

*20 de Janeiro de 2012*

Nicholas Staines representante do FMI em Angola disse a imprensa que a missão é dirigida pelo director do FMI para Angola, Mauro Mecagni e deve per-

manecer em Luanda até ao dia 20 (ontem), prevendo-se encontros com altos representantes do Executivo e, sobretudo, com responsáveis dos Ministérios da Economia, Finanças e Planeamento.

Além disso, a missão do FMI prevê manter contactos com o Banco Nacional de Angola (BNA), representantes do sector financeiro, do sector privado, da comunidade académica e do corpo diplomático.

Nicholas Staines indicou que, no fim da missão, a instituição pode desembolsar, a favor de Angola, uma quantia de 95,9 milhões de Direitos Especiais de Saque (SDR, sigla inglesa), a unidade de conta do FMI que equivale a 1,66 dólares.

Na quinta revisão, realizada em Outubro, o FMI considerou necessárias "mais reformas e esforços para aumentar a diversificação da economia, com realce para a agricultura". Naquela ocasião, as autoridades angolanas e a equipa de técnicos do FMI discutiram a elaboração de um mapa para: reduzir a vulnerabilidade do país à volatilidade do preço do petróleo e assegurar uma grande estabilidade na aplicação de investimentos públicos.

O Executivo angolano assumiu, naquela altura, o compromisso de executar a sua "Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Privado", concebida pelo Ministério da Economia para ser aplicada a partir do início do ano em curso. Este programa inclui medidas para facilitar o acesso ao crédito e reduzir os custos administrativos para a criação de empresas.

Por outro lado, os representantes angolanos disseram que, como parte dos esforços para promover a transparência, a Sonangol haveria de continuar a publicar no seu sítio na Internet as auditorias externas às suas contas a semelhança do que fez em Setembro último com as contas relativas a 2010. Os técnicos do Fundo Monetário Internacional felicitaram o Executivo angolano por ter adoptado para 2012 um orçamento conservador em relação às receitas do preço do petróleo no mercado mundial.

Mas esta última visita de peritos do FMI está ser marcada pela denúncia de escândalo financeiro angolano denunciado pela HUMAN RIGHTS sobre um buraco financeiro das contas do Estado de cerca de 32 mil milhões de USO.

## 1.14 Proposta de Lei sobre o regime tributário reuniu e consenso na especialidade

*Jornal Agora*

*21 de Janeiro de 2012*

A proposta de Lei que aprova o novo Código Geral Tributário, que vai substituir o actual de 1969, foi aprovada na especialidade neste quinta-feira, por unanimidade, pelos deputados das comissões em razão da matéria, após introduzidas algumas alterações de fundo e de forma.

Os deputados das comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais deram o seu parecer favorável durante a reunião orientada pelo presidente da primeira, Diógenes de Oliveira, e presenciada por membros do Executivo.

O relatório apresentado pelo deputado Sérgio do Santos, fundamenta que a proposta de lei, que vai para aprovação definitiva na próxima sessão plenária do Parlamento, será a base da reforma em curso no sistema fiscal, essencialmente, na administração e justiça tributária.

Em relação à reforma da administração tributária, o documento prevê a transferência de funções actualmente desempenhadas pela Direcção Nacional dos Impostos, pelo Serviço Nacional das Alfândegas e pelas respectivas repartições fiscais e aduaneiras para uma entidade administrativa tributária, que irá unificar aquelas unidades.

Quanto à mudança no sistema tributário, a proposta de lei apresenta um novo modelo de regulamentação da relação tributária, revogando o Código Geral Tributário de 1969.

No que a justiça tributária diz respeito, o projecto de código estabelece novas normas relativas às infracções tributárias e o seu respectivo regime processual.

Como novidades, o diploma apresenta ainda um "forte" fundo social, de modo que a tributação do rendimento das pessoas singulares deve observar o princípio do mínimo de existência.

Já quanto à tributação do consumo, deve ser adequada às necessidades do desenvolvimento político, económico e social do país, desagravando os bens e consumos de primeira necessidade onerando os de luxo.

Consagra o princípio do "Non olet" (sem cheiro), porquanto se determina que o carácter ilícito da

obtenção de rendimentos não obsta à aplicação de incidência tributária.

Durante a reunião, os deputados das referidas comissões aprovaram igualmente a proposta de Lei de Autorização Legislativa para atribuição de Incentivos às Empresas Petrolíferas Angolanas, o projecto de Resolução que Aprova a Proposta de Alteração dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional, bem como o Projecto de Resolução que Aprova o texto do Acordo de Cotonou revisto.

Para fundamentar os documentos estiveram presentes os ministros das Finanças, Carlos Alberto Lopes, dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e da Justiça, Guilhermina Prata.

### 1.15 Novo regime tributário

*Jornal de Angola*

*21 de Janeiro de 2012*

Ao reconhecerem a importância de adaptar a legislação fiscal angolana às melhores práticas internacionais e dotar o país de um sistema tributário actual e actuante, os legisladores deram o primeiro passo na especialidade. A aprovação na especialidade de um novo Código Geral Tributário, que vai substituir o actual de 1969, é a efectivação do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) que pretende, entre outros objectivos, conferir dinâmica de funcionamento da Administração Fiscal. Não há dúvida que, passado que foram mais de 50 anos, o actual código tributário deixou de responder a um conjunto de actos e de obrigações fiscais.

Finalmente, os deputados foram capazes de reunir unanimidade para a votação de um importante diploma, depois da introdução de algumas alterações de fundo e de forma.

O relatório parecer apresentado fundamenta que a proposta de lei, que vai para aprovação definitiva na próxima sessão plenária do Parlamento, passa a ser a base da reforma em curso no sistema fiscal, essencialmente, na administração e justiça tributária.

Trata-se de um ganho relevante, atendendo que estes esforços vão permitir que tenhamos uma Administração Fiscal de excelência, na medida em que deve conseguir responder aos desígnios da política fiscal é permitir ao Estado uma maior arrecadação de receitas. Somos de opinião que a proposta do novo Código Geral Tributário traz muitas inovações que permitem corrigir eventuais excessos ou omissões que ainda se observam.

Como escreveu um jurista, "com o referido diploma, pretende-se introduzir alterações bastante substantivas ao ordenamento jurídico-tributário, com a entrada de vários regimes jurídicos novos". E o causídico passa descrever as alterações de fundo que subscrevemos como sendo as novidades, designadamente: a imposição à administração Fiscal de prazos para decidir sobre as petições dos contribuintes, maior densidade das garantias dos contribuintes relativamente ao Código em vigor; a definição do conceito de residente fiscal, a obrigatoriedade de nomeação de representante, em caso de não residentes que obtenham rendimentos no país não tributáveis com base na retenção na fonte, o desenvolvimento da disciplina dos benefícios fiscais e a (consagração do novo do regime dos contratos fiscais como um dos mecanismos para atribuição de benefícios fiscais, o regime da responsabilidade civil dos gerentes, administradores e membros de órgãos sociais pelas dívidas fiscais da sociedade (reversão fiscal), clarificação, do regime dos juros compensatórios e juros de mora devidos pelos contribuintes em caso de atraso na liquidação ou pagamento do imposto e dos juros indemnizatórios devidos pela Administração Fiscal em caso de manifesto erro na liquidação do imposto que leva o contribuinte a pagar imposto a mais do que é devido, clarificação do regime da caducidade e prescrição da dívida fiscal.

Anima-nos também o facto do futuro diploma apresentar um forte fundo social, de modo a que a tributação do rendimento das pessoas singulares deve observar o princípio do mínimo de existência. Concordamos plenamente que quanto à tributação do consumo, deve ser adequada às necessidades do desenvolvimento político, económico e social do país, desagravando os bens e consumos de primeira necessidade.

Pelo contrário, os bens de luxo devem, naturalmente, conhecer um agravamento. Acreditamos que estão a ser criadas todas as condições para Angola ter uma Administração Fiscal que sirva de forma efectiva e consistente o actual estágio de desenvolvimento em que o país se encontra.

As atenções passaram a estar centralizadas na formação contínua de técnicos para funcionarem na Administração Fiscal e corresponderem aos desígnios da política fiscal. Ainda bem que a Escola Nacional de Administração (ENAD) está capacitada para formar técnicos em áreas como Fiscalidade Angolana, Contabilidade, Auditoria Fiscal, Teoria Geral dos Impostos, Ferramentas Informáticas e Procedimento e Processo Tributário.

Ao todo, 120 técnicos licenciados em várias áreas, que podem vir a fazer parte, nos próximos tempos, da Administração Fiscal angolana, passaram já por uma acção de formação técnica especializada no ENAD. Auguramos que o novo regime tributário, além de proporcionar uma dinâmica renovada, venha conferir transparência, justiça social e credibilidade às instituições do Estado. Para isso é necessário que os deputados, na próxima sessão plenária, aproveem, na generalidade e com a mesma unanimidade da sessão anterior, o novo Código Geral Tributário.

## 1.16 FMI diz haver interpretação errada do relatório

*Jornal de Angola*

*21 de Janeiro de 2012*

O Fundo Monetário Internacional considera haver má interpretação do relatório da quinta revisão das contas fiscais sobre os investimentos do Executivo, declarou em Luanda, em conferência de imprensa, o chefe da missão do FMI em Angola.

Mário Megagni lamentou que isso tenha resultado na especulação, por certos órgãos de comunicação social angolanos e estrangeiros, sobre um alegado desvio de 32 mil milhões de dólares.

Trata-se, garantiu, de uma interpretação errada do trabalho da quinta revisão, visto haver valores de investimentos, entre outros, em estradas e ferrovias, que não foram plenamente reflectidos no Orçamento Geral do Estado (OGE).

"Foi um trabalho de esclarecimento das contas fiscais. Resíduos não explicados é algo muito diferente de recursos financeiros desaparecidos. Há partes que não são muito abrangentes, pelo que se devem melhorar os registos dessa informação e dos dados sobre as operações fiscais não incluídos nas estatísticas. É isso que explica o relatório", sublinhou.

Angola depende do petróleo e, por motivos históricos, de grande parte das chamadas receitas das operações quase fiscais, lembrou, referindo-se, entre outras obras, à reabilitação de ferrovias, de estradas, de infra-estruturas, cujos investimentos não foram plenamente reflectidos no OGE.

"O problema é importante, pois os resíduos saem das receitas, das despesas e das fontes de financiamento. As autoridades estão a envidar esforços para melhorarem as estatísticas e a trabalharem na reconciliação de dados, inclusive com a empresa de petróleo", afirmou sem especificar, mas referindo-se à Sonangol.

As autoridades, disse, estão a fornecer explicações e na próxima revisão do Fundo Monetário Internacional vai dar resposta.

"Com certeza vão haver excelentes explicações técnicas", frisou, afirmando que já se verificam mudanças nas contas fiscais de Angola. Mauro Megagni disse esperar que a maioria desses resíduos possa ser explicado, não como dinheiro desaparecido, mas como gastos em infra-estruturas que não foram registados nas contas, por se tratarem de valores investidos fora do orçamento, designadamente receitas oriundas do petróleo. "Quando falamos sobre fundos desaparecidos é uma interpretação errada do trabalho da quinta revisão", advertiu.

"O trabalho feito mostra que já houve muitos progressos, mesmo tendo apenas dados preliminares por enquanto", disse, confirmando que a vinda da missão chefiada por si a Angola se deve a este assunto.

A informação sobre os 32 mil milhões de dólares alegadamente em falta nos fundos governamentais de Angola foi publicada no dia 25 de Dezembro, pelo Fundo Monetário Internacional.

No seu relatório, segundo a Human Rights Watch, o FMI revelou que os fundos governamentais, equivalentes a um quarto do PIB do país, que se crê estarem relacionados com a Sonangol, foram gastos ou transferidos entre 2007 e 2010 sem terem sido devidamente documentados no orçamento.

### Transparência

Mauro Megagni afirmou que a transparência na gestão dos fundos públicos dos governos é um dos objectivos do seu organismo, através do "Stand By Agreement" (acordo de crédito contingente).

O responsável do FMI pediu aos governos; em particular ao de Angola, que sejam transparentes na gestão do dinheiro do erário, pois esse comportamento favorece a responsabilidade fiscal, sobretudo num país que aspira a participar, como mercado emergente, na economia Mundial.

"Por que é importante a transparência? Primeiro, pelo direito à informação, em segundo porque favorece a responsabilidade fiscal e isso tudo num país que aspira a participar, como mercado emergente, na economia Mundial", disse o responsável em conferência de imprensa conjunta com o ministro das Finanças.

E preciso garantir aos mercados, prosseguiu, que "o orçamento é utilizado para melhorar os países e que afinal as contas do Governo são colocadas na

Internet, tal como o balancete do banco central [BNA], as medidas legislativas e as contas da petrolífera nacional [Sonangol]".

Mauro Megagni anunciou existirem relatórios de produção e exportação de petróleo, que estão em conformidade com os mais altos padrões internacionais publicados na Internet, à semelhança do relatório trimestral sobre o orçamento de Angola. Em resumo, disse, são esse os objectivos do Stand By Agreement e já se vêem melhorias claras.

. Ao particularizar o caso de Angola, afiançou que os créditos que o país está a receber são inferiores ao esforço que tem feito. Na conferência, estiveram também presentes a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, peritos do Fundo Monetário Internacional e responsáveis de bancos comerciais angolanos.

Missão é positiva

O ministro das Finanças, Carlos Lopes, considerou positiva a missão de nove dias do Fundo Monetário Internacional (FMI) a Angola, circunscrita na avaliação Stand By Agreement entre o Executivo e aquela instituição financeira.

"Em princípio, a missão terminou e a avaliação preliminar que se faz é positiva. Vamos aguardar pelos desenvolvimentos que vão ditar a elaboração do relatório final a ser submetido ao Board (Conselho de Administração) do FMI", disse o ministro na conferência conjunta.

"Consideramos muito importante esta sexta avaliação do SBA com o FMI, porquanto, ao abrigo desse programa que começou em 2009, é a última em termos de avaliação do SBA em si, mas o mais importante é que paira a certeza que o seu resultado vai ditar o bom ou mau desempenho do programa no seu todo", salientou.

Carlos Lopes referiu que do lado de Angola, o programa foi executado com muita responsabilidade e que, independentemente do resultado final que emergir da avaliação, o Executivo pretende, desde já, manifestar a satisfação pelos efeitos positivos no processo de reorganização das finanças públicas no país.

Para a realização dos trabalhos, em conjunto com o staff do FMI, o Executivo mobilizou-se a dois níveis: criação de uma equipa constituída por secretários de Estado, vice-ministros e directores nacionais que trabalharam mais directamente com os elementos da delegação internacional e outra composta pelos ministros da equipa económica.

Este último grupo, disse Carlos Lopes, desempenhou o papel de coordenador e de orientador da equipa técnica angolana.

## 1.17 Repartição Fiscal da comuna de Calulo cobra mais receitas do que as previstas

*Jornal de Angola*  
24 Janeiro de 2012

A repartição fiscal de Calulo, município do Libolo, Kwanza-Sul, arrecadou para os cofres do Estado, durante o ano fiscal de 2011, mais de 57.2 milhões de kwanzas, muito acima dos contra 31,7 milhões inicialmente previstos.

As receitas resultaram de cobranças sobre 1.703 contribuintes, repartidos pelas classes A, B e C, do imposto de rendimento de trabalho, imposto predial urbano e industrial. O chefe de Repartição Fiscal de Calulo, Carlos Calei, considerou positivo o saldo das arrecadações e apontou a colaboração dos contribuintes e a adopção de mecanismos que permitiram a agilização das cobranças de impostos no município do Libolo como estando na base dos resultados satisfatórios do exercício económico de 20 11.

A realização do montante arrecadado é fruto da demonstração e empenho por parte dos funcionários da Repartição Fiscal, bem como dos organismos intervenientes na arrecadação de receitas do Estado.

Quanto às previsões, o chefe da Repartição Fiscal anunciou, para os próximos tempos, a introdução do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), em curso no país, para permitir o alargamento da base tributária, a racionalização dos incentivos fiscais ao investimento, aumento do controlo do pagamento voluntário dos impostos, implantação de um efectivo sistema de cobrança coercivo, simplificação do sistema legal e burocrático e penalização das infracções tributárias de forma a combater a fuga ao fisco.

Carlos Calei disse tratar-se de um processo que vai possibilitar a melhoria das condições de funcionamento da administração fiscal, bem como estreitar a aproximação entre o contribuinte e os serviços. O chefe da Repartição Fiscal de Calulo anunciou que, no âmbito da aplicação das Linhas Gerais da Reforma Tributária, a instância leva a cabo encontros de esclarecimento sobre as alterações do sistema tributário.

## 1.18 FMI prepara desembolo de 130 milhões para Angola

*Semanário Factual*

*28 de Janeiro de 2012*

Segundo o comunicado do FMI, a equipa internacional teve discussões bastante produtivas com as autoridades angolanas, focalizando o desempenho no âmbito do acordo SBA ao longo de 2011.

"A missão e as autoridades angolanas chegaram a um acordo técnico sobre as políticas que apoiariam a conclusão da avaliação do SBA. O acordo requer a aprovação da Direcção-geral e do Conselho de Administração do FMI. Está prevista para o fim de Março de 2012 a discussão do acordo pelo Conselho. A conclusão da avaliação permitirá a Angola receber o último desembolso ao abrigo do SBA, no montante de cerca de 130 milhões dólares", adiantou a fonte.

O Fundo destaca que "a economia angolana continua a recuperar-se das crises orçamental e da balança de pagamentos ocorridas em 2009. Apesar de algumas dificuldades na produção de petróleo, estima-se que o PIB real tenha crescido 3,4 por cento em 2011, em virtude da forte expansão do sector não petrolífero, e com a inflação a recuar para 11,4 por cento no fim do ano. Beneficiada pela subida dos preços do petróleo, a conta corrente externa registou um excedente de sete por cento do PIB, enquanto as reservas externas alcançaram o equivalente a 5,3 meses de importações no final de 2011".

Estabilidade do câmbio facilitou objectivo da inflação

Acrescenta que "a estabilidade do câmbio, em termos gerais, facilitou o alcance do objectivo de inflação das autoridades. Atrasos na transferência das receitas do petróleo para o Tesouro impuseram um ónus financeiro imprevisto ao orçamento até o fim de Setembro, mas o ritmo destas transferências acelerou no quarto trimestre; uma nova correcção no início de 2012 deve garantir que os níveis de financiamento orçamental sejam adequadamente contidos".

Considera que as autoridades mantiveram a orientação prudente da política macroeconómica em 2011 e frisa que "o saldo orçamental registou um excedente de 12,5 por cento do PIB, frente a sete por cento em 2010".

Salienta que o défice primário não petrolífero foi contido em cerca de 44 por cento do PIB não petrolífero. Por outro lado destaca que "as autoridades estão a investigar o impacto do avultado saldo residual

observado nas contas orçamentais no período 2007 - 2010, cerca de 32 mil milhões de dólares".

Enquanto prossegue esta investigação, os dados preliminares indicam que as operações quase-fiscais realizadas pela estatal petrolífera em nome do Executivo, financiadas a partir das receitas petrolíferas mas não registadas nas contas orçamentais, podem explicar grande parte da discrepância. Uma análise mais profunda será realizada ainda este ano.

Perspectivas são sensíveis à evolução dos preços do petróleo

Para o FMI, "as perspectivas macroeconómicas para 2012 são favoráveis na generalidade", porém indica que "o início da exploração de novos campos de petróleo deve elevar a produção para mais de 1,8 milhão de barris por dia".

Contudo, as perspectivas são altamente sensíveis à evolução dos preços mundiais do petróleo. A aplicação dos planos orçamentais do Executivo deve produzir um decréscimo significativo do défice não petrolífero e ajudar a baixar a inflação para um dígito. Dadas às excepcionais incertezas que continuam a pairar sobre a conjuntura mundial, as autoridades estão empenhadas em aumentar ainda mais as reservas externas para reforçar a protecção contra a volatilidade da receita do petróleo.

A Fundo realça que medidas importantes foram tomadas para garantir que as receitas do petróleo sejam transferidas para o Tesouro de forma previsível e atempada.

Destaca o decreto recente que determina a eliminação gradual da: operações quase-fiscais da empresa petrolífera estatal em 2012, salvo as relacionadas aos subsídios aos combustíveis e ao serviço de algumas linhas de crédito externas.

Recorda-se, o Acordo Stand-By (SBA) do FMI com Angola foi Aprovado em Novembro de 2009. O SBA tem a duração de 27 meses e prevê financiamento no montante de cerca de 1,4 mil milhões de dólares, dos quais já foram desembolsados cerca de 1,2 mil milhões de dólares.

FMI encontrou-se com diversas entidades

Durante a visita a Luanda, a missão, chefiada por Mauro Mecagni, reuniu-se com a Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, o Ministro da Economia, Abraão Pio dos Santos Gourgel, o Governador do BNA, José Lima Massano, outras altas autoridades, membros da Assembleia Nacional e

representantes das comunidades bancária, empresarial, diplomática e académica.

## 1.19 Crescimento económico é mais visível

*Jornal de Angola*

*30 de Janeiro de 2012*

O presidente do Tribunal de Contas, Julião António, afirmou que os indicadores do crescimento que o país regista desde o alcance da paz são cada vez mais visíveis em todos os domínios e defendeu maior fiscalização dos recursos financeiros públicos para que sejam utilizados de forma adequada.

Julião António afirmou que o Executivo trabalha tendo em conta a definição de que o crescimento económico significa desenvolver o país e investir para criar riquezas: "investir para a reconstrução das estradas destruídas pela guerra, a reconstrução ou construção de pontes e edificação tudo quanto foi demolido no país".

Julião António teceu esta consideração em declarações à Angop, antes da missa de abertura da assembleia-geral da Associação Cristã de Gestores e Dirigentes da Igreja Católica, que decorreu sob o lema "o crescimento económico e a pessoa humana".

O presidente do Tribunal de Contas acrescentou que o mundo reconhece os avanços em Angola.

## 1.20 Economia Angolana esta no bom caminho

*Jornal de Angola*

*30 de Janeiro de 2012*

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que a economia angolana continua a recuperar da crise Internacional e o saldo orçamental, no ano passado, registou um excedente de 12,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Num comunicado divulgado em Washington, na sequência da visita a Angola, na semana passada, de uma equipa chefiada por Mauro Mecagni, o Fundo Monetário Internacional afirma que as autoridades angolanas mantiveram, no ano passado, uma orientação prudente da política macroeconómica.

Em 2009, fruto da crise económica e financeira internacional, as receitas do Estado caíram drasticamente, como consequência da quebra dos preços do petróleo. Na sua visita a Luanda, a equipa chefiada por Mauro Mecagni conduziu a sexta e última

avaliação do Acordo Stand-by (SBA) do FMI com Angola, aprovado pelo fundo em 10 de Novembro de 2009, que prevê o financiamento de 1,4 mil milhões de dólares, dos quais já foram desembolsados 1,2 mil milhões.

O comunicado esclarece que a missão e as autoridades angolanas chegaram a um acordo técnico sobre as políticas de avaliação do Acordo Stand-by, quer requer a aprovação da Direcção-Geral e do Conselho de Administração do FMI. Está prevista para o fim de Março deste ano a discussão do acordo. A conclusão da avaliação vai permitir a Angola receber o último desembolso, no montante de 130 milhões de dólares.

Beneficiada pela subida dos preços do petróleo, a conta corrente externa registou um excedente de 7,0 por cento do PIB. As reservas externas alcançaram o equivalente a 5,3 meses de importações, no final do ano passado. O FMI aconselha os países a garantirem, no mínimo, reservas equivalentes a três meses de importação.

Apesar de algumas dificuldades na produção de petróleo, sublinha o comunicado, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) real tenha crescido 3,4 por cento no ano passado, em virtude da forte expansão do sector não petrolífero e com a inflação a recuar para 11,4 por cento no fim do ano. A estabilidade do câmbio também facilitou o alcance do objectivo de inflação das autoridades. Comparado com 2010, afirma o comunicado do FMI, o saldo orçamental subiu 5,5 pontos percentuais e o défice primário não petrolífero foi contido em cerca de 44 por cento do PIB não petrolífero.

Boas perspectivas

O Fundo Monetário Internacional considera que, para Angola, as perspectivas macroeconómicas para este ano são favoráveis. A aplicação dos planos orçamentais do Executivo deve produzir um decréscimo significativo do défice não petrolífero e ajudar a baixar a inflação para um dígito.

O início da exploração de novos campos de petróleo deve elevar a produção para quase dois milhões de barris por dia. As perspectivas são altamente sensíveis à evolução dos preços mundiais do petróleo.

"Dadas as excepcionais incertezas que continuam a pairar sobre a conjuntura mundial, as autoridades angolanas estão empenhadas em

aumentar ainda mais as reservas externas para reforçar a protecção contra a volatilidade da receita do petróleo", acrescenta o comunicado do FMI sobre a situação da economia angolana, garantindo que

"medidas importantes foram tomadas para garantir que as receitas do petróleo sejam transferidas para o Tesouro de forma previsível e atempada".

#### Correcção nas transferências

Atrasos na transferência das receitas do petróleo para o Tesouro impuseram um ónus financeiro imprevisto ao orçamento até o fim de Setembro passado, mas o ritmo das transferências acelerou no quarto trimestre. Uma nova correcção no início deste ano, acrescenta o FMI, deve garantir que os níveis de financiamento orçamental sejam adequadamente contidos.

O FMI faz ainda alusão ao decreto recente que determina a eliminação gradual das operações quase fiscais da Sonangol, este ano, salvo as relacionadas com os subsídios aos combustíveis e ao serviço de algumas linhas de crédito externas.

No comunicado do Fundo Monetário Internacional explica ainda que as autoridades angolanas estão a investigar o saldo residual de 32 . mil milhões de dólares, observado nas contas orçamentais no período de 2007a 2010. Durante a estada em Luanda, a missão do FMI reuniu com a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, o governador do BNA, José Lima Massano, e outras altas autoridades, membros da Assembleia Nacional e representantes da banca comercial, empresarial, diplomática e académica.

## 2. FEVEREIRO DE 2012

### 2.1 Conselho de Administração do BAI nega as suspensões em Cabo Verde

*Jornal de Angola*  
02 de Fevereiro de 2012

O Banco Africano de Investimentos (BAI), que detém o BAI Cabo Verde, negou em comunicado que o Conselho de Administração e a Comissão Executiva da Instituição naquele país tenham sido suspensas por quaisquer decisões, sejam elas administrativas ou judiciais.

De acordo com a nota na terça-feira fornecida pelo BAI ao Jornal de Angola, "ao contrário do noticiado em várias publicações, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. se mantêm no

exercício das suas funções, sendo que o actual mandato termina em 2014".

O BAI confirma, contudo, que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais o administrador não executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Além disso, o Banco BAI revela na nota que "antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o BAI Cabo Verde, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de administrador não executivo do colaborador acima indicado". O banco declarou que, depois de ter tomado conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores, deliberou dar instruções aos seus representantes na administração daquele banco para que tomem as providencias necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária às autoridades competentes daquele país africano.

As notícias iniciais diziam, no último fim-de-semana, que o presidente do BAI Cabo Verde e outros dirigentes daquele banco de capitais angolanos estavam suspensos, devido a alegado envolvimento em "lavagem de dinheiro".

A notícia foi avançada no sábado pela agência oficial cabo-verdiana Inforpress, que cita fontes do BAI Cabo Verde, na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR) de Cabo Verde, em resposta a uma notificação solicitando informações sobre "operações realizadas por clientes arguidos em processo-crime a decorrer".

O processo é a operação "Lancha Voadora", iniciado pela Polícia Judiciária cabo-verdiana em Outubro de 2011 e que levou à apreensão de 1,5 toneladas de cocaína e à detenção preventiva de vários suspeitos, como <> ex-presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV), Veríssimo Pinto, e outros.

Debate Sobre o Orçamento foi Promovido em Luanda

O "Orçamento Geral de Estado e a Economia em 2012" foi o tema de um debate realizado ontem, em Luanda, pelo jornal Expansão, para abordar a repercussão do OGE sobre o futuro do país, as empresas e as famílias. O economista Carlos Rosado de Carvalho, do Expansão, destacou os pontos fortes

e fracos do OGE, onde destacou a consolidação orçamental, que considerou notável, apesar da crise global.

Carlos Rosado de Carvalho considerou que o OGE está, em 2012, influenciado por uma tendência conservadora, pelo facto de as receitas terem sido calculadas com base no preço de 77 dólares por barril de petróleo e prever um aumento geral das despesas.

O economista considerou que a relação entre essas variáveis pode se revelar benéfica para a economia, porque prevê-se, ao longo do ano, a subida do preço do petróleo para níveis largamente superiores às projecções orçamentais. Carlos Rosado de Carvalho relacionou os pontos fracos com o acréscimo da repartição dos gastos entre os diferentes sectores da economia, a qual considera não ter sido a mais feliz.

Na estrutura do OGE, apontou, "o país gasta mais com a defesa e a segurança, do que com a saúde e a educação juntas. Por exemplo, o OGE prevê alocar 15,4 por cento para a defesa e a segurança, contra 8,2 por cento para a educação e 5,2 por cento para a saúde".

"Gastamos mais com as bombas de combustível do que com a saúde. É preciso mudar esse quadro", afirmou. Carlos Rosado de Carvalho citou estudos que apontam que 30 por cento dos preços dos combustíveis são subsidiados pelo Estado.

Para 2012, o Estado aprovou um OGE de 4,42 triliões de kwanzas, projectando uma taxa de crescimento económico de 12,8 por cento e uma taxa de inflação de 10 por cento. O petróleo vai gerar a maior percentagem das receitas.

## 2.2 Direcção do BAI em Cabo Verde em maus lençóis (Escândalo de lavagem de capitais)

*Jornal Angolense*  
03 de Fevereiro de 2012

A notícia foi avançada, no final da semana passada pela agência oficial cabo-verdiana Inforpress, que cita fontes do BAI/CV, na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR), em resposta a uma notificação solicitando informações sobre "operações realizadas por clientes arguidos em processo-crime a decorrer". O processo é a operação "Lancha Voadora", iniciado pela Polícia Judiciária (PJ) cabo-verdiana em Outubro de 2011 e que levou à apreensão de 1,5 toneladas de cocaína e à detenção preventiva de vários suspeitos, como o ex-presidente da Bolsa de Valores de Cabo

Verde (BVCV), Veríssimo Pinto e outros com contas no BAI/CY.

De recordar que o Banco Africano de Investimentos (BAI) expandiu os seus serviços para Cabo Verde, em Novembro de 2008, depois de ter inaugurado uma filial na cidade do Sal, no âmbito da sua estratégia de internacionalização.

O BAI Cabo Verde é uma instituição financeira de capitais misto, cabo-verdiano e angolano, e elegeu como segmentos alvo os sectores corporativos e de particulares.

Com um capital social de mil milhões de escudos cabo-verdianos, o BAI Cabo Verde tem a sua sede na cidade da Praia, a capital do arquipélago.

SAI lamenta envolvimento de colaboradores seus no "escândalo"

O conselho de administração do Banco Africano de Investimentos (BAI) lamentou, em comunicado enviado ao Angolense, os acontecimentos envolvendo colaboradores seus em Cabo Verde.

"O BAI não pode deixar de lamentar a situação mas está certo que os factos em causa não são susceptíveis de colocar o prestígio e a solidez do Banco em Cabo Verde", lê-se no comunicado, acrescentando que, "o conselho de administração do BAI tomou, recentemente, conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores", e perante isso deu instruções aos seus representantes na administração do BAI/CV "para tomarem as providências necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária às autoridades cabo-verdianas", reforçou a nota.

No comunicado enviado ao Angolense, o conselho de administração do BAI confirma que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais administrador não executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o BAI Cabo Verde, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de administrador não executivo do colaborador acima indicado", acrescenta o comunicado. O BAI esclarece, por outro lado, que o conselho de administração e a comissão executiva do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. se mantêm no

exercício das suas funções, dado que o actual mandato termina em 2014.

De salientar que, o BAI Cabo Verde tem como accionista o BAI Angola com 71 por cento, a petrolífera Sonangol, com 19 por cento, e a empresa cabo-verdiana SOGEL, com 10 por cento.

Fundos do BAI avaliados em 761 milhões de dólares

Fundado há 14 de Novembro de 1996, o BAI está implantado em todas as capitais provinciais. Em finais do ano passado o até então Banco Africano de Investimentos - BAI passou a designar-se oficialmente Banco Angolano de Investimento-BAI. A nova denominação, segundo explicações do conselho de administração deveu-se, sobretudo, aos objectivos principais de levar o nome do país e ser uma marca representativa dos valores de Angola e criar uma identidade do Banco como tendo o centro das suas decisões em Angola.

Actualmente, o BAI tem cerca de 1.538 funcionários, 85 agências, 5 centros de atendimento à empresas e 10 postos de atendimento, totalizando 100 e 390.35 clientes. O Activo Líquido do banco é de US\$ 9,9 mil milhões e neste momento gere Fundos Próprios avaliados em US\$ 761 milhões.

Fruto da sua política de expansão internacional, o BAI está presente na Europa, através do BAI Europa, em Cabo Verde e conta com um escritório de representação na África do Sul.

A notícia foi avançada em primeira-mão pela agência oficial cabo-verdiana Inforpress, que cita fontes do BAI na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República

Em 2011, o ranking Top 1000 da The Banker colocou o BAI na 686ª posição no mundo, subindo 25 posições em relação a classificação de 2010. Em África o Banco saiu da 24ª para a 22ª posição.

## 2.3 A reforma tributária em Angola

*Jornal Agora*

*11 de Fevereiro de 2012*

1.- o Governo da República de Angola, gizou há uns anos a esta parte, um projecto de Reforma tributária que vem executando pouco a pouco "Malembe, malembe" como soi dizer-se numa das nossas línguas nacionais!

Fazendo um pouco de história e se a memória me não traiçoa, o Executivo começou a sua empreitada

de Reforma tributária com a legislação sobre os petróleos, condensando os vários diplomas então dispersos (coloniais e não só) numa única lei ou código. Depois, submeteu à Assembleia Nacional uma proposta de Lei de alteração ao Imposto Predial, que pretendia alterar 13 artigos e revogar 25, do Código de Imposto Predial do tempo do colono (Diploma Legislativo nº 4044 de 13/10/1970). Simultaneamente, o Executivo propôs aos deputados, alterar apenas 2 artigos (o 7º e o 8º) do Regulamento para a Liquidação e Cobrança do Imposto sobre as Sucessões, Doações e Sisa. Este Regulamento, amigos leitores, data de 18/Maio/1931 (Diploma Legislativo nº 230), quer dizer foi aprovado pelo colono há 80 anos! E ainda continuamos com grande parte do seu conteúdo, apesar de tudo!? Foram também propostas alterações ao Regulamento e à Tabela Geral de Imposto de selo!

2.- Prosseguindo, em Outubro do ano passado o Executivo voltou a submeter ao Parlamento angolano mais 3 Propostas de Lei desta vez, para aprovar 3 Códigos, nomeadamente O Código Geral Tributário (CGT); o Código de Processo tributário (CPT) e o Código das Execuções fiscais (CEF). Na passada semana, dia 26 Janeiro os parlamentares aprovaram o CGT, com a abstenção dos partidos na Oposição! Todos estes Códigos que se pretendem ou estão hoje a ser alterados, datam do período colonial (1948 e 1969). Até aqui tudo bem, pois mais vale tarde do que nunca. Porém, é muito estranho que um Governo que se considera independente e soberano tenha imposto aos seus concidadãos, obediência durante 37 anos, às leis fiscais coloniais, há muito obsoletas! Afinal parece que em Angola, só mudaram mesmo, as pessoas do Poder!

2.- É sabido que o Parlamento angolano (dominado por esmagadora e atípica maioria do MPLA), habituou-nos a aprovar tudo o que vem do Executivo, quase sempre sem tirar nem pôr uma vírgula que seja, passe o exagero! De facto, nunca que eu saiba a Casa das leis, recusou um projecto lei (por inadequado, mal fundamentado ou outra razão), ou sequer alterou substancialmente um diploma cuja aprovação lhe é solicitada pelo Executivo. Parte-se do princípio sacramentado pela ditadura partidária do M, de que se os projectos foram discutidos e aprovados pelos "iluminados ministros" em Conselho de Ministros e mereceram a aprovação do Presidente da República, então está tudo certo, tudo claro, tudo bem... nada mais há a fazer pelos deputados, salvo pequenos acertos na forma, quando necessário. Significa que, à partida os deputados (excluindo os na Oposição), atribuem-se um certificado de incompetência legislativa e um atestado de submissão ao poder Executivo, que emana da "Altíssima cidade

dos iluminados" ! De resto, venho notando com preocupação que a submissão do poder legislativo ao poder Executivo, que era coisa normal no tempo do Regime totalitário comunista, parece ter-se adensado após as eleições escandalosas de 2008 cujos resultados produziram a atípica Constituição de Angola que atribui ao Executivo um Presidencialismo plenipotenciário, no que a liderança soberana nacional diz respeito.

3.- São vários os exemplos que comprovam inequivocamente que a Assembleia Nacional (AN) tem vindo a claudicar, rendendo-se cada vez mais ao Executivo e reforçando o poder deste Órgão de soberania em detrimento do seu próprio poder. Basta citar 2 exemplos (10)- As sucessivas "Autorizações legislativas" que a AN. tem concedido ao Executivo. Autênticos cheques brancos, devidamente assinados! (2º)\_ A auto-suspensão pela AN da sua função fiscalizadora da actividade do Executivo. Ora, a fiscalização dos actos do Governo é, nos países democráticos, uma das atribuições mais nobres e soberanas de um Parlamento! Nesta ambiente tão influenciado e intimidado pelo Poder Executivo e tão excessivamente dominado por uma "tribo político-partidária", fica muito difícil um deputado do MPLA, que seja politicamente integro, patriota e tecnicamente qualificado, votar contra leis que muitas vezes não respondem adequadamente aos problemas e aspirações das populações e das empresas angolanas. Na Assembleia, não há voto em consciência! Toda a turma tem de levantar a mão em aprovação, para salvaguardar o tacho! É por isso que vemos quase sempre a Oposição a abster-se quando não vota contra. Estes ainda têm este privilégio ! De resto, os poderosos deputados maioritários já sabem à partida, que mesmo com todos votos da Oposição contra ou em abstenção, qualquer que seja o projecto lei que entra naquela Casa, é aprovado e muitas vezes acrescentam-lhe risadas e apupos contra os deputados da oposição, qual cereja a enfeitar o bolo do Executivo.

4.- Mas deixemos este à parte e concentremo-nos no tema que me traz aqui hoje A Reforma tributária! Em qualquer país do mundo, há Leis e leis! Todas são importantes, mas umas abordam matérias cuja complexidade técnico-jurídica de um lado e dimensão transversal e importância económica e financeira de outro lado, tomam-se tão relevantes que requerem maior atenção, mais participação de técnicos e discussão com agentes económicos interessados, sujeitando-os assim a uma análise muito mais profunda, mais partilhada e mais equilibrada! Ainda não foi isso que vi fazerem desta vez e duvido muito que o venham a fazer nos próximos tempos! E se o fizerem, será apenas por motivações eleitoralistas, um

show off, porque no essencial e todos já nos habituamos a isso, as opiniões das populações e dos empresários, não serão tidas nem achadas ! Trata-se de um problema de mentalidade, de uma patologia que tarda em curar. A Governação actual prefere gizar programas e medidas de politica nos gabinetes e círculos fechados (cercele privé), circunscritos a uns poucos consultores ou assessores oriundos de comités de especialidade da "tribo partidária"! Raramente se promovem exercícios dialogantes de maior abertura e abrangência intelectual e técnica, sem preconceitos partidários! Não imaginem o conhecimento e a mais valia técnica e até mesmo o dinheiro que se perdem, com esta prática discriminatória de capital humano angolano, útil!

5.- Neste trabalho de análise crítica, vou para além dos meros aspectos jurídico-administrativos e processuais tratados nos Códigos tributários a que antes me referi. De resto, não sendo jurista seria um suicídio intelectual, pretender fazer abordagens pedagógicas nesta especialidade. Pretendo isto sim, abordar a Política Fiscal deste Governo (Executivo), no contexto das políticas macro-económicas estruturantes da governação de qualquer país que se preza ! Para este exercício, estou academicamente formado e tecnicamente qualificado!

6.- A fiscalidade, é por excelência, um instrumento de intervenção económica do Executivo. Tem objectivos económicos, financeiros e sociais, claros. Tem ver com impostos, logo com receitas despesas públicas. A fiscalidade desempenha um papel importante na redução das desigualdades económicas sociais e até na erradicação da pobreza. É pois uma ferramenta política privilegiada no que tange à redistribuição dos rendimentos e do capital. Qual é a politica fiscal do Governo de Angola ? Perguntem aos deputados e até mesmo aos membros do Governo e ficarão estupefactos com o reduzido nº dos que conhecem e com a dimensão da ignorância!

7.- O Projecto de reforma tributária deste Executivo, já o disse antes, não, foi suficientemente abordado com o agentes económicos mais interessados. As famílias (trabalhadores) e a empresas! Não obstante isso, ele está ser implementado e certamente perante desígnios opostos das famílias empresas que, a maior parte deles vêm traídos seus esforços e adiado seus anseias por rendimentos maiores, mais estáveis e redistribuído com maior justiça! Tenho informações de que, a maioria dos empresário não estão satisfeitos com esta reforma tão pouco reformista. Talvez seja por isso que o Presidente os convidou (s alguns, claro?) para uma Reunião ( 1ª do género depois de mais de 3 anos no poder) , supostamente para os auscultar, num gesto tão inédito tardio quanto cínico. Se fosse de facto sincero e com boas intenções, devia

tê-lo feito antes de mandar aprovar publicar tanta legislação económica fiscal que afecta directamente os interesses dos empresários! Nesta reunião, o Titular do Executivo (como também gostam de chamar o Presidente da República) fez as promessa milionárias do costume. Mais créditos bancários e incentivos para a classe empresarial (empreendedores incluídos) enfim ... Um gesto que se pode ser entendido como populista só justificado pela proximidade da eleições, para as quais ele é um de candidatos! O Chefe do Executivo não se reuniu com os Sindicatos que representam os trabalhadores! Por isso não sabe, que as famílias angolanas trabalhadoras, desconfiam que presente reforma tributária, de tão conservadora, beneficiará mais os Capitalistas e poderosos detentores de grandes patrimónios, do que os trabalhadores angolanos!

## 2.4 Executivo não cumpre pagamentos às construtoras

*Jornal Agora*

*11 de Fevereiro de 2012*

Passados quase dois anos, o ministro das Finanças anunciou que o Executivo, em dois anos, pagou apenas 2 653 milhões de dólares a credores internos e externos no período entre 2003 e 2010, de um total de dívida estimada em 9 mil milhões de dólares, não revelando o segmento empresarial beneficiado.

Sem precisar o montante pago às empresas portuguesas, visto que foram as que mais apresentaram reclamações, Carlos Alberto, esqueceu-se, que 30% do valor dizia respeito às lusas. As dívidas às grandes empresas seriam pagas em 40% inicialmente e depois far-se-ia um reescalonamento por um ou mesmo dois anos.

As autoridades sempre referiram que o endividamento resultou da crise financeira mundial que atingiu o país.

Atendendo às declarações do ministro, em 2003 teriam sido pagos 380 milhões de dólares, 271 em 2004, 354 em 2005, 363 em 2006, 444 em 2007, 513 em 2008, 259 em 2009 e 69 milhões de dólares em 2010.

Os reembolsos em referência foram feitos através da emissão de Obrigações de Tesouro (Ot) e do total das emissões foram resgatadas, até Dezembro passado, títulos no valor aproximado de 2 mil milhões de dólares.

"Com isso o stock desses títulos situa-se em 644 milhões de dólares, tendo o Estado pago pela sua

emissão juros no valor de 325 milhões de dólares", referiu o governante, salientando que esses são os esforços financeiros feitos pelo Estado para regularizar a dívida de 2003 a 2010, depois de verificados os processos aceites, desde que, no mínimo, exista um contrato reconhecido.

Mesmo com a intervenção pública do PR a situação não se apresenta fácil em função do Estado continuar a averiguar as facturas relativas aos anos 1992 e 2003 e apesar do prazo há muito ter expirado, os processos estão ainda em tratamento.

Porém, o objectivo é regularizar todos os atrasados e, mais ainda, conferir rigor e transparência na execução orçamental para evitar as sobrefacturações e outros meios de desvio de fundos públicos através de comissões nas empreitadas adjudicadas pelo Estado.

Tais tarefas passam pela construção de uma estratégia endividamento público, capaz de assegurar a sua sustentabilidade e transparência dos números que devem expressar, com verdade, as dívidas contraídas, os seus custos e a regularidade da sua situação.

Entre as acções de reorganização e melhoria da gestão financeira pública já adoptadas, destacam-se as regras de execução do Orçamento Geral do Estado (Oge), regime dos investimentos públicos, entre os quais se incluem disposições decorrentes das recomendações do Executivo em matéria financeira.

Segundo o que o AGORA apurou do Ministério das Finanças, a vontade existe de reduzir aos mínimos aceitáveis a dívida pública sem recorrer a sacrifícios desnecessários, tentando pôr termo a uma série de práticas nocivas dos gestores orçamentais que se confundem com os erros e vícios do passado.

Os mecanismos para se cumprir tal desiderato já foram lançados com a política de 'tolerância zero' em relação a esses equívocos e imperfeições na adopção de novas medidas de trabalho, ainda sem resultados públicos.

A dívida agravou-se em função da não apresentação ou a apresentação irregular das necessidades de recursos financeiros por parte das unidades orçamentais e não menos importante, a contracção de dívidas à margem das regras estabelecidas, remissão de facturas ao Ministério das Finanças e até a emissão de ordens de saque em nome próprio.

Por outro lado, a celebração de contratos sem orçamentação prévia, existência de contratos não aprovados pela entidade competente ou não visados pelo Tribunal de Contas, contratação em moeda estrangeira com residentes cambiais ou o estabeleci-

mento de pagamentos antecipados superiores aos 15% regulamentados

"Nenhum país sobrevive a tantas falcatruas financeiras. Os indícios da Sobrefacturação detectados nos últimos três anos pelo Minfin deveriam ser reveladas pelo Tribunal de Contas para evitar especulações das entidades prevaricadoras", lembrou o economista Maurício do Nascimento, salientando que importa neste momento definir se o tratamento inclui a validade ou não da dívida apresentada pelas entidades credoras, negociação e homologação.

É imperioso que o Estado actualize o caderno de encargo com os credores e, neste particular, as empresas que prestaram serviço de forma justa ou não, aguardam pelos pagamentos.

Ao assumir o processamento de 2 653 mil milhões de dólares da dívida contraída junto das empresas que operam no mercado interno, o Ministério podia lembrar os pendedes dos processos de reclamação aceites e os incompletos para assegurar a lisura do processo.

A pretensão de adopção de novos métodos de trabalho, outra disciplina, nova consciência e um perfil do servidor público mais adequado às suas responsabilidades, deve ser seguida de iniciativas exequíveis e fundamentalmente quanto à execução do Oge.

O Oge é uma previsão, pelo que as despesas nele incluídas podem ser iguais, superiores ou inferiores às receitas arrecadadas efectivamente. Por isso, a sua execução deve ser feita com base na programação financeira trimestral do Tesouro e planos de caixa mensais.

O rigor financeiro adoptado pelas autoridades, particularmente o Minfin, em relação as unidades orçamentais, contribuiu para a conjugação de mecanismos de defesa dos interesses do Estado em matéria de necessidades de recursos financeiros, combinadas com a programação financeira do Tesouro. É esta que estabelece o limite das despesas que as unidades orçamentais devem cabimentar em cada trimestre.

Os orçamentos dos últimos dois anos foram sempre programados neste sentido para responder às reclamações das construtoras e outros fornecedores, mas é necessário salientar que não basta uma despesa estar prevista no Oge "tem também de estar prevista na programação financeira do Tesouro".

Não é de estranhar a existência de gestores que durante largos anos encalharam as finanças públicas,

assumindo encargos sem que as entidades competentes fossem notificadas.

E o mais grave é que muitos continuaram a endividar-se com o argumento de que o seu orçamento lhes permitia realizar certas despesas, responsabilizando o Ministério das Finanças por não disponibilizar os fundos previstos no Oge.

"É preciso despertar para o fim da incompetência institucional, embora as revelações do, Ministro não agradem todos aqueles que se sacrificaram em prestar serviços ao país e agora encontram muitas dificuldades em organizar a sua tesouraria em função dos atrasados não remunerados", lembrou o sociólogo M<sup>l</sup> funsa Mário.

Por sua vez, Fernando Costa, da Genea Angola, reconhece que o Estado não teve capacidade de liquidar as dívidas e o que parecia boa notícia para aqueles que gostam das comissões, hoje é um pesadelo para as suas finanças.

"Aparecerão muitos contratos reconhecidos inventados, como de costume e seria interessante revelar as empresas que ainda faltam por pagar", clarificou, sublinhando aqueles que deixaram as Finanças sem capacidade financeira devem ser responsabilizados em função dos atropelos à lei de gestão dos fundos públicos.

Até final do primeiro semestre mais dados serão revelados a propósito dos pagamentos ainda em curso e muitos erros poderão ser detectados.

Os indicadores da dívida pública continuam a subir e em finais de Novembro era calculada em 31,6 mil milhões de dólares, contra os 26,1 mil milhões em Abril do ano passado.

Contudo, o cenário actual revela o êxito do plano de acção do Executivo face às dívidas, visto que os atrasos de pagamento remanescentes do Oge de 9 mil milhões de dólares reduziram no espaço de dois anos.

## 2.5 Executivo acelera reforma fiscal

*Jornal Agora*

*11 de Fevereiro de 2012*

As mudanças fazem-se sentir desde o imposto industrial ao de rendimento do trabalho, passando pelos de consumo e de selo.

A aprovação de um conjunto de diplomas no âmbito do projecto de reforma do sistema fiscal, no ano passado, visa adequá-lo à dinâmica do crescimento económico, perspectivando-se uma evolução signi-

ficativa na diversificação das fontes de financiamento do Orçamento Geral de Estado (Oge). Outro objectivo não menos importante do Estado consiste em alargar a base de contribuintes, reduzindo algumas taxas de impostos, mas, apertando o cerco aos incumpridores.

No que respeita ao imposto industrial são introduzidas diversas alterações que visam uma actualização da taxa para dar resposta à crescente complexidade das operações dos sujeitos passivos no país.

Simplificar os mecanismos de apuramento da matéria colectável e clarificar o tratamento fiscal a conferir às realidades económicas resultantes de actividades comerciais e industriais são outras apostas reflectidas no Programa do Executivo para a Reforma Tributária (Pert).

Trata-se da evolução de um imposto com a introdução de medidas, alteração de taxas e inserção de tributação autónoma de 15% para despesas confidenciais e 5% para não documentadas.

Todas estas alterações são favoráveis ao investimento e alargam a base de financiamento do Oge, permitindo aumentar os níveis de tesouraria.

O técnico do Pert, N'gouabi Salvador, realçou, à margem do seminário sobre a reforma tributária, a aprovação na generalidade, pela Assembleia Nacional, do Código Geral Tributário, documento que define as linhas básicas do sistema fiscal, que revogará o anterior, em vigor desde 1979 e já se apresentava completamente desajustado a actual realidade económica e social.

Este desajuste legislativo não se verificava apenas em relação ao Código Geral Tributário, mas também com os códigos de imposto industrial, predial urbano e de rendimento de trabalho.

Uma das novidades da execução do Pert consiste na revisão do Código de Imposto Predial Urbano e na adopção do um critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do mesmo.

O especialista mencionou outras medidas de carácter legislativo, destacando-se a aprovação do Regime Simplificado das Execuções Fiscais, que veio cobrir um vazio de cerca de 10 anos, em que pagar ou não impostos estava dependente da vontade do contribuinte.

Antes da aprovação desse regime simplificado para as execuções fiscais, o Estado não tinha instrumentos

para proceder à cobrança coerciva dos impostos", salientou.

Para dar consistência ao programa, está em curso o processo que confere mais atribuições ao Tribunal Fiscal, visando, sobretudo, agilizar decisões de questões tributárias que não tenham natureza criminal.

Por sua vez, o reformista Dinis Dungo, garantiu que a instituição está entre as prioridades do Pert. A par da criação do Tribunal, a reforma tem dentro das suas metas a construção do conselho superior de contribuintes como instância da administração tributária. Fruto da implementação do novo Código Geral Tributário, o Serviço Nacional das Alfândegas (Sna) arrecadou 5,2 mil milhões de dólares nos primeiros seis anos da reforma estrutural e funcional iniciada em 2000.

Por seu turno, o técnico do departamento de políticas e procedimento do Sna, Nicolas Neto, explicou que, fruto dessa estratégia, as receitas têm aumentado gradualmente, daí que em 2000 o Sna tenha colectado 215 milhões 450 mil dólares na fase pré-reforma.

Apesar de não revelar os números actuais, notou que dos principais resultados desse processo, destaca-se o alargamento da base tributária, implementação de novas tecnologias no domínio da informática, simplificação das tarefas, actualização e racionalização da legislação e maior cooperação internacional.

A reforma em curso está também a permitir desalfandegar mercadorias no prazo máximo de dois dias (48h00), desde que previamente cumpridas as tramitações. A instituição tem priorizado os produtos perecíveis, particularmente os frescos e os fármacos, por se tratar de mercadorias que acarretam elevados custos de conservação.

## 2.6 BAI suspeito de lavagem de dinheiro em Cabo-Verde

*Jornal Agora*

*04 de Fevereiro de 2012*

A notícia foi avançada na sequência de um relatório que o banco angolano enviou à Procuradoria-Geral da República (Pgr), em resposta a uma notificação, solicitando informações sobre "operações realizadas por clientes arguidos em processocrime a decorrer" naquela instância judicial.

O processo denominado operação 'Lancha Voadora', iniciado pela Polícia Judiciária (Pj) caboverdiana em Outubro do ano passado, levou à apreensão de 1,5 toneladas de cocaína e à detenção preventiva de

vários suspeitos como o ex-presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde (Bvcv), Veríssimo Pinto, e outros com contas no Bai / Cv.

É a associação entre este gestor e um dos clientes do banco, Paulo Pereira, também em prisão preventiva e que a Pj acredita ser o "dono" da droga apreendida que acabou envolvendo o Bai.

Segundo as informações, coube ao Bai/ Cv gerir uma subscrição de obrigações da instituição feita por Paulo Pereira (P.P.) que, para tal, se deslocou à bolsa para, na companhia de Veríssimo Pinto (VP.), entregar um envelope com 185 mil dólares a um funcionário para proceder à operação.

O mesmo trabalhador não identificado, citado ao longo do relatório, garantiu que o antigo gestor da bolsa lhe solicitou que o dinheiro fosse depositado na conta de P.P., argumentando que se destinava à subscrição de obrigações do Bai / Cv.

O funcionário em causa passou, depois, todos os dados da operação ao presidente do conselho de administração do Bai, David Djasse, que o 'instruiu' a depositar apenas 55 mil dólares, indicando que o restante seria guardado na tesouraria central.

Admitindo ter tido alguns contactos com V.P. não adiantou, porém, se o depósito foi comunicado ao Banco de Cabo Verde (Bcv), tal como prevê a lei.

Segundo o documento o que acaba por estar verdadeiramente em causa são os restantes 130 mil dólares, uma vez que a verba foi depositada por David Djasse no Bai Europa, ao abrigo de uma autorização solicitada ao Bcv a 20 de Setembro de 2010 e transferido, posteriormente, para uma conta pertencente a P.P. no Bai/Cv.

Fontes judiciais cabo-verdianas indicaram que o Bcv mandou fazer uma auditoria ao Bai/ Cv, que o Banco Central confirmou, sem adiantar qualquer pormenor.

Um magistrado judicial esclareceu que o procedimento dos angolanos seria absolutamente normal caso se tivesse feito o depósito de todo o montante na conta de P.P. em Cabo Verde, informando a Unidade de Informação Financeira (Uif) e, depois, solicitando autorização para o envio de divisas para o Bai Europa.

Ao invés disso os documentos dizem é que os 130 mil dólares, juntamente com outras divisas que saíram do país, foram posteriormente depositados por David Djasse no Bai Europa para, depois, serem transferidos para a conta de P.P. no Bai/Cv. Depois dessa transacção é que o Bai / Cv dá a ordem de subscrição de P.P. às obrigações que estavam, então,

em Oferta Pública de Venda (Opv) na Bolsa de Valores.

Caso se confirmem as informações apresentadas sobre Veríssimo Pinto, pode não pender sobre ele apenas a suspeita de lavagem de capitais, mas também de associação criminosa com Paulo Pereira.

O Bai / Cv, com um capital social de cerca de 120 milhões de dólares, tem como accionistas o Bai Angola, com 71%, Sonangol 19%, e a empresa cabo-verdiana Sogei, com 10% .

#### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RESPONDE

O conselho de administração do Bai lamentou os acontecimentos envolvendo colaboradores seus em Cabo Verde.

"O Bai não pode deixar de lamentar a situação mas está certo que os factos em causa não são susceptíveis de colocar o prestígio e a solidez do banco em Cabo Verde", lê-se no comunicado distribuído à comunicação social.

O presidente do Bai/Cve outros dirigentes foram suspensos devido ao alegado envolvimento na trama. "O conselho de administração do banco tomou recentemente conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores", e perante isso deu instruções aos seus representantes na administração do Bai / Cv "para tomarem as providências necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária" às autoridades cabo-verdianas.

A administração confirma que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais administrador não executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

"Antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o Bai/Cv, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de administrador não executivo do colaborador acima indicado", acrescenta.

Esclarece, por outro lado, que o conselho e administração e a comissão executiva se mantêm no exercício das suas funções, dado que o actual mandato termina em 2014.

## 2.7 Suposto caso de Corrupção em filial Cabo-Verdiana . Esclarecimento do BAI-Sede

*Semanário Angolense*  
04 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração do BAI tomou recentemente conhecimento dos factos ocorridos em Cabo Verde e em que podem estar envolvidos dois dos seus colaboradores, tendo nessa sequência deliberado dar instruções aos seus representantes no órgão de administração daquele Banco para tomarem as providências necessárias ao reforço de todos os mecanismos de prevenção de branqueamento de capitais e de prestarem toda a colaboração necessária às autoridades competentes daquele país.

O BAI esclarece que, ao contrário do noticiado em várias publicações, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva do Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A. se mantêm no exercício das suas funções, sendo que o actual mandato termina em 2014.

O BAI confirma que o Banco Central de Cabo Verde solicitou a suspensão temporária de dois colaboradores, um dos quais Administrador não Executivo, enquanto decorrem as investigações para aferir as responsabilidades pessoais ao nível da legislação sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais.

Antes mesmo desse pedido ter sido efectuado, o BAI Cabo Verde, com base no processo de averiguações internas que ordenou, obtivera já a renúncia ao cargo de Administrador não Executivo do colaborador acima indicado.

O BAI não pode deixar de lamentar a situação, mas está certo que este facto não é susceptível de colocar "em causa o prestígio e a solidez do Banco em Cabo Verde.

## 2.8 Reforma Tributária reduz 80 por cento da taxa de impostos de SISA

*Semanário Factual*  
De 11 á 18 de Fevereiro de 2012

De acordo com o técnico do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), N'gouabi Salvador, citado pela A1"JGOP, apontou como novidades trazidas pela execução do projecto a revisão do Código de Imposto Predial Urbano e a adopção do

critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do património.

O especialista afirmou que, no âmbito da revisão do Código de Imposto Predial Urbano (IPU), foi também aprovada uma redução generalizada da sua taxa, como resultado da aprovação dessa redução, afirmou N'gouabi Salvador, sendo que os imóveis estão agora sujeitos a uma taxa de 15 por cento quando antes da revisão legislativa a taxa aplicável era de 24 por cento, enquanto os imóveis não arrendados passaram de 30 por cento para 0.5 por cento sobre o excesso de cinco milhões de Kwanzas.

No âmbito da revisão do Código do IPU, afirmou terem sido adoptadas, entre outras medidas, a redução em 80 por cento da taxa de imposto de SISA, que antes era de 10 por cento sobre o valor da transacção do imóvel, actualmente passou a ser de 2 por cento.

Adiantou que no quadro do imposto de SISA se procedeu à eliminação do selo de conhecimento de SISA, que sobrecarregava a carga fiscal que já era elevada. "O selo de conhecimento de SISA era de 8 por cento e no âmbito do PERT eliminamo-lo", fez saber.

Assegurou que outras medidas de carácter legislativo foram tomadas, com particular destaque para a aprovação do Regime Simplificado das Execuções Fiscais, que veio cobrir um vazio de cerca de dez anos, quando pagar ou não impostos estava dependente da vontade do contribuinte.

"Antes da aprovação desse regime simplificado para as execuções fiscais, o Estado não tinha instrumentos para proceder à cobrança coerciva dos impostos", explicou.

País prepara Tribunal Fiscal

Por outro lado, o especialista Dinis Dungo informou, em Luanda, que a criação de um Tribunal Fiscal está entre as prioridades do PERT em curso no país.

De acordo com Dinis Dungo, que apresentava aos jornalistas as linhas gerais do PERT, a criação desse tribunal especializado visa, sobretudo, agilizar decisões de questões tributárias que não tenham natureza criminal.

A par da criação do Tribunal Fiscal, o PERT, um projecto a ser executado em cinco anos, tem dentro das suas metas a construção do Conselho Superior de Contribuintes como instância da administração tributária.

Salienta-se que o PERT, em curso no país por intermédio do decreto presidencial nº 155/10, define metas extremamente importantes que passam pela modernização da administração e do sistema tributário angolanos, pelo aumento da arrecadação de receitas não-petrolífera para o Estado, assim como pela constituição de um válido e eficaz instrumento para atracção de investimento, equidade e justiça social.

O Executivo pretende que o esforço de diversificação económica em curso no país tenha reflexos na arrecadação de receitas, tendo como pressuposto o alargamento da base produtiva, que propiciará o fomento do emprego e melhorias das condições de vida da população angolana.

O PERT leva a cabo uma aturada revisão dos principais procedimentos nas repartições fiscais, particularmente na área de fiscalização tributária, que maior impacto tem na potenciação da receita tributária, assim como está em curso uma ampla revisão do sistema tributário, cuja filosofia principal passa pelo desagravamento de algumas taxas.

Estima ainda o apetrechamento tecnológico das repartições em todo o país, instalando-se computadores e modernizando-se o parque de aplicações tributárias, tendo por base a experiência das melhores práticas internacionais e espera-se que tal investimento deverá tornar mais rápido, seguro e eficaz o processo de pagamento de impostos nas repartições fiscais.

## 2.9 Informação Rima com Boa Governação

*Novo Jornal*

*24 de Fevereiro de 2012*

VÁRIAS FIGURAS da sociedade civil clamaram terça-feira, em Luanda, por mais informação e transparência na indústria extractiva mundial. A iniciativa, promovida pela organização não governamental Open Society, teve ainda como objectivo promover a discussão sobre a reforma legislativa americana Dodd-Frank.

As normas que estão prestes a ser implementadas pelas autoridades americanas prometem mudar o acesso à informação sobre o pagamento de bónus, concessões, e transacções no sector extractivo. Caso a legislação seja aprovada sem alterações de fundo, os negócios das empresas registadas em Wall Street, principal praça financeira do mundo, vão passar a ser escrutinados publicamente. Tal situação pode afectar

a actuação de empresas estrangeiras em Angola, sobretudo no sector petrolífero (ver peça ao lado).

O cenário deu origem a uma guerra de “lobbies” – e colocou a sociedade civil internacional contra o forte e poderoso “lobby” dos petróleos, que agora ameaça a Comissão de Segurança Cambial (SEC) americana com processos em tribunal.

Vicente Pinto de Andrade, economista e professor Universitário, lembrou durante o encontro que neste momento “os EUA são quem tem maior legitimidade para apertar o cerco em relação a este tipo de informações”. “Com a crise na Europa, e os consequentes danos que a instabilidade causa na imagem da democracia, os governos daquela região talvez não tenham tanta força para impor novas regras. Aliás, eu acho mesmo que podemos esperar um retrocesso democrático nos próximos tempos. Com o cenário de crise há empresas e governos que vão fechar os olhos a determinadas regras”, frisou o economista.

Em relação a Angola, é público que o governo tem vindo a disponibilizar publicamente uma série de informações relativas à actividade da Sonangol (que assume o triplo papel de concessionária, operadora e negociante). No entanto, várias correntes na opinião pública consideram que é ainda um exercício insuficiente, realizado com falhas e de forma divergente – alguns dados da Sonangol não coincidem com a informação providenciada pelas Finanças, por exemplo.

Para se defenderem, as multinacionais do sector extractivo, têm alegado junto do Senado americano que são as próprias leis locais que limitam a distribuição de informação sobre os seus negócios. A própria Lei das Actividades Petrolíferas nacional, no seu Artigo 77º, prevê um “dever de confidencialidade” que envolve a concessionária (Sonangol) e as suas associadas.

Mesmo assim, o ponto 4 do referido artigo ressalva que a regra não se aplica “quando tais dados ou elementos de informação devam ser facultados a outras entidades por força de disposições legais, nomeadamente para fins orçamentais, contabilísticos e estatísticos”.

Fernando Macedo, reconhecido advogado, professor universitário e antigo líder associativo (esteve ligado à Associação Justiça, Paz e Democracia), defende a divulgação de tudo quanto esteja relacionado com os negócios da indústria extractiva. Até porque a Constituição assim o prevê. “A Constituição defende todos estes princípios. Mesmo ao nível do código penal, hoje já temos leis contra a corrupção e as empresas não se podem esquecer que podem ser

processadas à luz da legislação angolana”, lembrou Macedo.

## 3. MARÇO DE 2012

### 3.1 Falta de Infra-estruturas preocupa Autoridades

*Jornal de Angola*  
05 de Março de 2012

O município dos Dembos, na província do Bengo, conhecido pela sua actividade agrícola, sobretudo na produção do café, está a clamar por mais quadros e infra-estruturas sociais básicas, situação que preocupa as autoridades locais.

As preocupações recaem principalmente sobre a falta de unidades sanitárias, escolares e infra-estruturas de apoio aos serviços administrativos, bem como a carência de médicos, enfermeiros, professores e pessoal administrativo para as quatro comunas da região.

Para tirar a localidade da letargia em que se encontra, as autoridades do município, que já foi considerado um dos grandes celeiros, estão a realizar acções no âmbito do Programa Municipalizado de Combate à Fome e à Pobreza.

A administradora municipal Josefa José disse que, apesar das dificuldades, os habitantes das 40 aldeias que compõem a circunscrição dos Dembos, no Bengo, estão empenhados em mudar o triste cenário da municipalidade.

Embora a municipalidade enfrente várias dificuldades, a administradora referiu que actualmente o sector da Agricultura, sobretudo o tradicional, é o que mais cresce, contribuindo para o combate à pobreza e à fome.

#### Falta de instituição

A falta de uma instituição bancária no município faz parte das preocupações constantemente apresentadas por professores, funcionários públicos e empresários apostados em investir nos Dembos. A administração faz apelos para que os bancos se instalem na localidade.

A par dos novos empreendimentos, que crescem ainda de forma tímida, a administradora municipal garantiu que a sede municipal dos Dembos, Quibaxe, pretende também inverter o aspecto desolador das infra-estruturas sociais, algumas em escombros e a reclamar reabilitação urgente.

Para isso, a dirigente disse que estão em curso obras de âmbito central, provincial e municipal, com o objectivo de se “acabar com os escombros a nível da bela e ordenada vila do café”.

Josefa José afirmou que o principal objectivo das autoridades locais e da população é devolver a antiga mística à região de Quibaxe, que sempre foi conhecida por ser limpa, organizada e acolhedora.

A dirigente anunciou a construção do comando municipal da Polícia Nacional, do Centro Integrado de Formação Profissional, além de confirmar a conclusão da biblioteca de apoio aos estudantes.

#### Água potável nas torneiras

Os munícipes da vila de Quibaxe já consomem água potável, a partir de um sistema de distribuição que está programado para funcionar durante quatro horas, devido à falta de energia eléctrica permanente.

A preocupação da administração municipal é criar condições que permitam a distribuição de água às aldeias e bairros que circundam a vila de Quibaxe.

Com uma população estimada em 18.150 habitantes, na sua maioria camponeses, o município dos Dembos debate-se ainda com sérios problemas no que concerne ao saneamento básico e também de vias secundárias.

#### Comércio em crescimento

A actividade comercial, aos poucos, vai ganhando espaço em Quibaxe, com abertura de pequenas lojas, farmácias e armazéns de venda de roupas, estabelecimentos explorados, em grande escala, por cidadãos estrangeiros.

O mercado municipal está em fase de conclusão, para acolher os vendedores que estão a praticar a venda num armazém abandonado, muito pequeno.

Na localidade, verifica-se que o preço do calçado e do vestuário é mais elevado que o praticado no sector da alimentação.

#### Outras necessidades

A vila de Quibaxe possui duas bombas de combustível privadas, infra-estruturas que minimizam as constantes preocupações das populações e dos automobilistas que utilizam os troços Caxito/Dembos e Luanda/Uíge.

Para quem se faz à estrada a caminho dos Dembos, depara-se com um troço que exige perícia e respeito ao código de estrada.

Dembo, com paisagens exuberantes, como as famosas "Sete curvas", é um município da província do Bengo. A sua sede é a vila de Quibaxe e é limitado a norte pelos municípios de Nambuanguo e Quitexe, a este pelo município de Bula Atumba, a sul por Pangu Aluquém e a oeste pelo município do Dande.

### 3.2 Modelos de tributação directa e indirecta dos serviços

*Jornal de Angola*

*07 de Março de 2012*

Sob vários pontos de vista podemos descortinar os elementos de distinção entre os modelos de tributação directa e indirecta. Sendo que pelo sentido e o alcance preconizados com a presente abordagem partimos dum critério de natureza estritamente económica e não propriamente jurídica. Um panorama mais voltado para o modo de manifestação de riqueza absorvida pelo imposto (o objecto do imposto), para a integração do imposto nos custos de produção das empresas (a natureza económica do imposto), bem como para o efeito "repercutivo" do imposto, isto é, o efeito económico do imposto para o consumidor final de bens e serviços. Nesta linha, o sistema de tributação directa compreende, em regra, impostos que incidem sobre o rendimento e o património, compreendendo, por seu turno, o sistema de tributação indirecta os impostos que recaem sobre a utilização desse rendimento e desse património. Para o primeiro caso sugerimos como exemplo curiosamente o Imposto Predial Urbano que, em função das alterações efectuadas no ano transacto passou a abarcar uma incidência bifurcada: uma para o rendimento, quando o imóvel esteja arrendado, e outra sobre a detenção, quando o não esteja. Para o segundo caso podemos apresentar como exemplo o imposto de consumo.

A ciência fiscal aconselha a conjugação dos dois modelos de tributação num mesmo sistema de impostos, muito por conta da função de correcção recíproca de potenciais distorções que possam decorrer de cada um dos modelos de tributação. Em boa verdade, alguns sistemas fiscais apresentam tendências mais voltadas aos impostos indirectos, isto é, sistemas que tributam mais a despesa do que o rendimento.

A tributação indirecta incide sobre o rendimento e o património afetados através da sua utilização. No sistema tributário angolano um dos modelos de tributação indirecta mais comuns reside no imposto de consumo, o qual o legislador reformista não deixou de curar. Em boa verdade, o modelo anterior

do imposto de consumo ainda no carácter monofásico estava muito concentrado nas operações de importação e produção de bens, abrangendo de modo residual alguns serviços, nomeadamente os de telecomunicações, hotelaria e similares, bem como os de consumo de água e energia eléctrica.

As linhas gerais da Reforma Tributária orientam e definem como meta, no que se refere ao imposto do consumo, a introdução a médio prazo dum imposto do tipo IVA, sendo que a curto prazo venha a ser introduzida a aplicação de um modelo de tributação ao consumo capaz de estabelecer um entrosamento equilibrado entre o modelo actual e o futuro do tipo IVA. Ora

bem, o alcance dessa meta a curto prazo reflectia-se na proposta do Imposto Geral Sobre Vendas e Serviços, que abarcava o vasto campo das transacções e das prestações de serviços. Na verdade, com o imposto geral sobre vendas e serviços (que não passou do projecto) ficava em grande escala vencido o aspecto monofásico do actual imposto de consumo, tornando-se num imposto plurifásico, não cumulativo, marcado pelo método substractivo e do crédito do imposto.

Embora a intenção fosse atendível, na medida em que a mesma representava o acolhimento de valores tributários como a neutralidade fiscal, em que se procura que o imposto tivesse o menor efeito possível sobre os agentes económicos, a equidade fiscal em que se pretendia que a tributação efectiva, sendo justa, pudesse abarcar toda a camada da incidência subjectiva e objectiva, bem como outros valores como a simplicidade e produtividade, em bom rigor, não representava o modelo idealmente oportuno para uma intervenção legislativa de curto prazo, que mais procura avaliar o impulso ou o impacto da comunidade em relação ao modelo de tributação preconizado para médio prazo. Desta feita, sem deixar de se preocupar, aliás, deixando-se guiar predominantemente pelo volante da justiça e equidade tributárias, no seu formato material, o legislador reformista fiscal, partindo de pressupostos fácticos concretos esboçou um modelo voltado para o alargamento da base de imposto, trazendo para esfera da tributação efectiva alguns serviços como a consultoria, nos seus mais variados formatos, desde a assessoria jurídica, a contabilística, consultoria ambiental e outras, serviços fotográficos, de filmagens e conexos, serviços de segurança privada, de transportes, predominantemente no formado da locação de viaturas para os mais diversos fins. No entanto, neste ponto particular, deve merecer um reparo e disso tomar-se boa nota da intenção do legislador em não tributar os serviços essenciais de transportes, como

os transportes públicos, que beneficiam a franja mais vulnerável da sociedade.

Com essa nova formatação do imposto de consumo que consistiu basicamente no alargamento da base tributária, por via da sujeição a tributação efectiva de vários serviços que se achavam à margem da mesma, torna-se, de certo modo, vencida a injustiça tributária de que era marcado, e imprime-se alguma equidade fiscal, trazendo à tona da tributação empresas predominantemente prestadoras de serviços e que não se achavam vinculadas a deveres de liquidação de imposto pelos serviços por si prestados, passando agora a assumir a posição da figura tributária de "contribuintes de direito", sendo delas exigível o cumprimento do débito fiscal pelos serviços que tiverem prestado. Ainda nesse domínio é digno de realce a necessidade que as empresas desse sector devem conhecer, de reforçar ou reformular a sua organização contabilística com vista a permitir o apuramento inequívoco do imposto liquidado. Embora mantendo o seu carácter monofásico e "ad valorem", o legislador reformista conferiu ao imposto de consumo uma dimensão extraterritorial, permitindo que os contribuintes com residência em Angola e sujeitos a imposto industrial possam liquidar o imposto de consumo pelos serviços que contratam de entidades não residentes.

Por outro lado, no que toca à equidade fiscal, merece da nossa parte um bom reparo, pela importância que representa a introdução do princípio da equiparação das isenções, quer nas operações de importação, quer nas de produção, o que acaba por fundir a base de isenções e reduzir a falta de competitividade da produção nacional.

Em bom rigor, essa intervenção legislativa em sede do imposto do consumo revela claramente o manifesto de justiça e equidade fiscal nesse modelo de tributação indirecta, expresso na vontade mais recente do legislador reformista e que se encontra vertido nas Linhas Gerais do Executivo para a Reforma Tributária.

### 3.3 Os factores determinantes do rendimento nacional

*O Continente*

*09 de Março de 2012*

A dinâmica da produção social, que se mede pela taxa de crescimento do rendimento nacional, depende das despesas do trabalho social global, vivo e materializado, nos meios de produção, e das modificações da eficácia económica deste.

Como formas de existência do trabalho social global, os factos do crescimento do rendimento nacional na economia socialista não se opõem um ao outro, e constituem um processo único de produção baseado na propriedade social.

Qualquer que sejam as formas sociais de produção os seus factores são sempre os meios de produção e os trabalhadores.

No entanto, tanto uns como outros, enquanto se mantêm separados, são apenas factores potenciais de produção. Para se poder produzir realmente, estes factores têm de ser combinados. As suas diferentes combinações distinguem as diversas épocas económicas da estrutura social. Partindo da concepção marxista dos factores de produção na planificação da taxa de crescimento do volume físico do rendimento nacional, tem-se em conta a influência da dinâmica das duas formas de trabalho social, as despesas de trabalho vivo na esfera da produção material e os fundos fixos e circulantes da produção.

A dinâmica das despesas fixas de trabalho vivo e de fundos de produção constitui apenas um aspecto da sua influência no ritmo de crescimento do rendimento nacional. O outro aspecto é a eficiência da utilização do trabalho vivo e dos fundos de produção, que se exprime na produção do rendimento nacional por unidade de despesas. Entre os Índices da eficiência económica, os mais utilizados na planificação da economia nacional são a produtividade do trabalho vivo, isto é, a produção do rendimento nacional de cada trabalhador da esfera de produção material ou por hora-homem trabalhada.

Nesta esfera o rendimento dos fundos, isto é, a produção do rendimento nacional por unidade de fundos produtivos mais frequentemente, por unidade de fundos fixos produtivos a eficiência dos investimentos produtivos despesas de fundos por unidade de produção isto é, investimentos de fundos por unidade de aumento do rendimento nacional e da produção bruta.

A eficiência de acumulação produtiva, isto é o eficiente do incremento do rendimento nacional pelo volume da acumulação destinada a produção e análogo, pelo seu conteúdo, o que eficiente de taxa anual de incremento do rendimento nacional pela arte que corresponde a acumulação produtiva no rendimento nacional. Além destes, há outros índices de eficácia económica dos factores económicos relacionados, fundamentalmente, com a utilização de modelos macroeconómicos na planificação do presente.

A eficiência do trabalho social, expressa em quaisquer índices, depende da modificação das condições objectivas de reprodução e, primeiro que tudo, do progresso técnico-científico, do volume e qualidade dos recursos naturais que são incorporados na economia, na qualidade e qualificação do trabalho vivo, da escala da produção, do nível e formas de remuneração do trabalho, etc. A função da análise económica e da planificação da economia nacional consiste em ter em conta a influência dos processos económicos, objectivos fundamentais na dinâmica dos índices da eficiência económica e assegurar o aumento da eficácia da produção em todos os seus sectores.

O princípio do aumento constante da eficiência da produção social significa que a planificação do ritmo de crescimento do rendimento nacional deve partir, em primeiro lugar, da necessidade em satisfazer na máxima medida possível a procura da sociedade a nível dado de produção, e ter como objectivo, em segundo lugar, uma taxa de crescimento do rendimento nacional alta e estável, com o mínimo de despesa consentâneo com as condições objectivas dadas e trabalho vivo e materializado para unidade de produção. A diversidade de factores que influem no ritmo de crescimento do rendimento nacional só pode ser totalmente tida em conta no processo da elaboração do plano pormenorizado do desenvolvimento da economia nacional. Na fase preliminar de elaboração do plano, ritmo de crescimento do rendimento nacional e estabelecido com base na análise dos factores de produção fundamentais, o trabalho vivo, os fundos de produção e a eficácia destes. Além disso, examina-se a influência de cada um dos factores de crescimento económico em separado e em conjunto.

Nestas condições a taxa de crescimento do rendimento nacional calcula-se mediante diversos métodos combinados, com base na alteração do número de trabalhadores ocupados na produção material e nas modificações da produtividade do seu trabalho. Com base na dinâmica dos fundos de produção e das alterações que se produziram na eficácia da sua utilização, este método está directamente ligado com o problema da distribuição do rendimento nacional em consumo e acumulação, visto que o fundo de acumulação e a fonte da qual provem o crescimento dos fundos de produção. Com base na dinâmica das despesas globais de trabalho vivo e materializado e nas modificações que se produziram na sua eficácia total.

Convém salientar que os cálculos efectuados por métodos diferentes se fazem paralelamente, entrelaçando-se e corrigindo-se mutuamente. No processo de elaboração dos cálculos, são inevitáveis as

extrapolações e as hipóteses temporais, que, depois, se corrigem ou rejeitam no processo de elaboração dos projectos. Um certo índice é calculado em diversas fases e a partir de diferentes pontos de vista a necessidade de assegurar um nível dado de outro índice, ou o das possibilidades económicas de solução do problema. Como resultado da aproximação gradual, consegue-se a concordância entre os diversos aspectos da reprodução para o período que se planifica, entre as tarefas fixadas no plano e as possibilidades de as cumprir.

A ordem de execução dos cálculos modifica-se de acordo com a duração do período que se planifica. Por exemplo, quando se planificam os índices de reprodução para um prazo longo, podem tomar-se como dados de partida os índices do nível de vida que se pretende atingir no fim do período considerado. No entanto, os resultados finais só podem obter-se por meio do agrupamento das vias mencionadas e dos aspectos dos cálculos do plano, como partes de um todo único.

### 3.4 Apartir de 2014 a meta é produzir 2 milhões de Barris / Dia

*Semanário Angolense*  
10 de Março de 2012

«Os estudos que temos e os projectos que estão em curso apontam-nos que, a partir de 2014, poderemos ter uma produção prevista de dois milhões de barris de petróleo», fez saber o mistro dos Petróleos, na entrevista de domingo da semana passada, no programa Espaço Público da TPA1.

Segundo ele, houve uma redução na extracção dos últimos dois anos em que, se passou de 1.9 mjlhão/dia, em 2008, para 1.6 a 1.65 milhão, no ano passado.

Bônus para as províncias

Referindo-se à questão das vantagens reclamadas pelas províncias produtoras de petróleo, o ministro disse que o bônus teve uma evolução em termos de aproveitamento desses recursos para projectos localizados.

No passado, algumas províncias beneficiavam desse recurso de uma forma directa pelas descobertas ou pela área de produção, mas nesse momento, o bônus tem contribuído para a realização de vários projectos, vários programas no seu todo no âmbito nacional, não de uma forma regional ou de uma forma provincial».

### 3.5 Angola: A verdade será Resposta?

*Semanário Angolense*  
09 de Março de 2012

Fazendo uso de verbas resultantes do Orçamento Geral do Estado - OGE, pela viado Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria; o Governo “orientado” pelo MPLA decidiu comemorar o Dia 15 de Março como “Dia da Expansão da Luta Armada de Libertação Nacional” e, para o efeito, anunciou que o lema central do mencionado evento visa o “reforço da coesão Nacional” ...

Permitam o levantamento de questões cujas possíveis respostas nos iluminarão na infinita caminhada para a Dignificação do Homem Angolano; elas seguem-se:

Para reconhecer a grandeza do mérito da Nossa História, o Governo de Angola esperou pela decisão do Governo de Portugal; motivos e justificações?!

Os dominadores eram os portugueses que (depois de 1961) pretenderam defender-se dos ataques feitos por Combatentes pela Liberdade de Angola; afinal, os portugueses sabem quais foram os seus principais adversários e, obviamente, sabem quando iniciou o desafio ... sob ordens do MPLA, em Angola, a Verdade será reposta?!

Ao longo de 36 anos de existência como independentes, estudantes angolanos foram obrigados a saber que a única efeméride com valor é o 4 de Fevereiro e agora?!

Esperemos que a historiadora Rosa Cruz e Silva seja objectiva e que o historiador Fernando Gamboa não se limite mandando mais outra boca que não nos honra.

Neste contexto, em relação ao que tanto merecem como retribuição, os Combatentes pela Liberdade de Angola já poderão merecer o que lhes é devido?!

Certamente (pela via da Rádio Ecclésia) muitos de Nós terá sentido a inquietação de determinado “desesperado social” que, com outras palavras, dissera: “quando ficamos a saber que o General Kundi Paima era o Mininistro dos Antigos Combatentes, até, tocamos batuque e dançamos mas, até agora ...”. Afinal, quem salvará a Honra dos que libertaram Angola?!

### 3.6 Petróleo nos olhos dos outros (?)

*Semanário Angolense*  
10 de Março de 2012

No programa Espaço Publico, da TPA1, na semana passada, a questão colocada em relação às dúvidas e queixas que pairam na sociedade civil sobre urna alegada falta de transparência nas contas do sector petrolífero, foi urna das que exigiram maior expressão de veemência na resposta dada pelo entrevistado convidado, o ministro dos petróleos, José Maria Botelho de Vasconcelos.

O titular do Ministério dos Petróleos (MINPET) enfatizou que o dialogo com a sociedade civil existe e que hoje, através das novas tecnologias, as ONGs podem entrar no site do Ministério das Finanças quando for necessário investigar e procurar os dados e os elementos que se venham a pretender.

Na ocasião, Botelho de Vasconcelos deu realce ao seu discurso, ao afirmar que «a Sonangol publica as suas contas, as contas são auditadas por empresas internacionais e essas contas são publicadas».

No mais, segundo ele, «O próprio Ministério dos Petróleos, trimestralmente e religiosamente, tem sessões públicas, onde cada urna das companhias dá a conhecer as suas realizações: quanto produziu, quanto transportou, que cliente, que preço, que diferencial.. ». Então, «que transparência?», indaga o ministro, fazendo alusão à referida falta de clareza nas contas que envolvem as petrolíferas.

«Não percebo (a insistência dessas imputações). Porque nós, efectivamente, também ternos, pelo menos, a apreciação de algumas organizações internacionais que dizem precisamente o contrário. Tivemos o Fundo Monetário Internacional muito recentemente, relativamente a isso», alegou o ministro no prosseguimento do seu argumento.

Ao fechar o assunto, o titular da pasta responsável pelo «ouro negro» angolano admitiu, no entanto, que «houve, de facto di reconciliação das contas» e que «é preciso reconciliar/conciliar as contas para que efectivamente determinadas situações que eventualmente possam parecer cinzentas para determinadas pessoas e organizações e que nao são. E aí há transparência!». (?)

Reclamação organizada

Embora tenha razão num burburinho que já impera há tempos no seio de muitas entidades não-governamentais, o ponto que mereceu a atenção da arrojada resposta do ministro petrolífero está

interligado com um encontro da sociedade civil, que teve lugar em Luanda, no mês passado.

Promovido pela organização não-governamental Open Society, o evento reuniu vários activistas que, entre outras questões, discorreu justamente sobre o defice de informação e as contas pouco transparentes das empresas que operam nesse ramo, não somente em Angola como, também, em outros países.

Nesse citado fórum da Open Society, ao discutir sobre uma certa reforma legislativa em curso nos EUA - chamada Dodd-Frank, notou-se que as leis a serem implementadas pelos norte-americanos visam proporcionar maiores informações sobre concessões e outras transacções e até sobre o pagamento de bónus, facto que se deve repercutir na actividade das companhias que operam em Angola.

Durante o ano 2011, o presidente do Conselho de Administração da companhia, Francisco de Lemos Maria, «esquindivou-se» de todos os modos e não comentou o «surrado» caso da fortuna de 35 biliões de dólares desaparecidos do «labirinto» das suas contabilidades com o Estado. Porém, relevou os planos da empresa para a implantação de um sistema de auditoria que vai permitir maior transparência às suas operações.

O FMI que, em princípio, tinha pedido explicações ao Governo angolano sobre essa «maka», depois que passou alguns dias aqui «na banda», constatou que o alegado desaparecimento, na realidade, tinha sido uma «má interpretação» do último relatório da instituição sobre Angola.

### 3.7 Seminário actualiza gestores públicos sobre as regras de execução orçamental

*Jornal de Angola*

*10 de Março de 2012*

Responsáveis provinciais que gerem o erário público na província do Namibe estão agora melhor habilitados para enfrentar os defeitos dos próximos tempos, depois de terem participado, no último fim-de-semana, num seminário de actualização sobre as regras de execução do Orçamento Geral do Estado 2012.

O seminário, promovido pela direcção provincial das Finanças, abordou matérias da Lei de Contratação Pública, o Decreto Presidencial n.º 30/10 de 9 de Abril sobre o regime financeiro local e o Decreto Presidencial n.º 31/10 de 12 de Abril, que regula o processo de preparação,

execução e acompanhamento do programa de investimentos públicos. O decreto n.º 4/96 de 19 de Janeiro sobre os procedimentos operacionais para o comprometimento das despesas do Estado, destinado a facilitar o cumprimento rigoroso da execução do OGE, foi outro diploma sobre o qual incidiu a acção formativa.

A governadora provincial, Cândida Celeste, exortou os gestores da despesa pública a respeitarem rigorosamente os referidos diplomas e considerou este seminário uma iniciativa oportuna e relevante, pois visa atingir um dos grandes objectivos do Executivo, que passa por ajudar o cumprimento rigoroso da execução do OGE. A responsável referiu a necessidade de se ter consciência das dificuldades que cada gestor encontra no tratamento a ser dado às matérias ligadas à gestão orçamental, mas acredita que com algum esforço "é possível que se tenha uma gestão boa, senão excelente, porquanto existem suportes documentais que hoje facilitam essa acção".

Cândida Celeste disse ser necessário haver vontade em cumprir a lei, que deve ser encarada como a "Bíblia da gestão", no cumprimento das normas de execução do OGE no decorrer deste ano.

A descentralização da execução do OGE, através do sistema integrado de gestão financeira do Estado, exige a todos, enquanto gestores das unidades orçamentais e das outras dependentes, a máxima responsabilidade e atenção redobrada na execução dos orçamentos destinados à cada órgão, sublinhou.

A governadora pediu aos participantes maior atenção, tendo em conta que a responsabilidade da gestão é individual e, isso implica que os gestores responsabilizem os demais intervenientes no processo para que eles cumpram, com o rigor exigido, os aspectos plasmados na lei.

#### Responsabilização disciplinar

Cândida Celeste sublinhou que, para os gestores, a inobservância das regras de execução orçamental pressupõe que os intervenientes no processo são responsabilizados disciplinar, administrativa, civil e criminalmente pelos seus incumprimentos nos termos da lei em vigor.

A responsabilidade de gestão é acrescida para os administradores municipais, aos quais compete a execução de outros programas financeiros e com rubricas específicas. Nesse sentido, apelou para que os administradores tenham o cuidado necessário no cumprimento das orientações que lhes são dadas. "Caros gestores, a valorização do homem assenta

sobretudo no cumprimento íntegro e responsável das suas obrigações para com o Estado".

O seminário provincial sobre as instruções da execução do OGE-2012, no Namibe, foi orientado por altos responsáveis da direcção provincial das Finanças e pelo director do gabinete de Estudo e Planeamento.

### 3.8 Abastecimento de Água com melhorias à vista

*Jornal de Angola*  
10 de Março de 2012

A província de Malange vai conhecer melhorias significativas no sistema de abastecimento de água potável, em consequência de um acordo rubricado recentemente entre a direcção local da Energia e Água e a empresa Jiangsu Zoology Engineering.

No acto de consignação das obras da segunda fase do projecto do reforço do sistema de abastecimento de água à cidade de Malange foi igualmente confirmada a melhoria na vertente de operação, além da gestão e formação de quadros do sector.

A empreitada é financiada pelo Banco Mundial, no âmbito de um programa específico, a ser aplicado com a equipa de coordenação nacional dos ministérios do Planeamento e da Energia e Água, na componente executiva ..

a director nacional de Abastecimento da Água e Saneamento, engenheiro Lucrécio Costa, salientou que a obra vai permitir à província atingirmelhorias muito significativas no abastecimento.

Quando as obras terminarem, a capital da província da Pai anca Negra vai ter mais 2.300 ligações domiciliarias, completamente melhoradas, tanto em termos de qualidade, como de boa pressão em mais 36 quilómetros, que se juntam aos outros cerca de 50 feitos durante as intervenções anteriores.

Malange vai ainda ver equacionada, no âmbito deste mesmo projecto, a minimização dos riscos que hoje se afiguram a nível da reserva, além de um melhor sistema de captação, em termos de qualidade e de funcionamento regular. A projecto, segundo Lucrécio Costa, prevê algumas benfeitorias em termos de obras de construção civil e nos diferentes edificios que comportam o sistema, à luz da cooperação com a Espanha.

O governo espanhol é o financiador da assistência técnica ao sistema de abastecimento de água potável à cidade de Malange, sendo que foram contratados

peritos com a qualidade exigida e experiência necessária. Deste modo, apurou o Jornal de Angola, os quadros da futura Empresa Provincial de Águas de Malange vão estar dotados de maior competência, relativamente à gestão e formação de quadros. O responsável avançou que a componente da assistência também vai incluir a formação de quadros técnicos e administrativos, além do fornecimento dos equipamentos que são necessários para a qualidade dos serviços desejados, como instrumentos para a medição dos consumos e equipamentos destinado à melhoria da cobertura, em termos de serviços comerciais e cobranças.

Novo Plano Director

A chefe. do Departamento Nacional de Agua, António Pascoal, anunciou que, na próxima semana, vai ser apresentado o Plano Director actualizado da cidade de Malange. a responsável, que referiu que o plano é anunciado durante as comemorações do 22 de Março, Dia Mundial da Água, adiantou-que o rio Guiné começa a ser insuficiente para as necessidades da cidade, daí os esforços para aumentar a capacidade de abastecimento a partir do rio Cuige.

António Pascoal disse que o sistema vai reforçar o sistema do Guiné, com novos sistemas de captação, estação de tratamento e reservatórios. "Vamos ainda fazer aumentar a rede de saneamento de águas residuais com as suas. estações de tratamento", acrescentou.

No quadro da melhoria de abastecimento de água potável à província, o Ministério da Energia e Água e o governo de Malange, em colaboração com a direcção local do referido sector, lançaram concursos de. obras, numa primeira fase, para os municípios de Calandula, Çangahdala e d p,lama. Posteriormente, o projec /~ é lançado para Cacuso e Cambundi Catembo.em breve, vão se reabilitar os 100 furos, nos municípios de Caculama, puela e calandula, à luz do Programa" água para Todos", virado essencialmente para o meio rural.

### 3.9 Secretário de Estado do Orçamento alerta para despesas sem cabimento

*Jornal de Angola*  
15 de Março de 2012

O secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, alertou os administradores municipais para o excesso de despesas sem autorização na execução dos programas de combate à pobreza em todo o país. "Está a ser feita muita despesa não orçamentada e

sem autorização. É um problema geral, que se passa em todo o país", disse Alcides Safeca, dirigindo-se aos administradores na reunião da Gabela, município do Amboim.

O secretário de Estado do Orçamento constatou a compra de equipamentos, viaturas, construção de imóveis e outros gastos, sem a devida cabimentação. Por isso, pediu aos administradores mais atenção . na classificação orçamental e que façam uma execução correcta das despesas, sob pena de virem a ser anuladas e consideradas não autorizadas pelo Tribunal de Contas.

Na sua visita ao Kwanza-Sul, Alcides Safeca avaliou o andamento dos projectos sociais em curso e afirmou que o programa para este ano se reveste de um cariz especial. Por isso a Comissão Nacional de Combate à Pobreza decidiu traçar orientações concretas de como cuidar das verbas e, ao contrário dos anos anteriores, o programa visa multiplicar as acções no âmbito do comércio e desenvolvimento rural.

Consta igualmente do programa a questão da habitação, melhoria das condições alimentares com a implantação de cozinhas comunitárias, continuidade das acções ligadas à saúde no âmbito dos cuidados primários e o abastecimento de água às populações, no quadro do Programa Água para Todos.

#### Merenda Escolar

O Secretário de Estado do Orçamento explicou que no Programa Água para Todos e para a merenda escolar neste ano, foram dadas instruções aos governos provinciais para que haja uma descentralização das verbas consignando uma parte às administrações municipais.

Relativamente à merenda escolar, Alcides Safeca esclareceu que vão ser incorporados produtos locais como mandioca, ginguba e batata-doce, para incentivar a produção dos camponeses e criar uma forma de rendimento às famílias do campo.

Alcides Safeca recordou aos presentes o programa recentemente anunciado pelo Presidente da República na Lunda-Norte que tem a ver com o financiamento com juros bonificados a ser concedido aos empreendedores de todo o país.

Esta acção vai incidir nos pequenos comerciantes, vendedores ambulantes e outros para permitir a criação de locais de venda com todas condições de higiene e segurança, onde vão concentrar-se as populações acabando com a venda nas ruas.

Alcides Safeca estava acompanhado de técnicos dos Ministérios das Finanças, Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e da Casa Civil do Presidente da República avaliou durante três dias o estado de execução dos programas em curso.

Acompanhado pelo vice-governador para a área Económica, Mateus de Brito, e de outros membros do Governo Provincial, Alcides Safeca, esteve nos municípios do Sumbe, Amboim (Gabela), Ebo, Quibala e Libolo, onde constatou o andamento dos projectos inseridos . no quadro do Programa de Combate à Pobreza.

### 3.10 Conferência sobre reforma tributária discute a questão dos incentivos fiscais

*Jornal de Angola*  
17 de Março de 2012

A reforma tributária e os incentivos fiscais é o tema da primeira conferência internacional organizada pelo Programa Executivo de Reforma Tributária (PERT), em parceria com a Escola Nacional de Administração (ENAD), a decorrer nos dias 20 e 21 de Março.

De acordo com Gilberto Luther, director adjunto da Unidade Técnica Executiva para Reforma Tributária, o evento marca o início do ciclo anual de conferências sobre tributação, organizado por aquele órgão com o objectivo de promover a divulgação das principais medidas lançadas no âmbito da reforma com impacto na vida económica e social do país.

O responsável informou que as alterações recentes ao sistema tributário em Angola, bem como as linhas gerais da reforma tributária são também objecto de debate.

O jurista sublinhou que o Executivo pretende, com o processo de reforma, a melhoria da arrecadação de receitas do Estado, mediante adequação da legislação ao actual contexto político e económico, reestruturação dos órgãos da Administração Tributária e a constituição de um corpo técnico eficiente e motivado.

O processo da reforma tributária começou a ser aplicado em Julho de 2010 com a constituição do Projecto de Reforma Tributária (PERT), em consequência de um decreto presidencial. Gilberto Luther disse que se trata de um processo cujos passos dados até agora são positivos.

Cita como exemplo a introdução de um regime simplificado de execuções fiscais e as modificações ao

código do imposto predial urbano e legislação conexas, concretizadas na introdução do mecanismo da retenção na fonte, redução generalizada das taxas, redução da taxa do imposto de sisa de dez por cento para dois por cento.

Durante a conferência são abordados temas como "a importância de um sistema fiscal saudável para o desenvolvimento de um país" e "as linhas gerais da reforma tributária".

Um balanço das medidas introduzidas em 2011, que já tiveram reflexos positivos na arrecadação de receitas não petrolíferas estimadas em mais 34 mil milhões de kwanzas, é ainda efectuado. O peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado, bem como o impacto no desenvolvimento económico dos incentivos fiscais e aduaneiros são também alvo de apresentação e debate.

A conferência sobre reforma tributária conta com prelectores angolanos e estrangeiros, convidados especialmente para o efeito.

### 3.11 Desenvolvimento de Angola acompanha os investimentos

*Jornal de Angola*

*22 de Março de 2012*

Angola está a promover o investimento e o desenvolvimento económico equilibrado, justo e equitativo, de acordo com o economista, Aginaldo Jaime, quando abordava, ontem, na conferência sobre tributação, o tema "Os incentivos fiscais e aduaneiros, seu impacto no desenvolvimento económico e social".

O economista afirmou que para atacar as falhas do mercado, o Estado interveio na economia, socorrendo-se da regulamentação e procedendo a incentivos, como é o caso da reforma tributária, para atingir os objectivos de eliminação das assimetrias das regiões, o fomento do emprego, a protecção das indústrias; a diminuição da importação, o aumento da exportação e a introdução de novas tecnologias de informação.

Aginaldo Jaime acrescentou que o actual sistema permite equacionar o impacto na economia, se forem atribuídos os incentivos que o Estado prevê conceder para determinados casos, uma vez que o capital humano e físico são fundamentais para a competição das economias. "O mercado, referiu, é incapaz de produzir e distribuir riqueza sem uma economia equilibrada e competitiva."

O economista Carlos Rosado falou sobre o peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado (OGE) e disse que, para promover a actividade económica, o Executivo dá incentivos a alguns sectores, a fim de elevar o crescimento económico, mas, em contrapartida, o Estado deixa de receber lucros de algumas instituições, como é o caso da banca que paga uma taxa de 35 por cento com tendência a baixar a 30 por cento.

"Isso incentiva os bancos a comprarem títulos da dívida pública e abrirem mais balcões em todo o país, mas o Estado perde com a introdução de taxas muito baixas", referiu.

Rosado de Carvalho afirmou que o Estado deve saber aproveitar os rendimentos que provêm do petróleo, no sentido de diversificar a economia.

No final do encontro, que decorreu na Escola Nacional de Administração, o director adjunto do Projecto Executivo para Reforma Tributária (PERT), Gilberto Luther essa primeira "Conferência sobre Reforma Tributária e os Incentivos Fiscais", pois, garantiu, resultaram dois documentos de análise científica, quer no âmbito da reforma tributária, quer dos incentivos fiscais.

### 3.12 Transparência de faz de Conta

*Jornal A Capital*

*17 de Março de 2012*

Engana-se quem alimenta a esperança de encontrar alguma informação actualizada em "sites" que as empresas públicas angolanas têm disponíveis na Internet. E quando o procurado é algo ligado às demonstrações financeiras das empresas em referência a escassez de informação é ainda maior, o que, para entendidos, revela não ser ainda uma realidade, em Angola, falar-se de transparência na gestão da coisa pública.

É que as empresas públicas angolanas continuam marcadas por critérios de gestão de algum modo opacos, um fenómeno que atinge todo o sector empresarial público de um país, onde as empresas se furtam em tomar públicas as respectivas demonstrações financeiras.

Os factos a esse respeito estão à vista de todos, podendo confirmar-se com uma simples visita a um dos portais que as organizações empresariais têm disponíveis na Internet, onde quase nenhuma delas toma públicas as informações mais relevantes, como são as demonstrações financeiras, coartando ao cidadão o direito dele também fazer, com a sua

própria lupa e máquina calculadora, a fiscalização do desempenho da empresa de que todos somos contribuintes.

A mesma constatação tem o consultor Amândio Vaz Velho, especialista em gestão moderna, que olha para tal prática como um factor que fere o princípio da boa governação e transparência na gestão das empresas.

«Quantas empresas públicas têm as cohtas publicadas nos seus sites, o que é hoje uma prática internacional?», questionou em tempos o especialista, em declarações que tinham como propósito realçar a necessidade de ser obrigatório que os gestores nos coloquem, por essa via, a par dos meandros em que se desenvolvem os negócios de capitais públicos.

Na realidade, já vai havendo uma ou outra empresa pública que, embora com relativo atraso, apresenta os relatórios de contas anuais auditadas, a exemplo do Banco de Poupanças e Crédito em cujo site encontramos publicado o “report” até apenas 2010, quando já vencemos o exercício de 2011, caminhando para o quarto mês de 2012.

Incompreensível é o que sucede com as demonstrações financeiras da Sonangol. Quando se questiona sobre o relatório e contas da maior empresa pública do país, como se fez recentemente ao ministro da Economia no programa “Espaço Público”, este, remeteu os curiosos ao site do Ministério das Finanças, onde, das consultas feitas por este jornal, constatou-se que as contas recentes nele publicadas são de há quatro anos, ou seja, demonstrações financeiras referentes a 2008.

Mas esta companhia tem ao longo desses anos vindo a ressaltar esse aspecto por via dos balanços anuais regularmente realizado em conferência de imprensa, o que, entretanto, não acontece com muitas outras empresas do sector empresarial público.

E o Executivo, este, parece ter ouvido as vozes dos que se levantam em favor da implementação, a este nível, de princípios de transparência na governação empresarial, ao ter introduzido, recentemente, três práticas que passam a ser de cumprimento obrigatório para aqueles a quem for confiada a gestão de uma empresa pública.

A luz das novas práticas, os conselhos de administração das empresas públicas se obrigam a apresentar, para aprovação do ministério da Economia, um plano de negócio referente aos seus mandatos de quatro anos, bem como vincular tais mandatos à contratos programa com metas a alcançar.

Mais importante ainda é o facto de, ao contrário do que foi até há pouco, ser uma obrigação para os gestores submeter as demonstrações financeiras das respectivas empresas a uma auditoria independente, ao cabo de cada exercício económico.

O Ministério da Economia entende ser, este, um passo que permitirá viabilizar aumentos da produtividade e eficiência do sector empresarial público, permitindo também aferir o desempenho dos seus gestores.

É que, muitas empresas de sectores como o dos transportes apresentam debilidades em matéria de gestão e de contabilidade, reflectindo-se negativamente na hora de tratar das questões fiscais e regularização jurídica das empresas, a fazer fé numa das cãstatação do professor de ciências económicas, Antero Van-dúnem.

Os problemas que enfermam do sector empresarial público não se limitam apenas aos aqui enumerados, como têm a ver também com a grandeza do universo de empresas tuteladas pelo Estado, concorrendo para ineficiência das mesmas.

Teremos assim tantas empresas em mãos do Estado? Não. «Em Angola temos um sector público que não é demasiado grande», disse o especialista, que, entretanto, considera estar «carente de higiene», numa alusão a necessidade de se retirar algumas empresas que, segundo ele, «não faz sentido estarem no sector empresarial público».

A ideia, assim colocada, sugere, para já, a retoma do processo de privatização, passando para mão privada a titularidade daquelas empresas que não têm muito sentido continuarem penduradas nas saias de um Governo que já tem sobre si demasiados encargos.

O Executivo, na pessoa do ministro da Economia, Abraão Gourgel, já deu indicações nesse sentido, anunciando, para breve, o reinício das alienações, após avaliação da primeira fase que permitiu a privatização de 198 empresas antes pertença do Estado.

O governante não terá dito como o processo deverá ser conduzido, depois da lição apreendida com a experiência anterior. Todavia, especialistas entendem que o mecanismo da bolsa daria mais credibilidade e transparência às privatizações, a exemplo do que acontece noutras paragens.

É que, segundo o consultor Vaz Velho, a bolsa é de tamanha importância em matéria de privatizações, não apenas pela facilidade que ela oferecer na hora da venda de acções das empresas em causa. «Um contributo que a bolsa poderia dar é o de trazer mais

exigência relativamente as contas, porque as empresas cotadas têm que cumprir com regras mais apertadas, e também mais exigências do ponto de vista de governação corporativa», destacou em tempos o consultor. .

### 3.13 Panzo investe em consultoria

*Folha 8*

*17 de Março de 2012*

Panzo é uma empresa de capital angolano e presta consultoria a várias instituições Públicas, Privadas e Individuais. A mesma ministra consultoria em diversos mercados, tais, como Contabilidade, Estudo e Pesquisa de Mercado, Marting, Media e noutras áreas.

Cada consulta empresarial custa 3 mil e 750 dólares, preço inicial que, terá a possibilidade de ascender ou permanecer durante as análises de cada plano.

Todas as consultas empresariais ministradas pela panzo passa por vários trâmites, desde a contabilização do tempo (hora) que o consultor gasta em cada projecto, analisar a necessidade de comunicação de cada cliente, criar um projecto de media e um plano de marketing.

A panzo Consulting Film é detentora de dez empresas, com realce a Conglomerado de Marketing e Comunicação (CMC), Bumbar Media & IT que, tem como objectivo editar publicações sectoriais, organização de eventos científicos e também presta assessoria de comunicação.

Há ainda a Print Agora, tal efectua serviços de design e impressão de material gráfico. De realçar também, que a mesma realiza trabalhos com entrega diferenciado.

A empresa conta ainda com a Sai Comunicação que presta serviço de consultoria em plano de media; Elaboração de Estratégias de endomarketing; elaboração de políticas de comunicação institucionais e outras áreas. A mesma está em constante crescimento, e é redactora e editora das revistas da Polícia Nacional e do governo da Lunda-Sul. "Somos investidores, em-

preendedores e desejamos transmitir os nossos conhecimentos a várias empresas Nacionais e Internacionais". Disse Sebastião Panzo, o jovem jornalista que se tornou empresário.

De ressaltar que o gerente da panzo Consulting é autor do livro "Empreendedorismo em Angola", aonde o mesmo dá lição de empreendedorismo a

vários agentes económicos. O referido livro tornou-se meio de consulta por parte de vários economistas da nossa praça e contou com o patroónio da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL).

### 3.14 Administradores comunais informados à cerca do OGE

*Jornal de Angola*

*19 de Março de 2012*

Os administradores comunais e os inspectores das províncias da Lunda-Sul, Lunda-Norte e Moxico concluíram no Dundo uma acção formativa sobre os novos métodos de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Os responsáveis abordaram também questões relacionadas com a conservação do património público e a contratação no âmbito da Lei de Probidade Pública.

Na acção promovida pelo Instituto de Formação Local (IFAL) do Ministério da Administração do Território, os 28 participantes assimilaram os princípios básicos da referida lei e regras de execução orçamental, tendo em vista mais transparência na programação financeira dos fundos públicos. O prelector do curso, o jurista António Yuri Augusto, disse ser imperioso que os executores financeiros do Estado aprofundem o conhecimento dos deveres, para que sejam alcançados os objectivos da função pública.

O jurista Anónio Yuri Augusto alertou que o não cumprimento escrupuloso da legislação, através de uniformização e simplificação de procedimentos e princípios em matérias de direito administrativo, tem como consequência a aplicação de sanções, por se tratar de improbidade pública.

O vice-governador para o sector económico da província da LundaNorte, Portirio Muacassange, disse esperar que os administradores comunais e os inspectores apliquem.. escrupulosamente os conhecimentos adquiridos.

### 3.15 Medidas do PERT aumentan receitas do OGE em 2011

*Jornal Angolense*

*23 de Março de 2012*

O Projecto Executivo para a Reforma Tributaria (PERT) em parceria com a Escola Nacional de Administração (ENAD) promoveu esta semana uma

conferência internacional sobre reforma tributária e os incentivos fiscais.

O encontro visou, entre outros aspectos, divulgar as principais medidas lançadas no âmbito do Projecto Executivo de Reforma Tributária (PERT).

Durante dois dias, foram abordados temas como a "Importância de um sistema fiscal saudável para o desenvolvimento de um país; as linhas gerais da reforma tributária" e o peso dos incentivos fiscais na arrecadação de receitas para o Orçamento Geral do Estado".

Na ocasião, foi feito um balanço das medidas implementadas em 2011 e, segundo o director - adjunto da Unidade Técnica Executiva para Reforma Tributária, Gilberto Luther, já tiveram reflexos positivos na arrecadação de receitas não petrolíferas. Ou seja, em 2011 como resultado da Reforma Tributária, o Estado arrecadou mais 42 mil milhões de USO do que nos anos anteriores.

Segundo a fonte, o PERT está numa fase primária de estudos de análise de todo sistema jurídico fiscal angolano, mas já existem resultados no plano legislativo com aprovação de diplomas e no plano de procedimentos dos bairros fiscais em que há uma serie de diplomas, que têm sido aprovados como a alteração do novo código do imposto predial urbano; com a redução das taxas sobre o rendimento e a propriedade, o estabelecimento de normas para a suspensão de contribuintes inactivos até a regularização da sua situação fiscal, redução do imposto industrial de 35% para 30% entre outras alterações. "Um dos meios fundamentais de financiamento dos Estados modernos é por via dos impostos, por isso, temos de pagar os impostos para depois exigir qualidade. Mas no nosso país ainda há muitos cidadãos que não pagam impostos", disse Gilberto Luther, falando sobre a importância do PERT.

O responsável disse que, outras medidas estão a ser estudadas para trazerem mais contribuintes no sistema.

Na perspectiva de Luther, a formalização gradual do mercado é uma delas, tendo referido que, há uma estratégia do governo neste sentido, tendo citando a título de exemplo, o novo regime de estímulo as micro, pequenas e médias empresas.

A medida visa reduzir a taxa de informalização do mercado por um lado e, por outro lado, o combate a fome e à pobreza.

Incursão sobre as principais linhas do PERT

O sistema tributário angolano encontra-se muito desfasado da realidade socioeconómica e dos princípios constitucionais em vigor.

Por esta razão, a reforma Tributaria visa dotar o país de um sistema tributário moderno, capaz de dar resposta aos objectivos e finalidade da política tributaria e os desafios de desenvolvimento socioeconómicos almejados, não só a captação de maiores receitas para o Estado; mas também a criação de um válido e eficaz instrumento de política de atracção ao investimento; da promoção de emprego e da integração social.

Neste sentido, o Projecto Executivo para a Reforma Tributaria se propõe, entre outras acções, modernizar a administração tributária, simplificar os processos de gestão de impostos, rever as taxas e outros cargos parafiscais que oneram gravosamente a actividade dos particulares e empresas.

### 3.16 Imposto de consumo aumenta receita tributária

*Jornal Agora*

*24 de Março de 2012*

A publicação das alterações à legislação fiscal deu início a um processo de moderação de todo o sistema tributário. o que se impunha face à actualidade económica do país. Num contexto de diversificação das receitas, e em matéria de imposto do Consumo (Ic), realça o alargamento da base de incidência a novas operações, designadamente a um conjunto de prestações de serviços, tais

como consultoria, aluguer de viaturas, turismo e viagens, transportes marítimos e aéreos de passageiros e portuários e aeroportuários e serviços de despachantes.

Ficam sujeitos ao Ic não só os serviços prestados por entidades residentes, mas também os contratados a fornecedores não residentes por parte de entidades residentes e sujeitas ao Imposto Industrial. Neste caso, existirá uma "inversão" da competência de liquidação (num mecanismo similar ao da auto-liquidação ou 'reverse charge'). Relativamente às operações que passaram agora a estar abrangidas pela incidência do Ic, as taxas aplicáveis serão de 5% ou 10%.

Não obstante o Ic passar a poder ser repercutido ao adquirente os bens / serviços, estes não dispõem de qualquer mecanismo de dedução ou crédito que lhes permita recuperar o imposto suportado. Ao contrário do que seria de esperar de um imposto incidente

sobre o consumo, tal como o Imposto de Valor Acrescentado (Iva), o Ic é monofásico semelhante ao antigo Imposto de Transacções.

Como tal, iremos com certeza assistir a um aumento não despiciente no preço das operações agora sujeitas a imposto. No que respeita às operações relacionadas com bens, e com vista à protecção e estímulo da produção, passam a estender-se à produção local os benefícios ou vantagens fiscais que tenham sido concedidos, ou que o venham a ser, à importação de determinados bens. Um aspecto de não menos importância corresponde à entrada em vigor das novas regras, as quais são aplicáveis desde 1 de Janeiro do ano em curso. Dado que a publicação da lei ocorreu muito recentemente, haverá portanto que clarificar como proceder à liquidação de imposto sobre operações pretéritas em que a repercussão do tributo não ocorreu e que, em muitos casos, não será já possível.

### 3.17 Redução de impostos insuficiente

*Folha 8*

*31 de Março de 2012*

Taxa de imposto industrial foi reduzida de 35% para 30%, segundo a reforma tributária, facto que deixa, empresários industriais, perplexos aquando da apresentação da proposta de redução de imposto industrial para um máximo de 25% à administração fiscal.

A proposta visa enquadrar-se dentro da realidade económica dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que cobra imposto na ordem dos 25%, tendo como referencia a África do Sul, onde as indústrias pagam imposto industrial na ordem dos 28%. A maior preocupação da associação é quanto ao crescimento económico das indústrias que embolsam imposto sobre lucros. A suposta sugestão foi endereçada à administração fiscal há três anos, mais sem sucesso.

A razão que levou a Associação Industrial de Angola exigir a redução de imposto é a incompatibilidade, sobretudo, com os regimes tributários dos países da SADC, na qual Angola faz parte.

Em declarações ao semanário angolano *Expansão*, o presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, esclarece que a exorbitante cobrança de imposto industrial só prejudicará as indústrias e aos consumidores. Segundo o presidente, a proposta da AIA, recorreu sempre pela redução do imposto industrial, de modo que, a repartição entre a indústria e o Estado seria de 20 pontos percentuais, 2,5 pontos percentuais para as associações empresarias, 1,5 (pp)

para centrais sindicais e 1 ponto percentuais para as universidades visando o reforço da capacidade institucional e da formação profissional.

Para o gestor, a redução dos impostos é um factor primordial para o desenvolvimento da oferta e da competitividade nacional, mas a redução de 30%, do ponto de vista do dirigente não beneficiará às empresas e a própria economia nacional.

Portanto, a posposta da AIA defende também o imposto sobre lucros, que vem representando constrangimentos à função económica alegando que, só o imposto de consumo pode atingir aos 30%, assim como o imposto de selo. Entretanto, a Secretária de Estado das Finanças, Valentina Matias Filipe, reagiu sobre o assunto e garantiu aos empresários, que a proposta da redução de impostos industrial está em estudo, de maneira a levar o país a alcançar uma das taxas mais baixas da África Austral, prometeu. Quando questionada sobre os outros impostos, a governante referiu que em relação ao imposto de selo, também há perspectiva de redução.

Quanto o ministro da economia, Abraão Gourgel, no encontro que manteve com os empresários do sector avícola, isto é, no acto de apresentação do Programa de Desenvolvimento das Micros, Pequenas e Médias Empresa (PDMPME) disse que a redução de imposto industrial ainda é alta em comparação com os outros países da região Austral.

O mesmo, comunga com a ideia da associação de indústrias de Angola em reduzir o imposto de forma a facilitar as empresas e a economia nacional, advertiu.

A consultora financeira, Leila Leitão Ribeiro é de opinião que há necessidade de enquadrar o imposto a nível dos países de Africa, em particular os da SADC. A economista, não concorda com a cobrança dos mais de 6% de taxa dos valores das prestações de serviços e gestão implementada no diploma. Para os empresários, esta nova legislação nada trouxe de alteração, quanto as complexidades das operações dos sujeitos passivos e não garante uma relação tributária saudável entre a administração tributária e as empresas. Citam também os inúmeros prejuízos que este imposto de 30% poderá causar aos contribuintes que pagam imposto de consumo entre outros. Este processo sobre reforma tributária começou a ser implementado em Julho de 2010 com a constituição do PERT, mediante decreto presidencial. O processo concebido para melhoria da arrecadação de receitas do Estado, mediante adequação da legislação ao actual contexto político e económico, reestruturação dos órgãos da Admin-

istração Tributária é visto como um agravante aos problemas do mercado financeiro.

### 3.18 Transparência nas receitas petrolíferas em Angola

*Folha 8*

*31 de Março de 2012*

Um grupo inicial de duzentos cidadãos e várias organizações da sociedade civil angolana, assinaram e submeteram, no início de Março de 2012, à Comissão de Segurança Cambial (SEC) dos Estados Unidos, uma petição sobre a Proposta de Regulamento na divulgação dos pagamentos efectuados pelas empresas operadoras e produtoras, que actuam na indústria extractiva de petróleo, ao longo da costa de Angola.

a objectivo a alcançar visa essencialmente divulgar informações de acordo com as exigências da Lei Dodd-Frank, Secção 1504, a fim de exigirem do Executivo de José Eduardo dos Santos e das companhias petrolíferas responsabilidade e assegurar que as receitas beneficiem o país e os cidadãos no seu todo.

O F8 resolveu deitar uma vista de olhos e encontrou matéria de algum interesse para os nossos fiéis leitores os cidadãos no seu todo.

A petição submetida à apreciação da Comissão de Segurança Cambial (SEC) dos Estados Unidos começa por salientar a importância da indústria petrolífera, considerando-a como pilar principal da economia angolana, por produzir mais de 80% das receitas do Estado e contribuir com cerca de 60% do PIB.

a problema, salienta o documento, é que "a maioria dos angolanos, e quase dois terços da população sobrevive com menos de 2 dólares por dia em condições inadequadas para a vida humana",

É mais que evidente que, diante de um quadro tenebroso os autóctones discriminados, considerem estar o país a ser muito mal gerido, mas, se fosse só isso, com tanta riqueza não estaríamos assim tão mal.

a verdadeiro problema é que o nosso país é realmente um dos mais corruptos do mundo e "existe uma preocupação generalizada e evidências que apontam que o fluxo das receitas que deveriam apoiar o desenvolvimento sustentável, justo e equitativo do país, não está a chegar ao Tesouro Nacional e está sendo mal gerido", como refere o documento que temos vindo a analisar.

Assim, embora nos últimos anos o Governo Angolano tenha introduzido algumas reformas importantes de transparência no sector petrolífero, a opacidade diminuiu! mas a desconfiança aumentou. E verdade que o

Ministério das Finanças começou a publicar desde 2004 no seu website ([www.minfin.gov.ao](http://www.minfin.gov.ao)) alguma informação da produção petrolífera, apareceram assim algumas incipientes informações e, no fundo, a emenda foi pior que o soneto, porque com esse tremendo esforço que as autoridades do país fizeram para serem transparentes a opacidade virou lusco-fusco e viram-se a olho nu algumas carecas que por ali foram aparecendo e algumas delas ainda hoje estão à espera de justificações do Estado angolano. Hoje, mais que no tempo da opacidade total, os dados oficiais sobre as receitas petrolíferas não são credíveis nem aceites por ninguém que saiba somar e subtrair, e só de olhar para a diferença abismal entre os números da produção de petróleo e os da exportação publicados pelos Ministérios dos Petróleos, Finanças e a Sonangol, ficamos com vertigens.

Isto sem esquecer que os relatórios de origem ministerial sobre os impostos dos rendimentos petrolíferos são números sem consistência legal, as assinaturas e outros bónus pagos pelas companhias petrolíferas ao governo não são ou são parcialmente publicados notando-se no final de contas diferenças, quando comparados com o que foi reportado pelas agências da indústria petrolífera.

Por exemplo, quando analisamos a soma total dos pagamentos das concessionárias reportados pelos Ministérios das Finanças, Petróleos e a própria Sonangol as verbas são similares, mas quando repartidos por blocos, elas discordam.

Enfim, praticamente nada mudou, à parte a timorata tentativa de abrir jogo e só mostrar carecas. E a maior de todas essas carecas é a que se refere à que foi revelada em Dezembro de 2011 pelo Fundo Monetário Internacional, que reportou que havia uma discrepância não esclarecida de USD 32 mil milhões nas contas fiscais do governo angolano ligadas à Sonangol de 2007 -2010. Este montante representa 1/4 do PIE total do país. Uma monstruosidade!

## 4. ABRIL DE 2012

### 4.1 Angola necessita de investir ainda mais na construção de infra-estruturas básicas

*Jornal de Angola*  
02 de Abril de 2012

Angola precisa de investir 20 mil milhões de dólares em telecomunicações, transportes, energia e águas ao longo da próxima década, para alcançar o nível de Infraestruturas de outros países em desenvolvimento, de acordo com um estudo comparativo do Banco Mundial divulgado em Washington.

No estudo "As Infraestruturas de Angola: Uma Perspectiva Continental", publicado pelo Banco Mundial, as investigadoras Nataliya Pushak e Vivien Foster estimam que Angola tem gasto 4,3 mil milhões de dólares por ano em infraestruturas, o equivalente a 14 por cento do seu produto interno bruto, a maior parte em transportes. O investimento tem sido financiado pelo Orçamento de Estado e a China é, "de longe, a mais significativa fonte de financiamento externo", afirmam as investigadoras.

"Para responder às suas necessidades de infraestruturas mais prementes e alcançar os países em desenvolvimento noutras partes do mundo, Angola precisa de expandir os seus activos de infraestruturas em áreas chave", adiantam.

No campo das telecomunicações, Pushak e Foster identificam como projetos mais necessários a ligação por fibra óptica às cidades capitais vizinhas, um cabo submarino e ainda acesso universal a sinal GSM e instalações públicas de banda larga. Possuir ligação nacional por estrada de boa qualidade com duas faixas de rodagem e permitir o acesso por estrada a zonas agrícolas são os objetivos no domínio dos transportes.

Alcançar estes alvos ilustrativos de infraestruturas em Angola custa cerca de dois mil milhões de dólares por ano ao longo de uma década, indo as maiores fatias para a energia (785 milhões de dólares) e águas (574 milhões).

O estudo indica ainda que as ineficiências em infraestruturas custam a Angola perto de 1,3 mil milhões de dólares por ano, cinco por

cento do Produto Interno Bruto (PIB), recursos que podem, em larga medida, ser recuperados com o aumento das tarifas de eletricidade de e

abrandamento do ritmo do investimento rodoviário, cujo orçamento é habitualmente excessivo.

Além de um programa de estradas que parece ultrapassar a capacidade de execução das entidades responsáveis, outras decisões "não têm sido as ótimas", como a falta de investimento em água e saneamento ou em redes de distribuição de eletricidade que permitam que se tire totalmente partido da maior capacidade de produção. No futuro, refere o estudo, as autoridades angolanas têm ainda capacidade de atrair mais investimento privado para estes projetos. "Dados o tamanho e intensidade da economia de Angola, deve ser alcançável a médio prazo atrair um volume de investimento privado mais significativo, em particular no sector de energia, libertando assim fundos públicos para outras necessidades sociais prementes", recomendaram as investigadoras.

### 4.2 AIA pede descentralização dos investimentos públicos

*Jornal de Angola*  
05 de Abril de 2012

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, apontou terça-feira em Luanda a descentralização dos investimentos públicos e privados como uma das formas para acelerar o desenvolvimento e acabar com as assimetrias regionais que se registam no país.

Em entrevista à Angop, o responsável disse que Angola precisa de crescer de modo acelerado para acabar com as assimetrias regionais e para competir com as economias de outros países a nível da região e do continente.

Com a integração de Angola na zona livre de comércio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), disse, o país deve crescer acima dos dois dígitos para poder competir na região, principalmente com a África do Sul, cuja economia domina o mercado da região e do continente.

"Nós temos que crescer a uma taxa de dois dígitos para dar um salto, porque competitividade na região tem na África do Sul um factor do minador de mercado", disse José Severino, acrescentando que "os angolanos devem ser parceiros activos da África do Sul e de outros países da SADC e de África".

O presidente da AIA considerou que a economia angolana não pode estabelecer metas de evolução e o seu crescimento à semelhança dos indicadores da África do Sul, que já tem uma base material grande,

tendo que crescer rapidamente e por via da descentralização dos investimentos em todo o país.

Ainda sobre a descentralização dos investimentos, José Severino referiu que o Programa de Investimento Públicos (PIP) já visa a descentralização, pelo que se regista um índice elevado de cumprimento da execução da carteira de investimentos públicos e um maior impacto deles sobre a vida das populações, principalmente desde que os governos provinciais começaram a assumir parte dessa carteira.

O presidente da AIA referiu que, em determinados períodos, houve programas de investimentos públicos em que o grau de cumprimento ficava abaixo dos 40 por cento, mas que, a partir do momento em que se passou a descentralizar, passou a 70 por cento, logo no primeiro ano e a apreciação que se faz hoje é de 75 por cento.

Ainda na senda da descentralização, o líder associativo realçou que as autarquias são a "chave mestra", mas salientou que é preciso os governos provinciais assumirem a liderança do desenvolvimento das respectivas regiões.

José Severino defendeu a ideia segundo a qual cada província tem os seus problemas e objetivos próprios e quem está no terreno tem a vocação de os dominar melhor.

"Portanto, a articulação entre o poder local e central tem que ser muito mais dinamizada."

#### 4.3 AJPD-Relatório revela meandros da corrupção em Angola

*Jornal O País*

*13 de Abril de 2012*

A AJPD identifica no seu relatório, apresentado esta semana em Luanda, 10 sinais e caminhos mais visíveis da corrupção em Angola.

O líder da AJPD, António Ventura, diz mesmo que "até a distribuição de bicicletas ou de outros meios que possam influenciar o sentido de voto dos cidadãos, no contexto da campanha eleitoral, são consideradas corrupção (eleitoral)".

A constatação da AJPD é de que nos últimos anos "gestores na Administração Pública, no Executivo central ou local, logo depois ou num curto espaço de tempo, começam a exibir carros de luxo e outros bens de elevado valor financeiro, adquirem imóveis (casas) em Angola e no exterior (com preferência na África do Sul e Portugal) começam a ser sócios de

empresas no país e no estrangeiro, realizam viagens de lazer no exterior em 1.ª classe, hospedam-se em hotéis de luxo, fazem consultas de saúde no exterior em clínicas privadas caras e começam a ostentar despesas pessoais".

Aquela associação cívica afirma ter baseado a sua pesquisa em relatórios já publicados, na análise de palestras realizadas até recentemente e no discurso do presidente da República sobre a "Tolerância Zero a Corrupção".

António Ventura admite que o actual nível de corrupção no país já é uma violação de direitos económicos e sociais. "Progressivamente, vamos informando os cidadãos da necessidade de se combater a corrupção e, sobretudo, do impacto que ela está a ter na efectivação dos direitos económicos e sociais".

Sob o título "A Topografia da Corrupção e da Falta de Transparência em Angola", o relatório da AJPD, com mais de 60 páginas, faz recurso a legislação angolana, relativamente a corrupção, designadamente a Lei da Probidade Pública, incluindo as Convenções Internacionais.

António Ventura precisou que o informe começou a ser elaborado em janeiro de 2010 e constitui um documento que pode contribuir para que procuradores, juizes e o presidente do Tribunal de Contas possam "estar atentos e identificar práticas de corrupção e de falta de transparência a nível dos gestores públicos".

Ele lamentou que "daquilo que temos estado a acompanhar, para além da aprovação da Lei da Probidade Pública e algumas medidas administrativas que têm sido tomadas pelo Executivo, não conseguimos ainda vislumbrar que de facto o combate à corrupção tenha surtido os seus efeitos".

Ainda assim, o activista cívico promete que no próximo ano a sua organização voltará a fazer outros estudos sobre o impacto da corrupção e a sua relação com os direitos humanos em determinados sectores da vida social.

"Vamos concretizar essas práticas que aqui identificamos, que são dez, no sector concreto da vida social", afirmou.

A AJPD diz que em cada ano civil, a Assembleia Nacional de Angola aprova o Orçamento Geral do Estado, para cobrir as despesas de serviços básicos tais como a água potável, saneamento e tratamento do lixo, esgotos sanitários, transportes públicos, drenagem das águas pluviais, energia, estradas, mas que os gestores públicos "não conseguem executar os

projectos sociais que visam suprir estas necessidades e recorrem permanentemente ao discurso da insuficiência de verbas".

Relativamente ao tráfico de influência' a associação diz ser muito recorrente pessoas que assumem cargos de relevância no Executivo "abusarem da sua real ou suposta influência, ou ainda da sua posição, para facilitar o acesso de familiares, amigos de infância ou contemporâneos na escola ou noutra local para ascenderem a funções públicas relevantes, ao emprego na função pública ou ao crédito bancário e aos negócios, ou ainda à celebração de contratos públicos para prestação de serviço." No seu relatório, a AJPD denuncia a criação de empresas fictícias para prestarem serviços essenciais sempre que se aproxima a realização de qualquer grande evento promovido por órgãos do Estado ou serviços a ele afectos ..

"Muitas destas empresas só têm existência jurídica, não têm existência física, não têm experiência de trabalho e subcontratam outras empresas com melhor e muita experiência, podendo ser nacional ou estrangeira, com preferência para empresas portuguesas ou chinesas; muitos sócios e administradores são meros testas-de-ferro", refere o documento.

#### 4.4 Angola vai justificar discrepâncias em relatório

*Jornal Expansão*  
13 de Abril de 2012

O Ministério das Finanças vai justificar em relatório, até ao final do ano, como foram gastos os 32 mil milhões USD de "discrepâncias" nas contas públicas, detectados pelo próprio organismo, mas divulgados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em Dezembro do ano passado.

Equivalente a 25% a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), o valor das "discrepâncias", que em princípio se julgava desaparecido, ocorreu entre 2007 e 2010 e foi tido como "residual", após balanço das receitas catalogadas pelo Ministério das Finanças e os gastos anotados pelo banco central.

A explicação inicial dada em conferência de imprensa no fim de mais uma missão do FMI pelo ministro da tutela, Carlos Alberto Lopes, foi de que se tratou de pagamentos efectuados pela Sonangol em nome do Estado sem, contudo, anotar e registar conforme exigem os padrões de contabilidade. Entretanto, o Governo já "actualizou" a informação prestada no princípio do ano, segundo deu a conhecer em entrevista ao Expansão o representante da organização monetária no País, Nicholas Staines.

"O Governo fez grande esforço em actualizar a informação e tentar explicar os gastos da maior parte deste montante, mas não terminou", disse o cidadão maltês ao serviço da instituição de Bretton Woods, sem avançar mais detalhes, considerando ser este um trabalho em progresso. Depois de publicado o relatório, caberá ao Governo defender e estabelecer a credibilidade do mesmo, sobre os gastos efectuados com o dinheiro.

O FMI vai liberar 132,9 milhões USD da última tranche do empréstimo de 1,33 mil milhões USD, após aprovação da última revisão da implementação do acordo stand-by que assinou com Angola, em Novembro de 2009, para revitalização da economia nacional abalada pela crise económica e financeira global.

O relatório da organização liderada pela francesa Christine Lagarde, que precedeu a liberação do último pagamento, aborda extensivamente a questão dos 32 mil milhões USD. A implementação do programa stand-by já terminou' e sobre Angola vigorará agora uma fase de "vigilância elevada" até que grande parte do crédito seja reembolsada. Porém, o Fundo continuará a manter discussões com as autoridades nacionais sobre essas discrepâncias.

Antes da aprovação, a influente organização não governamental baseada em Nova Iorque Human Rights Watch instou o Fundo a não liberar a última tranche do empréstimo, antes de Angola justificar o montante em discrepância mencionado.

"É normal haver residual"

Entretanto, é sempre "normal" haver nas despesas de cada Estado "residuais", montantes que não podem ser contabilizados, mas não tão altos quanto ao nível dos 32 mil milhões USD, diz Nicholas Staines .

"Idealmente fica-se com um residual de menos de 1%. Países africanos com capacidade têm um residual de 0,25% e quando chega a 1% já se considera alto", esclareceu o representante do FMI em Angola. "E 32 mil milhões USD, dependendo de como se conta, correspondem a 25% do PIB", indicou.

A crise que obrigou Angola a recorrer ao FMI não foi unicamente causada pela queda de preços de crude no mercado internacional, mas também de dificuldade de contabilidade, transferência de receitas do sector petrolífero para o orçamento, que não era feita atempadamente, afirmou Nicholas Staines.

O programa stand-by focou-se primeiro na estabilização da economia e depois nas causas. Entre outras medidas, tratou de "insular" a economia

angolana das oscilações do preço do crude no mercado internacional.

#### 4.5 A divisão administrativa não tem relevância na formação da receita

*Jornal Expansão*

*13 de Abril de 2012*

A província do Bengo perdeu 95% da sua fonte de tributação com a divisão administrativa de Luanda. Acha que existe potencial para recuperar-se desta realidade? Importa em primeiro lugar esclarecer que apenas uma parte da receita fiscal arrecadada em cada província é retida localmente nos termos do Decreto Executivo n.º 80/99, de 28 de Maio. Significa dizer que a nova divisão administrativa é praticamente inócua em matéria da arrecadação fiscal gerada no Bengo, já que cerca de 90% da receita fiscal são direccionados para a Conta Única do Tesouro (CUT) e constituem os designados Recursos Ordinários do Tesouro (ROT) que constituem a base das receitas do OGE.

As dotações financeiras atribuídas ao Bengo, antes ou depois da actual divisão administrativa, quer para as despesas correntes, quer para as despesas de capital, no caso os investimentos, provêm quase que na totalidade do OGE, incluindo as verbas distribuídas de forma descentralizada às administrações municipais.

Assim, os municípios de Icolo e Bengo e o da Kissama, agora integrados na província de Luanda, vão continuar a canalizar as suas receitas fiscais para a CUT.

Se a previsão das receitas fiscais do Bengo para 2012 fosse o valor arrecadado em 2010, cerca de 33,9 milhões USD, percebe-se com algum entendimento que a província arrecadaria apenas 1,6 milhões USD, que representa 5%. Qual é a sua análise sobre a inversão deste quadro?

A actividade económico-social e administrativa da província está estruturada em matéria de despesas, por "actividades permanentes", "programas", tendo para o efeito atribuído, por via do OGE/2012, um valor de cerca de 25,6 mil milhões Kz, e para a execução do seu Programa de Investimentos Públicos, foi-lhe consignada uma dotação de cerca de 8 mil milhões Kz, onde cada um dos seus municípios tem disponíveis cerca de 237 milhões Kz, para serem aplicados em actividades locais.

Não me parece, portanto, existir qualquer afectação, em matéria de fontes de formação da receita, a actual

divisão administrativa, no quadro da actual lei de finanças públicas. Entretanto, entendo que deveríamos começar a pensar numa Lei de Finanças Locais, que desse coerência à "política de proximidade" que se pretende institucionalizar, mas que também, por outro lado, faz apelo para que os órgãos locais do Estado sejam munidos de mais competências técnicas e processos eficientes que permitam garantir uma boa utilização dos recursos públicos e, deste modo, garantir uma descentralização e desconcentração responsável e voltada para o interesse do cidadão.

Acredita que a geminação do Bengo com demais cidades do mundo, tal como Luanda tentou fazer há anos com a cidade francesa de Bordéus (mas não avançou), é uma boa saída desta situação económico-financeira?

Não creio que os processos de geminação das nossas cidades com outras urbes do mundo tenham grandes impactos ao nível do crescimento e do desenvolvimento que pretendemos. Acredito que as geminações possam apenas concorrer para trocas de experiências em áreas de governação e gestão urbana, e na obtenção de modelos já testados e que possam trazer melhorias à vida dos cidadãos.

O facto de o actual governador do Bengo ter sido ministro das Relações Exteriores (1999-2008) constitui, à partida, um passo relevante para atracção de investimentos de países com os quais trabalhou no cargo anterior, visando o desenvolvimento da província?

Acredito, sim, que o perfil e as qualidades de liderança e os valores que são apanágio do actual governador provincial do Bengo possam proporcionar o ambiente ajustado à atracção de investimentos de natureza externa, mas sobretudo projectos com capital nacional.

A província do Bengo tem a vantagem de estar geograficamente posicionada no litoral, com todo o potencial que é por isso gerado, e tem um interior propício ao desenvolvimento da agricultura, associada ao facto de estar próxima do maior mercado consumidor, que é a cidade de Luanda com os seus cerca de 4 milhões de habitantes.

O estilo de governação e o ambiente político e institucional que é gerado são um factor decisivo para a prática de negócios. E estou em crer que o governador João Bernardo de Miranda e a sua equipa dispõem de potencial para fazer com que isso aconteça.

O presente programa de investimentos públicos atribuí 100

Milhões Kz (cerca de 1 milhão USD) para estudos e projectos do futuro porto comercial do Dande, no Bengo. Que vantagens económico-financeira encara neste projecto?

A implementação de um porto comercial na região do Dande, com a dimensão e o nível de modernidade tecnológica que o crescimento do País já exige, vai induzir um significativo desenvolvimento na região, na criação de empregos, mais o aparecimento de um conjunto de outras actividades que são correlatas e que estarão no perímetro funcional da actividade portuária.

Temos a experiência do impacto do Porto do Lobito naquela região do centro do País.

Estou em crer que no médio prazo, com a implantação do Porto Comercial no Dande, haverá um deslocamento natural de algumas actividades, nomeadamente de apoio logístico à actividade petrolífera no offshore, a metalomecânica, a construção e reparação naval e outras actividades que são fomentadas pelos terminais portuários, como é o caso da transportação rodoviária e, quiçá, a extensão do Caminho-de-Ferro de Luanda a essa infra-estrutura.

Uma vez que o peso da tributação do Bengo está afectado, de forma

negativa, quanto tempo calcula para uma rápida recuperação diante do presente cenário, e porquê?

Esclarecida, no meu ponto de vista, que a recente divisão administrativa que retira da província do Bengo os municípios de Icolo e Bengo e Kissama não tem qualquer relevância, à luz do actual ordenamento jurídico, na formação da receita da província, já que a quase totalidade da despesa pública é assegurada por via das dotações orçamentais que todos os meses são atribuídas por via da designada "quota financeira", a questão não se coloca dessa maneira.

Outrossim, creio que os pressupostos que presidiram a essa divisão administrativa tenham que ver com questões que se prendem com o ordenamento do território numa perspectiva do crescimento da cidade de Luanda e, quiçá, no planeamento da orla marítima.

## 4.6 As repercursões económicas da divisão administrativa de Luanda

*Jornal Expansão*

*13 de Abril de 2012*

Manhã de quarta-feira, 26 de Julho de 2011. Os corredores da Assembleia Nacional mostram-se movimentados com a presença de 174 deputados face à aprovação de um dossiê que, à partida, "não demonstrava" que alteraria em larga escala a conjuntura económico-financeira da província do Bengo. O assunto resumia-se na "Alteração à divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo".

Na referida sessão extraordinária, 173 deputados votam a favor, um contra e nenhuma abstenção. Estava então definido: sete municípios para a capital do País, enquanto a Ingombota, Maianga, Rangel, Samba e Sambizanga deixavam de ter tal categoria e passam para a de distritos urbanos.

Desta feita, Luanda passa a ter como municípios Viana, Cacuaco, Cazenga, Belas, Luanda, Icolo e Bengo e Kissama, entre estes, os dois últimos pertenciam ao Bengo. De forma contrária, o Bengo ficou com menos dois municípios, detendo os de Ambriz, Bula Atumba, Dande, Dembos, Namuangongo e Pango Aluquem.

Estava então consumado um dossiê cujo argumento de fundo, segundo o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, oito dias antes da aprovação, quando apresentava a proposta em plenário, resulta de estudos que foram feitos no âmbito do ordenamento do território, do planeamento da orla marítima e do desenvolvimento harmonizado do perímetro Luanda- Bengo.

O governante indicou, na altura, que a integração dos municípios da Kissama e Icolo e Bengo na província de Luanda visa garantir o enquadramento e a coordenação dos novos projectos de desenvolvimento urbano na malha infra-estrutural de Luanda e Bengo.

Ressaltou, igualmente, que o Executivo pretende dar resposta à necessidade de assegurar uma maior eficiência na organização e funcionamento das instituições e serviços, face ao crescimento urbano que se vem registando nas respectivas províncias.

Entretanto, passados quatro meses, já em Dezembro último, na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, o governador do Bengo, João Bernardo de Miranda, revelou em Caxito que a província perdeu cerca de 95% das receitas fiscais com a integração dos municípios de Icolo e Bengo e Kissama em Luanda.

"O desmembramento dos municípios de Icolo e Bengo e Kissama empobreceu a nossa província, fundamentalmente no que à economia diz respeito", era a evidente nostalgia de um governador que lançava apelo aos seus quadros a fim de ajudarem o executivo local na criação de condições que visam a mobilização de investidores nacionais e estrangeiros a direccionarem investimentos para a província.

O consultor Galvão Branco explicou nesta semana ao Expansão que a nova divisão administrativa é praticamente inócua em matéria de arrecadação fiscal gerada no Bengo, "já que cerca de 90% da receita fiscal são direccionados para a Conta Única do Tesouro e constituem os designados Recursos Ordinários do Tesouro, que, no fundo, constituem a base das receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE).

As dotações financeiras atribuídas ao Bengo, antes ou depois da actual divisão administrativa, quer para as despesas correntes, quer para as despesas de capital (investimentos) provêm quase que na totalidade do OGE, incluindo as verbas distribuídas de forma descentralizada às administrações municipais, aclarou o consultor.

"Assim, os municípios de Icolo e Bengo e o da Kissama, agora integrados na província de Luanda, vão continuar a canalizar as suas receitas fiscais para a Conta Única do Tesouro", ressaltou.

Tendo como base o argumento segundo o qual 90% das receitas das províncias são direccionados para a CUT, o Bengo, sem a nova divisão administrativa e tendo ainda como previsão para este ano a receita de 2010, teria chamado para si 3,3 milhões USD do total de 33,9 milhões USD.

Por outro lado, agora com a nova divisão administrativa e incluindo o indicador de 2010, a receita da província ficaria em 160 mil USD, enquanto 1,4 milhões USD, que representam 90%, seriam direccionados à CUT.

#### Receitas em análise

O município de Icolo e Bengo foi a "galinha de ovos" da província do Bengo. A região possui empreendimentos industriais geradores de lucros milionários, sem descartar a Kissama, que era o "baluarte" do investimento turístico da região, através da zona de Cabo Ledo. Projectos como a Coca-Cola Bottling, Águas Bom Jesus, fábrica de cimento, fábrica de cerveja Companhia de Bebidas do Bom Jesus (Cobeje), produz as marcas Cuca, Nocal e N' gola, Cerâmica de Catete, só para citar estes, davam, até à divisão administrativa de Luanda e Bengo, um

impulso económico ao volume de receitas fiscais para a província.

A Cobeje instalou em 2010 uma linha de produção, com os últimos modelos de equipamentos tecnológicos da indústria cervejeira mundial, avaliada em cerca de 30 milhões USD, com capacidade para 145 mil hectolitros de cerveja por mês (cerca de 1,8 milhões de grades de 24 latas de 330 mililitros cada uma), o que supera em 31,8% a produção anterior ao investimento acima referenciado.

Foi no Icolo e Bengo, concretamente na região de Catete, que a Coca-Cola Bottling instalou a primeira fábrica no País, em 2000, através da SABMiller, que é uma das maiores cervejeiras mundiais, presente em mais de 60 países.

Para o presente ano, a Coca-Cola prevê um crescimento de 15% e atingir uma quota de mercado de 63% a nível do País. Tal crescimento, avançado em Janeiro último ao Expansão pelo director-geral da Coca-Cola Company, Artur Miranda, inclui também, em análise, o contributo da fábrica do Icolo e Bengo, região que agora pertence a Luanda.

A Kissama é o município que se assumiu como zona de maior investimento turístico, outro contribuinte fiscal que não deve ser descartado. A praia do Sangano, naquela região, está em crescente desenvolvimento de infra-estruturas turísticas, razão que atrai para o local milhares de turistas nacionais e estrangeiros a gastar dinheiro em lazer.

Em Janeiro passado, o ministro do Turismo, Pedro Mutinde, conferiu posse aos directores gerais e seus adjuntos de três pólos de desenvolvimento turístico, entre os quais o de Cabo Ledo, visando a sua consolidação e conseqüente contribuição ao Produto Interno Bruto.

A região consta na agenda de prioridade do Executivo para fomento turístico, devido ao desafio da criação de um milhão de empregos directos e indirectos no País até 2020, bem como a atracção de quatro milhões de turistas, no mesmo período, visando a massificação de um plano de mobilização do turismo interno.

É esta região, no caso Cabo Ledo, que também foi retirada do Bengo e integrada em Luanda.

Contudo, foi graças ao investimento industrial, na região de Icolo e Bengo, que a província obteve em 2010 receitas fiscais avaliadas em 3,2 mil milhões Kz (cerca de 33,6 milhões USD). Com a integração desta região e também da Kissama em Luanda, se as receitas fiscais do Bengo previstas para o ano corrente fossem as de 2010, então a província arrega-

daria 1,6 milhões USD, que representa 5%, perdendo para Luanda uma receita tributária de 32 milhões USD.

Na análise do Expansão, tomando como referência o indicador tributário da província referente a 2010, como sendo a previsão de 2012, ainda que a receita crescesse ao ritmo da previsão da economia nacional, projectada para uma taxa de 12,8% no Orçamento Geral do Estado 2012, Bengo obteria, mesmo sem Kissama e Icolo e Bengo, perto de 1,8 milhões USD, o que, em termos práticos, conseguiria uma diferença adicional (positiva) de 200 mil USD em relação aos 1,6 milhões USD que representam 5% da receita de 2010.

Em 2011, Icolo e Bengo e Kissama foram contemplados com investimentos públicos avaliados em 241,5 milhões Kz (2,2 milhões USD), cada um, para desenvolver projectos integrados de combate à pobreza e desenvolvimento rural. Contudo, agora que integram a geografia económica de Luanda, a verba de 2011 cresceu para 45,01% em 2012, passando para 331,08 milhões Kz (3,2 milhões USD).

A província do Bengo perdeu os municípios que mais estavam a desenvolver-se e a catapultar o seu crescimento económico. A indústria extractiva, que ganhou um novo impulso nos últimos anos, vê agora as receitas a "escorresar" para Luanda, através de Cabo Ledo, que é a região onde grandes construtoras de obras públicas e construção civil exploram inertes para execução de empreitadas.

O novo porto comercial do Dande, um dos municípios da província, não tem início de obras agendado, como forma de se prever o seu contributo a médio prazo para a recuperação do volume de receita fiscal.

O actual programa de investimentos públicos destina 100 milhões Kz (1,05 milhões USD) para estudos e projectos do futuro porto do Dande, embora se vaticine que venha a adquirir infra-estruturas com dimensões superiores às do porto de Luanda, o maior do País.

#### Mãos à obra

O governador João Miranda tem poucos recursos para no curto prazo reverter o presente quadro tributário, porque perdeu os dois municípios mais rentáveis. Mais do que lamentar a "pouca sorte" que enfrenta no leme da governação local, importa arregaçar as mangas e lançar mão à obra. A captação de investimentos é um desafio que visa conferir utilidade às reservas fundiárias dos arredores de Caxito para a implantação de indústrias.

Com esta nova era de múltiplos desafios, é pretensão do governo local fazer do Bengo uma região rica com empresas de exploração agro-pecuária, a julgar pelas extensões de terras e água para irrigação. Em 2011, o programa de investimentos públicos atribuiu 4,5 mil milhões Kz (47,8 milhões USD) para o desenvolvimento agrícola da região da Quiminha, projecto sob responsabilidade do Ministério da Agricultura.

Para o ano corrente, face às etapas já realizadas do referido projecto, o programa de investimentos públicos atribuiu 850 milhões Kz (8,9 milhões USD), que representam 18,6% do total concedido em 2011. Quiminha tem uma barragem que permite acumular bastante água para irrigação de mais de 50 mil hectares de terras aráveis na região, um cenário satisfatório para os agricultores.

No entanto, como o azar dificilmente vem só, o perímetro irrigado da Quiminha está localizada no município do Icolo e Bengo, e, conseqüentemente, pertence agora a Luanda.

Com a desanexação de Icolo e Bengo, a capital do País ganha 76,9% das 13 mil cabeças de gado bovino que a província do Bengo possuía, uma situação que coloca cépticos economistas abordados pelo Expansão quanto ao revirar de página a curto prazo.

O economista José Cerqueira avançou nesta semana ao Expansão que "não há maneira de o Bengo recuperar rápida nem lentamente de um golpe tão rude. Receio que o Bengo acabará por ser anexado pela província de Luanda. Se isso vier a acontecer, que seja no quadro duma reforma administrativa metódica, e não meramente expeditiva como a reforma que criou o problema com que se debate agora o Bengo".

Na análise de Cerqueira, o Bengo terá de receber fundos excepcionais para compensar 100% da quebra de receitas, até que se adoptem as medidas administrativas que corrijam a situação duma forma estrutural. Perante este quadro, considera que o choque é duro e reduz o potencial da província "duma forma irreparável, se não forem tomadas medidas administrativas correctivas".

#### Divisão consumada

No início de Abril corrente, os governos do Bengo e de Luanda consumaram a assinatura de autos que incluem a transferência de bens móveis e imóveis e dos recursos humanos de Icolo e Bengo e Kissama para Luanda.

O governo do Bengo compromete-se a imprimir nova dinâmica para atrair investimentos, e

proporcionar rápido aumento de infra-estruturas socioeconómicas, que garantam o fomento de postos de trabalho e se atinja célere progresso das populações.

Ao Bengo resta consumir a pretensão de transformar o município dos Dembos, localizado no epicentro em relação aos demais municípios, no segundo maior centro da província com projectos de desenvolvimento agrícola, a seguir ao Dande.

Quanto ao Dande, município que alberga a capital do Bengo (Caxito), Cerqueira acha que 1 milhão USD para estudos que visam a construção do futuro porto comercial é "muito pouco", aclarando que para um porto de grande envergadura o montante poderá ascender a 10 milhões USD.

"Estudos sérios, que abarquem todos aspectos de arquitectura, engenharia, economia, finanças, sociologia, administração pública, empreendedorismo, saúde, recursos humanos implicaria uma verba 10 vezes superior à atribuída", advoga.

Receia o risco de o estudo contemplar apenas questões físicas de engenharia, deixando depois todas questões anexas, igualmente importantes, por resolver. Os especialistas das ciências sociais, explica, designadamente economistas, antropólogos e sociólogos, sem esquecer especialistas da educação, da saúde e da administração pública, deverão estar associados aos grandes e pequenos projectos, sob pena de, caso contrário, os grandes problemas levantarem outros.

#### 4.7 PGR recusa investigar contas de José Eduardo dos Santos

*Angolense*

*20 de Abril de 2012*

Depois do conhecido advogado ter feito a denúncia em Outubro último, tendo apresentado o número da conta bancária e o referido banco onde supostamente está o dinheiro, a Procuradoria Geral da Republica, num despacho exarado a 17 de Março e transcrito a 30 do mesmo mês, diz não ter competência para dar continuidade a investigação e transferiu toda a responsabilidade a Assembleia Nacional, dizendo que "este é o órgão competente para o efeito de investigação".

David Mendes, para começar, acha estranho que só agora a PGR aparece com tal comunicado.

O Presidente do PP disse, por outro lado, que vai interpor recurso. "Vamos reclamar ao próprio

Procurador-Geral por insatisfação dessa resposta e "veremos, então, que passos vamos tomar a seguir", garantiu, prometendo que "nós não vamos parar".

"O Procurador diz que não tem competência para instaurar um processo-crime contra Eduardo dos Santos, mas, em nosso entender, tem competência para investigar se os factos ocorreram, porque se a competência é da Assembleia Nacional, mas a Assembleia Nacional só pode se pronunciar quando existem factos que provam que os elementos trazidos como queixa são verídicos e susceptíveis de serem tidos num crime de peculato", esclareceu David Mendes.

De reaşar ainda que o referido documento da PGR nada diz em relação ao tratamento que vai ser dado às restantes figuras citadas na queixa, nomeadamente Pierre Falcone, Elísio de Figueiredo e Manuel Vicente, o actual ministro de Estado e da Coordenação Económica. Recordemos aqui a queixa apresentada pelo Presidente do PP:

"AO DIGNÍSSIMO DR. PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA LUANDA, PARTIDO POPULAR - PP, com sede nesta cidade de Luanda, na rua Cte Valodia, 5º andar, nº 59, neste acto representado pelo seu presidente, MANUEL DAVID MENDES; Vem apresentar contra: JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, cidadão Angolano, com residência na Cidade Alta, presidência da república; ELÍSIO DE FIGUEIREDO, cidadão Angolano com residência em parte incerta; PIERRE JOSEPH FALCONE, cidadão Francês com residência em parte incerta. E; PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SONANGOL, cidadão Angolano, com residência profissional, nesta cidade de Luanda, na Rua 1º Congresso do MPLA; QUEIXA CRIME Nos termos do artigo 73º da Constituição da República de Angola, por quanto:

1º Há indício bastante, de terem, os queixados, em concertação criminosa, tenham cometido crimes de peculato, previsto e puníveis nos termos, conjugados, dos artigos 313º e 437º do Código Penal. Pois;

2º Os queixados usando 'artifícios, conseguiram retirar dos cofres do Estado Angolano avultados montantes financeiros;

3º O expediente usado foi o de transferir dinheiros para conta Acc.

CO-101457 Escrow Agreement 3.06.97 do banco UBS Geneva, da SONANGOL, onde foram depositados mais de USO 77 4.193.545,00 sob cobertura de pagamentos de dívidas externas. Todavia;

4º Os valores referenciados foram transferidos nos dias: 1- 02.10.1997- USD 290.322.5-80,62 2- 08.01.1998 - USD 48.387.09-6,77 3- 09.03.2000 – USD 96.774.19-3,54 4- 12.04.2000 - USO 241.93-5.483,85- 5- 06.07.2000 USD 96.774.193,54.

5º A partir da conta da SONANGOL." foram feitas transferências para a contas números 275748 e 275903 da Campal Inc., no BANQUE INTERNATIONALE A LUXEMBURG;

6º Conforme documento, que se juntarão nos autos, a Campal era uma empresa pertencente JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, que é representado pelo senhor Elísio de Figueredo, uma pessoa muito bem conhecida em Angola;

7º Conforme, ainda, documentos, a ser junto nos autos, na conta da Campal, foram depositados mais de USO 37.112. 67,46;

8º O sr. ELÍSIO DE FIGUEIREDO , conforme os documentos se juntar, era dono da TUTORAL e nela foram depositados mais de USD 7.331.199,53. Ainda;

9º O sr. PIERRE JOSEPH FALCONE, de acordo com os documentos a juntar nos autos, era detentor de várias empresas de várias contas de entre ela a Acc.01-88-126279-03 e Acc 45-885 do Bank Leumi Le-Israel Geveva , conta Acc CO-325794 do banco UBS Geneva e conta 1.038.915 do banco Ferier Lullin & Cie Geneva onde foram depositados mais de 59.954.664.00.

10º Nas suas operações, mesmos, usaram, de entre outros, os seguintes bancos: CITI - BANK NA, BANQUE INTERNATIONALE A LUXEMBOURG, BANQUE DE GESTION E MONO DE ROTHSCHILD.

11º Sendo o PARTIDO POPULAR uma pessoa colectiva com personalidade jurídica e constituído exclusivamente por Angolanos, sente-se como uma parte ofendida e, para salvaguardar os seus direitos. Assim, aberto o competente processo crime, requer que seja admitido como assistente nos autos, nos termos do disposto no Código processual Penal.

FEITO EM LUANDA, AOS 10 DE OUTUBRO DE 2011. PELO PARTIDO POPULAR DR. DAVID MENDES (ADVOGADO EM CAUSA PRÓPRIA)".

José Eduardo dos Santos, é o actual presidente da SADC representação de, avaliou positivamente Angola.

## 5. MAIO DE 2012

### 5.1 Executivo corta expectativa de crescimento

*Semanário Factual*

*De 12 á 19 de Maio de 2012*

De acordo com a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, a economia deverá crescer em 2012 entre 8 por cento e 10 por cento, o que ainda representa um forte crescimento tendo em conta a actual situação da economia global.

Destaca-se que Angola se encontra entre as economias que mais vão crescer no ano em curso e estima-se que deverá manter essa tendência apesar da leve desaceleração, nos próximos anos.

O Banco Português de Investimento (BPI) prevê crescimentos do PIB de 9,2 por cento em 2012, 7,5 por cento em 2013, 5,4 por cento em 2014 e 5,3 por cento em 2015, enquanto o FMI aponta para 9,7 por cento, em 2012,6,8 por cento, 6,3 por cento e 6,2 por cento, respectivamente.

A ministra do Planeamento, durante a apresentação recente do balanço do primeiro trimestre de 2012, salientou que, apesar do impacto negativo da crise financeira e económica mundial na economia do país, Angola conseguiu manter um nível de crescimento sustentável, e agora espera que em 2012 o PIB cresça na ordem de 8 a 10 por cento. "Em 2012 esperamos que o sector petrolífero cresça 8 por cento e o não petrolífero 9,5 por cento", frisou a ministra.

Durante o encontro, também foi anunciado que o Executivo deverá fazer um ajustamento salarial, agora em Maio, na ordem de 10 por cento.

A tendência de crescimento da economia, de acordo com os dados apresentados, permitiu a geração de cerca de 6,6 mil postos de trabalho. Porém, estatísticas divulgadas esta semana apontam que entre 2009 e 2011 foram criados cerca de 596 mil postos de trabalho, segundo o diretor Nacional de Emprego e Formação Profissional, Leonel Bernardo, citado pela ANGOP.

Desempenho positivo, apesar da adversidade internacional

De um modo geral, de acordo com o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Vicente, mesmo com um cenário internacional adverso, Angola obteve bons resultados no primeiro trimestre, do qual se destaca que a inflação em Março

se fixou em 0,60 por cento abaixo da verificada no mês de Fevereiro, o que indica um aumento dos níveis de confiança do desempenho económico do país.

Realce, também, nos primeiros três meses do ano, para o crescimento das receitas tributárias não petrolíferas em cerca de 18 por cento, em comparação ao período homólogo, das reservas internacionais em 3,93 por cento e a estabilidade da taxa de câmbios.

No âmbito da diversificação da economia, destaque para a criação de sete unidades fabris na zona económica especial (ZEE), no quilómetro 30 e as outras onze fábricas em fase de acabamento, tendo sido licenciados 952 novos estabelecimentos comerciais e prestação de serviços. A carteira de investimentos para o sector de energia visando a reabilitação das centrais de Cambambe e da matala e do biópio, esta avaliada em 1,2 mil milhões.

Manuel vicente salientou que houve avanços significativos no domínio da habitação, com destaque para o início da construção dos oito primeiros lotes da habitação sociais, no âmbito do Programa de reconversão do Sambizanga e do Cazenga, e a chegada de 11 navios com material de construção para o acabamento de nove mil e 675 fogos em seis províncias do país.

Frisou que, "no campo, do "Programa de Agua para todos" permitiu " a concretização de obras fundamentais para aumentar a produção agrícola e a qualidade de vida de famílias camponesas.

"Esta tarefa merecemos particular atenção, tendo em conta que a estiagem que assolou o país causou uma baixa na produção e uma forte retração nos reembolsos do crédito agrícola de campanha", justificou Manuel Vicente.

No primeiro trimestre concluiu-se o projeto agrícola de Cacanda, na Lunda Norte, e outros quatro estão por inaugurar.

## 5.2 O Tributo das importações

*Jornal A Capital*

*12 de Maio de 2012*

Este ano, as autoridades angolanas preveem arrecadar com os impostos cobrados pelas operações de comércio externo algo como pouco mais de mil milhões de dólares, tal como se lê no Orçamento Geral do Estado para 2012. De tal leitura permite aferir-se também que o imposto aplicado sobre o que o país importa para as suas necessidades internas é a rubrica que mais contribuirá naquilo que é o peso das

receitas decorrentes das tributações sobre comércio externo.

Números do OGE, referente ao período em análise, dizem, por exemplo, que este ano o imposto a cobrar pelo que o país vai comprando fora de portas engordará os cofres do Estado em algo como 116 mil milhões de kwanzas, ao contrário da tributação que incide sobre as exportações angolanas cujas receitas, segundo tais dados, ficarão limitadas em cerca de 123 milhões de kwanzas.

Olhando para esses números, permite a qualquer leigo perceber que as receitas resultantes. do que se cobra por operações associadas a importações suplantam em 116,6 mil milhões de kwanzas, qualquer coisa como 1,1 biliões de dólares em relação o que se espera arrecadar com as contribuições fiscais decorrentes das exportações.

Mas isso, segundo analistas como o consultor Márcio António, tem uma justificação: o facto de Angola ser um país marcadamente importador, ou seja, por este país depender mais do mercado externo na hora de se prover do que necessita para consumo local. Só que, entretanto, não dispõe de quase nada para colocar no circuito do comércio externo, fora do petróleo e dos diamantes.

aquelas que são consideradas portas de entrada e saída de mercadorias, ou seja, nos portos e aeroportos do país, está uma entidade cuja intervenção tem resultado em safras importantes como são as receitas aduaneiras advindas de taxas aplicadas pelos serviços decorrentes do processo de desalfandegamento de tais mercadorias.

Por força de taxas cobradas pelos vários serviços aduaneiros, o Estado espera, como previsto no OGE-2012, Arrecadar algo em tomo de 44 milhões de dólares, que, juntados ao valor dos demais impostos sobre as operações associadas ao comércio externo, faz do Serviço Nacional das Alfândegas uma das entidades que mais receitas captam para o Tesouro Nacional.

Em 2011, por exemplo, as receitas aduaneiras cifraram-se em 3,3 mil milhões de dólares, correspondendo um acréscimo de 4,2 por cento sobre o volume arrecadado no ano antecedente ao período em referência, tal como reporta o relatório anual do Serviço nacional das Alfândegas.

Segundo o documento a que este Jornal teve acesso, o aumento das receitas arrecadadas em 2011 tem uma explicação.

Deve-se, de acordo com a justificação daquela entidade aduaneira, ao incremento da arrecadação

decorrente de rubricas como impostos sobre a importação e sobre o consumo de produtos diversos, que, segundo se pode ler no relatório, cresceram em 1,8% e 1,5%, respectivamente.

#### Tendência invertida

Dados constantes no relatório de que temos vindo a nos servir indicam que os ganhos conseguidos com o volume das exportações angolanas superaram o valor dos gastos realizados com a importação do que o país precisa para o seu consumo. Segundo o Serviço Nacional das Alfândegas, em 2011, o país despendeu, no mercado externo, algo como cerca de 21 mil milhões de dólares, mas saiu de lá com pouco mais de 66 mil milhões de dólares, resultado de remessas de petróleo e diamantes vendidas lá fora, para onde Angola exportou também café e outros produtos que incluem recursos pesqueiros.

Já em relação ao que o país importou o leque é mais variado. Ou seja, comprou quase tudo, desde máquinas e plataformas de sondagem e perfuração petrolífera, equipamentos eléctricos, veículos e peças, assim como géneros alimentícios e outros bens que podem ser encontrados na listas dos vinte principais produtos importados por Angola, disponível no site da instituição.

A lista das principais mercadorias importadas é liderada pelas novas plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis, com as quais o país despendeu cerca de 2 mil milhões de dólares.

## 6. JUNHO DE 2012

### 6.1 Função pública com mais alguns kwanzas

*Semanário Angolense*  
*01 de Junho de 2012*

Esta apreciação foi feita durante a 5ª sessão ordinária que decorreu no Palácio Presidencial sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

De acordo com o comunicado distribuído à imprensa, a partir de 9 de Junho, serão objecto de um aumento de 10% os salários de todos os funcionários e agentes administrativos e o salário mínimo nacional.

O Conselho de Ministros aprovou outros diplomas legais, onde se destaca o de reajustamento em 10% das pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou pericidos.

O órgão de Consulta do Chefe de Estado, segundo o comunicado, aprovou igualmente o reajustamento dos subsídios das autoridades tradicionais.

Construção de 152 sistemas de abastecimento de água

O Conselho de Ministros aprovou também o Projecto de Construção de 152 sistemas de abastecimento de água, no âmbito do Programa Água para Todos, cujo objectivo é aumentar a capacidade de oferta de água potável às populações.

O projecto em causa, de acordo o comunicado que temos vindo a citar, visa atender 640 mil habitantes distribuídos pelas províncias da Lunda-Norte, Uíge, Kwanza- Sul, Moxico e Zaire. No entanto, o Conselho de Ministros aprovou um projecto para o Desenvolvimento do Plano de Acção da Estratégia de Segurança Energética do país, instrumento de trabalho que define as principais orientações estratégicas para o sector, com realce para o subsector eléctrico e para os subsectores petrolífero e de gás natural.

O órgão de consulta do Presidente da República aprovou ainda um Contrato de empreitada para a Construção das Redes de Distribuição de Baixa e Média Potências e a realização de ligações domiciliárias na Província de Cabinda, a fim de se melhorar a qualidade do fornecimento de energia eléctrica às populações do enclave.

A implementação deste contrato possibilitará a desactivação progressiva dos sistemas de geradores existentes, transferindo a sua alimentação para a Central Térmica de Fútila, recentemente construída.

O Conselho de Ministros aprovou o projecto de construção do Aproveitamento Hidroeléctrico Chiumbe-Dala, da linha de transporte de energia Dala-Luena e da subestação do Luena. Numa primeira fase, este aproveitamento hidroeléctrico que fornecerá energia regular à cidade do Luena, e, posteriormente, será interligado às cidades do Luena, Saurimo e Dundo.

O Conselho de Ministros aprovou também a minuta de Contrato de Assistência Técnica e Fiscalização das Obras do Desvio do Rio do aproveitamento Hidroeléctrico de Lauca, localizado no Rio Kwanza.

Aprovou também o Despacho Presidencial que autoriza a celebração de um Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Consultoria em Tecnologias de Informação com a Sociedade Crown Agents, com a finalidade de consolidar e estabilizar o sistema informático adoptado, através do reforço da aprendizagem e da qualidade profissional dos

funcionários aduaneiros que lidam com as tecnologias de informação.

No âmbito das medidas que o Executivo tem vindo a materializar para a rápida revitalização do sector diamantífero e estimular a diversificação da economia nacional o Conselho de Ministros autorizou que sejam outorgados os direitos mineiros aos projectos Luache, Luange, Gango e Quitúbia.

## 6.2 OGE 2012 com superávit superior a 8,3% do PIB

*Jornal Expansão*

*01 de Junho de 2012*

Em 2011, a taxa de desemprego estimada pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) situou-se em 24,8%, praticamente o mesmo valor que o calculado para 2010 (24,7%). Porém, o centro de investigação científica da UCAN acha que a capacidade de a economia formal criar empregos a uma velocidade superior à do crescimento da população economicamente activa se encontra bloqueada "por qualquer razão".

"Os empresários identificam a falta de qualificação dos recursos humanos como um entrave à sua iniciativa e seguramente um obstáculo a uma criação mais intensa de novos empregos", lê-se no mais recente relatório económico do CEIC, a ser publicado no próximo dia 6 do mês em curso, a que o *Expansão* teve acesso em exclusivo.

Em 2008, o Executivo previu a criação, até 2012, de pelo menos 1,2 milhões de novos postos de trabalho. No entanto, os mentores do relatório são de opinião que, para que tal meta fosse cumprida, e considerando uma variação no valor da produtividade bruta média aparente do trabalho de 7,5%, teriam de ser criados quase 630 mil postos de trabalho e o PIB teria de crescer 16,8% (a previsão oficial é de 9,8%). Nesta perspectiva, afirmam, "não será possível criar, em termos acumulados, 1,2 milhões de novos postos de trabalho em 4 anos.

Mas, adiante, os investigadores da Universidade Católica estimam que a taxa de desemprego de longo prazo pode ser de 31,6%, muito elevada, face às necessidades de geração de rendimentos permanentes, necessários para a melhoria das condições de vida da população.

OGE 2011 com superávit de 8,3% do PIB

No documento, o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola estima, por outro lado, que o Orçamento

Geral do Estado (OGE) de 2011 terá atingido, na óptica do compromisso, um superávit ligeiramente acima dos 8,3% do Produto Interno Bruto (PIB), contra os 3,4% previstos pelo Executivo.

Os investigadores da UCAN justificam que o elevado superávit resulta da realização de um preço médio do petróleo superior ao previsto pelo OGE, no 110 USD por barril verificados, contra os 68 USD programados. De acordo com o CEIC, como consequência de variações do preço de petróleo, as despesas públicas têm enfrentado flutuações "elevadíssimas" que transmitem incerteza para os empresários.

O relatório sustenta que a dependência das finanças públicas, relativamente ao sector petrolífero, é um factor de instabilidade do ciclo de negócios. Tais incertezas, aponta, levam a que os empresários tenham apetência aos investimentos com um pay back period muito curto, causando ineficiências na alocação dos recursos e dificultando o desenvolvimento de sectores económicos que seriam fundamentais no tecido económico do País.

Este facto, consideram os mentores do documento, torna cada vez mais urgente a implementação de uma reforma fiscal que leve ao aumento da produtividade da eficiência no uso dos recursos e, através destes, a endogeneização das fontes de receita do Estado. Entretanto, o CEIC lembra que, em reconhecimento deste facto, o Governo de Angola está a implementar o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), cujas linhas estão plasmadas no Decreto Presidencial nº 50/11, de 15 de Março.

Política monetária

A introdução do novo quadro operacional, em 2011, implicou o aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de transmissão de política monetária, permitindo que o banco central pudesse desempenhar um papel mais activo na preservação da estabilidade dos preços na economia, refere o Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (UCAN), no seu relatório que analisa o comportamento da economia nacional.

No ano passado, lembra o CEIC, foi introduzida a Taxa Básica de Juro - Taxa BNA, "que tem por objectivo indicar a orientação da política monetária e segregar as facilidades de natureza prudencial das de política monetária, na medida em que, anteriormente, o conjunto de instrumentos limitava-se essencialmente à taxa de desconto e às reservas obrigatórias.

Quanto à política cambial, o documento refere que, no ano transacto, foi possível aumentar "substancialmente" a venda de divisas relativamente a 2010 em 27%, assim como assegurar o aumento do nível de reservas internacionais líquidas (RIL) em termos de dólares, em 51 %, tendo-se situado em 26,1 mil milhões de dólares em Dezembro de 2011, devido sobretudo ao aumento dos fluxos financeiros externos, na sequência da recuperação dos preços internacionais do petróleo.

#### Panorama económico mundial

Para o CEIC, o panorama geral da economia mundial em 2011 foi de uma dinâmica relativamente fraca de crescimento, com uma quebra, face a 2010, de quase 22%. As economias avançadas foram e continuam a ser a principal parte deste problema de crescimento mundial e embora tenham anotado registos positivos de crescimento dos respectivos PIB, as quebras face à boa situação ocorrida em 2010 foram importantes, em média na ordem de 48%.

No ano passado, faz saber o relatório económico, a economia mundial foi afectada pela confluência de duas situações com elevado grau de adversidade, nomeadamente, a lenta recuperação das economias avançadas da OCDE, desde o início do ano, que não foi considerada como possível de acontecer (tinham sido previstas taxas de variação do PIB mundial de 4,4% e de 2,4% para as economias avançadas no início de 2011) e a elevada incerteza quanto ao desfecho das situações financeiras e fiscais das economias europeias e da economia americana.

### 6.3 Excedente do OGE 2011 atingiu 8,3 % do PIB e crescimento será mais moderado até 2014

*O País*

*01 de Junho de 2012*

O Orçamento Geral do Estado (aGE) para 2011 deverá ter registado um excedente na óptica do compromisso (que inclui as responsabilidades com a dívida pública) ligeiramente acima de 8,3% do produto interno bruto (PIB), de acordo com a estimativa apresentada no relatório anual sobre a economia angolana do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica respeitante ao último ano e que será lançado no próximo dia 6, numa sessão que terá lugar em Luanda. Para a superação do superavit previsto no OGE 2011 (3,4%) contribuiu decisivamente 'a realização de um preço médio do petróleo superior ao previsto pelo orçamento (USD 110,0 por barril verificados contra os USD 68,0 por barril pro-

gramados). O Relatório Económico de Angola 2011 chama, entretanto, a atenção para o facto da dependência das finanças públicas relativamente ao sector petrolífero constituir um factor de instabilidade do ciclo de negócios. 'Estas incertezas levam a que os empresários tenham apetência aos investimentos com um Pay Back Period muito curto, causando ineficiências na alocação dos recursos, dificultando o desenvolvimento de sectores económicos que seriam fundamentais no tecido económico do país, adianta o documento. Daí que o CEIC considere urgente a implementação de uma reforma fiscal que leve ao aumento da produtividade, ao aumento da eficiência no uso dos recursos e, através destes, à endogeneização das fontes de receita do Estado, acrescentando que em resultado do reconhecimento deste facto, o Governo de Angola está a implementar um Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), cujas linhas estão plasmadas no Decreto Presidencial nº 50/11, de 15 de Março.

#### Crescimento positivo

O CEIC admite que a economia angolana poderá estar a entrar num período de crescimento menos intenso que aquele que foi verificado num passado recente (entre 2004 e 2008, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 17%) ainda que bastante positivo, estimando que o PIB cresça este ano 9,1%, no próximo 8,8% e que em 2014 cresça 7,5%, bastante acima, por conseguinte, das taxas de variação verificadas nos três últimos anos. Já o PIB não petrolífero deverá evoluir a um ritmo de 9,5%, 9,6% e 5,5%, respectivamente em 2012, 2013 e 2014. Para todos os sectores são projectados ritmos de evolução elevados, com realce para a agricultura e indústria transformadora, 'consequência da implementação dos projectos agrícolas referidos e da concretização das diferentes medidas de apoio à iniciativa privada anunciadas pelo Governo, em especial os financiamentos às pequenas empresas em excelentes condições de mercado. De salientar ainda o valor estimado para o crescimento do sector petróleo, produtos refinados e gás em 2014 (11,4%), ano em que se prevê que o sector não petrolífero cresça apenas 5,5%. De referir ainda que se estima que o PIB por habitante (em dólares de 2002), que se situava em USD 1.476,3 em 2009, atinja os USD 1.946,2 em 2014. O CEIC nota que 'a diminuição da taxa de variação do PIB em 2013 e 2014 leva em consideração o risco de a economia mundial poder entrar novamente em recessão'.

O relatório passa em revista os desenvolvimentos observados no plano da agricultura, da diversificação económica, do emprego e produtividade e da

inflação, deixando, em cada um destes domínios, alguns alertas.

#### O mito agrícola

No que respeita à agricultura, o documento contraria a ideia - feita de que os solos de Angola 'são ubérrimos e com excelentes aptidões para a maioria das culturas', considerando que se trata de 'um mito que urge erradicar do road map angolano para o desenvolvimento' e, chamando a atenção para estudos existentes, muitos dos quais já com largos anos, como é o caso de um documento preparatório do IV Plano de Fomento para Angola que começou a ser desenhado nos primeiros anos da década de 70 por especialistas portugueses conhecedores da situação' o qual indica que em '50% do território predominam solos arenosos e noutros 22% ocorrem solos ferralíticos ou paraferalíticos, via de regra ácidos ou muito ácidos e pobres em matéria orgâ-

nica, fósforo, azoto e vários micronutrientes'. O CEIC admite que os avanços entretanto verificados no domínio da ciência e da técnica oferecem soluções que permitem superar este constrangimento mas considera ser 'claro que uma operação nesse sentido exigirá avultados investimentos cujos resultados que não serão de curto prazo'. De imediato, refere, torna-se imperioso encarar o problema da fertilidade com a realização de análise de solos, mas há poucos laboratórios e o seu desempenho é muito limitado, o que não permite fiabilidade nos seus produtos'.

Quanto ao objectivo de diversificação da actividade económica assinala que o impacto da crise internacional de 2008/2009 sobre a economia nacional colocou na ordem do dia a necessidade de se deixar de depender quase exclusivamente das receitas provenientes da economia de enclave. 'Antes desta data, lembra o relatório, as prioridades estavam voltadas para a recuperação da produção e para a reabilitação/ construção de infraestruturas económicas'.

#### Meta para o emprego exigiria mais crescimento

Para o CEIC o objectivo, traçado pelo Executivo, de criação de 1.200.000 postos de trabalho em quatro anos não se afigura compaginável com as taxas de crescimento efectivas da economia. Esta conclusão é retirada na sequência de contas feitas tendo como base a evolução da produtividade. 'Para que a meta de emprego prometida em 2008 fosse cumprida até final de 2012 e considerando uma variação no valor da produtividade bruta média aparente do trabalho de 7,5%, teriam de ser criados quase 630.000 postos de trabalho e o PIB teria de crescer 16,8% (a previsão oficial é de 9,8%). Portanto, não vai ser possível criar,

em termos acumulados, 1.200.000 novos postos de trabalho em 4 anos' conclui o relatório.

A taxa de desemprego estimada pelo CEIC para 2011 é idêntica à calculada para 2010 (24,7%) e, segundo o centro de estudos, a taxa de desemprego a longo prazo pode ser estimada em 31,6%. 'Parece que a capacidade de a economia formal criar empregos a uma velocidade superior à do crescimento da população economicamente activa se encontra bloqueada por qualquer razão. Os empresários identificam a falta de qualificação dos recursos humanos como um entrave à sua iniciativa e seguramente um obstáculo a uma criação mais intensa de novos empregos', refere o CEIC.

#### Inflação estrutural

Após salientar que, pela primeira vez, o valor do índice de preços do consumidor se situou abaixo da meta traçada pelas autoridades em 2011, o CEIC considera que se a 'eficácia das variáveis estritamente monetárias foi positiva para níveis muito elevados de subida dos preços no consumidor', doravante o controlo da inflação poderá depender, essencialmente, dos seus 'elementos estruturais', chamando a atenção para o facto de que 'a correlação entre variáveis monetárias e inflação vem diminuindo ao longo do tempo'.

No domínio da política monetária o relatório regista que a política monetária passou a ter um novo quadro operacional em que a meta operacional já não é 'o controlo da base monetária tendo por base a estabilidade do nível de preços ao consumidor' mas a 'persecução do objectivo de inflação definido pelo Executivo, em que a variável operacional para a concretização da política monetária é a taxa de juro, associada associada a uma meta quantitativa - os meios de pagamento (M3) - estabelecida na Programação Monetária, e onde a gestão de liquidez pelo BNA centra-se nas reservas livres do sistema'. O novo quadro, implicando o aprimoramento dos mecanismos e instrumentos de transmissão da política monetária, conferiu ao banco central um papel mais activo na preservação da estabilidade dos preços. Neste novo contexto foi introduzida a Taxa BNA e foi criado o Comité de Política Monetária, cuja função é estabelecer directrizes para a política monetária e definir mensalmente a taxa básica de juro.

No domínio da política cambial, o relatório salienta que o aumento dos fluxos financeiros decorrentes da recuperação do preço do petróleo permitiu aumentar substancialmente a venda de divisas (em 27% relativamente a 2010) e assegurar a recuperação das reservas cambiais (RIL - reservas internacionais líquidas).

das) em 51%, as quais se situaram, no final de 2011, em USD 26,1 mil milhões.

## 6.4 Cooperação entre Angola e China é útil para a reconstrução nacional

*Jornal de Angola*  
09 de Junho de 2012

Durante um encontro entre empresários de Angola e da China, a secretária de Estado angolana acrescentou que as boas relações entre os dois Estados têm permitido o relançamento da economia angolana e a criação de novas e importantes estruturas para o crescimento e consolidação de uma economia forte e dinâmica.

Exalgina Gambôa disse que a China é um parceiro estratégico e privilegiado de Angola e adiantou que, no conjunto de todas as acções que conformam a cooperação existente, Macau tem um papel preponderante na promoção das relações, na perspectiva bilateral e multilateral. "É um mercado em expansão e o volume de trocas comerciais entre os dois parceiros, que cresceram mais de 42 por cento em 2011, demonstrou que os desafios não superam o enorme potencial de recursos e oportunidades com vantagens recíprocas", observou, reafirmando o desejo do Executivo angolano em continuar a aprofundar a cooperação em várias áreas.

A secretária de Estado da Cooperação salientou que o crescimento da economia e desenvolvimento da China são, para Angola e o Mundo em geral, exemplos inspiradores, em que os resultados contribuem para a melhoria do nível de vida das populações, esperando-se, por isso, que o encontro empresarial promova mais parcerias.

"É uma visão que projecta o desenvolvimento sustentável com base na estratégia do Executivo angolano para 2025, mas que requer a participação de todos os angolanos e de todos os governos e povos que detenham recursos, experiências e 'know how'", enfatizou Exalgina Gambôa. A secretária de Estado acrescentou que espera mais troca de informação e assistência da China para a promoção da transferência de conhecimentos, competitividade entre as empresas e ganhos que possam estender as iniciativas locais para o âmbito regional da SADC e do espaço lusófono.

Composta por quase uma centena de empresários daquele país, a delegação chinesa, liderada pelo antigo chefe do governo da Região Administrativa Especial de Macau, Edmund Ho Hau Wah, manteve, em dois dias, contactos com investidores nacionais de

distintos sectores, membros do Executivo e com instituições públicas como a Agência Nacional do Investimento Privado, Associação Industrial de Angola e a Câmara do Comércio e Indústria de Angola.

## 6.5 Governo garante créditos bonificados

*Semanário Angolense*  
09 de Junho de 2012

No âmbito do programa «Angola Investe», elaborado pelo Executivo para o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, o Governo «bateu o peito» diante de 19 instituições bancárias para dizer que elas não têm o que temer. Podem conceder os créditos necessários aos negócios do empresariado nacional, porque ele - o Governo, além de figurar como avalista desses agentes económicos, «garante» que vai «pôr a mão no cofre» para estabelecer a bonança caso caia alguma tempestade sobre essas transações.

A banca não só entendeu o recado como recebeu de bom grado a iniciativa, que não é nova, mas que ganha um outro contorno vindo como veio. Por meio do ministro da economia, Abraão Gourgel, e do ministro das finanças, Carlos Alberto Lopes, na terça-feira, 05, em Luanda, o Governo firmou com os bancos comerciais, um memorando de entendimento sobre uma linha de crédito bonificado e um fundo de garantia, estipulado em quase um bilhão e meio de dólares.

Um dos pilares entre os benefícios desse programa, de acordo com a consideração de Abraão Gourgel, é justamente o mais fácil acesso dos empreendedores ao crédito, sem que tenham de apresentar as garantias reais à banca. Ao lado desse pressuposto posiciona-se a bonificação das taxas de juros dado que uma parte desse rendimento será paga aos bancos pelo ministério da economia.

Os memorandos assinados foram dois. O primeiro é um tratado entre os ministérios da Economia e das Finanças. É no contexto desse Decreto Executivo que estão aprovados os regulamentos do Programa de Linha de Crédito Bonificado e dos mecanismos das suas garantias públicas. O segundo memorando ratifica a deliberação dos bancos signatários de aderir aos programas de financiamento do «Angola Investe» - isto é: rubrica o apoio da banca à Linha de Crédito Bonificado de Garantias Públicas.

Para materializar o projecto, os bancos comerciais deverão disponibilizar um crediário limitado em 1,47

bilhões de dólares, até 2012, com as linhas de crédito bonificadas com garantias públicas. Os montantes a serem creditados aos empresários vão de um mínimo de 200 mil dólares para micro empresas, a 5 milhões de dólares para as pequenas firmas.

Sabendo que uma porção do risco está assumido pelo Governo, que não só vai bonificar as taxas, como também para socorrer com o fundo de garantia que criou - caso seja necessário, o Banco de Poupança e Crédito (BPC), indicou que vai avançar na concessão desses financiamentos com 50 milhões de dólares.

Os valores disponíveis, segundo Paixão Júnior, o presidente do conselho de administração da instituição, poderão vir a crescer nos próximos tempos. Para o administrador a primeira preocupação é atender os beneficiários que tenham realmente capacidade e que cumprem com as suas responsabilidades.

Apesar das condições fiáveis declaradas pelo Estado, Paixão Júnior assevera que o BPC vai validar de forma clara os estudos e os projectos que lhe forem apresentados para assegurar o reembolso. E deu a conhecer que a taxa de juros média anual no «seu» banco está estipulada em 5% ao ano, com um prazo de reembolso de sete anos e um período de carência maior que seis meses.

O presidente do conselho executivo do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, ciente de que o programa do Executivo, em consideração, expressa o compromisso de assegurar a economia e promover a classe empreendedora, para elevar os níveis de produção, rubricou a promessa de conceder os empréstimos que se façam necessários.

O gestor do Sol mostrou-se optimista quanto ao memorando no sentido deste vir a elevar os níveis de produção e de rentabilidade da carteira de crédito.

Da totalidade de instituições bancárias ratificantes do memorando que ordena as condições do relacionamento delas com o Executivo, consta também o exemplo da assinatura do Banco Bic, por meio do seu PCA, Fernando Teles.

O Executivo, consoante a comunicação transmitida pelo mandatário da economia, vai criar um fundo de garantia de até 200 milhões de dólares e assegurar um fundo para bonificação de juros que chega ao máximo de 155 milhões de dólares.

Uma iniciativa de tal envergadura não poderia ser implementada sem se ter em conta um processo de controlo da inflação. Nesse quesito, Abraão Gourgel, «o cabeça» da Economia, frisou ter-se feito, nos últimos anos, um percurso de melhoramento da taxa

de inflação e afirmou que «a forma mais rápida de baixá-la é a bonificação», acentuando que a intenção é baixa-la até 5%.

Os governantes fizeram saber que pretende-se também, que a relação entre o crédito concedido pela banca e o Produto Interno Bruto se aproxime dos níveis típicos de uma economia diversificada. Desse modo objectiva-se ver o reflexo desses incentivos do Executivo na criação de mais empregos, na irradiação crescente da pobreza e da fome e concomitantemente, na criação de riquezas.

Certamente esse incentivo financeiro do programa do Executivo «Angola Investe», para o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, só está a começar. Não bastará «fazer com que os bancos concedam mais créditos aos empreendedores que, devido a factores históricos, não têm ainda as garantias suficientes que os bancos exigem».

É coerente estimar-se que, na questão do acordo entre os dois ministérios envolvidos reside a necessidade de se descreverem as regras do jogo e de se definirem as bases indispensáveis para assegurar a confiança da banca ao mesmo tempo que se faz imprescindível ditar as «palmatórias» a infligir aos agentes empresariais incumpridores das suas obrigações concernentes a materialização de todo esse projecto .

## 6.6 Crédito com risco mitigado

### *A Capital*

*09 de Junho de 2012*

É de aplaudir", disse o empresário Maurício António, referindo-se a iniciativa do Executivo angolano, que nesta terça-feira, 05, rubricou com 19 bancos comerciais um acordo que permite a abertura de facilidades de crédito no âmbito do programa Angola Investe.

O jovem empresário, que entrou no mundo dos negócios por via da criação de uma firma de prestação de serviços no ramo das tecnologias de informação e comunicação, recebeu a notícia com total satisfação, por lhe ter alimentado a esperança de que a facilidade criada pode ser uma oportunidade que o permitirá dar vida a um projecto estagano por falta de financiamento.

O mesmo optimismo que anima a proprietária da “casa de doces”, Eunice Pereira, que, há mais de três anos, luta por complementar o negócio com a abertura de um restaurante anexo à pastelaria em referência. Só que o projecto esbarra no mesmo problema com que se debate a maioria dos homens

com iniciativas empresariais: dificuldade de acesso ao crédito bancário.

Na verdade, um outro empresário vai, nos últimos tempos, tendo a sorte de aceder a um empréstimo junto da banca comercial. Todavia, tais empréstimos são disponibilizados a preços proibitivos, como foi o crédito solicitado por Fernando Cândido junto do banco com o qual possui relações comerciais.

"Os juros são bastante altos para aquilo que é a capacidade do empresariado angolano", considerou o presidente do grupo Cândido & Filhos, que apela, por isso, para a necessidade das partes signatárias do memorando que viabiliza o crédito bonificado para micro, pequenas e médias empresas.

Assinaram pela parte governamental o ministro da Economia e o das Finanças, enquanto da parte dos bancos fizeram-no os presidentes dos respectivos Conselhos de Administração.

Ao abrigo de tal acordo, o Executivo garante junto da banca comercial assumir os riscos a decorrer do não pagamento dos empréstimos a favor de projectos da lavra dessas categorias de empresas. Ou seja, o memorando "é um compromisso entre os ministérios envolvidos e os bancos comerciais, ao abrigo do qual o governo poderá aplicar até 200 milhões de dólares e assegurar um fundo de bonificações de juros até 155 milhões de dólares", tal como afirmou Abraão Gourgel, que acrescentou que os bancos poderão, por força disso, conceder crédito até um limite global de 1,4 mil milhões de dólares.

O fundo de garantia, segundo garantias do Executivo, poderá cobrir 70% dos valores que os bancos emprestem para o financiamento dos projectos.

As garantias avançadas tranquilizaram os dezanove bancos comerciais que aderiram à iniciativa, com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) a manifestar a sua total disponibilidade em vir a financiar, sem temor de risco, os projectos que se apresentem viáveis aos olhos daquela instituição bancária de capitais públicos.

"Evidentemente uma parte do risco está mitigado porque o Governo de Angola não só vai fazer bonificações de algumas taxas como também poderá com o fundo de garantia que tem apoiar algumas dessas operações", sublinhou paixão Júnior, presidente do conselho de administração do BPC.

Para início do processo, o BPC revela ter já assegurados 50 milhões de dólares para serem colocados à disposição das micro, pequenas e médias empresas constituídas no mercado angolano.

Entretanto, a generalidade dos empreendedores que reagiram ao passo dado nesse sentido dizem esperar que, na hora da concessão de tais empréstimos, os bancos envolvidos olhem, não para a cara de quem solicita o financiamento, mas para a viabilidade dos projectos a serem apresentados, depois do Executivo ter junto dos mutuários garantido vir assumir os riscos a decorrer do não pagamento dos empréstimos a favor de projectos enquadrados no programa "Angola Investe".

Maurício António serviu-se de experiências que, entre nós, mostram que a beleza dos discursos nem sempre se traduzem em acções práticas, para além de que no acesso a facilidades do género pesa muito o tráfico de influência, em desfavor da consistência dos projectos de investimento submetidos para financiamento junta da banca.

Seja como for, as autoridades entendem que para uma economia que se quer diversificada, a bonificação das taxas de juro traz, consigo, uma série de benefícios para um país onde grande parte dos esforços governamentais estão virados para acções que permitem o relançamento da produção nacionais, a pensar na redução das importações.

É, como disse Abraão Gourgel, "um grande incentivo para que os bancos concedam mais crédito e com esse aumento de concessão de crédito se consiga que o rácio crédito concedido/ produto interno bruto melhore consideravelmente».

Crédito que não é para todos

Os beneficiários dos empréstimos a serem concedidos no quadro do "Angola Investe" deverão, à luz do acordo rubricado, fazer o reembolso num período de 7 anos, na base de uma taxa de juro máxima de 5 por cento, e um período de graça não inferior a 6 meses.

Ocorre, entretanto, que a facilidade é lançada a favor não de todo o segmento de empresas, na medida em que estão excluídas as estruturas empresariais com características fora daquelas que determinam o perfil da micro, pequena e média empresa.

A literatura define micro empresas aquelas cuja facturação bruta anual vai até 250 mil dólares, empregando até 10 trabalhadores. A esta categoria de empresas o programa permite a concessão de crédito num limite máximo de 200 mil dólares. As que empregam mais de dez até 100 trabalhadores e cujo negócio lhes permite uma facturação anual até 3 milhões de dólares são classificadas como pequenas empresas, podendo concorrer para um empréstimo em montante até 1,5 milhões de dólares.

Já para aceder a um crédito equivalente em kwanzas a um valor até 5 milhões de dólares, o candidato deverá, nos termos do acordo assinado, representar uma empresa de média dimensão. Ou seja, uma empresa com facturação bruta anual que varie entre 3 milhões a 10 milhões de dólares norte-americanos, e cuja actividade é assegurada por um universo de mais de 100 até 200 trabalhadores.

## 6.7 Novo sistema tributário necessita participação de toda sociedade

*Agora*

*17 de Junho de 2012*

O coordenador da Unidade Técnica do Projecto Executivo para a Reforma Tributária, PERT, Francisco Brandão, considerou em Luanda, a necessidade de se fazer estudos muito profundos com a participação de todos para que se estabeleça um novo e moderno sistema tributário e uma nova e moderna administração tributária.

Francisco Brandão que fez esta afirmação durante uma palestra sobre Reforma Tributária em Angola e sobre o Fomento Empresarial, organizada pelo Comité de Especialidade de Economistas do MPLA, adiantou que, para tal, está-se a preparar condições no sentido de se criar um instituto de formação em tributação para formar técnicos nesta área assim como pessoas interessadas na matéria.

"Um dos objectivos da reforma tributária é fazer uma ampla reforma a nível da tributação do país e implementar um sistema de justiça fiscal que permita, por um lado, que o Estado possa salvaguardar os seus interesses e, por outro, que o contribuinte veja salvaguardados também os seus interesses", sublinhou Francisco Brandão.

Neste aspecto, referiu, até ao momento os resultados são óptimos nas várias vertentes. Fez-se uma revisão ampla da legislação tributária e um incremento significativo na organização da administração, na alfandega, na direcção nacional dos impostos e com apoio dos contribuintes tivemos resultados significativos, disse.

"Conseguimos um dos objectivos preconizados que foi um incremento na arrecadação de receitas provenientes do sector não petrolífero", sublinhou.

O palestrante afirmou que, neste momento, nota-se já uma mudança significativa dos contribuintes no cumprimento das suas obrigações fiscais e, por outro lado, a própria administração está a criar condições para que seja mais fácil pagar os impostos.

"Temos a certeza que vamos conseguir cumprir com os objectivos do projecto que não é só aumentar as receitas, mas também criar condições para o desenvolvimento sustentável da economia e uma redistribuição do rendimento nacional mais equitativa.

O orador da palestra disse que se prevê concluir os estudos do novo sistema de tributação em 2013, estando a sua implementação prevista para 2014. Só quando as condições estiveram devidamente criadas é que será implementado o novo sistema tributário, sublinhou.

Por outro lado, o economista Licínio Contreiras, ao abordar o tema sobre o fomento do empresariado nacional, referiu-se à importância do programa. Angola Investe como uma das grandes oportunidades para que as micro e pequenas empresas se desenvolvam.

Para tal, afirmou que o Instituto de Apoio as Pequenas e Médias empresas, INAPEM desempenha um papel importante no programa.

## 6.8 Seguro agrícola

*Jornal de Angola*

*21 de Junho de 2012*

No campo vivem milhares de pessoas que se dedicam à actividade agrícola para subsistência ou para comercialização do produto do seu trabalho. A produção agrícola tem conhecido nos últimos tempos um grande desenvolvimento, com empresários e camponeses a realizarem actividades que contribuem para diversificar a economia. Vemos acções orientadas para a autosuficiência alimentar no país.

Angola é hoje auto-suficiente em banana, produto que temos em quantidade para abastecer todo o mercado interno, sem necessidade de recurso à importação. Isso é prova de que os angolanos são capazes de desenvolver actividades produtivas com resultados que satisfazem a população em termos de consumo e preços.

As terras férteis e extensas que temos permitem-nos antever um rápido desenvolvimento rural. Já vão surgindo investidores nacionais e estrangeiros que se implantam no campo para realizar projectos produtivos diversos.

Há um interesse crescente em se aplicar dinheiro no campo, a que não está alheia outra necessidade, a de erguer infra-estruturas no campo que criem condições para que os investidores se instalem nas zonas rurais.

As terras são uma das nossas principais riquezas e os produtos que delas saem têm ajudado a combater a fome, havendo projectos que contribuem para a erradicação da pobreza e proporcionam a muitas famílias condições de vida melhores do que no tempo da guerra em que não havia circulação nem trabalho. O campo, onde vive parte considerável da população angolana, é fonte de rendimento de muitos cidadãos, estando a aumentar o número de pessoas que se querem dedicar à agricultura. Mesmo pessoas que vivem nas cidades e que têm capital, têm ido para o campo explorar terras, a fim aumentarem os seus rendimentos, mas aos mesmo tempo ajudando a criar postos de trabalho e a incrementar a produção agrícola, contribuindo assim para que os preços dos produtos baixem.

O Estado, por via do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, tem feito a sua parte, incentivando e criando as condições necessárias para que os camponeses realizem sem grandes dificuldades a sua actividade agrícola. Têm sido dados apoios de diversa ordem aos camponeses, nomeadamente, em instrumentos de trabalho, em créditos bonificados, o que permite a muitas famílias obter rendimentos com a comercialização dos produtos que fornecem ao mercado.

Mas nem sempre os resultados esperados se concretizam no campo. Por vezes surgem calamidades naturais. A campanha agrícola 2011/2012 foi afectada pela falta de chuva, decorrendo daí muitos prejuízos. O fenómeno levou instituições financeiras à análise da possibilidade de se criar o seguro agrícola para cobrir perdas resultantes de calamidades naturais.

É necessário que os especialistas estudem profundamente o assunto e que, no interesse nacional, haja contribuições para que se crie um sistema que acuda aos camponeses quando há calamidades naturais. Podia-se, por exemplo, fazer um estudo comparado entre as soluções que outros países têm para problemas da mesma natureza e dimensão. Desse estudo podiam resultar contribuições para encontrarmos, internamente, um caminho válido para a nossa realidade.

Embora o seguro agrícola seja um produto complexo, na opinião de peritos, é bom que se tenha já aberto o debate à volta da questão. Muitos acreditam que o seguro agrícola vai ser uma realidade em Angola nos próximos tempos, devido aos longos períodos de estiagem que tem levado à perda de muitas culturas. Paixão Franco, presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) acredita que "com a aplicação da meteorologia à actividade

agrícola estão em princípio criadas as condições para que o seguro agrícola seja uma realidade nos próximos tempos". Sendo o trabalho no campo duro, é necessário que se encontrem formas de proteger, por via do seguro agrícola ou de outros mecanismos, os camponeses quando estes perdem a produção de que depende o sustento e o rendimento das famílias. A Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA) tem um papel a desempenhar no estudo de soluções que compensem os camponeses em caso de calamidades naturais enquanto não se criar o seguro agrícola.

Paulo Uime, presidente da UNACA, deu a notícia de que o Executivo trabalha no sentido de se abrirem canais de irrigação para fazer face a situações de falta de chuva. Foi acertado que se pensasse em soluções alternativas, já que está em jogo uma grande quantidade de produtos agrícolas necessários para abastecer vastas regiões do país. Se se considerar que a seca afectou regiões do litoral e do Centro-Sul, imagine-se a dimensão dos prejuízos. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar na identificação das saídas para as situações de calamidade natural no campo.

## 7. JULHO DE 2012

### 7.1 Programa de investimentos públicos termina no final do ano

*Novo Jornal*

*06 de Julho de 2012*

O Programa de Investimentos Públicos (PIP) de Angola, em execução desde 2003 e que deverá vigorar até final deste ano, tem um orçamento de 32,8 mil milhões de euros, segundo documentos do Ministério da Economia citados pela agência Lusa.

Cerca de um terço desta verba (30,8 por cento) diz respeito à construção, reabilitação e manutenção de estradas e pontes.

As restantes áreas inscritas no PIP são habitação e urbanismo (12,1 por cento), saúde e educação (10,6 por cento), energia (8,3 por cento), transportes (5,8 por cento), telecomunicações (3,8 por cento), água e saneamento (3,6 por cento) e outros (25,1 por cento).

Verifica-se que as autoridades angolanas projectam para depois de 2012 e até 2020, nomeadamente no sector da energia, a construção de centrais hídricas e térmicas, investimentos no valor global de 14,8 mil milhões de euros.

Nas estradas e pontes, a aposta assenta, entre 2012 e 2025, em investimentos médios anuais de 1,3 milhões de euros, em que a construção e novas vias rodoviárias é contemplada com a maior parcela: 1 milhão de euros.

Se no papel os planos são ambiciosos, na prática persistem estrangulamentos de vária ordem, designadamente ao nível da taxa de execução do PIP.

A solução adiada pelo presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, passaria "pela descentralização e atribuição aos governos provinciais da responsabilidade daqueles investimentos". Em entrevista recente ao Jornal de Angola, José Severino referiu que, em determinados períodos, houve programas de investimentos públicos em que o grau de cumprimento ficou abaixo dos 40 por cento, mas que, a partir do momento em que se passou a descentralizar, passou a 70 por cento, logo no primeiro ano e a apreciação que se faz actualmente é de 75 por cento, segundo a Lusa.

## 7.2 Nível de eficiência da política orçamental requer maior controlo

*Jornal Economia e Finanças*  
10 de Julho de 2012

Os níveis de eficiência que até então a economia angolana tem alcançado fruto da aplicação de novos modelos macroeconómicos, o que tem contribuído para a eficácia, quer da política orçamental, quer da política fiscal, requer um maior acompanhamento dos fazedores económicos.

Assim, segundo o relatório trimestral do Banco Nacional de Angola (BNA), neste ano, a política orçamental deverá prosseguir com o compromisso de maior rigor e transparência na gestão das despesas públicas tendo em conta os níveis de endividamento público e de serviço da dívida sustentáveis.

No entanto, segundo o documento, para o alcance do compromisso acima referido, a política orçamental será foçada na melhoria do processo de fiscalização orçamental, consolidação da legislação fiscal e revisão das taxas e outros encargos parafiscais.

Segundo o balanço de Execução Financeira do Tesouro do I trimestre de 2012, as receitas totais atingiram 775, 6 milhões de kwanzas, representando cerca de 70 por cento do previsto, abaixo da execução registada no I trimestre de 2011 (130,75 por cento).

Segundo o relatório da inflação do BNA, as receitas arrecadadas no período em análise representaram um

aumento de 4 por cento em relação ao período homólogo de 2011. Este aumento deveu-se essencialmente ao desempenho das receitas não petrolíferas (37 por cento), cuja execução atingiu os 140 por cento.

A execução das receitas petrolíferas ficou apenas em 54 por cento e representou uma diminuição de 9 por cento, face ao período homólogo de 2011. Todavia, pode-se constatar que, apesar da baixa execução das receitas petrolíferas, estas representaram 63 por cento das receitas totais, contra 37 por cento das receitas não petrolíferas.

Conforme ilustra o gráfico, as receitas petrolíferas continuam a ter o maior peso das receitas correntes.

### Despesas

No I trimestre de 2012, a execução das despesas totais situou-se ao mesmo nível do trimestre homólogo de 2011, atingindo cerca de 84 por cento do previsto. Porém, representou um aumento de cerca de 87 por cento. Este aumento justifica-se pelo incremento das despesas com o serviço da dívida (439 por cento), das despesas correntes (58 por cento) e despesas de capital (43 por cento), sendo que as referidas rubricas tiveram um grau de execução de 77 por cento, 87 por cento e 82 por cento do previsto, respectivamente.

Relativamente à execução das despesas correntes no trimestre em análise, destacaram-se as despesas com o pessoal (101 por cento), subsídios (99 por cento) e bens e serviços (71 por cento), enquanto nas despesas de capital tiveram maior relevância as transferências de capital (98 por cento) e os investimentos públicos (77 por cento).

Em relação à estrutura das despesas totais, observa-se que as despesas correntes representam cerca de 54 por cento, o serviço da dívida 25 por cento e as despesas de capital 21 por cento.

Na estrutura das despesas correntes evidenciaram-se as despesas com o pessoal (48 por cento), com bens e serviços (27 por cento) e os subsídios (18 por cento).

O desempenho das contas fiscais, no I trimestre de 2012, permitiu apurar um superávit do saldo corrente de 290, 6 milhões de kwanzas, contra 439,7 milhões de kwanzas no período homólogo de 2011, e défices nos saldos global e de compromisso e primário não petrolífero, na ordem de 120, 4 milhões de kwanzas e 588, 8 milhões de kwanzas, contra 265, 4 milhões de kwanzas e 262, 8 milhões de kwanzas, respectivamente, no período homólogo de 2011.

Saldo corrente

O superávit do saldo corrente observado foi suficiente para financiar as necessidades correntes do tesouro no período em referência.

Para o II trimestre de 2012, perspectiva-se um aumento das receitas totais de cerca de 43 por cento, face ao executado do I trimestre, podendo as receitas petrolíferas crescer cerca de 85 por cento e as não petrolíferas decrescer 29 por cento. As despesas totais poderão atingir um acréscimo de 55 por cento, com aumentos das despesas correntes (18 por cento), de capital (154 por cento) e do serviço da dívida (50 por cento), o que poderá traduzir-se num superávit do saldo corrente e num défice do saldo de compromisso, bem como do saldo primário não petrolífero.

No final do I trimestre de 2012, o Crédito Líquido ao Governo Central (CLGC) registou uma expansão de 8,46 por cento, o que representa uma contracção de 279,47 por cento face ao período homólogo e uma expansão de 161,74 por cento quando comparado a 12 meses. No período em análise, o CLGC contraiu 7,35 por cento. Esta contracção deveu-se a um aumento nos depósitos do Governo no Banco Central (2,20 por cento) e a uma redução ao crédito não titulado (3,24 por cento), contra uma expansão do Crédito titulado (0,88 por cento).

### 7.3 Projectos financiados

*Novo Jornal*

*13 de Julho de 2012*

Província do Bengo - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção da rede de drenagem de águas residuais, estação de bombagem de esgotos na ETAR de Caxito e sistema de drenagem de águas pluviais, no valor de 30.983.381,63 dólares .

Kuando Kubango - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção do sistema de abastecimento de água em Menongue, no valor de 45.726.857,84 dólares Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para Instalação e ampliação da rede de "n e 8T na Cidade de Menongue, no valor de . 53.034.841,75 dólares .

Kuanza Norte - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção da rede de captação, tratamento e distribuição de água nas localidades do Zenza do Itombe, Ngonguembo, Samba-Lucala Cerca, Bolongongo (Terreiro, Kikemba), Dange-Ya-Menha, no valor 45.000.000,00 dólares

Lunda Norte - Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a construção do hospital materno Infantil no Dundo, no valor de 28.875.017,21 dólares

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a asfaltagem de parte das ruas do Dundo, no valor 37.675.017,21 dólares

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a construção dos centros de saúde nas localidades do Lucapa, Cuilo, Cuango e Capenda-Camulemba, no valor de 22.052.715,08 dólares Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY INDUSTRY CORPORATION, para a construção dos sistemas de abastecimento de água nos municípios de N'Zajje Lucapa, no valor de 23.940.219,30 dólares.

Lunda Sul - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção da maternidade na província da lunda Sul, no valor de 20.000.000,00 dólares .

Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para terraplanagem e colocação de asfalto em algumas ruas suburbanas da cidade de Saurimo, no valor de 20.000.000,00 dólares

Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção e apetrechamento de um Hospital Municipal em Saurimo, no valor de 16.500.000,00 dólares .

Malange - Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY & EQUIPMENT IMPORT & EXPORT CORPORATION (CMEC) /TRANSTECH ENGINEERING CORPORATION (TEC), para a construção e apetrechamento de um Hospital no município de Kiwaba Nzogi e centros médicos nas localidades de Maxinde, Cahata, Canâmbua e Sagrado Coração de Jesus, no valor 42.606.329,24 dólares.

Contrato com a empresa construtora CHINA NATIONAL MACHINERY & EQUIPMENT IMPORT & EXPORT CORPORATION (CMEC) /TRANSTECH ENGINEERING CORPORATION (TEC), para a construção e apetrechamento de dez escolas nas cidades da província de Malange, no valor 23.734.016,88 dólares

Moxico - Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção, reabilitação, ampliação e apetrechamento

da maternidade provincial do Moxico, no valor de 20.000.000,00 dólares. Contrato com a empresa construtora SINOHYDRO CORPORATION LTD, para a construção do Sistema de Captação de água e a reabilitação e expansão da rede de distribuição de água na cidade do Luena, no valor de 40.000.000,00 dólares. .

Zaire - Contrato com a empresa construtora CHINA ROAD and BRIDGE CORPORATION (CRBC), para construção de um hospital na cidade de M'Banza Congo, no valor de 42.384.549,00 dólares.

## 7.4 Maior Orçamento menos partidos políticos

*Jornal Expansão*

*13 de Julho de 2012*

Está instalado o ambiente eleitoral, reforçado com a divulgação dos candidatos admitidos pelo Tribunal Constitucional e o consequente sorteio da ordem dos concorrentes no boletim eleitoral que aconteceu no dia 8.07. A par de acertar os últimos pormenores rumo ao pleito, as nove formações aguardam pelo anúncio do valor a que terão direito, assim como a disponibilidade do mesmo.

Quanto será? Até ao momento do fecho da presente edição, a questão continuava sem resposta, enquanto a única referência continuava a ser o valor que as formações receberam para as eleições de 2008: cerca de 1,2 milhões USD.

Os diferentes intervenientes políticos acreditam no crescimento da farsa e baseiam-se no facto de orçamento previsto para as eleições que se avizinham ser maior que o de 2008. Apresentam ainda como argumento o facto de concorrerem menos cinco candidatas comparativamente às eleições passadas, quando participaram 14 formações.

O Expansão, na presente edição, procurou calcular o valor que cada um dos partidos deverá ter, recorrendo à realidade de 2009 como o peso das eleições na economia nacional.

Antes de avançar os cálculos, é oportuno salientar que as eleições que se avizinham ficarão marcadas na história do País como sendo as primeiras legislativas respeitando o calendário eleitoral definido pela Constituição, visto que as de 2008 se realizaram apenas 20 anos depois das primeiras da história. O normal seria acontecer 4 e 5 anos depois para as legislativas e presidenciais respectivamente, à luz da constituição anterior. As eleições do próximo dia 31 de Agosto terão ainda o condão de

ser as primeiras do sistema presidencialistas-parlamentar, em vigor no País desde a promulgação da Constituição em vigor a 5 de Fevereiro de 2010.

Relativamente às várias comparações possíveis entre as que se avizinham e as eleições de 2008, interessa ainda salientar que para a passada foram registados pouco mais de 8,4 milhões potenciais eleitores contra os cerca de 9,7 Milhões ora registados.

Face aos avanços registados nos últimos anos no que diz respeito às infra-estruturas rodoviárias, os responsáveis pelo registo eleitoral para as próximas eleições tiveram menos dificuldades que os que efectuaram para 2008. Para o registo que decorreu em 2007, a necessidade de recorrer-se aos meios aéreos foi, por exemplo, maior, assim como a dificuldade para chegar-se a determinadas zonas devido às barreiras rodoviárias e à existência de mais zonas minadas.

No entanto, o orçamento para a comissão encarregada de realizar o registo eleitoral para as eleições de 2008 foi inferior ao previsto para as próximas eleições. Em 2008, o orçamento previsto para a comissão interministerial para o processo eleitoral (responsável pelo registo eleitoral) foi de cerca de 4,5 mil milhões Kz (0,17% do total do OGE previsto) e para as eleições que se avizinham foi de 16,6 mil milhões Kz (0,3% do total do OGE previsto). Uma das razões dessa diferença é o facto de o registo eleitoral para as eleições de 2008 ter terminado praticamente em 2007, contrariamente ao referente às eleições deste ano.

Outra razão da diferença nos valores atribuídos ao registo eleitoral, segundo especialistas, deve-se, sobretudo à disparidade entre os OGE previstos para os dois anos. Em 2008, foi de 2,5 biliões Kz, enquanto para o ano em curso é de 4,5 biliões Kz. Um diferencial que se explica pela conjuntura económica.

dos dois momentos, sendo que o actual é mais favorável para os produtores de petróleo como é o caso de Angola. O OGE de 2008 foi elaborado, por exemplo, com base numa produção prevista de 710 milhões de barris e com o preço internacional do petróleo a 55 USD, enquanto a produção e o preço que suportaram o OGE do ano em curso é de 662,7 milhões de barris e 77,00 USD por barril. A diferença orçamental, porém, serve também para explicar o aumento registado no valor percentual e numérico para as eleições de 2012 face ao das de 2008, sendo que passou de cerca de 185 milhões USD (0,74% do total do OGE previsto) para cerca de 585 milhões USD (1,25% do total previsto para o OGE).

O professor universitário Mário Pinto de Andrade é de opinião que o aumento verificado justifica-se porque "os custos logísticos actuais são maiores do que os de 2008", acrescentando que, com este aumento, o Governo pretende credibilizar o acto.

**Distribuição do Orçamento** Os cerca de 55,5 mil milhões Kz aprovados para as eleições do próximo dia 31 repartem-se em 16,7 mil milhões para a Comissão Interministerial para o processo eleitoral, 2,3 mil milhões para o tribunal constitucional, 13,2 mil milhões para a comissão nacional eleitoral e 23,4 mil milhões para as reservas eleitorais. Desta reserva acredita-se sairá entre outras, a verbas a serem atribuídas aos partidos políticos para o pleito e até ao fecho da presente edição ainda não estava decidido. Em 2008, cada formação recebeu cerca de 1,2 milhões USD, e algumas vezes que para o pleito que se avizinha se estará muito perto deste valor.

Porém para grande parte dos partidos políticos defendem aumento considerável deste valor, tendo em conta a redução das candidaturas ( de 14 para 9 formações políticas ) e o orçamento previsto para as eleições. Em quanto isso Mário Pinto de Andrade é de opinião que a referida redução permitirá ao Governo a gastar menos que o previsto e canalizar o excedente para outras necessidades.

Por outro lado, as formações políticas apelam para a entrega dos valores a tempo de prepararem o pleito convenientemente.

De resto, apontam o atraso na entrega das verbas como razão de grande parte das formações políticas legais não apresentarem as respectivas candidaturas apesar de receberem os cerca de 97 mil USD para preparação das candidaturas.

Apesar de também defender que o referido valor deveria ser entregue com maior antecedência, Mário Pinto de Andrade, no entanto, é de opinião que "o legislador deveria exigir a devolução do valor aos partidos que não apresentaram as candidaturas" apelando ao Tribunal de Contas para controlar os valores referentes às eleições.

A Lei do Financiamento dos Partidos Políticos exige aos partidos e coligações que elaborem, anualmente, relatório de prestação de contas referentes aos fundos que recebem do Estado. No entanto, o Expansão apurou que o cumprimento desta exigência foi baixo relativamente aos fundos alocados para as eleições de 2008.

**Financiamento dos partidos** Além dos cerca de 97 mil USD que as 77 formações legais receberam do cofres do Estado para preparar as respectivas candidaturas e

do valor a que as nove formações terão direito para o pleito, as formações com assento parlamentar contam ainda com as verbas orçamentadas anualmente.

Cinco das nove formações políticas beneficiam deste financiamento, cujo valor resulta da multiplicação de 1000 Kz por cada voto conseguido nas anteriores eleições. Trata-se do MPLA, que nas eleições passadas obteve mais de 4,5 milhões de votos; a UNITA, que conseguiu mais de 572 mil votos, assim como o PRS, Nova Democracia e a FNLA que obtiveram, respectivamente, cerca de 173 mil, 64 mil e 60 mil votos.

Além dos financiamentos do Estado, os partidos e ou coligações políticas podem ainda beneficiar de financiamento de pessoas singulares ou coletivas privadas, quota e contribuições dos membros e utilizar rendimentos provenientes de bens e actividades próprias. Neste particular, o MPLA leva vantagens sobre todos os outros partidos tanto por ter mais militantes como por contar nas suas fileiras com inúmeros empresários.

A lei do financiamento dos partidos políticos permite ainda créditos bancários internos, proibindo os partidos de beneficiar de financiamento de organismos autónomos do Estado, órgãos locais do Estado, associações e institutos públicos.

Empresas públicas, governos e organizações não governamentais estrangeiras também fazem parte da lista dos que estão proibidos de financiar formações políticas no País.

Grande parte dos partidos contatados afasta a possibilidade de incumprimento da referida lei, contrariamente à opinião do docente Mário Pinto de Andrade. "Não sejamos ingénuos, porque há muitas formas de se financiar um partido de forma subterrânea, mas espero que isto não venha a acontecer", sublinhou.

Como os partidos gastam o dinheiro Apesar do tempo de antena a que têm direito nos órgãos públicos, à luz da lei eleitoral, as formações políticas reservam alguns valores para garantir a cobertura desejada das respectivas actividades de campo nestes órgãos. No entanto, a maior parte do orçamento que os mesmos reservam para a imprensa é canalizada para os órgãos privados em virtude do carácter comercial destes.

A gravação das matérias televisivas e radiofónicas para o consumo do tempo de antena a que têm direito é outro item para onde as formações devem canalizar o dinheiro da campanha.

As produtoras menos exigentes compram a partir de 1000 USD por gravação, sendo que o valor aumenta em função da cumplicidade do trabalho. Tal como nas eleições anteriores e noutras partes do mundo, a indumentária merecerá uma forte aposta nas formações partidárias que pretenderem, por exemplo, garantir T-shirts para cerca de 15 mil eleitores.

Para isso, as respectivas candidaturas terão de gastar cerca de 70 mil USD se forem encomendadas no País.

No entanto, a opção também pode vir de países como a China, onde o custo de produção fica a menos de 1 USD, ou seja, 15 mil T-shirts podem ficar em cerca de 15 mil USD, mas esta opção está dependente do período de recepção das verbas.

## 7.5 Três empresas executarão obras

*Jornal Agora*

*21 de Julho de 2012*

As empresas foram escolhidas para executar projectos no país, que serão financiadas ao abrigo de 17 acordos no montante global de 500 milhões de dólares, assinados pelo Executivo com o Banco de Exportações e Importações da China.

Os acordos destinam-se à construção de diferentes infraestruturas, com as obras a serem executadas de forma descentralizada pelos governos provinciais, e os grupos chineses escolhidos foram o Sinohydro, que fica com a maior parte das adjudicações, China National Machinery Industry Corp, e China Road and Bridge Construction, que obteve apenas uma obra.

Orçadas em 547,5 milhões de dólares, estas obras contarão com uma participação directa do Estado de 54,7 milhões de dólares.

O ministro das Finanças, destacou a importância dos acordos para o desenvolvimento do país, e o vice-presidente do Banco Exim da China, Liu Chen, salientou que o selo reflecte o interesse da China em apoiar o processo de reconstrução do país,

O projecto de mais elevado valor, 53 milhões de dólares, foi adjudicado à Sinohydro e diz respeito à instalação ampliação das redes de alta e baixa tensões no Kuando Kubngo.

A mesma empresa obteve o contrato para a obra de menor valor, 16,5 milhões de dólares, que visa a construção e apetrechamento do hospital.

## 7.6 "O trabalhador não tem como controlar o destino do IRT"

*Jornal Expansão*

*27 de Julho de 2013*

A jurista é de opinião que os trabalhadores devem limitar-se a pagar os respectivos impostos e deixar que o Estado, por intermédio do Tribunal de Contas, fiscalize as contas.

Fale-nos da importância do IRT. para as economias do País.

O IRT é o imposto que tem como público-alvo os trabalhadores que auferem rendimentos pela actividade laboral desenvolvida quer seja por conta própria ou de outrem. Assim como os demais impostos, são importantes porque se traduzem nas contribuições que todo o cidadão com vida laboral activa deve fazer para ajudar nas despesas do Estado, e o País precisa de receitas para realizar despesas traduzidas na satisfação das necessidades colectivas como, por exemplo, manter em funcionamento os serviços administrativos do Estado, os hospitais e escolas públicas, construção de infra-estruturas, etc. Então a ideia é que todo aquele que manifestar capacidade contributiva deve retirar uma percentagem dos seus proventos para ajudar os menos favorecidos.

Qual é a relação que podemos fazer do IRT angolano com os dos países da SAOC e da CPLP? Sabemos que Angola pratica das taxas mais baixas da região.

Para responder a esta questão, nós precisaríamos de dados estatísticos actualizados sobre a matéria de outros países, para não tirarmos conclusões erróneas. Precisaríamos de pareceres de economistas, pois eles estariam em melhores condições para falar com propriedade sobre esta matéria. Mas no que toca a Angola em particular, a taxa já foi mais baixa, pois o rendimento mínimo a isentar era de 17000 Kz, a taxa mínima era de 2%, sendo a máxima de 15%, o que não ocorre actualmente, pois sabe-se que, com base no Decreto Executivo n.º 80/09, de 7 de Agosto, a taxa mínima actual é de 5% e a máxima é de 17%, tendo como rendimento mínimo a isentar 25 000 Kz. Ora, a taxa tende a subir.

Acredita que as taxas do IRT influenciam na busca de mercados de trabalho por parte de expatriados?

As taxas do imposto de rendimento do trabalho não são negociáveis, e isto deve ser levado em conta sempre. Aplica-se a todos os trabalhadores quer sejam nacionais ou estrangeiros, salvo se os rendimentos auferidos ou as pessoas em particular

estejam abrangidos na isenção. O trabalhador deve saber que, se trabalhar por conta própria, sofrerá um desconto de 15% sobre 70% do seu rendimento bruto nos termos do disposto no código do imposto sobre os rendimentos do trabalho, Lei 10/99, de 29 de Outubro, nos seus artigos 10.º, 15.º/2, 16.º/2, e se trabalhar por conta de outrem sofrerá o desconto constante da tabela do imposto sobre rendimentos de pessoas singulares constante da tabela actualmente em vigor (Decreto Executivo n.º 80/09, de 7 de Agosto). Estas são as regras da casa, e quem não estiver interessado pode procurar outros mercados de trabalho, mas a verdade é que o nosso País tem atraído muitos trabalhadores expatriados.

Sente-se a preocupação do Executivo de actualizar pontualmente as taxas do IRT devido, por exemplo, à inflação?

O Executivo tem estado preocupado com esta situação. Pois que a tabela já foi actualizada algumas vezes. Se levarmos em conta que o sistema fiscal funcionou a meio gás por muito tempo, hoje já não se pode dizer o mesmo, pois é sabido que está em movimento a reforma fiscal. No que toca à actualização das taxas, sim, houve progressos neste sentido, pois a taxa mínima era de 2% e a máxima de 15%, e actualmente a taxa mínima é de 5% e a máxima de 17% como já referi. Logo, tem havido um agravamento da taxa, para descontentamento dos trabalhadores.

Alguns trabalhadores fazem a seguinte pergunta: qual é o destino que se dá aos valores resultantes do IRT?

Estas receitas entram para os cofres do Estado para a realização de despesas públicas, que qualquer cidadão pode observar se buscar o Orçamento Geral do Estado, pois nele se detalha quanto se arrecadou e como será empregada a receita, detalhando-se inclusive os investimentos propostos.

O trabalhador tem como saber que o valor que lhe é descontado vai de facto para este cofre?

Isto não é possível ser controlado pelo trabalhador em particular. Tudo que o trabalhador tem de fazer é liquidar e pagar as suas contas com o Estado para não ver sobre si uma acção de execução fiscal, uma dívida fiscal, que é agravada com uma taxa de juros moratórias de 2,5% ao mês acrescida de multas. As receitas são depositadas aos cuidados do Ministério das Finanças, que funciona como "o tesoureiro do Estado", que deve dar-lhe o destino legalmente estabelecido. O Estado, por outro lado, tem o Tribunal de Contas, que tem a função de fiscalizar as contas do Estado. Ele tem a responsabilidade de zelar

pelo destino correcto dessas receitas, que por sua vez presta contas à Assembleia Nacional.

Até que ponto a impossibilidade de os trabalhadores controlarem os respectivos IRT pode levar entidades empregadoras a não depositar tais valores?

Para o trabalhador, o mais importante é ter o comprovativo do desconto efectuado pela entidade empregadora. Se a entidade empregadora não efectuar o depósito, as consequências são para a empresa e não para o trabalhador, porque a repartição fiscal exige que seja a empresa a efectuar o depósito e, se o não fizer, é a empresa que responde.

Algumas vezes defendem que os trabalhadores não devem preocupar-se com o destino do IRT, mas sim com a contribuição da Segurança Social, tendo em conta a importância desta no futuro. Tem essa opinião?

A Segurança Social não é um imposto, é uma contribuição feita pelo trabalhador para auferir uma remuneração na velhice. É um mecanismo de protecção ao idoso, e o trabalhador deve sofrer um desconto de 3% das suas receitas. Situação diferente é a do imposto, pois que o trabalhador contribui com as taxas constantes na tabela do imposto sobre rendimentos de pessoas singulares e com as taxas estabelecidas no código do imposto do rendimento do trabalho e não recebe qualquer contrapartida directa e pessoal. O trabalhador está a ajudar o Estado a satisfazer as necessidades de uma colectividade de indivíduos. A Segurança Social gera contrapartida após cumprimento no preceituado na Lei de Bases da Segurança Social, Lei n.º 07/04, e legislação complementar. Logo, o trabalhador deve preocupar-se com os dois tipos de contribuição. Com o IRT para não sofrer as consequências de devedor fiscal, e com a Segurança Social, para garantir a sua reforma.

Segundo algumas explicações, o IRT dos trabalhadores por conta de outrem é depositado como se da entidade empregadora fosse. Está correcta esta fórmula, ou carece de alteração?

O IRT é pago por retenção na fonte. Isto dito por outras palavras quer dizer que a entidade competente para o pagamento deste imposto deve proceder ao desconto antes mesmo de o rendimento ir parar às mãos do trabalhador. Isto tem a sua razão de ser, é que o Estado, como forma de garantir o pagamento deste imposto, obriga a empresa a proceder só ao desconto, porque seria mais difícil para o trabalhador fazê-lo, até porque o trabalhador tem muitas necessidades. A tendência seria relegar a último plano o pagamento do imposto, pois o trabalhador não tem

contra- partida directa, mas sim contrapartida indirecta. Logo, como meio de acautelar tais situações, o Estado adoptou esta medida preventiva. É saudável esta medida, pois o trabalhador é obrigado por lei a pagar o imposto. Então, assim, o trabalhador por conta de outrem não acumula dívidas.

## 7.7 Uma nova "Chinolandia" em Angola

*Jornal Agora*

*28 de Julho de 2012*

Restava apenas a China. Assim em Novembro de 2003, os dois países assinaram o tratado definindo as bases para a cooperação económica e comercial.

Em Março de 2004, o Exim Bank of China abriu a primeira linha de crédito de 2 mil milhões de dólares para o Ministério das Finanças. Dali para cá, mais 'pipas de massa' que, segundo se comenta já serão cerca de 20 mil milhões, entraram nos cofres angolanos para serem aplicados em projectos nos domínios de energia, água, saúde e obras públicas.

Segundo alguns analistas atentos à presença chinesa no país, por este andar, Angola já deve ter ultrapassado o Sudão, que até então tinha recebido mais dinheiro oriental em África.

Não importando os cordelinhos em que se teceram, o certo é que num repente, criaturas por nós familiarizadas pelos filmes, personificando os donos das artes marciais e quejandos, circulam em viaturas engalanadas com inscrições GRN que se confundem com as de um ramo das Forças Armadas portuguesas.

São abnegados e infatigáveis.

Os chineses aceitaram o doirado desafio de ajudar a reconstruir o nosso país devastado por longos anos de guerra.

Embora vivam em retiros isolados, a sua presença é facilmente detectável pelos seus traços fisionómicos, meios de trabalho e pelos caracteres em mandarim espalhados por tudo que é canto deste país, onde existam obras e de placas ao longo de estradas, anunciando a venda de material de construção de fabrico chinês.

São avessos à conversas com pessoas estranhas e quando se consegue chegar à fala com eles, somente alguns sons guturais se lhes escapa, cujo entendimento só é mesmo para chinês.

Contudo, numa das artérias de Luanda, encontramos José Jak (nome fictício), que com um pouco de conversa fiada aceitou trocar algumas impressões connosco.

Cidadão chinês, oriundo de Macau, antigo território português, desenvolvido e expedito, está em Angola já desde 1998. Apareceu por cá em companhia do seu patrão que o aproveitou devido à sua fluência da língua de Camões e como tal era o seu tradutor.

Já estabelecido por sua conta, rejubila e não se coíbe de falar do seu percurso, sobre os negócios mas, evita a abordagem de questões que têm ocorrido nas fechadas comunidades chinesas.

A máfia chinesa que se diz já estar a grassar por cá, é um tabú que o transporta para um mutismo petrificante e o deixa com cara de poucos amigos. Pelos vistos, este tema deve 'queimar' e como tal, é proibido.

Num português fluente, próprio de quem conviveu e estudou na língua dos tucas, vai sorvendo as palavras de forma desinibida, passada aquela pequena crispação:

"Quando cá cheguei não éramos mais que cerca de cinquenta. Agora com os acordos que existem entre os governos, angolano e chinês, sem medo de errar, já devemos ser uns bons largos milhares", asseverou o bom do José.

Estabelecido e dirigindo uma sociedade comercial (exigiu não denominá-la) de import/ export, traz de tudo que por cá faz falta desde facas, pratos, garfos, copos, mesas, cadeiras e produtos de limpeza. Diz que o negócio corre-lhe de feição, facturando 'forte e feio' e já tem consigo no negócio mais cinco parentes próximos e alguns empregados igualmente chineses.

Os familiares são todos macaenses. Sinais evidentes de que o negócio vai mesmo bem, são o (seu carro, um todo-terreno top de gama, que não lhe deve ter custado menos de 50 mil dólares, o seu relógio de ouro maciço suíço de marca, o fato e os restaurantes que diz frequentar, de preferência chineses que diz já existirem na cidade capital.

Mais não disse porque um dos seus dois celulares tocou, atendido, alegou ter sido chamado para um encontro deveras importante.

Agora entre nós e diante do quadro presente, tradicionalmente seduzidos pelo ocidente, os angolanos tiveram que fazer uma inflexão na forma de ver o mundo. A China, fruto da sua política de autoisolamento a que se submetera durante décadas, com esta sua parceria com as autoridades angolanas, à

semelhança do que já acontecia com outros países africanos, escancarou as suas fronteiras e os cada vez mais ousados empreendedores angolanos têm hoje as cidades de Guangzun, Beijing, Xangai e até mesmo Hong Kong, como destinos habituais e frequentes, de onde importam tudo a preços concorrenciais.

Se os pequenos negociantes angolanos demandam à China na busca de toda a sorte de artigos e bugigangas para o mercado local, para além do dinheiro em troca do petróleo, de lá também vêm, aos magotes (segundo dados não oficiais, estima-se que por cá estejam cerca de 30 mil) chineses para as várias obras em curso.

Se no princípio vinham incluídos em pacotes oficiais, entenda-se em contratos firmados com o Governo e algumas empresas públicas, por o negócio ser bom em terreno fértil, antigos empregados, à semelhança do nosso já citado José Jak, vão se deixando e fixar por conta própria com pequenos negócios e como tal, as remessas de trabalhadores vão aumentando.

Por causa dessa vinda maciça, vão se denotando sinais de reprovação dessa prática de se importarem até trabalhadores para àquilo que os angolanos podem fazer, remetendo-os para uma cada vez mais alta falta de oportunidades de emprego. E como se isso já não fosse suficiente, estas ilustres 'formigas' do trabalho, também estão a concorrer com os angolanos mais carenciados que, na falta de outra coisa, de sol-a-sol calcorreiam grandes distâncias, vendendo tudo o que podem, para o sustento de famílias inteiras. Mas como é possível que até já haja chineses que se dedicam à 'zunga'?

É vê-los de mochilas às costas e com os seus chapéus cónicos na cabeça fazendo o mesmo que as nossas mulheres e jovens, numa competição que só pode ocorrer em Angola.

As queixas e as evidências estão aí mas, as autoridades nada fazem para contrapor esta prática.

A questão que à miúde vem à baila, é se os mesmos, na sua maior parte vêm para contratos de curta duração nas empresas que por cá operam e que findos os quais são devolvidos à procedência.

As respostas, essas, devem ser dadas pelas autoridades que respondem por estas questões, sob pena de se cimentar a ideia de que afinal, a vez dos falsários de documentos alusivos à permanência de estrangeiros no nosso país, por cá faz morada .

## 8. AGOSTO DE 2012

### 8.1 Comissões de moradores acusadas de extorsão

*Jornal O País*

*03 de Agosto de 2012*

Os presidentes das comissões de moradores e chefes de sectores dos bairros Boa Fé (filiais da Caop A, B e c), Quilometro 9 (filiais do sector A, B, C, D e F), Mulenvos de Baixo e 1º de Maio, em Viana, são acusados de estarem a extorquir os municípios em troca de celeridade na emissão de documentos, em parceria com os funcionários da administração municipal.

A equipa de reportagem de O PAÍS apurou, durante uma ronda efetuada a estas instituições, nesta quarta-feira, que cada uma delas tem uma tabela de preços que varia em função da especificidade da documentação.

O montante arrecadado é supostamente repartido entre o funcionário da administração que assegura a celeridade na emissão do documento e o quadro da agremiação que faz o levantamento (em caso de deslocação).

O jovem António dos Santos está entre os municípios do Quilómetro Nove, em Viana, que teve que desembolsar 13 mil Kwanzas aos funcionários da comissão de moradores para tratar a declaração que comprove que o mesmo reside naquela área há mais de cinco anos, junto da administração daquele município no momento em que pretendiam legalizar as suas residências ou parcelas de terra.

No documento a que tivemos acesso, assinada pela presidente da referida comissão, Filomena Van-Dúnem, consta que ele reside ali há mais de cinco anos, o que não corresponde à verdade, dado só ter adquirido a parcela de terra de 20 metros de largura e 30 de cumprimentos há seis meses.

António dos Santos explicou que a tabela de preços que se encontra fixada naquela repartição diz que os interessados devem desembolsar simplesmente dez mil Kwanzas pela declaração, mas os técnicos da comissão que fazem a averiguação exigem o pagamento de mais três mil Kwanzas.

Apesar da sua parcela de terra estar a menos de um quilómetro da filial do sector C e de ter postos a sua viatura à disposição deles, não teve que pagar o valor atrás mencionado. Tudo porque classificavam o seu trabalho como difícil, atendendo a que têm de convencer a vizinhança a participar do inquérito feito

para comprovar a titularidade do espaço pelo requerente antes de passar o documento.

"O mais caricato é que tudo isto não passou de conversa fiada. Ao chegarmos ao local, prestaram mais atenção a uma obra que estava a ser erguida sem o consentimento deles e da fiscalização do que a fazer o trabalho a que se propuseram", declarou.

A declaração que o habilitará a legalizar a parcela de terra foi -lhe entregue dois dias depois, com um espaço em branco para as testemunhas, à sua escolha, assinarem sem terem sequer sido inquiridas. Por falta de uma máquina fotocopadora na instituição o cidadão foi orientado a procurar um sítio onde pudesse reproduzi-lo e entregar urna fotocópia para constar dos arquivos, o que não aconteceu.

A outra irregularidade que consta no documento está relacionada com o facto de as suas coordenadas geográficas não corresponderem à realidade. Visto que o espaço se encontra numa ruela, sem nome e número, os supostos técnicos identificaram-na como estando situada na mesma rua onde está um estabelecimento comercial denominado Baquita Ncose.

"Isso só demonstra mas uma vez que não existe ainda um mecanismo adequado para conter o surgimento de litígios de terrenos vendidos a duas pessoas ou mais, porque as comissões de moradores que deviam exercer um grande papel neste sentido estão mais preocupada em extorquir os cidadãos", considerou. Acrescentou acreditar "que os fiscais agem deste jeito propositadamente para serem chamados novamente para resolver os conflitos e cobrarem os cinco mil Kwanzas estipulado pela mediação e mais três mil pela deslocação de cada um deles".

Facilidades a preços altos

Na instalação da comissão do sector A do Quilómetro Nove encontra-se ainda fixada a tabela de preços criada em Maio de 2010 pelo antigo presidente, António Lopes Silvestre, já falecido. De modo a gerar uma certa harmonia e dada a eficácia do método criado pelo malogrado, a actual presidente optou por não alterá-la. Os preços variam de mil e 50 a 30 mil Kwanzas em função da especificidade da declaração. O primeiro montante, que é o mais baixo, está relacionado com o pedido de declaração de óbito.

Na tabela de preços a que tivemos acesso constata -se que a seguir àquela declaração figuram os mil e 550 Kwanzas cobrados pela emissão de Agregado Familiar, Atestado de Residência, Cartão de

Contribuinte e Declaração Comprovativa (normal). A seguir estão os dois mil e 50 Kwanzas cobrados pelas declarações comprovativas de união de facto e de perda de documentos.

É visível ainda que os empresários que pretendem abrir uma stand de automóveis ou motorizadas devem pagar 30 mil Kwanzas pela declaração de comércio, 28 mil Kwanzas pela declaração para venda de produtos diversos em armazéns, 23 mil Kwanzas para a declaração de loja, 12 mil Kwanzas para a declaração de lanchonete e nove mil Kwanzas para a declaração de cantina. Na referida lista, os estrangeiros também são chamados a fazer o pagamento de dois mil e 500 Kwanzas pelo senso, entre outros valores e documentos.

O momento em que for tratar de uma das declarações comerciais, o munícipe recebe a garantia que não terá problemas nenhum com a Polícia Económica e a fiscalização por falta de alvará comercial, por ser emitido pela área comercial da administração municipal de Viana.

Já no sector A, B e C do bairro da Boa Fé, também em Viana, os interessados em tratar da declaração de ocupação de terreno devem pagar nove mil Kwanzas aos responsáveis das referidas comissões de moradores.

Segundo uma cidadã que adquiriu recentemente uma parcela de terra no sector B daquele bairro, para erguer um estabelecimento comercial os funcionários daquela agremiação exigiram simplesmente o pagamento de cinco mil Kwanzas pela emissão da declaração e o documento de compra passado pelo antigo proprietário.

A senhora, que só aceitou falar à nossa reportagem sob anonimato, disse que teve ainda que desembolsar quatro mil Kwanzas pela deslocação. Embora também tenha sido efectuada no seu automóvel.

Contou que comprou a parcela de terra de 15 metros de largura e 20 de comprimentos ao preço de 18 mil dólares. Apesar de o vendedor ter passado apenas uma declaração de cedência, a senhora mostrou-se bastante confiante que conseguirá legalizar a parcela junto da administração municipal.

Na porta da sede da subcomissão de moradores do sector 1, do bairro Caop C, está fixado um anúncio, datado de 15 de Janeiro de 2011, dizendo que se trata de Agregado Familiar, Atestado de Residência, declaração para legalização de terreno e declarações para todos os efeitos.

## Areia provoca notificação

Quem teve sorte foi o jovem Manuel Alexandre, morador do bairro de Mulenvos de Baixo, que não pagou nenhuma soma monetária aos funcionários da comissão de moradores para proceder à ocupação efectiva do terreno que possui há cerca de seis anos. Conta que esteve prestes a pagar uma elevada quantia financeira por ter sido notificado, em Abril último, pelos membros da comissão de moradores da sua área por ter descarregado uma carrada de areia defronte à sua casa, sem o consentimento daqueles.

Manuel Alexandre acrescentou que, apesar de a areia não estar a obstruir o caminho, os supostos fiscais exigiram a presença dele numa reunião com o coordenador do bairro onde seria abordado o valor a ser pago. O que lhe pareceu não ser normal porque os fiscais são orientados a advertir a população ou a passar a multa assim que descobrirem a infracção.

Por outro lado, a exigência não lhe caiu bem pelo facto de a maioria dos seus vizinhos procederem do mesmo modo enquanto estão a fazer as obras em casas, sem embarçar a passagem na via pública. " Não cheguei a comparecer na reunião e recusei pagar qualquer soma monetária porque um dos meus familiares, que trabalha na repartição de fiscalização do Governo Provincial de Luanda, alertou-me de que seria golpe" , lembrou.

Diante de tal situação, o munícipe de Viana optou por confrontar os supostos responsáveis do bairro e como eles não tiveram argumentos suficientes para o convencer a proceder de modo contrário e se recusaram a Dirigir-se à repartição de fiscalização do município, acabou por não pagar. Contactados pela nossa equipa de reportagem para prestarem explicações sobre o assunto, o chefe do sector B, do bairro da Boa Fé, recusou -se à prestar informações sem o consentimento do administrador municipal, José Moreno.

## 8.2 Parlamento vota alteração da lei do OGE

*Jornal de Angola*  
08 de Agosto de 2012

Os deputados à Assembleia Nacional reúnem-se hoje, no Palácio dos Congressos, na sua 13ª reunião ordinária, para apreciar e votar o projecto de lei de Alteração à lei - quadro do Orçamento Geral do Estado para 2013.

Em declarações aos jornalistas, à margem do encontro, a porta-voz do Grupo Parlamentar do MPLA, Ruth Mendes, anunciou que o prazo para aprovação do OGE-2013 do eleitoral. "Havia necessidade de se criar um quadro constitucional que permitisse que o Orçamento Geral do Estado fosse aprovado num prazo mais longo", esclareceu, salientando que a proposta de alteração vai até 15 de Fevereiro de 2013.

### Grupo parlamentar do MPLA

Para uma análise detalhada dos 17 pontos constantes da plenária de hoje, o grupo parlamentar do A plenária de hoje vai ainda apreciar e votar as propostas de Lei de Bases de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, Lei do Transporte e Armazenamento de Petróleo Bruto e Gás natural e os Projetos de Resolução que aprovam os tratados entre Angola e a Zâmbia, sobre auxílio mútuo em matéria penal, extradição e transferência de pessoas condenadas a penas privativas da liberdade.

Os deputados vão avaliar também os projetos de resolução que aprovam os acordos celebrados entre a República de Angola e a República do Congo referentes à área de desenvolvimento do Lianzi, o acordo de partilha de rendimento e os protocolos aduaneiros e de imigração.

Na mesa dos deputados vão estar ainda os projetos de resolução referentes à substituição de membros das comissões provinciais eleitorais de Cabinda e Namibe, proposto pela Nova Democracia União Eleitoral e das comissões municipais eleitorais de várias localidades da província da Huíla.

## 8.3 Alteração à lei do Orçamento foi aprovada pelo parlamento

*Jornal de Angola*  
09 de Agosto de 2012

A Assembleia Nacional aprovou ontem, por unanimidade, o projecto de Lei de alteração à Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, medida que vem assegurar o normal e regular funcionamento da preparação e a provação do OGE.

A deputada Ruth Mendes, que apresentou o documento, disse que a alteração do diploma permite que, em todos os anos em que haja eleições, a apresentação do Projecto de Lei do Orçamento Geral do Estado seja feita até 15 de Dezembro e a votação, pelo Parlamento, até 15 de Fevereiro.

Antes, o documento devia ser entregue ao Parlamento até 15 de Outubro e a aprovação dava-se em Dezembro. Ruth Mendes, integrante da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, explicou que a alteração consagra o alargamento do período para apresentação do Projecto de Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano subsequente.

#### Protecção a criança

Ainda na sessão de ontem os deputados aprovaram, por unanimidade, a proposta de Lei de Bases da Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança.

O diploma reforça o quadro legal e institucional destinado a implementar os compromissos e responsabilidades assumidas pelo Estado e pela sociedade colocando a criança em prioridade absoluta.

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, disse que a Lei reflecte o elevado grau de consenso alcançado pelo Estado e pela sociedade em relação à criança, tendo destacado os onze compromissos que definem o conjunto de tarefas essenciais que devem ser desenvolvidas a favor da criança.

A Lei destaca os direitos da criança, ajustando-os à realidade social e cultural de Angola. João Baptista Kussumua disse que dentre as tarefas, uma particular atenção é dada à primeira infância. "Este escalão etário é essencial para que a criança possa ter um desenvolvimento pleno", explicou. O deputado João Pinto, da bancada parlamentar do MPLA, felicitou a iniciativa do Executivo e afirmou que a Lei contribui para a defesa dos direitos da criança.

Clarisse Caputo, deputada da bancada parlamentar da UNITA, também saudou a iniciativa, declarando que havia necessidade de ser criado um diploma sobre o desenvolvimento integral da criança na sociedade.

A deputada sugeriu algumas emendas ao diploma e questionou o ministro sobre o apoio às mulheres Grávidas. Em resposta, João Baptista Kussumua disse que o Estado deve promover "as necessárias medidas" de apoio alimentar e psicossocial à mulher grávida, através da criação de subsídios para as gestantes. Para ter acesso a esse apoio é preciso fazer provas da sua situação de particular carência e adoptar medidas de planeamento familiar recomendadas no Sistema Nacional de Saúde.

#### Legislação dos Petróleos

Na sessão orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, António Paulo Kassoma, os deputados aprovaram ainda a proposta de Lei sobre o

Transporte e Armazenamento do Petróleo Bruto e Gás Natural.

O ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, disse que o diploma vai definir as regras de acesso ao exercício das actividades de armazenamento e transporte do petróleo bruto e gás natural visando assegurar o seu regular funcionamento e desenvolvimento sustentável. O ministro disse que o diploma vai cobrir as lacunas legislativas existentes na actividade petrolífera e contribuir para a harmonização do exercício de diversas actividades económicas, estabelecendo soluções para eventuais conflitos emergentes entre os usuários da terra. Os deputados aprovaram também o projecto de Resolução que define a alteração ao protocolo de acordo entre Angola e a República do Congo, o Projecto de Resolução que aprova o acordo de participação relativo à partilha do prospecto geológico na República do Congo.

O ministro dos Petróleos disse que os acordos celebrados pelos dois países reforçam as relações de cooperação no domínio económico entre as duas partes e permitem explorar as oportunidades do novo cenário mundial. Botelho de Vasconcelos afirmou que a natureza transfronteiriça da utilização pressupõe a aplicação de um regime jurídico, fiscal e aduaneiro único que tenha em conta os interesses dos dois Estados e das empresas participantes.

Botelho de Vasconcelos disse que as estreitas relações políticas e diplomáticas entre os dois países permitem a definição do quadro necessário para aprovação da decisão final de investimento e consequente início de produção da área de desenvolvimento inutilizado.

#### Movimentação de deputados

Os parlamentares apreciaram ainda o projecto de resolução sobre a movimentação de deputados e votaram a proposta que aprova a substituição de membros da Comissão Provincial Eleitoral de Luanda propostos pela UNITA.

Foi também apreciado o projecto que aprova a substituição, por falecimento, de membros da Comissão Municipal Eleitoral da Ganda, na província de Benguela, proposto igualmente pela bancada parlamentar da UNITA.

Na agenda de 10 pontos, constou ainda a aprovação da resolução sobre a substituição de membros das comissões provinciais eleitorais de Cabinda e Namibe, proposta pela Nova Democracia.

## 8.4 OGE para 2013 vai conter cenário de médio prazo

*Jornal O País*

*10 de Agosto de 2012*

O Orçamento Geral do Estado (OGE) vai incluir, pela primeira vez, um cenário 'macrofiscal' de médio prazo para o período 2013-2017, cuja formulação contará com a assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI). A iniciativa reflecte a intenção das autoridades de reforçar a médio prazo os mecanismos para proteger os gastos públicos prioritários da volatilidade das receitas petrolíferas e consta do último relatório do FMI sobre a economia nacional, o qual corresponde aos contactos bilaterais que mantém com cada um dos seus membros anualmente. O documento refere que o facto de o Orçamento passar a estar ancorado num quadro fiscal de médio prazo constitui um 'passo crítico', facultando aos decisores políticos ponderar melhor a opção entre o aumento do investimento público e o aumento do stock de reservas. De acordo com o FMI, as autoridades angolanas consideram que o saldo corrente primário não petrolífero poderá constituir uma 'âncora' alternativa à formulação orçamental, partindo da premissa que as despesas em investimento gerarão retornos futuros, incluindo o aumento das receitas fiscais.

### Orçamento suplementar

De acordo com o documento, as autoridades angolanas admitem a possibilidade da apresentação de um orçamento suplementar para o corrente ano. O FMI reconhece ter sido conseguida uma forte redução do défice primário não petrolífero em 2009-2010, embora considere que se verificou em 2011 um relativo recuo neste domínio para o que contribuíram despesas 'superiores às esperadas' em bens e serviços, a concessão de subsídios e a incorporação de operações 'parafiscais' realizadas pela concessionária em nome do Governo. Assim, no último trimestre de 2011, despesas em bens e serviços e operações parafiscais realizadas pela Sonangol contribuíram para ampliar o défice primário não petrolífero de 43,6% para 48,2% do PIB não petrolífero. Apesar de o Executivo ter tomado medidas para aumentar o grau de informação respeitante à transferência das receitas petrolíferas para o Orçamento - Decreto Presidencial N° 58/11- os dados preliminares sugerem, refere o documento, que as transferências das receitas petrolíferas para o Orçamento em 2012 continuaram a registar atrasos. Aliás, o relatório refere que as autoridades angolanas atribuíram o aumento das despesas verificado no último trimestre de 2011 às operações parafiscais realizadas pela petrolífera estatal

e aos atrasos na execução orçamental, reconhecendo que os custos associados às subvenções se situaram significativamente acima dos níveis orçamentados, chamando entretanto a atenção para o facto de ter sido produzida nova legislação destinada a reduzir os encargos orçamentais com a subsidiação. O FMI recomenda que sejam prosseguidos os esforços para conferir maior 'governança' e transparência aos fluxos de fundos relacionados com as receitas petrolíferas, classificando como 'essencial' o empenhamento das autoridades em eliminar progressivamente e incorporar no quadro orçamental as operações parafiscais conduzidas pela Sonangol.

O FMI reconhece terem sido realizados progressos no que respeita à , reconciliação das receitas petrolíferas de 2011, acrescentando que esses esforços continuam a ser reflectidos nos primeiros dados de 2012. Por outro lado, o FMI considera que as transferências das receitas fiscais por parte da Sonangol para o Orçamento devem ser mais 'previsíveis', assinalando que o stock das receitas petrolíferas respeitantes a 2011 devidas pela Sonangol ao Tesouro se situaram em USD 3,1 biliões no final de 2011. Para o FMI as autoridades deverão continuar a fortalecer o ambiente institucional e evitar a acumulação de novos recebimentos em 2012, O FMI salienta ainda que o estabelecimento do Fundo Petrolífero para as Infraestruturas representa 'um primeiro passo' no sentido da mitigação do impacto da volatilidade dos receitas petrolíferas sobre as despesas de investimento. A médio prazo, adianta o documento, as autoridades terão de criar 'espaço fiscal' para apoiar o reforço das despesas de investimento num quadro em que os recursos serão mais reduzidos.

O aumento esperado das receitas fiscais não petrolíferas em resultado das reformas realizadas no plano da administração fiscal, não compensará, na totalidade, o declínio das receitas petrolíferas decorrente da evolução do preço do petróleo e das projecções existentes para a produção. O documento refere que as despesas correntes deverão manter-se estáveis mas que as despesas de capital deverão subir para 3% do PIB por volta de 2017 à medida que as autoridades implementem o seu plano de desenvolvimento. Em resultado, o actual equilíbrio fiscal vai volver-se em défice até 2016 .

### Riscos da volatilidade das receitas petrolíferas

O FMI sublinha que, face aos riscos implicados pela dependência das receitas petrolíferas, a política económica deverá prosseguir o esforço de transformação estrutural e diversificação da economia, tirando partido do 'vasto' potencial existente com vista a suportar uma lógica de crescimento inclusivo e a

criação de emprego. Aliás, o Fundo nota, no que concerne aos riscos advenientes da volatilidade das receitas petrolíferas, que se os preços do petróleo continuarem a cair substancialmente, acima das projecções por si efectuadas para um período longo, Angola pode vir a confrontar-se com a situação de não conseguir prosseguir o esforço de acumulação de reservas. É adianta que se, por exemplo, até ao final do corrente ano, o preço do barril de petróleo se situar, em média, nos USD 85, o Executivo terá de rever em baixa o seu nível de depósitos a partir do terceiro trimestre e o nível de reservas estagnar-se. Este cenário poderá mesmo agravar-se, adianta o documento, caso a Sonangol atrase ainda mais a transferência das receitas petrolíferas para o Tesouro em 2012 ou se as fontes externas de financiamento 'secarem'.

Por outro lado, os esforços de diversificação da economia, ou seja, a aposta no sector não petrolífero, confronta-se com o facto de o crédito à economia ainda se situar num nível relativamente baixo (20% do PIB). O aumento do crédito concedido em cerca de 30% em 2011 ficou a dever-se sobretudo à expansão do crédito ao consumo a particulares, o qual registou um acréscimo significativo, passando a representar um quinto do crédito total. O FMI considera que o aumento do crédito a particulares, que ocorreu apesar das elevadas taxas de juro e dos elevados spreads bancários, reflecte 'elevados riscos de crédito e a concentração prevalecte no sector bancário'.

O FMI acentua que a posição externa do país evoluiu favoravelmente, tendo o saldo da balança corrente atingido 9,6% do PIB em 2011, o que permitiu que a dívida externa se reduzisse para 19,7% do PIB. Também o mercado cambial estabilizou dada a maior previsibilidade da oferta em divisas por parte do Banco Nacional de Angola (BNA) (cerca de USD 1 bilião mensalmente). 'O diferencial de inflação mais que compensou, refere o documento, a depreciação suave do Kwanza, originando uma apreciação da taxa de câmbio efectiva em cerca de 5%'.

#### Estimativas

De acordo com as novas projecções do FMI, a economia angolana, que terá crescido, segundo as últimas estimativas, 3,9% em 2011, irá crescer 6,8% este ano e 5% no próximo. Em 2012 o contributo do sector petrolífero será de 8,5% e o do não petrolífero de 6%. Já em 2013 o contributo do sector petrolífero será de 3% e do não petrolífero de 6,1%. A inflação (média anual) situar-se-á em 10,8% este ano, em linha com a meta das autoridades, recuando para 8,6% em 2013. As receitas públicas atingirão este ano 44,9% do produto interno (PIB), com uma contribuição da

ordem dos 34,4% por parte do sector petrolífero. Em 2013, as receitas públicas corresponderão a 41,3% do PIB, com um contributo de 29,7% da parte do sector petrolífero.

## 8.5 Grupo de jovens recebe crédito para montar um negócio

*Jornal de Angola*

*13 de Agosto de 2012*

Um grupo de 210 jovens do município da Cela, província do Kwanza-Sul, recebeu apoio económico no âmbito do programa de empreendedorismo na comunidade, promovido pelo Ministério da Administração, Emprego e Segurança Social (MAPESS).

Aos jovens foram emprestados entre 100 mil a 500 mil kwanzas, cujo período de reembolso vai até -12 meses, com um período de carência de três meses. O governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, sublinhou que o Programa "Empreendedorismo na Comunidade" constitui uma oportunidade posta à disposição de cada um pelo Executivo angolano, através do apoio de acções de formação e de microcrédito.

O programa tem como objectivo espalhar a cultura do empreendedorismo, através de acções de formação, de modo a permitir que os empreendedores possam identificar e incrementar oportunidades de negócios geradoras de rendimentos e susceptíveis de propiciar a oferta de bens e serviços às comunidades, explicou o governador.

O director da Incubadora de Empresas do MAPESS, Jacinto Domingos, recordou que o programa empreendedorismo na comunidade é uma orientação do Chefe do Estado e participam nele os jovens que procuram o seu primeiro emprego ou aqueles que desenvolvem ou pretendem desenvolver actividades prestadoras de bens e serviços e geradoras de rendimentos.

Julieta João, que vai empregar o dinheiro numa boutique, disse que passou a ser possível melhorar o seu investimento, depois de esperar durante muitos anos por esta oportunidade. O programa contempla também uma formação adquirida nos Centros de Formação Profissional, com oportunidades de inserção directa no mercado.

## 8.6 Petróleo representa 80 % das receitas totais

*Novo Jornal*

*17 de Agosto de 2012*

### Execução Orçamental

Em 2011, a política orçamental prosseguiu com os objectivos de reforço e compromisso de maior rigor e transparência na gestão dos seus recursos e qualidade das suas despesas, permitindo a recuperação da capacidade de investimentos públicos, maior eficiência na arrecadação das receitas fiscais, bem como a implementação da reforma tributária, com o programa PERT, cujo objectivo reside na melhoria do desempenho fiscal, consubstanciado na captação de novos contribuintes para o alargamento da base tributária. Foram, igualmente, regulamentadas a concessão de subsídios às instituições de utilidade pública e a estratégia do endividamento público, com prioridade para o pagamento de grande parte da dívida atrasada, efectuada nos anos anteriores.

### Execução da Receita

Estima-se que, em 2011, as receitas totais arrecadadas tenham atingido cerca de Kz 3.929,4 mil milhões (42,2% do PIB), sendo que as receitas petrolíferas representaram cerca de 79% (Kz 3.106,1 mil milhões) das receitas totais, correspondendo a 33,4% do PIB, enquanto as receitas não petrolíferas alcançaram os Kz 701,2 mil milhões (7,5% do PIB), o que correspondeu a 18% do total das receitas.

De salientar que, em relação ao OGE inicial, as receitas totais preliminares executadas, representaram um aumento de cerca de Kz 525,2 mil milhões. Em relação a 2010, as receitas totais, cresceram cerca de 19,2% devido, essencialmente, ao aumento das receitas petrolíferas em cerca de 24%.

### Execução da Despesa

Estima-se que as despesas totais, em 2011, alcançaram o valor de Kz 3.105,0 mil milhões, cerca de 33,4% do PIB, sendo que 78,4% corresponderam a despesas correntes e 21,6% a despesas de capital. Note-se que face ao OGE inicial (Kz 4.153,5 mil milhões), as despesas totais, observaram uma redução de cerca de 25%.

Comparando os dados preliminares de 2011 com o executado em 2010, registou-se um acréscimo de 11,7% (Kz 325,5 mil milhões). Entre as despesas correntes, destacam-se as despesas em bens e serviços, com um aumento de 20,8% em relação ao OGE inicial. Este item registou um aumento de

39,8%, em relação ao executado de 2010. O desempenho das contas fiscais em 2011, resultou num superavit do saldo corrente e do saldo na óptica de compromisso na ordem de Kz 1.494,0 mil milhões (16,1% do PIB) e Kz 824,3 mil milhões (8,9%), respectivamente. Por sua vez, o saldo primário não petrolífero, atingiu um défice de Kz 2.009,1 mil milhões, cerca de 23,2% do PIB.

### Sistema de Pagamentos

O ano de 2011 foi marcado por acontecimentos significativos ao nível da regulamentação dos instrumentos e do desenvolvimento de novos subsistemas do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA). Em relação aos instrumentos de pagamentos, o BNA publicou o Aviso nº09/2011, de 13 de Outubro, sobre cartões de pagamento, substituindo e completando a anterior regulamentação datada de 2007.

As Remessas de Valores foram igualmente objecto de regulamentação, pelo Aviso nº03/2011, de 2 de Junho. No âmbito da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCM), foi iniciada a implementação do Subsistema de Transferências a Crédito (STC), com a realização dos primeiros testes entre a EMIS, enquanto operadora do STC; e bancos participantes, o que permitirá aos clientes a realização de transferências interbancárias, com disponibilização dos recursos no mesmo dia. O BNA procedeu ainda à validação dos princípios funcionais em que assentará o Subsistema de Compensação de cheques (SCC), tendo em vista o seu desenvolvimento em 2012. No mesmo período foi igualmente destaque a actividade do Conselho Técnico do SPA, órgão de consulta do BNA.

### Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real

O ano de 2011 representou o sexto ano de funcionamento deste sistema de liquidação, iniciado a 18 de Novembro de 2005. Neste ano, registou-se um crescimento de 30% do número de operações liquidadas face ao ano anterior, explicado pelo aumento do número de operações ordenadas por clientes bancários (cerca de 63%), apesar de uma redução de cerca de 28% das outras operações interbancárias, para além de uma diminuição superior a 50% no valor das operações de redescrito e crédito intradiário do SIGMA.

### Subsistemas de Compensação

Em 2011, os subsistemas de compensação da SPA reflectiram o dinamismo da economia e o consequente alargamento da base de utilizadores da rede Multicaixa, registando um crescimento global de

46% no número de operações de retalho e 36% no valor monetário correspondente. Os serviços da rede Multicaixa foram predominantes no número total de operações, com uma cobertura de 99%, enquanto o Serviço de Compensação de Valores, foi responsável por 78% do montante global das operações.

Em 2011, os cheques corresponderam a 89% do número de documentos compensados no SCV e 84% do total em numerário processado neste subsistema, enquanto as ordens de saque corresponderam, respectivamente, a 7% e 14%. A rede Multicaixa registou o maior número de operações processadas nos subsistemas da SPA, caracterizando-se como o subsistema de operações de retalho. Em 2011 foram processadas 57,9 milhões, operações financeiras com cartões Multicaixa, predominantemente levantamentos de numerário em ATM (44,7 milhões).

Regulamentação dos Instrumentos de Pagamento Na área de controlo e acompanhamento dos instrumentos de pagamento, em 2011 foi publicado o Aviso nº 09/2011, de 13 de Outubro, sobre cartões de pagamento complementado pelas Directivas nº15/DSP/2011 e nº16/ DSP/2011, de 4 de Novembro que actualizou e aprofundou a anterior regulamentação sobre este instrumento de pagamento. Com o novo dispositivo regulamentar, foram clarificadas e detalhadas as regras a aplicar a cartões pré-pagos, de débito e de crédito, com especial relevância para os aspectos de transparência, defesa do consumidor e requisitos de informação ao BNA, sendo também estabelecidos limites para utilização no estrangeiro.

No contexto do SCV, o BNA emitiu as Directivas nº 19/DSP/2011 e nº 20/ DSP/2011, ambas de 28 de Dezembro, clarificando procedimentos a adoptar pelos bancos relativamente a cheques visados compensados e devolução de cheques, respectivamente.

#### Controlo e Acompanhamento do SPA

Tendo em consideração a relevância crescente das actividades de controlo e acompanhamento do SPA, sobretudo num contexto de profundas reformas estruturais, de que é exemplo a implementação dos subsistemas da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCM), e de crescimento significativo da utilização de instrumentos de pagamento escritos e desmaterializados, o BNA procedeu a uma reorganização do Departamento de Sistema de Pagamentos que passou pela criação da Divisão de Oversight.

No ano de 2011 procedeu-se à reactivação do Conselho Técnico do SPA (CTSPA), órgão de

consulta do BNA no âmbito da sua regulamentação. No decorrer do ano foram efectuadas 3 reuniões da SPA com foco no processo de conclusão e implementação do Subsistema de Transferências a Crédito.

## 8.7 Câmara de Despachantes de Angola recebe explicações sobre tributação

*Jornal de Angola*

*23 de Agosto de 2012*

A Associação da Câmara dos Despachantes de Angola tomou conhecimento ontem, em Luanda, do conteúdo da nova lei da reforma tributária, no que concerne ao código do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) e o Imposto de Consumo (IC).

O especialista do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) José Dinis Dungo explicou aos despachantes o significado dos artigos da nova lei da reforma tributária, já que a sua aplicação tem suscitado algumas dúvidas.

No que respeita ao IRT, referiu que a dúvida dos despachantes consistia em como pagar este imposto enquanto trabalhadores liberais, uma vez que a nova lei trouxe mudanças. Na lei actual, os trabalhadores liberais estão sujeitos a pagar o IRT por conta própria, a uma base tributável de 70 por cento de rendimento do trabalho e 30 por cento que são deduzidos como despesas dos despachantes.

Uma taxa de 15 por cento vai incidir sobre o rendimento bruto do despachante. São consideradas despesas o pagamento das contas de electricidade, água, alimentação, selos, salário e outras.

As principais alterações introduzidas no IRT repercutem-se, por um lado, ao nível dos rendimentos sujeitos ao imposto e, por outro, numa repartição dos sujeitos passivos dos grupos A, B e C, aos quais passam a corresponder regras próprias para efeito de liquidação, entrega e pagamento ao Estado.

No grupo A, incluem-se as remunerações auferidas pelos trabalhadores por conta de outrem e pagas por uma entidade patronal, por força de vínculo laboral definido nos termos da Lei Geral do Trabalho.

O grupo B inclui as remunerações auferidas pelos trabalhadores por conta própria que desempenhem, de forma independente, actividades constantes da lista de profissões anexa ao novo código do IRT e dos rendimentos auferidos pelos titulares de cargos de gerência e administração. No grupo C incluem-se

as remunerações auferidas pelo desempenho de actividades industriais e comerciais.

Sobre o Imposto de Consumo, observou-se um alargamento com a introdução de outros serviços que não estavam na lei anterior. "A liquidação do IC incide sobre as novas operações sujeitas a tributação efectuadas, no acto do processamento das facturas equivalentes, pelos fornecedores de serviços", referiu José Dinis Dungo.

O especialista acrescentou que os montantes do imposto podem ser adicionados ao valor da factura equivalente, para efeitos de repercussão do imposto dos adquirentes de bens ou serviços.

No novo diploma da reforma tributária foram contemplados os serviços de produção, importação, leilões, prestação de serviços, o pagamento do imposto de consumo a uma taxa de cinco por cento, com a criação de áreas de estacionamento, de conferência, portuárias, viagens, segurança privada, serviços de internet, agricultura e pecuária" minerais, pescas e de silvicultura não transformados.

Na lei anterior, o pagamento do IC incluía apenas os serviços de hotelaria e similares.

O vice-presidente da Associação da Câmara dos Despachantes de Angola, Pedro Bequengue, reconheceu que o encontro veio acabar com as dúvidas em relação aos novos diplomas da reforma tributária, incluindo as taxas aplicadas.

Na nova lei sobre o IC prevê-se a isenção de imposto sobre os bens produzidos em Angola, quando os mesmos se encontrem isentos na importação.

## 9. SETEMBRO DE 2012

### 9.1 Genebra. Angola apresenta indicadores sobre crescimento económico

*Jornal de Angola*

*19 de Setembro de 2012*

Angola apresenta em Genebra (Suíça) dados sobre o crescimento económico, geração de emprego e redução da pobreza, na 59ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED, na sigla francesa). O representante permanente de Angola junto da ONU e Organizações Internacionais em Genebra, embaixador Apolinário Correia, representa o país no conclave aberto segunda-feira e que encerra no próximo dia 28 do mês em curso.

A sessão de abertura foi presidida pelo secretário-geral da CNUCED, Júri Seilenthal, tendo o primeiro painel sido dominado pelas intervenções do vice-primeiro-ministro do Lesoto, Mothetjoa Metsing, e do ministro do Comércio e Indústria da Zâmbia, Robert Sichinga, que falaram sobre o crescimento económico em África e a sua incidência sobre o desenvolvimento e a redução da pobreza.

Os trabalhos prosseguiram ontem com a discussão sobre os temas "A interdependência: coordenação de estímulo para o crescimento global" e "As estratégias de desenvolvimento num mundo globalizado: a redução das desigualdades para um desenvolvimento equilibrado e sustentável". O encontro discute ainda questões da actualidade económica mundial, tais como as estratégias de desenvolvimento num mundo globalizado, evolução do sistema internacional de comércio e as suas tendências no quadro de desenvolvimento.

A sessão avalia as actividades de cooperação técnica da organização e vai adoptar o relatório do grupo de trabalho sobre o quadro estratégico e o programa orçamental da CNUCED. À semelhança das sessões anteriores, o conselho tem um painel voltado ao continente africano, que aborda a questão da transformação estrutural e do desenvolvimento sustentável em África e outro dedicado aos Países Menos Avançados (PMA) e os seus desafios.

A 593 Sessão do Conselho do Comércio e Desenvolvimento é uma sessão regular que tem lugar todos os anos, com o objectivo de balancear as actividades desenvolvidas pelos diferentes órgãos da CNUCED. O Executivo está a executar o programa de desenvolvimento integrado e de combate à pobreza em todos os municípios, com impacto na população alvo.

### 9.2 Receitas petrolífera já superou valor inscrito no OGE para 2012

*Jornal O País*

*21 de Setembro de 2012*

As receitas petrolíferas arrecadadas pelo Estado até Agosto já superaram em Kz 72,462 biliões (cerca de USD 761,5 milhões ao câmbio corrente) o valor inscrito no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012 para as receitas dos três impostos que incidem sobre o sector - o Imposto sobre o Rendimento da Indústria Petrolífera (IRP), o Imposto sobre a Produção Petrolífera (IPP) e o Imposto sobre as Transacções Petrolíferas (ITP). O OGE para 2012 prevê que a colecta dos impostos que incidem sobre o sector petrolífero se situe, no final do exercício, em

Kz 771,125 bilhões (o correspondente a 20,5% do conjunto das receitas correntes e pouco mais de 17% das receitas totais), sendo que, até ao final do mês de Agosto, de acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério das Finanças, a soma dos impostos a pagar pela indústria petrolífera se eleva a Kz 843,587 bilhões, ou seja, excede em 9,3% o valor inscrito no OGE para o conjunto do ano.

E embora não se conheçam ainda os dados relativos à evolução da despesa pública é admissível que o saldo corrente orçamental se venha a situar acima dos 12% do PIB previstos no OGE para 2012, o que implicará, no [mal do ano, que o excedente orçamental supere a previsão inicial de 2,6% do PIB.

Receita petrolífera atinge USD 26,9 bilhões

Este resultado fica-se a dever ao cenário muito positivo em que vêm evoluindo as receitas decorrentes da exploração petrolífera este ano, as quais, na totalidade, ou seja, englobando as receitas fiscais e as receitas da concessionária, superaram, nos primeiros oito meses de 2012, os USD 26,9 bilhões, a maior de sempre a preços nominais. Em 2011, no mesmo período, a receita petrolífera total situou-se na casa dos USD 24,95 bilhões 2010, em USD 17,33 bilhões. Para o bom resultado de 2012 contribuiu a evolução muito favorável do preço do barril ao longo do ano. Com efeito, entre Janeiro e Agosto do corrente ano, o preço médio do barril fixou -se nos USD 111,21, acima dos USD 108 apurados em igual período do ano passado e bastante acima dos USD 75,39 verificados em 2010. A diferença entre a receita orçamentada e a realizada reflecte o desfasamento existente entre o preço médio de exportação (USD 111,21) verificado e o preço do barril de petróleo subjacente ao OGE (USD 77).

No entanto, se o volume de exportação no período em análise superou a do ano anterior (1,732 milhões de barris diários - mbd - em média em 2012 contra 1,604 mbd, em termos médios, em 2011, ainda ficou aquém da exportação realizada entre Janeiro e o [mal de Agosto de 2010 (período em que se exportaram, em média, 1,808 mbd). E fica também aquém da previsão relativa à produção petrolífera inscrita no OGE para este ano (1,842 mbd]. Refira -se ainda que o valor médio de exportação reportado pelo Ministério das Finanças relativamente a Agosto (1,704 mbd) se situa abaixo do valor atribuído pela OPEP, citando fontes secundárias, à produção angolana (1,848 mbd). A receita total realizada pela concessionária superava, no final de Agosto, os USD 18,039 bilhões, acima dos USD 16,44 bilhões atingidos em igual período de 2011 e dos USD 11,213 bilhões de 2010.

Tendência positiva

É natural que a receita obtida com os impostos que incidem sobre o sector petrolífero mantenha uma tendência muito positiva até ao final do ano, atendendo a que todos os sinais apontam para que o preço do barril de petróleo se mantenha num patamar elevado. Refira-se que, no final da passada semana, os contratos futuros de petróleo negociados na New York Mercantile Exchange (Nymex) chegaram a tocar os USD 100,00 por barril, na sequência da divulgação das medidas de estímulo à economia anunciadas na quinta-feira pela Reserva Federal (Fed, o banco central dos Estados Unidos). O contrato de petróleo para Outubro subiu USD 0,69 (0,70%), fechando a USD 99,00 por barril. Já na plataforma electrónica ICE, o barril do Brent para Novembro avançou USD 0,78 (0,67%) encerrando nos USD 116,66.

### 9.3 Acção para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública

*Jornal de Angola*

*24 de Setembro de 2012*

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, defendeu ontem em Luanda que a instituição pode aumentar e expandir melhor os seus projectos se passar a beneficiar do estatuto de utilidade pública.

O gestor da ADRA, que falava à Angop sobre uma acção de formação dirigida aos seus funcionários, disse que, caso seja de utilidade pública, a instituição vai beneficiar do Orçamento Geral do Estado (OGE), o que ajuda na concretização de muitos projectos e contribui para o desenvolvimento do país.

Belarmino Jelembi referiu que actualmente a instituição funciona com seis milhões de dólares, dos quais cinco milhões são provenientes de ajuda externa. A Acção para o Desenvolvimento Rural existe há 22 anos e realiza acções para o fortalecimento da sociedade, através de um programa de intervenção social e de desenvolvimento comunitário em todo o país. A Organização Não-Governamental executa ainda programas de segurança alimentar junto das comunidades rurais, ajudando na melhoria das condições de vida das famílias camponesas.

A ADRA, dentro da sua estratégia de intervenção social nas comunidades rurais, criou vários programas de desenvolvimento comunitário que beneficiam 500 cooperativas. O Estatuto de Utilidade Pública é

especialmente concedido a associações que prestam serviço que beneficiam a sociedade, cuja condição principal é ter três anos de trabalho efectivo junto da sociedade.

Uma instituição de utilidade pública beneficia mensalmente de fundo do OGE para cobrir as suas actividades e tem direitos de isenção de imposto.

#### 9.4 Governador do BNA rejeita dificuldades para garantir actividade das instituições

*Jornal de Angola*  
28 de Setembro de 2012

O governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, assegurou ontem, em Luanda, que, apesar do Orçamento Geral do Estado do próximo ano ainda não ter sido aprovado, as empresas e Instituições do Estado poderão funcionar sem sobressaltos.

Em declarações à imprensa antes da cerimónia de tomada de posse dos deputados, o governador referiu que a programação orçamental está aprovada até ao final do exercício de 2012. "Teremos condições para trabalhar nos primeiros meses de 2013, conforme estipula a própria lei, até à aprovação do orçamento do ano", sublinhou o governador.

"As fontes públicas continuam equilibradas, temos recursos suficientes para continuar com a execução quer das despesas correntes como de capitais, não havendo qualquer sobressalto a este nível", frisou José de Lima Massano. Por outro lado, cinco instituições bancárias angolanas, dos vinte bancos que operam no país, dominaram o mercado interno quanto ao volume de depósitos anual, segundo o Relatório e Contas do Banco Angolano de Investimentos (BAI).

Trata-se do BAI, BFA (Banco de Fomento Angola), BPC (Banco de Poupança e Crédito), BESA (Banco Espírito Santo Angola) e Banco BIC, representando 76 por cento do volume de depósitos e crédito concedido. Referente a 2011, o Relatório e Contas adianta que dos cinco bancos, o Banco Angolano de Investimentos (BAI) possui a maior quota de mercado em termos de depósitos e crédito concedido, situando-se no equivalente a 20 por cento.

A seguir vem o BESA com 18 por cento, BPC (16 por cento), BFA (16 por cento) e BIC (12 por cento). O conjunto de outros bancos aparece com 24 por cento. O relatório do BAI destaca o contributo do BNA concedido por via do programa de educação

financeira, no aumento da taxa de adesão da população ao sistema bancário, facilitando o processo de acesso aos produtos e serviços disponíveis na banca a um número cada vez maior de pessoas.

## 10. OUTUBRO DE 2012

### 10.1 Contas fiscais com saldo positivo no segundo trimestre

*Semanário Factual*  
De 20 à 27 de Outubro de 2012

Saldos correntes e global das contas do Tesouro fecharam o segundo semestre com superavit, tanto que os fluxos de recursos do exercício do Tesouro atingiram 1.428.632,92 milhões de Kwanzas.

As receitas petrolíferas corresponderam a 77,79 por cento e 22 por cento às receitas não petrolíferas, enquanto as despesas com o serviço da dívida cresceram 32,05 por cento, o que corresponde ao maior crescimento do fluxo de saídas.

De acordo com o relatório de inflação do Banco Nacional de Angola (BNA), que realça o balanço de Execução Financeira do Tesouro do segundo trimestre de 2012, os fluxos de entradas foram superiores aos fluxos de saídas, o que permitiu um superavit dos saldos Corrente e Global, na óptica de caixa.

"O desempenho das contas fiscais no segundo trimestre de 2012 revelou uma melhoria, face ao período homólogo de 2011 e ficou abaixo dos resultados do primeiro trimestre de 2012, ao apurar um superavit do saldo do exercício e do saldo global (Caixa) na ordem de 199.071,84 milhões de Kwanzas e 255.753,56 milhões de Kwanzas, respectivamente".

Revela que a programação financeira do segundo trimestre de 2012 foi executada, tendo em conta a taxa de câmbio média, fixada em 95,34 Kwanzas, um pouco acima do programado. As exportações de petróleo bruto situaram-se em 158,63 milhões de barris, 1,50 por cento abaixo do programado, e o preço médio do petróleo atingiu 117,87 barril dólares, o que representa 2,50 por cento acima do programado.

Por seu turno, os fluxos de recursos do exercício do Tesouro atingiram 1.428.632,92 milhões de Kwanzas, dos quais 19,07 por cento referentes a Receitas de exercícios anteriores, quatro por cento a saldos livres acumulados de exercícios anteriores, 6,41 por cento a desembolsos de financiamentos 74,52 por cento a receitas do exercício.

Assim, as receitas do exercício que atingiram 1.064.557,51 milhões de Kwanzas correspondem a um aumento de 41,12 por cento, face ao período homólogo de 2011, que situou em 754.346,30 milhões de Kwanzas.

As receitas de exercícios anteriores foram compostas, maioritariamente, por pagamento da dívida fiscal petrolífera e saldos livres acumulados.

Os desembolsos de financiamentos consubs-tanciaram-se em desembolsos externos por via de linhas de crédito e desembolsos internos, corres-pondente à emissão de Obrigações do Tesouro.

Receitas correntes representam 100 por cento das totais

"As receitas correntes do exercício representaram 100 por cento das receitas totais, sendo que 77,79 por cento de execução correspondeu às petrolíferas e 22,21 às não-petrolíferas.

Em relação ao período homólogo de 2011, as receitas petrolíferas cresceram cerca de 45,95 por cento e as receitas não petrolíferas cerca de 26,47 por cento, enquanto, em relação ao primeiro trimestre de 2012, as petrolíferas cresceram cerca de 69,99 por cento e as não-petrolíferas decresceram cerca de 17,99 por cento".

O grau de execução alcançado pelas receitas não-petrolíferas, de 15,55 por cento acima do Programado, resultou, essencialmente, de uma maior eficiência na arrecadação de Impostos sobre o rendimento.

No que toca às despesas, os fluxos de saídas do exercício alcançaram 985.195,83 milhões de Kwanzas, sendo que 7,65 por cento a despesas do período anterior e 92,35 por cento a despesas do exercício.

"As despesas do exercício foram executadas em 65,56 por cento em relação ao programado, contra 63,17 por cento no período homólogo de 2011. Foi registado crescimento das despesas do exercício de 28 por cento em relação ao período homólogo de 2011. Em relação ao primeiro trimestre de 2012, as despesas do exercício registaram um crescimento de 1,54 por cento".

As despesas com o serviço da dívida foram as que registaram maior crescimento (32,05 por cento), com realce para as rubricas de juro da dívida externa (95,69 por cento) e amortização da dívida interna, com 37,71 por cento.

As despesas correntes e despesas de capital cresceram, praticamente, ao mesmo nível, cerca de 26,48

por cento e 26,82 por cento, respectivamente, tendo os subsídios registado crescimento (452,18 por cento), fruto do pagamento da subvenção ao preço dos combustíveis.

## 10.2 Debatido o regime fiscal

*Jornal de Angola*

*22 de Outubro de 2012*

Uma palestra sobre o regime fiscal aplicável aos sectores da agricultura, comércio e indústria foi realizada na quinta-feira, no Huambo com objectivo de dar a conhecer as normas dos diversos códigos de pagamento de impostos.

Promovida pelo Projecto Executivo para a reforma tributária (PERT), em parceria com a associação Epungu (Grémio de Milho), a palestra teve a participação forma do sistema tributário, disse de agricultores, contribuintes e responsáveis dos sectores da indústria, comércio, e do Grémio de Milho na província do Huambo. O jurista Ngouabi Neto, que dirigiu a palestra disse que o regime fiscal aplicáveis consiste numa series de medidas correctivas a introduzir na administração fiscal, no sentido de tornar cada vez mais eficiente e assegurar uma relação justa entre a administração fiscal e os contribuintes.

Temos um conjunto de melhorias que visam melhorar o nosso sistema fiscal mais eficiente sobre o código de pagamento de imposto, disse.

O especialista no domínio da reforma tributária, disse o PERT enquanto órgão oficializado para implementar a estratégia de reforma tributária, criou um conjunto de medidas deste projecto em curso, para o fomento da reforma fiscal em Angola.

## 11. NOVEMBRO DE 2012

### 11.1 Prestação de Contas

*Jornal de Angola*

*01 de Novembro de 2012*

A consolidação da democracia está a ser acompanhada pela criação de mecanismos de controlo da gestão de recursos financeiros do Estado. O erário tem de ser tratado com parcimónia, tendo sempre em vista a prossecução do interesse público. Os bens que pertencem ao Estado devem ser tratados de modo a que da sua gestão não resultem prejuízos para os cidadãos. O Estado tem propriedades, entre as quais figuram empresas

públicas. Por via das empresas públicas o Estado prossegue também o bem comum, assegurando o fornecimento de bens e serviços que possam ajudar a fazer crescer a economia.

O Estado cria empresas para fazer crescer a economia, mas é importante que essas unidades de produção estatais sejam controladas e prestem contas do seu exercício. É importante que as entidades competentes estejam a exigir que as empresas públicas prestem contas. As empresas públicas, muitas delas de grande dimensão, devem gerir os negócios de modo a que da sua gestão não resultem prejuízos para o Estado. uma altura em que o Estado tem de intervir na economia, para aquecer a economia e acudir a sectores da população carentes, era imperioso que os poderes públicos se preocupassem com os resultados das empresas que são tuteladas por departamentos ministeriais.

Com a prestação de contas das empresas públicas, abre-se uma nova era de exigência aos gestores encarregados de dirigir património do Estado. Que os gestores públicos saibam que a gestão do património do Estado deve seguir as regras estabelecidas por lei, no sentido de os rendimentos que resultam da actividade empresarial do Estado serem conhecidos e servirem os objectivos previamente estabelecidos. As empresas públicas são unidades de produção, pelo que elas devem também prosseguir a máxima rentabilidade, nos casos em que são obrigadas a prosseguir a maximização do lucro. Sendo empresas, mesmo públicas, que têm de prosseguir lucro, é preciso que os seus resultados estejam virados para a dinamização da actividade empresarial em Angola.

Convém que haja um controlo sobre elas, até porque recebem financiamentos do Estado para realizarem projectos diversos. Que o Estado saiba em que medida os dinheiros que são dados a muitas empresas públicas têm servido para ajudar o crescimento da economia. É oportuna a decisão de se começar a pedir contas aos gestores de empresas públicas. Essa exigência pode levar a que e comece a gerir as empresas do Estado com maior responsabilidade. É preciso que haja a cultura de tratar os bens do Estado com elevado sentido de responsabilidade, cumprindo-se o que a lei estabelece, no que diz respeito à gestão do património do público.

O que é público não deve ser mal gerido até porque para gestão de certas unidades de produção estatais é afectado muito dinheiro. E de louvar o facto de as entidades competentes do país estarem a exigir dos gestores prestações de contas, uma medida que se repercute positivamente no desempenho das empresas públicas. As empresas públicas são também importantes agentes económicos e desempenham um

papel indispensável no crescimento da economia, particularmente nesta fase em que é necessário relançar a actividade económica nas zonas urbanas e rurais.

As empresas públicas não podem ser vistas como unidades que não têm de se interessar pela sua rentabilidade. São inúmeras as iniciativas do Estado para relançar a produção, particularmente no campo, onde são visíveis os resultados dos investimentos públicos que foram feitos. A intervenção do Estado na Economia, que é feita por via da criação de empresas públicas, tem em vista a melhoria das condições de vida das populações. O Estado intervém em áreas em que o investidor privado não quer, ou não pode actuar por falta de recursos financeiros suficientes para concretizar por vezes projectos de grande vulto ou pela natureza da actividade que exige avultadas verbas.

Queremos que os nossos gestores públicos sejam cada vez mais competentes e cumpram rigorosamente as leis que os obrigam a prestar contas no final de cada exercício anual. Que os gestores públicos tenham consciência de que as empresas públicas que dirigem são um património que deve ser gerido para a produção de bons resultados, no interesse de toda a sociedade. Temos felizmente no país bons gestores que têm contribuído para que muitas empresas públicas sob o seu comando estejam a produzir excelentes resultados. Mas há ainda problemas por resolver. Há ainda insuficiências dentro do sector empresarial do Estado que é preciso superar. Que se faça o devido diagnóstico para se encontrarem os remédios necessários para os problemas. A economia nacional ficará a ganhar com a exigência de prestação de contas que é feita às empresas públicas, que no nosso país não são poucas. Que as empresas públicas não sejam apenas unidades que só absorvem dinheiro público, mas que saibam usar os fundos do Estado para investimentos reprodutivos de maneira a que o cidadãos possam beneficiar.

## 11.2 Apenas 15 empresas públicas viram as contas homologadas

*Jornal O País*

*02 de Novembro de 2012*

Empresas Públicas de vários sectores de actividade viram as suas contas homologadas, nesta terça-feira, em Luanda, pelo Ministério da Economia, em acto orientado pelo titular deste pelouro, Abraão Gourgel. Trata-se da primeira cerimónia de homologação de contas de empresas do sector empresarial público que se realiza no país. A homologação incidiu sobre o

exercício económico de 2011. No total viram homologadas as suas contas 15 empresas de um universo de 60, apenas uma delas sem reserva.

As outras 14 foram homologadas com reserva. A homologação visou apreciar o cumprimento das obrigações regulamentadas e a qualidade do processo de prestação de contas, numa perspectiva de transparência na gestão da coisa pública. O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, que presidiu à cerimónia, na presença dos ministros de tutela sectoriais, bem como os PCAs das empresas visadas, classificou este acto público de homologação das contas das empresas controladas pelo Estado como uma iniciativa de magna importância, porque constitui uma das acções fundamentais da actual filosofia governativa, caracterizada por um primordial compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal em todos os domínios das políticas públicas, abarcando as finanças públicas e a gestão dos recursos do Estado alocados em actividades empresariais de relevante interesse público.

Sublinhou ainda que uma parcela significativa de responsabilidade recai sobre o Ministério das Finanças, quer através da tutela financeira que exerce sobre todas as empresas do sector, quer porque lhe cabe a tutela financeira operacional de um sector estratégico para o desenvolvimento da economia nacional, que é o das instituições financeiras públicas, tarefa que o Ministério das Finanças compartilha com o Banco Nacional de Angola, enquanto Banco Central e regulador do Sistema Financeiro Nacional.

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse ainda que a prestação de contas de 2011 revelou um incumprimento preocupante de prazos e requisitos legais nas empresas de capitais públicos em vários sectores de actividade, constatando-se que só atingiram melhores índices de 'informação comparável' as poucas empresas dos sectores dos petróleos (100%), comunicação social (SO%), banca e seguros (67%), transportes (55%), geologia, minas e indústria (50%) e telecomunicações e tecnologias de informação (50%). As demais empresas apresentaram resultados ainda menos satisfatórios, mostrando a necessidade urgente de converter-se este acto público de homologação de contas no ponto de partida para uma nova era de eficiência na gestão e na tutela operacional e financeira das empresas do sector público', salientou.

Para Carlos Alberto Lopes, impõe-se eliminar as deficiências de gestão causadoras dos principais problemas detectados na prestação de contas de várias empresas, referentes ao exercício anual de

2011, traduzidos em recorrentes atrasos e fragilidades nos registos contabilísticos, impedido o apuramento de Balanços e Contas de forma atempada e com padrões de qualidade certificados por auditores independentes, como recomendam as melhores práticas internacionais.

#### Reestruturação à vista

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, que homologou as contas das empresas do sector empresarial público referentes ao exercício económico de 2011, considerou na ocasião que o acto se traduz na vontade do Executivo em acrescer transparência ao processo de governação pública na busca de boas práticas de gestão e governação.

Referiu que 'muitas empresas públicas estão a acumular problemas que reclamam solução de difícil implementação, a curto prazo, como ao nível da situação jurídica e regulamentar, cuja resolução adequada pode exigir mudanças institucionais complexas e alterações na legislação vigente, reconhecendo haver ainda dificuldades de organização dos registos de informações fiáveis e de profissionais de contabilidade, bem como de gestão financeira de algumas empresas, que quase tornam impossível a tarefa do sector empresarial público de elaborar contas consolidadas.

O ministro defendeu ainda que o seu pelouro vai reestruturar o sector empresarial público, através do Instituto para o Sector Empresarial Público (SEP) no mais curto espaço de tempo para se adequar ao novo momento que o país vive. Abraão Gourgel defendeu a necessidade de existir uma legislação respeitante à consolidação de contas, adiantando que a aprovação do novo pacote legislativo do sector empresarial público, com elevado impacto para a transparência das contas públicas, permitirá otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado. Entre as acções a serem desenvolvidas no âmbito da reestruturação, o ministro da Economia, advoga um maior apoio para o desenvolvimento do capital humano do sector empresarial, a optimização dos apoios financeiros do Estado para o sector empresarial público, o redimensionamento do sector empresarial público, a melhoria do desempenho económico e financeiro do sector e um maior compromisso dos gestores empresariais para melhorarem a qualidade do processo de prestação de contas. Quatro categorias

O presidente do Conselho de Administração do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), a entidade que controla e faz o acompanhamento das empresas pública, Henda Inglês, ao apresentar os dados sobre a homologação, referiu que o trabalho da sua instituição incidiu na análise aos documentos e o

processo de prestação de contas. 'Do trabalho preliminar efectuado nós fizemos uma avaliação preliminar dos documentos sobre o processo de prestação de contas, o que nos permitiu, referiu, caracterizar os documentos e os processos de prestação de contas em quatro categorias: primeiro, caracterizámos como inexistentes aquelas empresas ou grupo de empresas que não apresentaram as contas na data de reporte, na fase preliminar eram 35 empresas; segunda classificação abarcou as empresas que prestaram contas mas que não incluíam os documentos todos para considerarmos como completas.

N não apresentavam os fluxos de caixa. Um documento a que O País teve acesso, indica que as empresas que apresentaram as suas contas acumulam um activo total de Kz 4.774.037 triliões, com um capital próprio estimando em Kz 1.740.701 triliões, sendo que o passivo é de Kz 3.033.336 triliões.

De um total de 86 empresas activas do SEP, 60 apresentaram contas em 2011 (cerca de 70% do total). Das 60 empresas, 59 apresentavam comparativo para 2012, à excepção da ZEE, EP que iniciou actividade em 2011. Dentre as empresas que efectuaram prestação de contas em 2011, 37 efectuaram um reporte incompleto, não apresentando todos os documentos completos de prestação de contas previstos na regulamentação angolana.

#### Apoios concedidos

No ano de 2011 foram concedidos apoios estatais no montante aproximado de Kz 290.550 milhões dos quais Kz 251.356 milhões são referentes a subsídios a preços. Os restantes apoios estatais dividem-se entre subsídios operacionais e transferências de capital. Em 2011 foram abrangidas por apoios estatais 41 empresas, sendo que no ano anterior foram-no apenas 21 empresas.

### 11.3 Sociedade cívil quer um tribunal de Contas mais actuante

*Semanário Factual*

*De 03 à 10 de Novembro de 2012*

A sociedade civil exige uma "fiscalização intensa das contas públicas" pelo Tribunal de Contas, tendo em vista a materialização cabal do programa do Executivo.

Para membros da sociedade interpelados pelo Factual, gestores do erário público têm vindo a defraudar a imagem do Executivo, com má prestação de serviços.

Faustino Dianvutu Egami, líder da Igreja Cristo Salvador em Angola, diz que os gestores públicos devem ter mais consciência na gestão da coisa pública e mais respeitabilidade na utilização dos fundos que se destinam à satisfação das necessidades colectivas.

"Cumprindo com esses passos, estamos no caminho certo para desenvolvimento do nosso País", aconselhou, acrescentando que o Tribunal de Contas deve observar a realização da actividade financeira do Estado, nos domínios do património, das receitas, das despesas, da tesouraria e dos créditos públicos, do cumprimento da lei, do orçamento e da legislação complementar, assim como as responsabilidades directas ou indirectas do Estado. Para Salomão Zimy, economista, Angola trilhou por um caminho turbulento, porquanto ninguém gosta de ser controlado.

"Por imperativo da defesa e protecção dos interesses do Estado, a existência dos órgãos de controlo e auditoria em sociedades modernas é imprescindível, pois que o controlo não representa uma finalidade em si própria, mas, sim, é parte imprescindível de um mecanismo regulador que deve salientar, oportunamente, os desvios normativos e infracções aos princípios da legalidade, da rentabilidade, da utilidade e da racionalidade das operações financeiras públicas", acrescentou. Para outro economista, Julio Jango, o Tribunal de Contas deveria continuar a publicar a relação nominal de gestores públicos condenados em 2011, por apropriação indevida de dinheiro do Estado. O professor universitário, António dulo de Jesus, apela aos membros do Executivo que pautem pela transparência na gestão do erário, em obediência à lei da Probidade Pública em vigor no País. "Os que insistirem na prática de enriquecimento fácil através de desvios, falsificação de valores dos serviços solicitados, pagamentos de serviços não prestados, duplicação de cobranças, bem como na selecção de empresas dos seus interesses para a execução de obras devem ser penalizados", opinou. Timóteo José, comerciante, quer maior transparência na gestão dos fundos públicos a nível das instituições do Estado.

### 11.4 Fundo soberano dá estabilidade a economia

*Novo Jornal*

*02 de Novembro de 2012*

A criação do Fundo Soberano de Angola vai ajudar a reduzir a exposição da economia às oscilações do preço do petróleo e a criar as condições para um crescimento sustentável, afirma a agência americana de notação de risco Fitch. Há muito aguardado e

apresentado este mês, em Luanda, o Fundo Soberano de Angola foi constituído com uma dotação inicial de 5 mil milhões de dólares, a ser aplicada em projectos com potencial de crescimento em Angola é no estrangeiro, em particular na África a sul do Saara.

Administrando recursos provenientes, na sua maior parte, da venda de recursos minerais e de petróleo, o Fundo vai ser gerido por um conselho de administração com três membros presidido por Armando Manuel, conselheiro de assuntos económicos do Presidente da República. Num relatório divulgado na semana passada, a Fitch refere que a criação do fundo pode ajudar a cimentar as recentes melhorias no perfil de crédito de Angola, que incluíram em Maio uma melhoria das perspectivas de evolução da notação da dívida angolana, de "estável" para "positivo", no nível "BB-". "Construir um histórico de transparência e de operações baseadas em regras será importante para assegurar inteiramente os benefícios" do Fundo, refere a Fitch, que sublinha também a importância de os gastos serem inscritos no orçamento.

Segundo comunicado divulgado em Luanda, a administração do Fundo responderá "exclusivamente perante o seu único accionista, o governo de Angola", através de um regime de "análise de desempenho", que inclui a divulgação pública do relatório anual de contas na imprensa angolana e a nomeação de auditores independentes reconhecidos internacionalmente. A Fitch prevê um crescimento de 8,2 por cento da economia angolana este ano e de 8 por cento em 2013 e 2014. A economia angolana tem sido altamente dependente dos preços petrolíferos, tal como as contas públicas e externas, mas a contenção de despesas e acumulação de reservas têm permitido às autoridades melhorar as finanças públicas.

Neste momento, o "stock" de dívida representa 20 a 25 por cento do PIB e o balanço do banco central "isola a economia de quedas nos preços petrolíferos", adiantam os analistas da Fitch. Outros "sinais encorajantes", referem, são os esforços para eliminar a "operação para-orçamental" da Sonangol, bem como garantir que esta empresa transfira atempadamente as receitas petrolíferas para o Estado.

## 11.5 As contas das empresas públicas

*Jornal O País*

*02 de Novembro de 2012*

Actividade normalíssima e, por isso, afastada da agenda editorial dos jornais, das rádios e das televisões, a prestação de contas por parte das

empresas suportadas pelo Orçamento Geral do Estado, ou seja, que vivem de fundos públicos protagonizaram esta semana, entre nós, uma situação sui generis. Os cidadãos, entre surpresos e de certo modo reconfortados, testemunharam na manhã de terça-feira a um acto a que não estavam habituados. Ou melhor, que não lhes passava pela cabeça sequer: quinze grandes empresas públicas prestaram contas à vista de toda a gente, num hotel da capital.

Claro que prestar contas, do modo como se fez, é uma força de expressão, uma maneira de dizer, mas a relevância da experiência está no seu simbolismo, na ideia que foi passada aos cidadãos de que estamos (ou entrámos) na era da contabilidade organizada, das explicações direitinhas sobre o que se recebe e se gasta, que se arrecada e o que se poupa. No país, um dos pecados originais da gestão da coisa pública é o laxismo - aparente, parcial ou real - cristalizado durante anos, em parte pela conveniente muleta da guerra prolongada e, também, pela fragilidade indistigável dos nossos mecanismos contábeis, por força da pobreza técnica de quadros e responsáveis de empresas (alguns).

A situação foi profusamente aproveitada pelos detractores do Estado angolano para lhe bombardearem com a acusação da opacidade dos actos de gestão do seu tecido empresarial público, como expressão de uma teia de corrupção, roubo e outras práticas lesivas do interesse colectivo. O que o Executivo fez com a cerimónia de terça-feira em Luanda serviu claramente para transmitir um sinal de ruptura com aquele velho ambiente, para reanimar as bases no rescaldo de uma eleição cheia de leituras oblíquas e, ao mesmo tempo, para atrair das (quase) sempre desconfiadas entidades do Norte rico motivos de convergência e crença, ainda que ténues.

Pelas observações feitas ao trabalho das empresas ficou -se com a percepção de que o caminho a percorrer tem ainda umas boas milhas pela frente. Ainda quando o discurso de auditores e governantes dos departamentos ministeriais de tutela tenha sido pedagogicamente cauteloso para não matar no ovo uma intenção carregada de nobreza, deu para captar a atmosfera de algum desconforto pela falta de exactidão e, se calhar, rigor na amostragem dos resultados contabilísticos. Não pode ser de outra maneira, de resto, quando umas 60 empresas tentam fechar as contas mas são tantas as insuficiências que apenas 15 avançam no teste e, dessas - pasme-se - apenas uma (1), tem nota positiva. No caso a EDEL, porque vale a pena nomeá-la pelo mérito e o brilho num universo exasperante de maus resultados!

De facto, 15 empresas assim -assim e uma(zínha) com as contas certas, é um quinhão notadamente

diminuto para o vasto universo do empresariado que se apoia no OGE. Muitas mais unidades orçamentais são, portanto, requeridas para esse exercício que relançou as esperanças dos que se revêem numa Angola dominada pelo império da lei, da transparência e do rigor no manuseio do património de todos. Há que subir a fasquia, claramente! Mas vale a ideia, a intenção, o passo. O começo aí está, resta agora que o longo caminho seja efectivamente percorrido. Porque não há mais como os tempos serem como os de antes!

## 11.6 Fundo Soberano vai reduzir exposição da economia

*Jornal O País*

*02 de Novembro de 2012*

A criação do fundo soberano de Angola vai ajudar a reduzir a exposição da economia nacional às oscilações do preço do petróleo e a criar as condições para um crescimento sustentável, afirma a agência de notação de risco Fitch. O Fundo Soberano Angolano, apresentado a passada semana, foi constituído com uma dotação inicial de USD 5 mil milhões, a ser aplicada em projectos com potencial de crescimento em Angola e no estrangeiro, em particular na África a sul do Saara. Será dada prioridade a projectos de infra-estruturas, incluindo energia, água e transportes, activos financeiros, indústria, agricultura e turismo, tendo em vista criar riqueza 'para gerações futuras de angolanos. Um relatório divulgado na semana passada, a Fitch refere que a criação do fundo pode ajudar a cimentar as recentes melhorias no perfil de crédito de Angola, que incluíram em Maio uma melhoria das perspectivas de evolução da notação da dívida angolana, de "estável" para 'positivo', no nível 'BB-'.

Construir um histórico de transparência e de operações baseadas em regras será importante para assegurar inteiramente os benefícios' do Fundo, refere a Fitch, que sublinha também a importância de os gastos serem inscritos no orçamento. Recorde-se que a administração do Fundo responderá exclusivamente perante o seu único accionista, o governo de Angola', através de um regime de 'análise de desempenho', que inclui a divulgação pública do relatório anual de contas na imprensa angolana e a nomeação de auditores independentes reconhecidos internacionalmente.

A Fitch prevê um crescimento de 8,2% da economia angolana este ano e de 8% em 2013 e 2014. Espera-se que o foco de investimentos seja, inicialmente, as infra-estruturas angolanas, partindo depois para a construção de uma carteira de activos no estrangeiro,

em economias emergentes de África e da Ásia. O capital foi realizado colocando de lado receitas equivalentes à venda de 100 mil barris de petróleo por dia nos últimos anos, nível que deverá ser mantido para alimentar o fundo. A economia angolana tem sido 'altamente dependente' dos preços petrolíferos, tal como as suas contas públicas e externas, mas a contenção de despesas e acumulação de reservas têm permitido às autoridades melhorar as finanças públicas. Neste momento, o 'stock' de dívida representa 20% a 25% do PIE e o balanço do banco central 'isolam a economia de quedas nos preços petrolíferos', adiantam os analistas da Fitch.

Outros 'sinais encorajantes', referem, são os esforços para eliminar a 'operação quase fiscal' da Sonangol, a petrolífera estatal, bem como garantir que esta empresa transfira atempadamente as receitas petrolíferas para o Estado.

## 11.7 Transparência na gestão das empresas públicas

*Jornal Agora*

*03 de Novembro de 2012*

Coube ao ministro da Economia, Abraão Gourgel, proceder a assinatura do termo que homologa as constas de 15 empresas públicas em que se destacam as da comunicação social (TPA, Edições Novembro e RNA), a petrolífera Sonangol, EDEL, EPAL, Ferrangol, Empresa de Águas e Saneamento do Lobito, Empresa Portuária de Cabinda, Caminhos de Ferro de Luanda, Benguela e Moçamedes, bem como da Zona Económica Especial Luanda/Bengo. Este exercício há muito esperado, realça a importância da transparência das empresas, quer públicas ou privadas, torna-as credíveis, sendo que este é um bom sinal quanto a sua cotação, por exemplo, na Bolsa de Valores. Aliás, as empresas que não apresentam contas, acabam também por não oferecer garantias aos investidores.

Em 2009, o economista brasileiro e antigo director geral da Bolsa e Valores de São Paulo (Bovespa), Francisco Tertuliano, havia sugerido em entrevista ao Agora que além de se prepararem para a capitalização, as empresas deviam organizar-se do ponto de vista da gestão financeira, a começar pelos balanços representativos e devidamente auditados por órgãos independentes. No mesmo ano, o economista Fernando Heitor revelou, numa acção de formação sobre o mercado de capitais, promovido pela Associação de Jornalistas Económicos, que a maioria das "nossas" empresas não publica os resultados dos exercícios financeiros, fugindo da

contabilidade, um mal que impede a sua capitalização e corrói a economia.

Numa só palavra, isto significa que quanto mais as empresas forem transparentes, na sua gestão, mais atractivas se tornam para os investidores quer internos quer estrangeiros. Tudo indica ser este o rumo que Executivo quer tomar com a apresentação, esta semana, dos relatórios de exercício referentes ao ano transacto de empresas públicas, um gesto saudado por gente de diferentes matizes, incluindo governantes e empresários. Como defendeu o titular da Economia, este é um marco histórico, por ocorrer pela primeira vez no país.

"Este simbolismo se traduz na vontade do Executivo de acrescer transparência no processo de governação e na busca incessante de boas práticas de gestão e governação corporativa", reforçou Abraão Gourgel, congratulando-se com o trabalho executado pelo Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), sobretudo o seu contributo na institucionalização do processo de prestação de contas. O governante sublinhou que, apesar dos esforços empreendidos pelas empresas públicas (EP) que trabalham em condições precárias, muitas destas ainda acumulam problemas, reconhecendo haver "makas" a nível jurídico e regulamentar, cuja situação adequada pode exigir mudanças institucionais complexas e alterações na legislação vigente.

"No que se refere aos demonstrativos contábeis e financeiros, há que reconhecer a grande dificuldade de organização dos registos e informações confiáveis pela carência de profissionais de contabilidade e de gestão financeira, o que torna impossível a tarefa do ISEP de elaborar contas consolidadas", notou o ministro. Boa parte das EP apresentaram os seus relatórios com evasivas e a opinião de auditorias com significativas limitações no que tange às deficiências entre os sistemas de informação e a conciliação com a contabilidade.

Diante desta realidade, o titular da Economia indicou que serão efectuados esforços de reestruturação do sector empresarial público, uma tarefa a ser levada a cabo pelo seu pelouro em conjunto com o ISEP e as administrações das EP, destacando ainda que o Executivo considera fundamentais algumas medidas para melhoria da prestação de contas, nomeadamente, a implementação de medidas de reestruturação do sector empresarial público, legislação sobre consolidação de contas, necessidade de aprovação do pacote legislativo com elevado impacto para o acréscimo de transparência das contas. As autoridades pensam igualmente na necessidade de otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado, incluindo o desenvolvimento

do capital humano, não ficando de fora o redimensionamento do sector empresarial público, melhoria do desempenho económico e financeiro e o compromisso dos gestores na melhoria do nível e da qualidade no processo de prestação de contas.

## 11.8 Responsabilidade fiscal

*Jornal Agora*

*03 de Novembro de 2012*

Por sua vez, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, considerou a entrega dos termos de homologação de contas das empresas controladas pelo Estado como uma iniciativa de notável importância, porque constitui uma das acções fundamentais da actual filosofia do Executivo. "Este acto caracteriza o compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal em todos os domínios das políticas públicas, abarcando as finanças e a gestão dos recursos do Estado aplicados nas empresas de relevante interesse público", defendeu Carlos Lopes (C.L.), acrescentando que o Ministério das Finanças exerce sobre todas as empresas do sector, uma parcela significativa de responsabilidade financeira e operacional de forma estratégica para o desenvolvimento da economia, que compartilha com o Banco Nacional de Angola (BNA), enquanto Banco Central e regulador do sistema financeiro.

De acordo com CL, a prestação de contas de 2011 revelou um incumprimento preocupante de prazos e requisitos legais nas empresas de capitais públicos em vários sectores de actividade. Na mesma ocasião o ministro da Economia indicou com percentagens as empresas públicas que atingiram os melhores índices de "informação comparável", nomeadamente as empresas do sector petrolífero (100%), comunicação social (80%), banca e seguros (67%), transportes (53%), geologia, minas e indústria (50%) e telecomunicações e tecnologias de informação (50%). Abraão Gourgel lembrou que os 27 anos de espera pela conquista da paz deixaram cicatrizes ainda no sector empresarial público, tendo, após a independência, a árdua missão de garantir o abastecimento de bens e serviços essenciais à população.

"Os reflexos desses 27 anos de uso intensivo das empresas públicas para cobrir o mercado sob condições ineficientes de custos e receitas, impôs ao Ministério das Finanças, como entidade de tutela financeira, o dever de acudir sempre as EP com transferências do Orçamento Geral do Estado para possibilitar a manutenção mínima dos serviços públicos e o suprimento alimentar às populações", finalizou.

EP com activos de mais de 4 mil milhões de dólares

### Correcção de irregularidades

As empresas públicas (EP) que apresentaram resultados, acumulam um activo de 4.774.037 triliões de kwanzas (cerca de 4 mil milhões de dólares), tendo como capital próprio 1.740.701 triliões de kwanzas e um total de passivo de 3.033.336 triliões de kwanzas. No ano passado, estas realizaram um volume de negócios na ordem de 3.421.449 triliões de kwanzas (mais de 3 mil milhões de dólares). Estes dados, porém, não reflectem a realidade das empresas, tendo em conta a limitação de informação, como fez saber o presidente do conselho de administração do Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP), Henda Inglês.

"Os dados devem ser vistos com alguma reserva, face a limitação de informação, mas apesar disso, insistimos em publicar para transmitir a informação real do sector empresarial público", justificou. O sector petrolífero acumulou activos na ordem dos 67%, com capital próprio de 78% cento e passivos no valor de 61%. Na mesma demonstração de resultados, o sector bancário surge com activos na ordem dos 19%, com capital próprio e passivo de seis e 27% cento respectivamente, tendo outros sectores acumulado 14% de activos e 16% de capital próprio e despesas fixadas em 12%.

A intenção, segundo o PCA do ISEp, é transformar as EP em instrumentos efectivos, eficazes e eficientes de execução da estratégia pública de crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país. Para o gestor, o processo de homologação de contas prova que existe um controlo das EP e um conhecimento sobre a sua liquidez. De um total de 86 activas, controladas pelo Ministério da Economia, 60 apresentaram contas no ano passado, o que representa 70% do total. O Ministério da Economia (ME) vai endereçar cartas às empresas que não tiveram as contas homologadas, a explicar as irregularidades detectadas para que possam corrigir no próximo exercício. Para as faltosas poderão ter limitação de acesso às verbas atribuídas pelo Estado.

Entre as principais constatações da análise aos documentos e processo de prestação de contas, o ISEP apontou reportes incompletos de informação, não inclusão de todos os documentos previstos na lei, inexistência de fluxos de caixa e notas explicativas às contas, incumprimento dos prazos de prestação de contas, inexistência de parecer do Conselho Fiscal e não realização de auditoria externa às contas.

Todos os anos, o ME publica, no jornal de maior tiragem do país, o calendário de prestação de contas,

onde são solicitados os documentos e as datas que devem ser observadas. As contas de 2012 devem ser entregues até Abril do próximo ano e a homologação acontece em Agosto. Em 2009, foi criado pelo Executivo o ISEP, tutelado pelo ME, com a missão de fazer o controlo e acompanhamento das EP. A criação do ISEP visa a melhoria do desempenho económico-financeiro e a governação das sociedades nas empresas do sector empresarial público, o nível e qualidade do processo de prestação de contas, otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado, na forma de subsídios operacionais e a preços e a regularização dos passivos.

## 11.9 Em busca de transparência

*Semanário Angolense*

*03 de Novembro de 2012*

Apesar de ter já homologado os relatórios de contas de 15 empresas públicas, o Ministério da Economia, através do Instituto para o Sector Empresarial Público (SEP), perspectiva otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado, num programa de curto prazo e realizar acções para a sua reestruturação para garantir um elevado impacto à transparência das contabilidades. O anúncio foi feito na semana que hoje termina pelo titular da pasta, Abraão Gourgel, que, à margem da cerimónia de homologação dos relatórios de contas das empresas do sector público, defendeu a necessidade de uma legislação . sobre consolidação das contas, a aprovação do novo pacote legislativo do sector empresarial público, com elevado impacto para a transparência das contas públicas, otimizar os apoios financeiros prestados pelo Estado.

No quadro de acções a serem desenvolvidas para a reestruturação constam ainda o maior apoio para o desenvolvimento do capital humano do sector empresarial, a optimização dos apoios financeiros do Estado para o sector empresarial público, o redimensionamento do sector empresarial público, melhoria do desempenho económico e financeiro do sector e maior compromisso dos gestores empresariais para melhorarem a qualidade do processo de prestação de contas. Para o governante, o Ministério que dirige irá manter um apoio efectivo para permitir os níveis estabelecidos e se cumpram os prazos que o programa contempla.

No total 15 empresas públicas viram os seus relatórios de contas homologados, dentre elas, a Zona Económica Especial Luanda-Bengo EP, dos Petróleos (Sociedade Nacional de Combustível de Angola-EP), do Comércio (Entrepasto Aduaneiro de Angola- EP), Energia e Águas (Empresa de

Distribuição de Electricidade-EDEL), a Empresa Nacional de Electricidade ENE-EP, a Empresa de Distribuição de Águas EPAL-EP e a Empresa de Águas e Saneamento de Lobito (EASL-EP).

Pelo Ministério dos Transportes foram contemplados os Caminhos de Ferro de Moçâmedes-EP, de Luanda-EP e de Benguela-EP. Também foram assinados os termos de homologação dos relatórios de contas da Empresa Portuária de Cabinda-EP, pelo Ministério da Comunicação Social a Televisão Pública de Angola (TPA), Edições Novembro e Rádio Nacional de Angola, ao passo que pelo Ministério da Geologia e Minas a Ferrangol viu as suas contas aprovadas. Na cerimónia, que contou com a presença de altos responsáveis destas empresas, ficou o alerta de que as empresas que não apresentaram as suas contas referente ao exercício económico de 2011, poderão ter limitações financeiras atribuídas pelo Estado.

A margem da cerimónia, o ministro da Economia referiu que o acto traduz-se na vontade do Executivo em crescer transparência no processo de governação pública e na busca de boas práticas de gestão e governação. Acrescentou que o acto visou igualmente dar um passo para a melhoria da governação empresarial pública. Reconheceu, por outro lado, haver dificuldades de organização dos registos de informações fiáveis e de profissionais de contabilidade, bem como de gestão financeira de algumas empresas, que quase tornam impossível a tarefa do sector empresarial público, de elaborar contas consolidadas.

## 11.10 Transparência nas contas

*Jornal de Economia e Finanças*  
06 de Novembro de 2012

A semelhança do que se faz nas outras economias modernas, em Angola o Estado não cria apenas as condições necessárias para o desenvolvimento da economia e a melhoria do nível de vida das populações, mas transforma-se também num agente económico que intervém directamente na produção de bens e serviços através do Sector Empresarial Público.

Hoje, porém, nos deparamos na generalidade dos países com um vasto sector público produtivo que se distingue do conjunto de actividades empresariais públicas tradicionais, como a gestão administrativa do aparelho do Estado; construção de infra-estruturas e a manutenção de serviços que satisfazem as necessidades colectivas, como o ensino gratuito e a assistência médico-hospitalar subvencionada ou

gratuita. O crescimento que se regista hoje um pouco por todo o país dá garantias de que as políticas do Estado para suprir as necessidades mais básicas das populações estão a caminhar em direcção certa e o programa de governação apresentado para os próximos cinco anos, está a ter o seu real cumprimento.

Uma boa nova para todos nós é a notícia de que doravante as empresas públicas poderão efectuar com regularidade as suas prestações de contas junto do Estado, uma vez que esta medida constitui-se num dos passos fundamentais para a concretização da transparência na gestão do erário público. O Estado ao anunciar a reactivação do parque industrial e a reestruturação das principais unidades empresariais públicas no país que há muito deixaram de funcionar, por razões estruturais, não só poderá actuar como um operador regulador, dinamizador e árbitro, mas também como um agente produtor.

De facto, esta postura surge em função da incapacidade de o sector privado produzir bens e serviços essenciais à população e, assim, o Estado é forçado a intervir na economia no sentido de cobrir falhas de mercado (monopólio ou oligopólio). Aliás, se olhamos para os modelos económicos vigentes, notámos que actualmente não existem economias puramente de mercado, nem centralmente dirigidas, em que o Estado actua apenas como regulador ou como fiscalizador.

Neste caso, numa economia mista como é a que se aplica em muitos Estados, e o nosso não foge à regra, grande parte das decisões de produção, distribuição e consumo de bens e serviços são tomadas por agentes económicos privados e a outra, certamente, pelo sector empresarial público. E não restam dúvidas de que, nestas economias, o papel do Estado continua ainda a ser relevante.

Assim, o Governo ao transferir parte de recursos do Estado provenientes das receitas fiscais e petrolíferas para o Sector Empresarial Público, como forma de garantir o equilíbrio das forças de mercado (demanda e oferta agregada), está, certamente, a garantir emprego às famílias e dar solução aos problemas que o sector privado seguramente não seria capaz de garantir com os recursos disponíveis.

## 11.11 Prestação de contas públicas aumenta confiança na modernização empresarial

*Jornal de Economia e Finanças*  
06 de Novembro de 2012

A estrutura do balanço agregado do Sector Empresarial Público (SEP) referente a 2011 demonstra uma crescente subida dos níveis de participação de outros segmentos da economia fora do petrolífero, que, apesar disso, ainda mantém o maior peso na organização financeira das unidades participadas do Estado.

Conforme o relatório de I aprovação de contas emitido pelo Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), recentemente, no seu conjunto, as empresas apresentaram um lucro financeiro de 3,2 mil milhões de dólares e um volume de negócios calculado em 34,2 mil milhões de dólares.

Com isso, a sua participação com a liquidação dos impostos sobre rendimento foi de 1,7 mil milhões de dólares, fruto dos mais de 5,1 mil milhões de dólares que foram apurados como resultados operacionais destas unidades estratégicas. Desde logo, mesmo que tomado ainda como incipiente, o desempenho das empresas públicas chega a satisfazer, na medida em que estes operadores do sistema económico já evidenciam alguma maturidade no seu comportamento de mercado, visto pela aprovação (com e sem reservas nalguns casos) dos resultados de um total de 15 unidades empresariais.

Esta relativa solidez das empresas públicas pode ser, igualmente, demonstrada pela existência de uma carteira de activos fixada em 47,7 mil milhões de dólares, fundos próprios de 17,4 mil milhões e um passivo estimado em 3,03 milhões, indicações que asseguram uma forte almofada para travar as insolvências que decorram de efeitos externos às contas das empresas.

### Gestão do passivo

Por outro lado, abalanço agregado do Sector Empresarial Público (SEP) revela, de igual modo, que, dos valores globais dos activos, 67 por cento reportam à área petrolífera, 19 por cento à banca e os restantes 14 por cento aos outros sectores. No que respeita aos capitais próprios, os petróleos concentram 78 por cento, a banca 6 e os outros sectores aparecem com 16 por cento da carteira global. Quanto ao passivo, também é o sector petrolífero que detém uma maior percentagem, 61 no caso, seguindo-se-lhe a banca com 27 e os outros sectores com 12. Mérito na presente avaliação ao

sector bancário que já se começa posicionar como uma alternativa na geração de fundos e de capital às empresas, constituindo-se assim num forte vector de criação de valor acrescentado à economia nacional.

Não menos importante, no reporte financeiro do Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), é também o facto de, no respeitante aos resultados operacionais por sectores, existir uma divisão percentual ajustável ao peso de cada um destes na economia, pois por aqui se pode compreender a concentração de 93 por cento para o petrolífero, 4 para a banca, que cresce de forma acelerada, e os restantes 3 aos outros sectores económicos.

Face a estes números, ao conjunto das 60 empresas (70 por cento do total do sector) que procedeu à apresentação das contas que constituem o SEP colocam-se como principais desafios a sua transformação em instrumentos efectivos, eficazes e eficientes nesta ampla tarefa de facilitar as estratégias de crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país, conforme definido pelo Executivo angolano.

Para que estes objectivos sejam concretizados, nos próximos quatro anos, o SEP adoptou como metas a continuidade dos programas de reestruturação das empresas públicas que podem ser consideradas estratégicas, o redimensionamento do sector e o reforço da sua capacidade institucional, a fim de que a materialização dos compromissos das firmas com participação financeira do Estado possam resultar no seu melhor acompanhamento, maior fiscalização e no reforço dos níveis de monitorização da acção de mercado.

## 11.12 Executivo tem marco plano para o período 2013/ 2017

*Jornal O País*  
16 de Novembro de 2012

A estratégia do Executivo até 2017 terá como bússola o Plano Nacional de Desenvolvimento que respeita a esse período, protegendo os gastos públicos da volatilidade das receitas petrolíferas e permitindo acompanhar e aferir a eficácia das iniciativas em áreas prioritárias, como a electricidade e a energia. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, anunciado pelo Vice-Presidente da República Manuel Vicente no Namibe, no discurso que produziu no acto central alusivo ao 37º aniversário da Independência Nacional, deverá estar concluído hoje.

O plano terá como lema 'Estabilidade, crescimento e emprego', e o seu objectivo principal é o combate à

fome e à pobreza, bem como o aumento da qualidade de vida dos angolanos, referiu Manuel Vicente. Nesta perspectiva, precisou o Vice-presidente, o Orçamento Geral do Estado para 2013 vai dedicar uma atenção especial aos sectores da Saúde, Educação, Ensino Superior, Habitação e Assistência Social, conforme orientação do Chefe de Executivo. O que leva a admitir que as verbas atribuídas às funções sociais poderão exceder 30% da despesa orçamental.

O Vice-Presidente da República, destacou ainda que para maior rigor e transparência na execução do OGE, foram definidos mecanismos e regras que permitam avaliar a eficácia e a qualidade da despesa relativa a estes sectores. Outra prioridade, frisou, será o sector de energia e águas, por ser uma das áreas que tem reflexos no quotidiano das populações.

Proteger os gastos públicos da volatilidade do petróleo Em Agosto, O País noticiara que o Executivo iria formular um plano plurianual para o período 2013-2017, que permitisse enquadrar a política orçamental ao longo do período. A iniciativa fora comunicada no âmbito dos encontros bilaterais entre o Executivo e os representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) que estiveram em Angola a preparar o relatório sobre a economia nacional, ao abrigo da assistência aos países membros do Fundo, designadamente das consultas que decorrem no âmbito do artigo IV do Fundo.

A iniciativa reflecte a intenção das autoridades de reforçar a médio prazo os mecanismos para proteger os gastos públicos prioritários da volatilidade das receitas petrolíferas. O documento do FMI sobre a evolução da economia angolana refere que o facto de o Orçamento passar a estar ancorado num quadro fiscal de médio prazo constitui um 'passo crítico', facultando aos decisores políticos ponderar melhor a opção entre o aumento do investimento público e o aumento do stock de reservas. Ainda de acordo com o FMI, as autoridades angolanas consideram que o saldo corrente primário não petrolífero poderá constituir uma 'âncora' alternativa à formulação orçamental, partindo da premissa que as despesas em investimento gerarão retornos futuros, incluindo o aumento das receitas fiscais.

#### Electricidade e água as prioridades

Isto é particularmente importante para um período em que o Estado se dispõe a realizar investimentos de vulto e em que haverá que aferir da sua eficácia. Entre os investimentos previstos ressaltam os que incidirão sobre o sector energético, nomeadamente electricidade e a rede de distribuição de água. No Namibe, Manuel Vicente reconheceu que apesar dos esforços e das melhorias observadas, sobretudo em

algumas regiões do interior, ainda se regista um défice significativo na capacidade de fornecimento de energia eléctrica.

Anunciou que está a ser implementado um vasto programa de projectos estruturantes de curto e médios prazo nos domínios da produção, transporte e distribuição de energia a nível dos sistemas norte, centro e sul, bem como a respectiva interligação do qual resultará uma melhoria significativa deste serviço. No que respeita ao programa 'Água para todos', o Vice-Presidente adiantou que este vai alcançar níveis de execução superiores a 80% nas zonas urbanas e peri urbanas e 40 % nas zonas rurais, onde o objectivo passa por assegurar o acesso à água potável a pelo menos, 80% da população.

O Vice-Presidente acrescentou ainda que o programa proposto pelo partido vencedor das eleições gerais será implementado em benefício de toda a sociedade, sublinhando que os interesses do povo e da nação estão acima de todas as contradições e diferenças de opinião existentes entre os distintos actores da vida política do país. "Estamos em condições de conservar as realizações do passado e perspectivar o muito que ainda falta fazer para consolidar o estado democrático e de direito", referiu Manuel Vicente, O Vice-Presidente considerou importante a criação e implementação de políticas económicas que posicionam Angola como um país com maior índice de crescimento em África e no mundo. O nosso objectivo, enquanto governantes, eleitos pelo povo, é de conferir maior dignidade de vida as populações mais carenciadas, garantir o progresso social e o desenvolvimento do país', referiu.

### 11.13 Reforma tributária em debate

*Jornal de Angola*

*23 de Novembro de 2012*

O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, preside hoje, no auditório do Ministério das Finanças, a uma sessão de auscultação pública sobre o Projecto Executivo de Reforma do Sistema Tributário.

A reunião enquadra-se num conjunto de actividades que visam a promoção de eventos de carácter público que contribuam para o debate de temas relativos à tributação e permitam entender a opinião da sociedade civil, afirma o Ministério das Finanças em nota fornecida ao Jornal de Angola.

O documento indica que, para o debate, foram convidados empresários, representantes de associações empresariais e sectoriais, assim como responsáveis e técnicos da Administração Tributária.

O Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) foi oficialmente criado por Decreto Presidencial em Julho de 2010, tratando-se de um órgão de execução central encarregue de elaborar normas para aplicar uma reforma fiscal em Angola e dotar o país de um sistema moderno, capaz de dar resposta aos objectivos que lhe são constitucionalmente atribuídos.

A reforma tem como finalidade o alargamento da base tributária, para garantir a justiça e o bem-estar social com base numa justa distribuição da riqueza, promovendo, deste modo, o aumento de receitas para o desenvolvimento de Angola.

equivalente, para efeitos de repercussão do imposto dos adquirentes de bens ou serviços.

No novo diploma da reforma tributária foram contemplados os serviços de produção, importação, leilões, prestação de serviços, o pagamento do imposto de consumo a uma taxa de cinco por cento, com a criação de áreas de estacionamento, de conferência, portuárias, viagens, segurança privada, serviços de internet, agricultura e pecuária" minerais, pescas e de silvicultura não transformados.

Na lei anterior, o pagamento do IC incluía apenas os serviços de hotelaria e similares.

O vice-presidente da Associação da Câmara dos Despachantes de Angola, Pedro Bequengue, reconheceu que o encontro veio acabar com as dúvidas em relação aos novos diplomas da reforma tributária, incluindo as taxas aplicadas.

Na nova lei sobre o IC prevê-se a isenção de imposto sobre os bens produzidos em Angola, quando os mesmos se encontrem isentos na importação.

## 12. DEZEMBRO DE 2012

### 12.1 Executivo projecta futuro sistema tributário

*Jornal de Angola*

*05 de Dezembro de 2012*

A secretária de Estado das Finanças e coordenadora do Projecto do Executivo para a Reforma Tributária (PERT), Valentina Filipe, anunciou ontem, em Luanda, que estão a ser estudadas as alterações estruturantes para o futuro sistema tributário. Valentina Filipe falava na abertura da Conferência Internacional sobre Tributação e declarou que a configuração do sistema tributário angolano está de acordo com as determinações existentes em matéria

tributária na Constituição da República. "O futuro sistema tributário deve corresponder aos objectivos estabelecidos nas linhas gerais do Executivo para a reforma tributária, que também reflectem os princípios constitucionais", disse.

O novo sistema tributário, prosseguiu, vai impulsionar a diversificação das fontes de receita do Estado, reduzindo a dependência ao sector petrolífero, com vista ao desenvolvimento harmonioso e sustentado: "o novo sistema tributário deve garantir maior justiça tributária, social e a redistribuição equitativa da riqueza". Valentina Filipe afirmou que a tributação do rendimento representa 45 por cento da receita não petrolífera e sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero.

A secretária de Estado das Finanças disse que a configuração do Imposto do Rendimento no futuro sistema tributário contempla uma carga fiscal adaptada à capacidade contributiva, separando-se da tributação dos rendimentos das pessoas singulares e colectivas. "O sistema tributário deve acautelar algumas insuficiências já conhecidas, designadamente a coexistência de vários impostos sobre o rendimento", referiu. A informalidade significativa na economia angolana é também um desafio substancial que afecta particularmente os pequenos negócios e que compromete a aplicação dos normativos tributários, disse a secretária de Estado das Finanças. Valentina Filipe considera que a redução da economia informal garante segurança laboral aos empreendedores, maior justiça na distribuição da carga fiscal e o aumento da produtividade: "a futura arquitectura para tributação do rendimento deve obedecer às orientações estabelecidas na Constituição, beneficiando as melhores práticas dos sistemas tributários em vigor nos outros países, adequada à realidade da actual administração angolana".

A secretária de Estado das Finanças informou que a participação da África do Sul, Cabo Verde, Portugal e Brasil na Conferência Internacional sobre Tributação vai ajudar a recolher contributos das abordagens e resultados dos seus países, nas reformas fiscais. A tributação do rendimento e de pequenos negócios são os temas dos dois painéis da Conferência internacional sobre Tributação, que encerra hoje, no auditório da Escola Nacional de Administração (ENAD).

Organizada pelo Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e a Escola Nacional de Administração, a conferência avalia experiências internacionais, recolhendo subsídios para o estudo da Reforma do Sistema Tributário, na vertente do

rendimento. Na conferência também é debatido o tema "Modelos e Tendências da Tributação do Rendimento" e "O Futuro da Tributação do Rendimento em Angola". O ministro das Finanças sublinhou a importância dos impostos sobre o rendimento como meio de financiamento do Estado e as suas políticas. Carlos Alberto Lopes alertou que não se deve incorrer no risco de transformar a "imposição tributária num factor de confisco de património privado", mas sim num meio de promoção da justiça social e de desenvolvimento económico.

O regime dos títulos da dívida em Angola é um dos assuntos agendados pela organização. A reunião encerra hoje com o debate do "Regime Simples Nacional do Brasil", um sistema que permitiu desburocratizar a relação entre o fisco e as pequenas e médias empresas brasileiras. "É uma experiência interessante e que tem muitos aspectos, que podem ser aplicados em Angola", avalia Cristóvão Pedro, professor universitário de Auditoria e Fiscalidade da Universidade Metodista de Angola.

Cristóvão Pedro diz que o estudo da solução brasileira impõe-se, tendo em conta a estratégia de formalização da economia angolana no quadro do Programa Angola Investe, do Ministério da Economia, que também vai ser alvo de apresentação e debate na conferência que encerra hoje.

## 12.2 Comissão Económica reunida na Cidade Alta

*Semanário Económico*  
06 de Dezembro 2012

Os membros da Comissão Económica do Governo angolano reúnem esta quinta-feira no Palácio Presidencial, à Cidade Alta, em Luanda. Uma reunião que tem como objectivo reapreciar o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, e a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, soube o *Semanário Económico*. Recorde-se que a última sessão do Conselho de Ministros, na passada semana, introduziu algumas alterações aos diplomas que regem a organização e funcionamento da Comissão Económica. Esta passa integrar o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil e o secretário para os Assuntos Económico do Presidente da República. A estes deverão juntar-se ainda os titulares da pata do Planeamento, Finanças, Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, e o governador do Banco Nacional de Angola, que doravante vão reunir mensalmente. O Plano Nacional de Desenvolvimento é um instrumento de planeamento de curto e médio prazo que preconiza o crescimento

e a diversificação da economia angolana, com base no desenvolvimento sustentado do sector empresarial nacional, tendo merecido uma primeira apreciação do Conselho de Ministros na sua sessão do dia 28 de Novembro, idem o OGE. A Equipa Económica é um órgão técnico de apoio ao Chefe do Executivo e de assistência directa ao funcionamento da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, que tem como objectivo assegurar a condução da gestão macroeconómica, em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas definidas no programa de governação. De realçar que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 terá como lema "Estabilidade, crescimento e emprego", tendo com objectivo principal o combate à fome e à pobreza, bem como o aumento da qualidade de vida dos angolanos. Aliás, discursando no acto central alusivo ao 37.º aniversário da Independência Nacional, o vice-presidente de Angola Manuel Vicente disse que nesta perspectiva, o Orçamento Geral do Estado de 2013 vai dedicar uma atenção especial aos sectores da Saúde, Educação, Ensino Superior, Habitação e Assistência Social, conforme orientação do Chefe de Executivo. Para maior rigor e transparência na execução do OGE, foram definidos mecanismos e regras que permitam avaliar a eficácia e a qualidade da despesa relativa a estes sectores. Outra prioridade; avançou Manuel Vicente, será o sector de energia e águas, por ser uma das áreas que tem reflexos no quotidiano das populações.

## 12.3 CASA-CE defende transparência na gestão do Fundo Soberano

*Jornal O País*  
07 de Dezembro 2012

O líder da Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral (CASA-CE), Abel Chivukubvuku, insurgiu-se contra a criação do Fundo Soberano pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, alegando não ter competência para o fazer, cabendo exclusivamente à Assembleia Nacional a legitimidade para a criação deste, com base no n.º 1 do artigo 108 da Constituição da República de Angola (CRA).

Falando em conferência de imprensa, nesta terça-feira, 4, o líder da CASA-CE disse que embora a instituição que dirige considere nobre e positivo o propósito que norteou a sua fundação, o Presidente da República de Angola, enquanto titular do Poder Executivo, deve requerer e obter a devida autorização do Parlamento, "onde por sinal o seu partido detém a maioria". A CASA-CE considera que o Chefe do Executivo excedeu o âmbito das suas competências constitucionais, em conformidade com o artigo 115.º

da CRA que diz " cumprir e fazer cumprir a Constituição da República de Angola e as leis do País", recordou Abel Chivukuvuku, que se encontrava ladeado dos seus principais colaboradores, nomeadamente André Mendes de Carvalho(Miau) e Manuel Fernandes,respectivamente.

Com base nestes argumentos, esta nova coligação constituída por quatro partidos políticos surgida há oito meses, anunciou que depositou no dia 4 de Dezembro de 2012, no Tribunal Constitucional (TC) um "requerimento para a fiscalização sucessiva de inconstitucionalidade orgânica e formal" com finalidade de decretar a nulidade do decreto presidencial nº 48111 de 9 de Março, "por falta de cumprimentos e violação flagrante dos requisitos constituídos".

Atendo-se aos depoimentos de Abel Chivukuvuku, durante a concorrida conferência de imprensa, na qual participaram jornalistas nacionais e correspondentes estrangeiros, reconheceu que tendo em consideração a intenção, e uma vez consumada a extinção do actual Fundo Petrolífero, que o mesmo seja restituído "observando escrupulosamente os trâmites constitucionais consagrados". Segundo ainda a CASA-CE, após a reconstituição legal do Fundo Petrolífero, e em reconhecimento do propósito dele subjacente, esta coligação com oito deputados na Assembleia Nacional, exercerá as suas prerrogativas de iniciativa legislativa, para definir e regular as medidas de garantia para que o mesmo sirva " efectivamente o propósito para o qual venha a ser recriado".

Abel Chivukuvuku anunciou que a CASA-CE remeterá em tempo oportuno ao Parlamento, um projecto de Lei para definição dos regulamentos, procedimentos, e normas referentes a tutela e gestão do eventual fundo. De acordo com o político, este projecto de Lei, assentará na atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular da pasta do Poder Executivo, dos membros do Conselho da Administração desse Fundo. Esta norma, segundo Abel Chivukuvuku. "Visará evitar o excesso de nepotismo que tem actualmente caracterizado as nomeações a cargos de responsabilidade no aparelho do Estado".

Definirá, igualmente, um tecto monetário acima do qual todas as aplicações do Fundo Petrolífero, assim como há-de reafirmar no contexto deste mesmo Fundo, "o estrito e rigoroso respeito do artigo 21º nº 1 e 2 da Lei do Orçamento Geral de Estado", quanto ao modelo de transferência de receitas do Estado para o Fundo, "definindo a sua passagem com carácter obrigatório pela conta única do tesouro e devido registo contabilístico".

## Sobre a criação do Fundo Petrolífero

Relativamente à criação do Fundo Petrolífero, segundo argumentos desta coligação, não se conhece qualquer lei de autorização legislativa que atribua ao Presidente da República competências para constituir tal Fundo. Adiantou que ainda que houvesse autorização legislativa concedida na lei do Orçamento Geral de Estado " não deixaria de se levantar algumas questões quanto à sua conformidade com base no artigo 170º da Constituição. Ainda com base na criação deste Fundo, a CASA-CE, num memorando distribuído à imprensa, no final do encontro, alega que vinte e um dias depois da sua criação foi objecto de alteração de vários artigos, através do decreto presidencial nº 57/11, de 30 de Março que procedeu alegadamente à alteração da finalidade do Fundo, atribuições do Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

O mesmo documento refere ainda que a 30 de Janeiro de 2012 o Estatuto do Fundo Petrolífero voltou a sofrer, alegadamente, alteração através do decreto presidencial nº 24/12, 22 de Agosto, relativamente aos artigos 5º, nº6 e 16º nºs 1,2 e 4, de uma outra deliberação também presidencial nº 48/11, de 9 de Março e aos artigos 14º nºs e 15º, nº 1, igualmente, decreto presidencial nº 57/11, de 30 de Março. O memorando elaborado pela CASA-CE diz também que existem formalmente constituídos em funcionamentos 12 fundos públicos, mas, segundo esta emergente força política, todos eles foram criados por diplomas de diversa natureza, designadamente por lei da Assembleia Nacional (o Fundo Nacional de Desenvolvimento criado pela lei nº 9/96, de 29 de Setembro, decreto presidencial, decreto executivo e decreto executivo conjunto).

## 12.4 CASA-CE pede extinção do Fundo Soberano

*Agora*

*08 de Dezembro de 2012*

A o falar em conferência de imprensa, Abel Chivukuvuku, líder da CASA-CE, justificou a petição com o facto de o Presidente da República, Eduardo dos Santos, não ter competências constitucionais para a criação de fundos, acto administrativo que é reservada apenas à Assembleia Nacional. Chivukuvuku esclareceu que o "Fundo Soberano de Angola, uma evolução do Fundo Petrolífero, com um investimento de cinco mil milhões de dólares de activos sob gestão, foi lançado a 17 de Outubro deste ano e tem como presidente Armando Manuel, assessor económico de José Eduardo dos Santos, e dois administradores, entre os quais José Filomeno

dos Santos, seu filho". Apesar disso, Chivukuvuku reconhece a nobreza da ideia que norteou a criação do fundo, mas criticou a forma usada pelo Presidente, que no seu entender violou a Constituição da República. "O Chefe de Estado precisava de autorização da Assembleia Nacional para praticar tal acto, o que não aconteceu" A CASA-C E recomendou ao Executivo, que uma vez consumada a extinção do actual Fundo petrolífero, o mesmo seja reconstituído, observando escrupulosamente os trâmites constitucionais consagrados. Refira-se que a intenção do PR em constituir o referido Fundo foi pela primeira vez tornada público em 2008, mas a lei relativa à sua criação apenas foi aprovada em 2011. Na ocasião, o Chefe de Estado justificou que a iniciativa visava realizar investimentos no país e no estrangeiro, com parte das receitas provenientes do petróleo. O líder da CASA disse também que após a reconstituição legal do Fundo petrolífero, vai remeter em momento oportuno à Assembleia Nacional, um projecto de lei para a definição dos regulamentos, procedimentos e normas referentes à tutela e gestão do eventual Fundo. A atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular do executivo, dos membros do Conselho de Administração desse fundo, a definição de um teto monetário acima dita numa resposta favorável ao seu do qual todas as aplicações do requerimento, Abel Chivukuvuku fundo têm que ser previamente disse não haver muita esperança, aprovadas e autorizadas pela As- mas o objectivo principal é ajudar a Assembleia Nacional, são alguns corrigir os males da maneira como o país está a ser governo

## 12.5 Executivo estuda alterações estruturantes do novo sistema tributário

*O Independente*

*08 de Dezembro de 2012*

O Executivo angolano está a estudar as alterações estruturantes do novo sistema tributário, afirmou a secretária de Estado do Ministério das Finanças, Valentina Filipe. De acordo com a secretária, que falava na Segunda Conferência sobre "Reforma do Sistema Tributário presente e futuro", a discussão da configuração do futuro sistema tributário angolano passa pelas determinações existentes em matéria tributária na Constituição da República de Angola, como promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado. " A configuração do imposto do rendimento no futuro sistema tributário deverá considerar a necessidade de introdução de maior progressividade de uma carga fiscal adaptada à

capacidade contributiva, separando-se atribuição dos rendimentos das pessoas singulares e colectivas, através de um sistema de tributação único sobre o rendimento, assim como a necessidade de distinguir claramente as soluções de tributação para as grandes empresas", sublinhou. Segundo a responsável, o futuro sistema tributário deverá acautelar algumas insuficiências já conhecidas como a coexistência de vários impostos sobre o rendimento, com diferentes regras de determinação da matéria colectável, liquidação, taxa e pagamento, que põem em causa a coerência, a unidade e a simplicidade do sistema. Para Valentina Filipe, a informalidade significativa da economia angolana é também um desafio substancial que afecta particularmente os pequenos negócios e que compromete a aplicação dos normativos tributários. "A redução da informalidade cumpre, de resto, objectivos mais vastos, nomeadamente de garantia de segurança laboral para os cidadãos envolvidos nestes pequenos negócios, maior justiça na distribuição da carga fiscal, e aumento da produtividade da economia angolana, garantindo condições equiparáveis para todos os empreendedores "disse.

## 12.6 Um Achado Arqueológico na CASA de Abel?

*Jornal A Capital*

*08 de Dezembro de 2012*

Mais do que apresentar a estratégia do futuro daquela força política, a Convergência Ampla para a Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE) defende a impugnação do Fundo Soberano, criado recentemente, com o argumento de que o mesmo viola os princípios consagrados na Constituição. Para início de conversa, o mais jovem partido no firmamento político angolano depositou, nesta terça-feira, 04, no Tribunal Constitucional (TC) um requerimento para a fiscalização sucessiva de inconstitucionalidade orgânica e formal, visando decretar a nulidade do decreto presidencial (nº 48/11 de 9 de Março) por reconhecer "falta de cumprimento e violação flagrante dos requisitos constitucionais estabelecidos.

O seu presidente, Abel Chivukuvuku, que convidou a imprensa para colocá-la diante deste "achado político", reconhece o carácter nobre e positivo da constituição do Fundo, mas entende que a sua criação obedece alguns procedimentos legais, como é, por exemplo, o facto do Presidente da República, enquanto titular do poder Executivo, ter o dever de previamente requerer e obter a devida autorização da Assembleia Nacional. "Em nenhum momento", considera Chivukuvuku, "o Presidente da República

de Angola solicitou ou obteve autorização legislativa por parte da Assembleia Nacional". O 'número um' da CASA-CE foi peremptório: "é organicamente inconstitucional". Mas, um pouco mais à frente da sua intervenção, sugeriu uma saída para aquilo que na sua visão pode conformar uma 'saída justa' para os visados na denúncia do partido que ficou em terceiro lugar nas eleições gerais de 31 de Agosto último: a extinção do Fundo Soberano ora criado e a sua reconstituição, mediante observação escrupulosa dos "trâmites constitucionais consagrados".

"Após a reconstituição legal do Fundo Petrolífero, e em reconhecimento do propósito patriótico dele subjacente, a CASA-GE exercerá as suas prerrogativas de iniciativa legislativa, para definir e regular as medidas de garantia para que o mesmo sirva, efectivamente, o propósito para o qual venha a ser recriado", referiu Chivukuvuku. O próximo passo dos "casacianos", ainda de acordo com o seu presidente, será remeter em tempo bom ao Parlamento um projecto de Lei para a definição dos regulamentos, procedimentos e normas referentes a tutela e gestão do eventual Fundo, que passa pela "atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular do poder executivo, dos membros do Conselho de Administração desse Fundo". Ao mesmo tempo, defendem, é pretensão da CASA-GE a definição de um tecto monetário acima do qual todas as aplicações do Fundo Petrolífero deverão ser, previamente, aprovadas e autorizadas pela Casa das Leis.

"Reafirmar no contexto do Fundo Petrolífero, o estrito e rigoroso respeito do Artigo 21 n.º 2 da Lei do Orçamento Geral do Estado, quanto ao modelo de transferência de receitas do Estado para o Fundo Petrolífero, definindo a sua passagem com carácter obrigatório pela conta única do tesouro e devido registo contabilístico", avança Chivukuvuku. A intenção da CASA-CE, além da reafirmação dos propósitos e objectivos inerentes à criação do Fundo, será a revisão e alteração da finalidade do órgão cujo objectivo é a realização de investimentos endógenos e exógenos com parte das receitas saídas das receitas do petróleo. O repto, porém, está lançado. Resta agora saber se as solicitações dos 'meninos da Cabral Moncada' conhecerá algum respaldo positivo das entidades visadas neste 'achado arqueológico' daquela coligação política do país. Abel Chivukuvuku mostra-se pouco esperançoso numa resposta favorável ao requerimento remetido pelo seu partido ao Tribunal Constitucional. Mas, seja como for, diz-se conformado com o sentimento do dever cumprido. Ou seja, "ajudara corrigir os males". Os Fundos Soberanos, como se sabe, são geralmente formados por países ricos em recursos naturais, como o

petróleo, e têm como objectivo garantir rendimentos após o fim desses recursos, diversificando desta forma a economia. Em Angola, o Executivo compromete-se com a criação da instituição a promoção do desenvolvimento socioeconómico do país e, ao mesmo tempo, garantir a criação de um património para as futuras gerações, tendo investido, para o efeito, cinco mil milhões de dólares americanos, cujos planos de criação datam de há quatro anos, tendo sido aprovado pelo Parlamento em 2011. "Este Fundo foi criado de acordo com os critérios de referência e boas práticas de governação internacionais. Às actividades do Fundo guiam-se pelos princípios fundamentais da responsabilização e da transparência", defendeu Armando Manuel, o presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola, por altura da apresentação do referido organismo. Mas, entre a oposição, nem todos olham o Fundo sob um ponto de vista diametralmente diferente. Para aquilo que era encarado como um desafio para os economistas, a constituição do Fundo Soberano em Angola pode tornar-se, também, numa incómoda pedra no sapato do Executivo, agora que se fala da sua inconstitucionalidade.

## 12.7 Avanço da reforma fiscal

*Agora*

*08 de Dezembro de 2012*

O país desceu cinco lugares na lista anual de competitividade fiscal elaborada pela consultora Pricewaterhouse Coopers, ocupando a 1548 posição de um total de 185 países, de acordo com o relatório Paying Taxes 2013. O relatório, feito em parceria com o Banco Mundial (BM) e com a Internacional Finance Corporation, do mesmo grupo, considera que o sistema fiscal "continua a ser difícil" para as que as reformas em curso tornarão o sistema fiscal "mais simples e mais justo". O estudo utilizou três critérios, nomeadamente o número de pagamentos de impostos efectuados por uma empresa no decurso de um ano, horas gastas pela empresa no cumprimento das obrigações fiscais e, por último, a taxa total de tributação. Relativamente ao primeiro critério, o país apresenta um dos melhores resultados de África. No que respeita ao segundo, continuam a ser necessárias 282 horas para pagar os impostos, um valor que se mantém constante há oito anos, desde que o estudo começou a ser feito; e relativamente ao terceiro critério tudo se manteve igualmente na mesma, com a carga fiscal a atingir 53,2% dos lucros, a 138 posição mais elevada entre os 51 países africanos analisados. Opinião contrária revela que o sistema fiscal do país ainda é contraditório pois taxa o rendimento das empresas a 35% ao mesmo tempo que o Executivo

promove o investimento privado. "Existe aqui uma contradição. Por um lado, existe uma lei dos anos 70 que estipula uma taxa alta como imposto industrial e, por outro lado, uma lei recente, a de incentivos fiscais e aduaneiros, que promove o investimento privado", afirmou o jurista Cristóvão Handa, realçando, porém, que a ausência de tribunais especializados em matéria fiscal é uma das lacunas do sistema fiscal. "A falta de tribunais fiscais obriga a que os processos sejam remetidos para os tribunais gerais provinciais, concretamente para a sala do Cível Administrativo do Tribunal Provincial ou para a Câmara do Cível Administrativo do Tribunal Supremo", lembrou. De acordo com a Secretária de Estado para a Reforma Tributária do Ministério das Finanças, Valentina Filipe, o direito fiscal é um ramo especial do Direito, tal como o Administrativo e o Penal, e assim faz todo o sentido que haja tribunais especializados em matéria fiscal para que os litígios sejam resolvidos por estas instâncias jurídicas e por juízes com formação na área. Uma das novidades da execução do PERT consiste na revisão do Código de Imposto Predial Urbano e na adopção de um critério diferenciador entre a tributação do património e do rendimento do património. "O imposto sobre o rendimento no futuro sistema tributário deverá considerar a necessidade de introdução de maior progressividade da carga fiscal adaptada à capacidade contributiva e a necessidade de distinguir claramente as soluções de tributação para as micro e as grandes empresas", sublinhou. O futuro sistema tributário deverá acautelar algumas insuficiências já conhecidas como a coexistência de vários impostos sobre o rendimento, com diferentes regras de determinação da matéria colectável, liquidação, taxa e pagamento, que põem em causa a coerência, a unidade e a simplicidade do sistema. "A redução da informalidade ' cumpre, de resto, objectivos mais vastos, nomeadamente de garantia de segurança laboral para os cidadãos envolvidos nestes pequenos negócios, maior justiça na distribuição da carga fiscal e aumento da produtividade da economia, garantindo condições equiparáveis para todos os empresários" rematou.

## 12.8 Política e Fundo Soberano

*O Independente*

*08 de Dezembro de 2012*

A semana política agitou-se um pouco após o partido CASA-CE ter anunciado, em conferência de imprensa, que solicitou junto do Tribunal Constitucional uma declaração de inconstitucionalidade do Fundo Soberano. A notícia fez algum estrondo, mas nada que justificasse porque não há nada de extraordinário que o projecto político liderado por Abel Chivukuvuku faça uso de um

direito que lhe cabe e decida partilhar o seu ponto de vista sobre questões de interesse público. Também não tem nada de estranho que a CASA-CE peça que se faça fiscalização sucessiva da constitucionalidade de uma lei, no caso concreto, do Decreto Presidencial nº 48/11 de 9 de Março, que cria Fundo Petrolífero de Angola, vulgo Fundo Soberano. Tudo podia ter corrido na santa paz, sem atritos ou atribulações, não fosse o partido de Chivukuvuku ter uma vez mais caído na tentação de enveredar pelo populismo e piorar as coisas quando decidiu fazer acusações contra o Presidente da República, algumas das quais tão graves que não leva-las a sério seria ainda mais ofensivo à constituição e aos princípios republicanos.

Qualquer uma das formações políticas que tenha representação parlamentar, e mesmo as que ficaram de fora por determinação da vontade popular, têm responsabilidades no processo de construção de uma sociedade angolana justa, democrática e, acima de tudo, respeitadora das leis. Por isso soa-nos a populismo que a CASA-CE venha evocar o voto dos eleitores como atestado de responsabilidade para requerer a declaração de inconstitucionalidade de uma lei, que por sinal persegue objectivos nobres e patrióticos como o admitiu. No te-se pois que o presidente da CASA -CE começou por admitir ser "nobre, patriótico e positivo" o objectivo da criação do Fundo Soberano, tanto assim é que considerou, lá mais no fim da leitura, que no caso de prevalecer a hipotética declaração de nulidade por inconstitucionalidade orgânica, recomendaria ao Governo a "reconstituição do Fundo", mas dentro do que aquele partido entende serem os "trâmites constitucionais consagrados". A CASA-CE, aliás, qualquer formação política que se quer séria e responsável, deve ter cuidado com aquelas atitudes completamente evitáveis que ao terem só belisca a ideia de seriedade do assunto que se propõem abordar. Não nos parece que o Kremlin anda assim tão distraído ao ponto de descurar de um procedimento que é só mero formalismo, na medida em que podia fazer aprovar a lei sem qualquer dificuldade. Mas Chivukuvuku faria melhor se à cautela e sem "pisotear" (aí sim!), a "responsabilidade conferida pelos eleitores procurasse fazer melhor o seu trabalho em vez de incorrer no erro de ter tar agir em substituição do governo eleito. A declaração lida pelo líder da CASA -CE peca pela forma deselegante com que aborda um assunto cuja natureza obrigaria a que fosse esgrimido de maneira pedagógica, já que se trata de uma questão de «interesse soberano». A esse nível estamos todos proibidos de confundir conceitos elementares da ciência jurídica. A CASA-CE de Abel Chivukuvuku presta um bom serviço ao país quando levanta a necessidade de uma revisão dos pressupostos legais

para a formação do Fundo Soberano, mas presta um péssimo serviço aos eleitores e ao país quando mistura política com questões de direito. É que, subjectivismos a parte, se for espremido o comunicado lido por Abel Epalanga Chivukuvuku, o que resta é apenas o reconhecimento pela CASA de que o Fundo Soberano é uma iniciativa positiva e patriótica e o desejo descarado desse partido de tomar para si eventuais louros da iniciativa legislativa presidencial. Em 2008, o Presidente da República falou pela primeira vez sobre a intenção de criá-lo com objectivo é promover o desenvolvimento económico e social do País e gerar património para as suas gerações futuras. Foi assim que, três anos depois, a Assembleia Nacional aprovou a proposta de lei que cria o Fundo Soberano, enquanto pessoa colectiva, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e com a finalidade de promover, fomentar e apoiar o investimento no desenvolvimento de projectos nos sectores da Energia e Águas e noutros sectores considerados estratégicos, incluindo, em particular, projectos de infraestruturas.

## 12.9 Sistema tributário. Recomendada redução de impostos para promover pequenos negócios

*Jornal de Angola*  
08 de Dezembro de 2012

Os participantes na Conferência Internacional sobre Tributação consideraram, em Luanda, que é necessário um regime simplificado de tributação dos pequenos negócios e a redução dos encargos fiscais em torno do seu funcionamento. As conclusões da reunião, organizada pelo Projecto Executivo para Reforma Tributária (PERT) e a Escola Nacional de Administração (ENAD), apontam para a necessidade de desburocratizar os processos e procedimentos de cobrança e pagamento de impostos, de forma a reduzir as horas perdidas pelos contribuintes para pagarem os encargos fiscais.

Os técnicos referem que o sistema simplificado de tributação dos pequenos negócios pode estimular a criação de micro, pequenas e médias empresas e servir de base para o financiamento do poder local, à semelhança do imposto "Simples Nacional" em vigor no Brasil. "É necessário empreender campanhas sobre cidadania fiscal, para que todos compreendam a necessidade de pagar os impostos, enquanto dever de cidadania", afirma o documento das conclusões. Os participantes defenderam um sistema de tributação do rendimento das pessoas singulares que obedeça a um equilíbrio entre as ideias de

"progressividade" e de "proporcionalidade". Em mesa redonda, os participantes concluíram também ser essencial o alargamento dos serviços da Administração Tributária, com vista a efectivar o princípio da proximidade dos serviços públicos à população: "a concessão de benefícios fiscais no âmbito da tributação do rendimento, deve ser ponderada para que se criem os incentivos fiscais mais adequados à realidade de cada país". A reunião concluiu que "não existem sistemas universalmente justos e perfeitos", e que a justiça e perfeição de um determinado sistema tributário reside na capacidade da administração fiscal em geri-lo.

Actualmente, existe uma tendência mundial de prevalência da tributação indirecta (impostos sobre o consumo) sobre a tributação directa (imposto sobre o rendimento). A principal razão prende-se com o facto do imposto geral sobre o consumo ser mais regressivo e com efeitos imediatos a nível da receita. A Conferência Internacional sobre Tributação decorreu durante dois dias em Luanda, subordinada ao tema "Reforma do Sistema Tributário: presente e futuro" e está inserida no "Ciclo Anual de Conferências sobre Tributação". A reunião técnica contou com a participação de peritos oriundos de Angola, África do Sul, Brasil, Cabo Verde e Portugal.

## 12.10 CASA-CE e Abel exigem. Tribunal Constitucional Deve Ilegalizar Fundo Soberano dos Petróleos

*Folha 8*  
08 de Dezembro de 2012

O líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku anunciou, em conferência de imprensa, ter a sua coligação dado, entrada no Tribunal Constitucional um requerimento para solicitar a inconstitucionalidade do Decreto presidencial n.º 4S111 de 9 de Março, que criou o Fundo Soberano do Petróleo, por violação do art.º 120.º da CRA (Constituição da República de Angola). Abel Chivukuvuku, justificou a sua acção com o facto de o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, não ter competências para a criação de fundos, que é reservada apenas à Assembleia Nacional, segundo o n.º 2 do art.º 165.º CRA (Constituição da República de Angola).

O Fundo Soberano de Angola, uma evolução do Fundo Petrolífero, com um investimento de cinco mil milhões de dólares de activos sob gestão, foi lançado a 17 de Outubro deste ano e tem como presidente Armando Manuel, assessor económico de José Eduardo dos Santos, e dois administradores,

entre os quais José Filomeno dos Santos, filho do chefe de Estado. Mas, vinte e um (21) dias depois da sua criação foram alterados os seus artigos 1º, 7º, 13º, 14º, 15º, 20º, 25º, 26º, 28º, 29º e 38º através do Decreto Presidencial nº 57111, de 30 de Março, procedendo à alteração da finalidade do Fundo, as atribuições do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

Mas, não se ficou por aqui, pois a 30 de Janeiro de 2012 o Estatuto do Fundo Petrolífero voltou a sofrer alteração através de novo Decreto Presidencial, o nº 24112, de 22 de Agosto, relativamente aos artigos 5º, nº 6 e 16º nºs 1, 2 e 4 do Decreto Presidencial nº 45111, de 9 de Março e aos artigos 14º nº 1 e 15º, nº 1 do Decreto Presidencial nº 57111, de 30 de Março. Relativamente à criação do Fundo Petrolífero colocam-se 3 (três) questões: a primeira tem a ver com a competência do órgão que o criou; a segunda, com a sua finalidade; e a terceira com a consignação de receitas do petróleo para o Fundo Petrolífero. Existem formalmente constituídos e em funcionamento 12 fundos públicos, porém todos eles foram criados por diplomas de diversa natureza, designadamente por lei da Assembleia Nacional (o Fundo Nacional de Desenvolvimento criado pela Lei nº 9/06, de 29 de Setembro), decreto presidencial, decreto, decreto executivo e decreto executivo conjunto.

Compulsada a ossatura jurídica angolana vigente, constata-se que não há base legal que sustente, pelo menos a constituição ou criação dos fundos públicos. Ademais, existe o Decreto nº 5/96, de 26 de Janeiro que estabelece os princípios gerais de organização, gestão, controlo e prestação de contas dos Fundos Autónomos, o que não é a mesma coisa, porquanto este pode conformar-se nos parâmetros da autorização legislativa concedida ao titular do Poder Executivo para regulamentar o funcionamento, o controlo e a prestação de contas que devem reger os fundos autónomos, previstos no artigo 42º da Lei nº 15110, de 14 de Julho. Regulamentar o funcionamento do Fundo não é criar o Fundo. Regulamentar o Fundo pressupõe já a sua existência.

Com a aprovação e consequente entrada em vigor da Constituição da República de Angola em 03 de Fevereiro de 2010, após ter sido submetida à apreciação do Tribunal Constitucional, no âmbito dos poderes de fiscalização preventiva da Constituição conferidos a este órgão, pela sua lei orgânica, na secção N do capítulo III, referente à competência da Assembleia Nacional, atribui-se àquele órgão de soberania a reserva relativa de legislar sobre o regime geral das finanças públicas (alínea d) do nº 1 do artigo 165º e ainda para a definição do regime legislativo geral sobre todas as matérias não abrangidas no nº 1

do artigo 165º, salvo as reservadas pela Constituição ao Presidente da República (nº 2 do artigo 165º). Enquanto titular do Poder Executivo, ao Presidente da República foram atribuídas as competências estabelecidas no artigo 120º, entretanto, nada consta relativamente à constituição ou criação de Fundos Públicos. O que significa dizer que não sendo competência do Presidente da República é, certamente, uma competência da Assembleia Nacional embora de reserva relativa.

Aliás, não é em vão que o artigo 2º, alínea c) da Lei nº 15110, de 14 de Julho acolhe o princípio da legalidade previsto no artigo 198º da CRA, proibindo a inclusão na proposta orçamental, a criação ou extinção de fundos sem prévia autorização legal, significando que os fundos não podem constituir-se por acto do poder executivo - acto administrativo, mas, isto sim, com base na lei e, acrescente-se, salvo autorização da Assembleia Nacional a conceder mediante lei de autorização legislativa, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 166º conjugado com a alínea c) do artigo 161, ambos da Constituição da República de Angola.

As leis de autorização legislativa devem sempre definir o seu objecto, o sentido, a extensão e a duração, sendo certo que caducam, caso outro prazo não tenha sido fixado, com o termo da legislatura e do mandato do Presidente da República, incluindo as autorizações legislativas concedidas na Lei do Orçamento Geral do Estado, salvo aquelas que incidam sobre matéria fiscal, pois neste caso, só caducam no termo do ano fiscal a que disserem respeito (art.º 170º da CRA). Relativamente à criação do Fundo Petrolífero, não se conhece qualquer lei de autorização legislativa que atribua ao Presidente da República competências para constituir tal Fundo, pelo que não restam dúvidas sobre a sua inconstitucionalidade orgânica. Inconstitucionalidade Orgânica porque o Fundo Petrolífero foi criado por um órgão sem poderes para o efeito (o chefe do poder Executivo). Convém referir, que, por força do princípio da legalidade, as competências não se presumem. Ou se tem e exercem-se ou não se tem e, portanto, não se exercem.

Ainda que houvesse alguma autorização legislativa concedida na lei do Orçamento Geral do Estado, não deixaria de se levantar algumas inquietações quanto à sua conformidade, pois, o primeiro problema que se colocaria seria a delimitação temporal dessa autorização uma vez que o nº 4 do artigo 170º da CRA manda que se observem o disposto nos nºs 1, 2 e 3 do mesmo artigo, proibindo-se com isso, as autorizações ad eternum. A prática demonstra-nos que em Angola, as autorizações legislativas

orçamentais não estabelecem o tempo da sua vigência, não definem o sentido nem a extensão.

Segundo Abel Chivukuvuku, o propósito que norteou a criação desse fundo "é nobre e positivo", no entanto, a ser sua pretensão criar o fundo, o Presidente da República, enquanto titular do poder executivo, deve, previamente, requerer e obter a devida autorização da Assembleia Nacional.

"Assim, consultada toda a legislação e requerimentos em vigor, a CASA-CE chegou à conclusão de que, em nenhum momento, o Presidente da República de Angola, nas vestes de titular do poder executivo, solicitou ou obteve autorização legislativa da parte da Assembleia Nacional", referiu Abel Chivukuvuku. A CASA-CE recomendou ao Governo que, "tendo em consideração a nobreza da intenção, uma vez consumada a extinção do actual Fundo Petrolífero, o mesmo seja reconstituído, observando escrupulosamente os trâmites constitucionais consagrados".

Em 2008, pela primeira vez, José Eduardo dos Santos falou sobre a pretensão de criar um Fundo Soberano, que tinha como objectivo realizar investimentos em Angola e no estrangeiro com parte das receitas provenientes do petróleo, tendo a lei relativa à sua criação sido aprovada no parlamento em 2011. Aquela coligação eleitoral salienta que após a reconstituição legal do Fundo petrolífero, vai remeter "em momento oportuno" à Assembleia Nacional, um projecto de lei para a definição dos regulamentos, procedimentos e normas referentes à tutela e gestão do eventual Fundo.

A atribuição à Assembleia Nacional de prerrogativas legais relativas à aprovação da indicação pelo titular do executivo, dos membros do Conselho de Administração desse fundo, a definição de um teto monetário acima do qual todas as aplicações do fundo têm que ser previamente aprovadas e autorizadas pela Assembleia Nacional são alguns dos procedimentos legais a serem propostos pela CASA-CE. Questionado se o partido acredita numa resposta favorável ao seu requerimento, Abel Chivukuvuku disse que não há "muita esperança", mas o objectivo principal é ajudar a "corrigir os males" da maneira como o país está a ser governado.

## 12.11 Conselho de Ministros prepara-se para aprovar OGE de 2013 e PIP

*O Independente*

*08 de Dezembro de 2012*

A proposta de OGE para 2013 será o prato quente da próxima sessão do Conselho de Ministros agendada para a próxima terça-feira, apurou uma fonte deste semanário, que adiantou ainda que dois dias depois de passar pelo órgão de consulta do Chefe de Estado, o documento será submetido ao crivo dos deputados. Na passada quinta-feira, 6, a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou o Memorando sobre a conclusão da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2013 e respectivo PIP (Programa de Investimentos Públicos), e deliberou a favor da revisão dos regulamentos tanto da Lei Cambial, como da Lei dos Investimentos Privados, com o propósito de conferir maior eficácia às medidas para a 'desdolarização' da economia nacional. Durante a reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foram também aprovados o memorando dos Mercados Monetário, Cambial e das Contas Externas, e o balanço da programação macroeconómica executiva referente ao terceiro trimestre de 2012. A Equipa Económica do Executivo deu ainda «luz verde» aos relatórios de implementação do novo quadro operacional da política monetária referente ao I Semestre de 2012, e de Balanço do Programa da Reforma Tributária do terceiro trimestre, bem como o balanço do programa de pagamentos dos salários referentes ao quarto trimestre do corrente ano. O órgão considerou importante que se continue com as medidas que estão a ser implementadas pelo BNA (Banco Nacional de Angola) na aplicação do novo quadro operacional da Política Monetária, visando a preservação do valor da moeda nacional. Neste sentido, indica o comunicado, foi aprovada a necessidade de se transitar do actual regime de fixação de objectivos de inflação para um regime de fixação de metas de inflação. A Equipa Económica do Executivo determinou que devem ser adoptadas medidas de simplificação dos processos de desalfandegamento de mercadorias no Porto de Luanda, de modo a evitar o congestionamento que se verifica por alturas do fim do ano. Durante a sessão, a Comissão Económica foi informada sobre o relatório de balanço do Programa de Reforma Tributária (pERI) referente ao 3º trimestre do ano 2012, tendo recomendado que para além das medidas em curso, que visam alargar a base tributária, devem ser implementadas acções de formação de contabilistas e de peritos contabilistas, com a finalidade de promover boas práticas de prestação de contas nas empresas, no âmbito do Plano Nacional

de Formação de Quadros . A Comissão Económica foi igualmente informada sobre a preparação da elaboração da Proposta de Orçamento Geral do Estadoparaoan02013, que termina em Dezembro, no qual se espera uma especial atenção no aumento das verbas destinadas ao sector social. O comunicado do Secretariado do Conselho de Ministros também informa que a Comissão Económica aprovou as alterações introduzidas nos documentos da programação, tendo recomendado a sua apresentação e discussão na próxima sessão Ordinária do Conselho de Ministros, prevista para próxima terça-feira.

## 12.12 Elaboração do OGE.

### Recomendada a participação dos cidadãos

*Jornal de Angola*  
11 de Dezembro de 2012

Um seminário promovido pela ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) recomendou, na cidade de Malange, a participação do cidadão na elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE). O evento, realizado no âmbito do projecto "Petróleo para o Bem Comum", financiado pela ONG Ajuda Popular da Noruega (APN), recomendou igualmente às administrações municipais de Malange para empenharem-se na melhoria dos níveis de organização e funcionamento dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social, com a finalidade de garantir a participação efectiva dos cidadãos na elaboração do OGE. Os 24 participantes da sociedade civil e função pública concluíram que existe uma fraca divulgação sobre a importância da opinião dos cidadãos na elaboração e gestão do referido orçamento.

Constataram igualmente que a elaboração da proposta orçamental envolve os poderes executivo, legislativo e judicial, sendo o primeiro responsável pela coordenação do processo, através do Ministério.

## 12.13 OGE 2013 privilegia sector social

*Continente*  
14 de Dezembro de 2012

Sob orientação do Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, o Conselho de Ministros apreciou e aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 e a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, tendo decidido o seu envio à Assembleia Nacional para aprovação. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 é um instrumento de planeamento de médio prazo, que

visa a implementação, pelo Executivo, de um conjunto de políticas que assegurem a unidade nacional, a melhoria da qualidade de vida das populações, a inserção da juventude na vida activa do país, a melhoria do desempenho do sector empresarial público e o contínuo desenvolvimento do sector privado, refere o comunicado distribuído no final da reunião. Segundo o documento distribuído à imprensa a proposta Lei do OGE apreciada pelo órgão de consulta do PR mantém o compromisso do Executivo com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia e prevê a afectação ao sector social de cerca de um terço dos recursos disponíveis, traduzindo assim o permanente engajamento do Executivo na melhoria das condições de vida do povo angolano. Carlos Alberto Lopes, ministro das Finanças, disse à imprensa no fim da sessão que a proposta assenta em pressupostos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento. Explicou que o plano assume uma inflação de 9% ao ano e uma produção petrolífera à volta dos 973,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares por barril e um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1%, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6%, e o não petrolífero com 7,3%. O governante revelou que o sector não petrolífero conta com 17%, os financiamentos internos com 15%, e cerca de 11% provirão do financiamento externo. O OGE para 2013 reserva uma verba correspondente a 33,3% do total para despesas do sector social, que corresponde à educação, saúde, ensino superior e protecção social. O ministro salientou que, no domínio da educação, a proposta do OGE que sexta-feira será remetida à Assembleia Nacional reserva uma parte significativa da verba para concentrá-lo no ensino de base. Argumentou que o ensino de base deve concorrer com o nível de qualidade necessária para que as crianças tenham uma formação de base sólida até ao ensino superior.

## 12.14 Executivo aprova proposta do OGE

*Angolense*  
14 de Dezembro 2012

No final da reunião, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse à imprensa que a proposta do orçamento foi construída sobre pressupostos que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. O ministro explicou que o plano assume uma inflação de nove por cento ao ano e uma produção petrolífera de cerca de 973,5 milhões de barris de petróleo ao preço de 96 dólares (73,8 euros) por barril. De acordo com o Plano Nacional de

Desenvolvimento 2013-2017, o governo angolano prevê ainda um' crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1 por cento, referiu o ministro. Carlos Alberto Lopes afirmou que o OGE prevê, no total, receitas e despesas na ordem dos 6,6 triliões de kwanzas, referindo que 50 por cento das receitas a arrecadar serão geradas pelo setor petrolífero. O setor não petrolífero vai gerar 17 por cento das receitas, os financiamentos internos' 15 por cento e cerca de 11 por cento serão provenientes de financiamento externo. O ministro disse que o OGE dá prioridade à ampliação das infraestruturas económicas e sociais, por serem o suporte para o aumento da produção, o que vai proporcionar medidas de crescimento do emprego e do bem-estar das populações.

"A predominância dessas despesas, por natureza económica, dizem respeito ao Programa de Investimento Público (PIP), fixadas em 24 por cento da verba, as despesas com o pessoal, com 19,44 por cento, e a aquisição de bens e serviços, com 17,8 por cento da despesa total", indicou o ministro, citado pela Angop. Carlos Alberto Lopes disse que o OGE para 2013 prevê uma verba correspondente a 33,3 por cento do total para despesas no setor social, que corresponde a educação, saúde, ensino superior e assistência social. O ministro sublinhou que, no domínio de educação, a proposta do OGE, que na sexta-feira será remetida à Assembleia Nacional, reserva uma parte significativa da verba para o ensino de base. A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2013 foi aprovada esta terça-feira pelo Conselho de Ministros.

### 12.15 OGE para 2013 aponta para crescimento de 7,1% e ligeiro aumento da produção petrolífera

*O País*

*14 de Dezembro de 2012*

Orçamento Geral do Estado para próximo ano (OGE/2013), aprovado terça-feira em Conselho de Ministros e que será hoje entregue na Assembleia Nacional, assenta em pressupostos que constam no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2014. Esta é, para já, a sua principal novidade, pelo menos do que se pode saber a respeito das grandes linhas do documento apresentadas pelo ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes. Já desde Agosto deste ano que O País chama a atenção para o facto de que, até 2017, os orçamentos anuais serão enquadrados no plano de médio prazo traçado pelo Executivo para os próximos quatro anos, o que significa que passarão a estar ancorados num quadro fiscal de médio prazo, uma intenção comunicada pelas autoridades aos

representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) com quem estabeleceram contactos no âmbito do relatório anual sobre a economia angolana elaborado pelo FMI ao abrigo do Artigo N de cooperação do Fundo com os seus Estados-membros. Deste modo, as grandes linhas e objectivos inscritos no OGE/2013 terão que ser apreciados à luz de um horizonte temporal mais dilatado. Carlos Alberto Lopes anunciou que, tendo em conta estes pressupostos, o crescimento estimado para a economia nacional, mais precisamente do Produto Interno Bruto (PIE) no próximo ano se situa em 7,1 %, abaixo do crescimento que deverá ser apurado no corrente ano (as últimas estimativas das autoridades apontam para 8,8%, 4 pontos percentuais abaixo do valor de 12,8% inscrito no quadro macroeconómico constante no OGE/2012). Estima-se que o sector petrolífero contribuirá com um crescimento de 6,6% para o crescimento global (a estimativa inscrita no OGE deste ano apontava para um crescimento de 13,4% do sector petrolífero, sendo que as estimativas mais recentes do Executivo apontam para um crescimento de 8,5% do sector petrolífero no corrente ano) e que o sector não petrolífero crescerá 7,3% (a previsão constante para o crescimento do sector não petrolífero no OGE do corrente ano era de 12,5% e as últimas previsões das autoridades apontam para que o crescimento venha a ser de 9%). De referir que a projecção governamental para o crescimento do PIE se situa acima das avançadas pelo FMI (5%), Economist Intelligence Unit/EIU (7%) e agência Moodys (6,7%). Particularmente interessante é a prudência revelada pelas autoridades relativamente à evolução da inflação. A meta definida para o aumento dos preços até Dezembro de 2012 é de 9%, quando no final deste ano a inflação homóloga deverá cumprir o objectivo dos 10% fixados no OGE/2012 ou mesmo situar-se ligeiramente abaixo deste valor, mau grado a inversão de rota verifica em Outubro em Novembro, reflectindo claramente o efeito sazonal típico desta época do ano (invariavelmente marcada pela subida de preços). Aliás, não deixa de ser curioso que a estimativa do Executivo para o andamento dos preços no próximo ano se situe acima tanto da estimativa formulada pelo FMI (7,5%), como da avançada pelo Economist Intelligence Unit EIU (8,6%) e pela agência Moody' s (7,5%). O preço médio fiscal do barril do petróleo subjacente ao OGE/2013 é fixado em USD 96, acima dos USD 77 apontados no OGE do corrente ano e também ligeiramente superior aos USD 95,37 inscritos no OGE/2011. Trata-se, em todo o caso, de uma projecção realista tendo em conta as estimativas formuladas para a procura petrolífera no próximo ano, tanto pela Opep como pela AIE (Agência Internacional de Energia) e levando ainda em

consideração o valor médio do preço do barril de exportação ao longo do corrente ano, o qual se situa acima dos USD 110.

Prudência quanto ao aumento da produção petrolífera

Já o aumento previsto para a produção petrolífera, em termos de milhões de barris anuais, afigura-se marcado pela parcimónia. O site do Ministério das Finanças assinala que Carlos Alberto Lopes 'explicou que o Plano assume uma inflação de 9% ao ano e uma produção petrolífera a volta dos 673,5 milhões de barris de petróleo dia, ao preço médio de 96 dólares o barril'. O dia é referido por lapso, trata-se de um valor anual, mas que excede em apenas 1,6% a meta de produção subjacente ao OGE do corrente ano (662,7 milhões de barris anuais). Quer num caso quer noutra trata-se de valores que correspondem, 'grosso modo', à produção de cerca de 1,8 milhões de barris de petróleo dia (bpd), Haverá entretanto que te em conta as expectativas favoráveis associadas à entrada em funcionamento de novas explorações (é o caso do campo de Saturno). Por outro lado, a meta fixada à produção petrolífera até 2014 pelas autoridades ronda os dois milhões de barris diários (como damos nota nesta edição na secção Petróleo). Pelo que é possível que, mesmo com a adopção de um preço médio fiscal do barril subjacente ao OGE relativamente ambicioso, ainda sobre alguma folga do ponto de vista da receita caso não sobrevenha alguma surpresa negativa no plano da economia internacional. Do ponto de vista do contributo das diferentes 'origens' para a receita orçamental, o sector petrolífero contribuirá com 50% e o não petrolífero com 17%. Em qualquer dos casos a contribuição é menor do que a prevista no OGE do ano em curso, o que, admite-se, será compensado pelo financiamento interno (15%) e pelo financiamento externo (11%). De realçar ainda o reforço apontado no domínio do Plano de Investimentos Público (PIP), que absorverá 24 % da despesa (na perspectiva da sua natureza económica) e a redução das despesas com pessoal, mantendo as despesas com bens e serviços uma relativa estabilidade comparativamente com os valores inscritos no OGE do corrente ano. Do ponto de vista da distribuição funcional da despesa, o realce vai para o ligeiro reforço do sector social (educação, saúde, ensino superior e a protecção social), que continua a absorver mais de 33% da despesa total, em linha com o rumo que vem sendo seguido nos últimos anos.

## 12.16 Sector social tem um terço as verbas do OGE

*Jornal de Angola*

*12 de Dezembro de 2012*

O Conselho de Ministros deu ontem luz verde ao Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e à proposta de Lei que aprova o OGE para 2013, que prevê despesas e receitas na ordem dos 6,6 triliões de kwanzas.

Daquela verba 33,3 por cento é reservado ao sector social. O montante proposto representa um aumento de cerca de 49 por cento em relação ao actual OGE. O órgão de consulta do Presidente da República determinou que os documentos sejam enviados à Assembleia Nacional, o que deve acontecer já na sexta-feira. O início das discussões em sessão plenária da Assembleia Nacional e nas comissões de especialidade é em Janeiro. As operações financeiras dos primeiros dois meses do novo ano fiscal são efectuadas com base no OGE de 2012, como estabelece a Lei de Alteração da Lei -quadro do Orçamento Geral do Estado para 2013, aprovada em Agosto no Parlamento por unanimidade. Em declarações à imprensa, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse que o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 foi elaborado com base numa meta de inflação de 9 por cento ao ano, e uma produção petrolífera de 673,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares o barril. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 estima um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1 por cento, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6 por cento, e 5) não petrolífero com 7,3 por cento.

Petróleo dá metade da receita

Sobre a proposta de OGE para 2013, afirmou que 50 por cento das receitas a arrecadar advêm do sector petrolífero, 17 por cento do sector não petrolífero, 15 por cento a partir de financiamento interno e cerca de 11 por cento de financiamento externo. Carlos Alberto Lopes falou da prioridade dada à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção e da predominância do investimento público com 24,62 por cento, despesas com pessoal com 19,44 e aquisição de bens e serviços com 17,8 da despesa total. O ministro referiu que em termos de distribuição funcional e programática, o OGE para 2013 reserva cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflecte o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida do povo. Carlos Alberto Lopes disse estar a ser

reservada "uma parte significativa do orçamento" para o ensino de base, que "deve ter o nível de qualidade necessário" para as crianças disporem de "uma formação sólida que lhes permita enfrentar com mais facilidade toda a cadeia do ensino até ao nível superior".

#### Transparência

A proposta de Lei que aprova o OGE para 2013, declarou, segue à risca o estipulado na lei e respeita os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal, atendendo que "a despesa total se limita à receita total", o que resulta num "equilíbrio perfeito". "A receita total equivale a cerca de 53,1 por cento do PIB e isso está alinhado com a Lei-quadro do orçamento Geral do Estado", disse. As necessidades de financiamentos, garantiu, vão ser atendidas sem recurso à emissão de moeda e "as receitas têm uma abrangência completa, pois incluem todas as receitas cuja titularidade é do Estado". O Conselho de Ministros também aprovou o Programa Nacional Estratégico para a Água e deu parecer favorável às propostas de Lei de alteração Lei da Contratação Pública e ao Decreto Presidencial que formaliza a criação do Memorial Dr. António Agostinho Neto e aprova o seu Estatuto Orgânico.

#### Boa gestão da água

Promessa feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos na campanha para as eleições de Agosto, a aprovação do Programa Nacional Estratégico para a Água (2013/2017) vai permitir ao Executivo desenvolver acções que garantem li gestão sustentável e articulada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do país. O programa persegue também a melhoria do saneamento básico e do abastecimento de água, o fomento da actividade agrícola e piscatória nas águas interiores, o desenvolvimento do potencial turístico associado aos recursos hídricos, bem como a redução da dependência energética de fontes não renováveis, privilegiando a produção de energia eléctrica de origem hídrica.

#### Protocolo de Kyoto

O comunicado do Conselho de Ministros salienta que, com a execução das acções constantes no programa nacional, "Angola procura atingir os objectivos contidos no programa das Nações Unidas para o desenvolvimento do milénio e na estratégia nacional" de aplicação da convenção quadro da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto, em execução até 2020, conforme decisão saída da cimeira da ONU, no Qatar.

#### Memorial tem estatuto

O Decreto Presidencial que formaliza a criação do Memorial Dr. António Agostinho Neto e aprova o seu estatuto orgânico estabelece a autonomia administrativa, financeira e patrimonial "da instituição vocacionada para a salvaguarda da memória do primeiro Presidente da República de Angola", Agostinho Neto e "a preservação, perpetuação e investigação da sua vida e obra". O Memorial, salienta o comunicado, organiza-se sob a forma de instituto público e vai funcionar sob a tutela do titular do poder Executivo e a superintendência da Casa Civil do Presidente da República, tendo como órgãos sociais um conselho superior presidido pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal.

#### Regras na contratação pública

O Conselho de Ministros debruçou-se também sobre a proposta de lei de alteração da Lei da contratação pública. O comunicado refere que a Lei de alteração da Lei nº 20/10, de 7 de Setembro, a ser remetida à Assembleia Nacional, tem como finalidade "aperfeiçoar o processo de contratação pública e aumentar o rigor nos procedimentos a observar pelas entidades públicas contratantes". O documento sublinha que, com a presente revisão, se pretende redefinir as competências para a nomeação das comissões de avaliação e instituir um modelo administrativo de constituição e designação de serviços técnicos especializados em procedimentos de contratação pública, entidades que apoiam o processo de contratação em todos os níveis.

### 12.17 Consolidação orçamental de 2011 permite algum relaxamento em 2012

*Novo Jornal*

*14 de Dezembro de 2012*

O Governo Angolano encerrou as contas de 2011 com um superávit orçamental de 8.8 mil milhões de dólares, o equivalente a 8.7% do PIB. Ainda assim, inferior ao estimado pelo FMI na sua consulta ao país no âmbito do artigo IV (10.2%). Os dados preliminares do Banco Nacional de Angola apontam para um grau de execução das receitas superior ao orçamento inicial, resultado que provém de uma colecta de impostos petrolíferos superior ao esperado. A contenção é notória do lado da despesa, cuja realização se encontra 25% abaixo do valor estimado pelo governo para o final do ano. As despesas de capital são a principal rubrica que espelha a consolidação orçamental efectuada pelo governo,

enquanto que; por outrolado, a rubrica de transferências correntes (inclui essencialmente subsídios a combustíveis e prestações sociais) ultrapassou os montantes antecipados. De acordo com os critérios das economias desenvolvidas, este seria um bom resultado, mas Angola necessita de investimento em infra-estruturas várias. Mais do que consolidação fiscal, a baixa execução das despesas de capital é sinal de falta de capacidade de implementação de projectos. Em 2012, prevê-se um aumento da receita, principalmente proveniente do esforço de ampliação da base tributária - em 2011, foi aprovada legislação com este propósito, nomeadamente relacionada com impostos sobre o rendimento singular e colectivo - assim como um aumento da despesa, sobretudo de capital, orçamentada em 20,103 milhões de dólares, quase o triplo das despesas de capital executadas em 2011. Por seu turno, o FMI recomenda algum controlo com os gastos com subsídios aos combustíveis, que actualmente desviam recursos de projectos sociais e de infra-estruturas. A execução orçamental relativa ao primeiro trimestre de 2012 aponta para a obtenção de um superávit de 704.9 milhões de dólares. No entanto, comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, as receitas petrolíferas diminuíram em cerca de 1 mil milhão de dólares, o que poderá vir a constituir um factor desfavorável ao investimento. Por seu turno, a rubrica Outras Receitas aumentou substancialmente em termos de montante, assim como em percentagem do total de receitas, beneficiando da progressiva diversificação da economia angolana e consequente alargamento da base tributária a outros sectores para além da indústria petrolífera. No entanto, as receitas petrolíferas continuam a ter um peso muito significativo no total de receitas, de pouco mais de 2/3 no primeiro trimestre, com o governo a pretender que este diminua para 57.5% até ao final do ano.

## 12.18 OGE para 2,013 cresce 50%

*Expansão*

*14 de Dezembro 2012*

A proposta foi apresentada esta semana na Assembleia Nacional, aguardando data para discussão.

o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado é de 7,1%, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6%, e o não petrolífero com 7,3%. As ampliações das infra-estruturas económicas e sociais destacam-se entre as despesas. "A predominância dessas despesas, por natureza económica, diz respeito ao Programa de

Investimento Público (PIP), fixadas em 24% da verba, às despesas com o pessoal, com 19,44%, e à aquisição de bens e serviços, com 17,8% da despesa total", explicou o governante. O documento reserva uma verba correspondente a 33,3% do total para despesas do sector social, que corresponde a educação, saúde, ensino superior e a protecção social, reservando uma parte significativa para o ensino de base, segundo o ministro. O documento foi remetido à Assembleia da República, aguardando data para discussão. O Conselho de Ministros aprovou no dia 11 de Dezembro a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) que prevê receitas na ordem dos 6,6 biliões Kz e despesas no mesmo valor, registando um crescimento de 46,7% comparativamente ao OGE do ano passado que foi de 4,5 biliões Kz. O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, explicou que o documento foi elaborado com base ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, perspectivando uma inflação de 9% ao ano e com o preço do barril de petróleo em 96 USD. Por natureza económica, o sector petrolífero deve assegurar 50% das despesas, o sector não petrolífero 17%, enquanto os financiamentos internos e externos garantem, respectivamente, cerca de 15% e 11%. Para o economista José Cerqueira, a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2013, que prevê despesas de 6,6 triliões, mais 2.18 triliões em relação ao ano passado, tem o seu crescimento fundamentado na proposta de despesas públicas referentes ao ano de 2013. Acredita que este aumento tem igualmente que ver com o Programa de Investimentos Públicos (PIP), no qual se está a prestar uma atenção especial à reabilitação das infra-estruturas. Na sua opinião, o alargamento da base tributária, com a extensão do pagamento de impostos a muitas empresas que deixavam de cumprir com as suas obrigações fiscais esteja igualmente no aumento do valor da proposta do OGE para 2013, que foi remetido à Assembleia Nacional para aprovação. Em declarações ao Expansão, o economista referiu que o aumento de receitas na proposta do OGE para 2012 deve prestar maior atenção àqueles sectores que têm merecido pouca atenção do Estado e reforçar os outros organismos, nomeadamente a educação e saúde. Defende que urge reforçar os programas de combate à fome, à pobreza, de promoção do comércio rural, de água para todos e reforçar os poderes das Administrações Municipais para que disponham de maior autonomia. Julgo também que o Governo deveria retirar os subsídios aos combustíveis para atribuí-los aos outros sectores. Em relação ao PIP, por exemplo, deve haver uma maior fiscalização dos projectos, uma vez que tem havido uma incapacidade do Executivo de realizar as obras planificadas num determinado ano. Como consequência, a maioria das obras transita para o ano seguinte.

## 12.19 O OGE da prova dos nove

*O Independente*

*15 de Dezembro de 2012*

Quatro meses depois começam a fazer-se sentir os efeitos adversos das manobras de diversão levadas a cabo por alguns dos candidatos derrotados nas eleições gerais de 31 de Agosto. O atraso na elaboração e aprovação do OGE para 2013 é provavelmente até aqui a mais importante consequência da-quele comportamento, por muitos considerado irresponsável, de partidos como a UNITA, CASA-CE e PRS, que em vez de vestirem a camisola do fair play preferiram encetar por expedientes dilatórios só para embaciar a vitória do MPLA. Contas feitas, as instituições do país tiveram a sua actividade suspensa em razão de um expediente pouco ortodoxo, apesar de desencadeado a coberto da legislação em vigor. Desde as ameaças de boicote das eleições aos pedidos de impugnação sem sustentação política e jurídica atendível, levou a que se despoletasse um expediente de contencioso eleitoral que acabou adiando o funcionamento normal de algumas instituições democráticas. Desde logo a investidura do Presidente da República que acabou por acontecer no dia 26 de Setembro, quase um mês depois do acto eleitoral. Consequentemente a formação do governo foi feita dois dias depois e somente a 2 de Outubro é que o Executivo tomou posse. Tal situação condicionou por exemplo a aprovação e execução de programas do Executivo, que constam no caderno eleitoral. Seria bem possível que caso o processo eleitoral tivesse um desfecho verdadeiramente democrático, sem manobras de diversão dos candidatos vencidos, o actual governo teria condições para apresentar pelo menos em Novembro a proposta de OGE o que ajudaria a economizar um mês de discussões aos vários níveis da Assembleia Nacional. Voltando ao OGE para 2013 e já agora o Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, convém realçar que, como medida de precaução, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que altera pontualmente a Lei Quadro do OGE, de maneira a permitir que as operações financeiras dos primeiros dois meses do novo ano fiscal possam ser efectuadas com base no OGE de 2012, atendendo que, devido às eleições, seria impossível submeter a tempo a proposta de Lei de OGE. Voltando as contas. Seria bem possível que caso processo eleitoral tivesse um desfecho verdadeiramente democrático, sem manobras de diversão dos candidatos vencidos, o actual governo teria condições para apresentar pelo menos em Novembro a proposta de OGE o que ajudaria a economizar um mês de discussões aos vários níveis da Assembleia Nacional. Segundo fontes

independentes, o adiamento da plenária que estava marcada para o dia 13, aquela que era suposto ser a última sessão do ano, deveu-se justamente ao facto de as bancadas parlamentares terem preferido ganhar tempo a estudar a proposta de OGE de 2013 para que tenham condições de aprovar um orçamento do Estado imaculado. As nossas fontes também nos adiantaram que, diferente dos anos anteriores, alguns partidos com representação parlamentar estão apostados em queimar as pestanas e 'dissecar' literalmente a proposta de OGE do Executivo. Diz-se inclusive que algumas dessas siglas políticas já se adiantaram em contactos para uma "consultoria externa", numa atitude que, por um lado, demonstra uma preocupação especial em pôr a prova as capacidades do Executivo, por outro, demonstra total falta de confiança nos seus.

## 12.20 Executivo fez chegar a proposta de OGE e aguarda convocatória do órgão legislativo

*O Independente*

*15 de Dezembro de 2012*

O Conselho de Ministros deu entrada sexta-feira aos dispositivos electrónicos onde constam o Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e proposta de Lei que aprova o OGE para 2013, que prevê despesas e receitas na ordem dos 6,6 triliões de kwanzas, sendo 33,3 por cento deste montante reservado para o sector social. Após a entrega dos documentos, o Executivo aguarda até Janeiro quando os deputados retomarem às plenárias, para explicações e eventuais ajustamentos, num processo que deve levar pelo menos 45 dias, até que seja aprovado pela Assembleia Nacional. O montante proposto representa um aumento de cerca de 49 por cento comparado com a cifra do actual OGE, comporta 4,4 triliões de kwanzas. A proposta prevê 50 por cento das receitas a arrecadar advêm do sector petrolífero, 17 por cento do sector não petrolífero, 15 por cento a partir de financiamento interno, e cerca de 11 % de financiamento externo. Segundo o ministério das Finanças a prioridade que é dada para a ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção. O ministro realçou a predominância do investimento público com 24,62%, despesas com pessoal com 19,44%, e aquisição de bens e serviços com 17,8% da despesa total. Quanto ao sector social, em termos de distribuição funcional e programática, o OGE para 2013 vai reservar cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente a educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflete engajamento do

Executivo na melhoria das condições de vida do povo angolano. A proposta de Lei que aprova o OGE para 2013 segue a risca o estipulado na lei e respeita os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal, atendendo que a despesa total limita-se à receita total, o que resulta num "equilíbrio perfeito". Outro dado relevante avançado pelo Minfin é a garantia de que as necessidades de financiamentos vão ser atendidas "sem recurso a emissão de moeda", e realçou que "as receitas têm uma abrangência completa, pois elas incluem todas as receitas cuja titularidade é do Estado". No seu Plano Nacional de Desenvolvimento, o Executivo prevê o crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 7,1 por cento, com uma meta de inflação de 9,0 por cento. O plano foi elaborado tendo como referência uma produção petrolífera de 673,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares o barril. Esse instrumento de planeamento de médio prazo visa a implementação pelo Executivo de um conjunto de políticas que concorrem para a garantia da unidade nacional, a melhoria da qualidade de vida das populações e a inserção da juventude na vida activa do país, entre outros objetivos. Prevê também um aumento de 6,6 por cento das receitas do sector petrolífero e 7,3 por cento do sector não petrolífero. Namesmasessão em que o CM deu luz verde a proposta de OGE para 2013, também aprovou o Programa Nacional Estratégico para a Água, e deu parecer favorável à propostas de Lei de alteração Lei da Contratação Pública e ao Decreto Presidencial que formaliza a criação do Memorial Dr. António Agostinho Neto e a prova o seu Estatuto Orgânico.

## 12.21 OGE 2013 avaliado em 6,6triliões de Kwanzas

*Semanário Factual*  
15 de Dezembro

O Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2013 está avaliado em 6,6 triliões de Kwanzas, um incremento substancial em comparação ao orçamento de 2012, que se situou em torno dos 4,5 triliões de Kwanzas. O Executivo estima que a produção de petróleo deverá rondar os 673,5 milhões de barris a um preço médio de 96 dólares o barril, o que representa uma posição prudencial para acautelar as oscilações no preço do petróleo que, nesta altura, se encontra cotado acima dos 100 dólares. Segundo o ministro das Finanças, Carlos Lopes, o OGE para 2013 reserva cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflecte sobre o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida do

povo. Adianta que o sector social absorve cerca de 33,3 por cento do orçamento, sendo que o valor proposto corresponde a um aumento de cerca de 49 por cento em comparação ao orçamento do exercício em curso. O OGE/2013 estabelece uma meta de inflação de 09 por cento, contra os actuais 10 por cento. As perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são de 7,1 por cento, em que o sector petrolífero deverá crescer 6,6 por cento e o não petrolífero 7,3 por cento. O sector petrolífero deverá contribuir com 50 por cento das receitas, enquanto o sector não petrolífero vai contribuir com 17 por cento; os financiamentos externos devem representar 11 por cento e os internos 15 por cento. Carlos Alberto Lopes afirmou, esta semana, que a prioridade dada à ampliação das infra-estruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção e da predominância do investimento público representa cerca de 24,62 por cento das despesas, mas as despesas com pessoal correspondem a 19,44 por cento e a aquisição de bens e serviços representam 17,8 por cento. Salienta-se que o OGE para 2013 se encontra ajustado ao Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que é um instrumento de planeamento de médio-prazo, que visa a implementação, pelo Executivo, de um conjunto de políticas que assegurem a unidade nacional, a melhoria da qualidade de vida das populações, a inserção da juventude na vida activa do País, a melhoria do desempenho do sector empresarial público e o contínuo desenvolvimento do sector privado. A proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado apreciada e aprovada pelo Conselho de Ministros mantém o compromisso do Executivo com as boas práticas de gestão fiscal, de maneira a assegurar a estabilidade e o crescimento sustentável da economia e prevê a afectação ao sector social de cerca de um terço dos recursos disponíveis, traduzindo, assim, o permanente engajamento do Executivo na melhoria das condições de vida do povo angolano.

## 12.22 Prevê aumento de gastos públicos

*Jornal Agora*  
15 de Dezembro de 2012

A médio prazo, a subida da fásquia reflecte a intenção das autoridades de reforçar os mecanismos de protecção dos gastos públicos prioritários e da volatilidade das receitas petrolíferas. Da verba, 33,3% é reservada ao sector social, montante proposto que representa um aumento de cerca de 49% em relação ao actual OGE. As operações financeiras dos primeiros dois meses do novo ano fiscal são efectuadas com base no OGE de 2012, como estabelece a Lei de Alteração da Lei-quadro do

Orçamento Geral do Estado para 2013, aprovada em Agosto pelo Parlamento. O Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, afirmou que o PND 2013-2017 foi elaborado com base numa meta de inflação de 9% por ano, e uma produção petrolífera de 673,5 milhões de barris de petróleo, ao preço de 96 dólares o barril, com um crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1%, sendo que o sector petrolífero concorre com 6,6%, e o não petrolífero com 7,3%.

#### Receitas

Sobre a proposta de OGE para 2013, afirmou que 50% das receitas a arrecadar advêm do sector petrolífero, 17% do não petrolífero, 15% a partir de financiamento interno e cerca de 11 % de financiamento externo. Falou, por outro lado, da prioridade dada à ampliação das infraestruturas económicas e sociais necessárias ao aumento da produção e da predominância do investimento público com 24,62%, despesas com pessoal com 19,44 e aquisição de bens e serviços com 17,8 da despesa total. O governante referiu, ainda, que em termos de distribuição funcional e programática, o OGE 2013 reserva cerca de um terço dos recursos disponíveis para despesas do sector social, designadamente educação, saúde, ensino superior e protecção social, o que reflecte o empenho do Executivo na melhoria das condições de vida do povo. Revelou que estará a ser reservada "uma parte significativa do orçamento" para o ensino de base, que "deve ter o nível de qualidade necessário" para as crianças disporem de "uma formação sólida que lhes permita enfrentar com mais facilidade toda a cadeia do ensino até ao nível superior". Todavia, o aumento esperado das receitas fiscais não petrolíferas resultante das reformas realizadas no plano da administração fiscal, não compensará, na totalidade, o declínio das receitas petrolíferas decorrente da evolução do preço do petróleo e das projecções existentes para a produção.

#### Gestão

A proposta de Lei que aprova ( OGE para 2013 segue à risca (estipulado na lei e respeita o: princípios da transparência e de responsabilidade fiscal, atendem do que "a despesa total está limitada à receita total", o que resulta num "equilíbrio perfeito". "A receita total equivale, cerca de 53,1% do PIB e isso está alinhado com a Lei-quadro do Orçamento Geral do Estado", garantiu, acrescentando que as necessidades de financiamento serão atendidas sem recurso à emissão de moeda, e "as receitas têm uma abrangência completa, pois incluem todas as receitas cuja titularidade é do Estado".

#### Contratação

O órgão colegial debruçou-se também sobre a proposta de lei de alteração da Lei da Contratação Pública. A Lei de alteração da Lei nº 20/10, de 7 de Setembro, a ser remetida à Assembleia Nacional, tem como finalidade "aperfeiçoar o processo de contratação pública e aumentar o rigor nos procedimentos a observar pelas entidades públicas contratantes". Com a presente revisão pretende-se redefinir as competências para a nomeação das comissões de avaliação e instituir um modelo administrativo de constituição e designação de serviços técnicos especializados em procedimentos de contratação pública, entidades que apoiam o processo de contratação a todos os níveis.

### 12.23 Executivo entrega proposta de OGE ao Parlamento

*Jornal de Angola*

*15 de Dezembro de 2012*

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, que prevê receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de kwanzas, foi ontem oficialmente entregue pelo executivo à Assembleia Nacional para discussão e aprovação.

O documento foi entregue pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, na presença dos ministros dos Assuntos Parlamentares, Rosa Mícolo, e das Finanças, Carlos Alberto Lopes. O ministro das Finanças, no final da cerimónia, que decorreu na Assembleia Nacional, referiu que o OGE para 2013 "cumprirá com os pressupostos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que estão no programa de governação do MPLA", que venceu as eleições gerais. O Plano Nacional, afirmou, prevê um crescimento da economia no próximo ano na ordem de 7,1 por cento e uma taxa de inflação de apenas um dígito, podendo situar-se no limite dos 9 por cento. O ministro das Finanças disse prever que as reservas internacionais líquidas do país venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e que a taxa de câmbio seja flutuante, mas estável e em média situar-se à volta dos 96 kwanzas por dólar. Em relação à despesa total do principal instrumento de gestão económica e financeira do Estado, a prioridade vai para o sector social, com 33,5 por cento. A Administração Pública tem 23 por cento e os sectores da Defesa e Económico, cerca de 18 por cento. O ministro lembrou que o OGE privilegia o Programa de Recenseamento Geral da População e da Habitação

em curso, cuja fase preparatória começou há dois anos. Este levantamento, referiu, está avaliado em cerca de quatro mil milhões de kwanzas. Além do programa do recenseamento da população, realçou, existem outras acções em curso afectas ao Instituto Nacional de Estatística que têm o objectivo de criar condições condignas do ponto de vista de instalações em várias províncias.

#### Subvenção dos combustíveis

Carlos Alberto Lopes disse que o Executivo vai, no decurso da execução do OGE, analisar a necessidade ou não de se ajustarem os preços dos combustíveis. É imprescindível, salientou, a monitorização da forma como o consumo de combustível é feito para poder ter ganhos significativos. O OGE, referiu, prevê um défice de cerca de 3,4 por cento do PIB, que vai ser financiado pela mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação de financiamentos no mercado interno e do financiamento do mercado externo.

#### Discussão abrangente

O presidente da S<sup>a</sup> comissão de especialidade de Economia e Finanças da Assembleia Nacional garantiu que o Parlamento vai apreciar o OGE para 2013 para ser aprovado até IS de Fevereiro. Manuel Nunes Júnior sublinhou que o documento, "por conter opções de política económica que vão tocar a vida das empresas, famílias e do próprio Estado, deve ser apreciado com muito rigor, objectividade e abrangência". O processo de apreciação e aprovação do documento, disse, deve envolver os parceiros sociais e várias comissões especializadas da Assembleia Nacional. O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional garantiu o envolvimento nas discussões de representantes da sociedade civil, associações profissionais, empresariais e estudantes.

#### Mundial de hóquei

Carlos Alberto Lopes afirmou que OGE para 2013 tem verbas para financiar a realização do Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, que se realiza no próximo ano, nas cidades de Luanda, Namibe e Malange. O Executivo, para garantir a realização do evento, está a financiar a construção de pavilhões naquelas cidades. As obras destes empreendimentos, realçou, decorrem normalmente e os pavilhões estão à disposição das autoridades desportivas com muita antecedência.

#### Debate sobre o género

A vice-presidente da Assembleia Nacional, Joana Lina, disse ontem que o Parlamento pretende integrar

a perspectiva de género na discussão do Orçamento Geral do Estado e nas políticas públicas, como forma de melhor compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade. Joana Lina falava na abertura do seminário sobre "Orçamento de Género" e disse que há toda a conveniência em começar a pensar num melhor entrosamento entre as políticas de género e as disponibilidades orçamentais, para assegurar as necessidades e interesses dos indivíduos de diferentes grupos sociais. Não se trata de aprovar ou fazer aprovar orçamentos exclusivamente para mulheres ou para homens, disse Joana Lina. "É preciso atender as necessidades, direitos e obrigações específicas de homens e mulheres na análise e elaboração de orçamentos públicos. Julgamos que só assim estamos em condições e assegurar o respeito dos direitos das mulheres e a igualdade de género", acrescentou. Além de tomar o orçamento sensível ao género, Joana Lina considera importante haver fiscalização do seu exercício, para assegurar o cumprimento efectivo dos compromissos assumidos pelo Estado no âmbito da Organização das Nações Unidas, União Africana e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. A vice-presidente da Assembleia Nacional lembrou que o Orçamento Geral do Estado, submetido a aprovação parlamentar, é o mais importante instrumento político do Executivo, e um claro indicador económico do compromisso dos poderes públicos para com a sociedade.

#### Reduzir a desigualdade

Para a coordenadora residente das Nações Unidas, Maria Ribeiro, um orçamento na perspetiva de género é um importante mecanismo para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e para a monitorização dos fundos públicos destinados aos programas que mais afetam as mulheres ligados à saúde reprodutiva, educação e combate à pobreza. A nível global, acrescentou, essa questão assume hoje um papel imprescindível no seguimento do desenvolvimento humano dos países e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Maria Ribeiro disse que Angola pode atingir esses objetivos no âmbito da promoção da mulher na vida pública, saúde materna e infantil e da educação, apesar de existirem ainda grandes desafios pela frente e ganhos alcançados que precisam de ser consolidados. A importância do seminário foi destacada na sessão de abertura pelo facto de acontecer numa altura em que os deputados se preparam para análise e aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2013. O seminário, que decorreu sobre tema "Orçamento de Género", foi promovido pela Rede Mulher Angola, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e em parceria com o

Grupo de Mulheres Parlamentares e o Ministério da Família e Pro-moção da Mulher.

## 12.24 Fundo soberano anuncia investimentos

*Jornal de Angola*  
20 de Dezembro de 2012

FSDEA promete revelar ao público todos os factos que forem relevantes

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) anunciou ontem, em Luanda, que no primeiro trimestre de 2013 vai publicar a sua política de Investimento, depois de aprovada pelo executivo.

A informação vem publicada num documento a que o Jornal de Angola teve acesso, em que o Fundo dá conta "das principais metas que se compromete alcançar no decurso de 2013 e 2014", na verdade, a sua agenda para a totalidade do próximo ano e parte do ano seguinte. O FSDEA indicou que, no segundo trimestre do próximo ano, publica a sua Carta Social, um documento que aborda "uma série de grandes desafios sociais enfrentados pelos angolanos" e nomeará auditores independentes reconhecidos internacionalmente. No terceiro trimestre, o Fundo promete apresentar as suas actualizações semestrais, onde se incluem comentários dos membros executivos quanto à carteira de investimento. No primeiro trimestre de 2014 o FSDEA apresenta o seu relatório anual auditado e a primeira classificação pelo Índice de Transparência Linaburg-Maduell, que é o rating de transparência dos fundos soberanos. Além dessas metas, o FSDEA assumiu o compromisso de fornecer actualizações regulares aos mercados internacionais e ao público angolano quanto a factos relevantes como grandes investimentos, selecção de consultores externos "e todos os desenvolvimentos dignos de menção". O presidente do Conselho de Administração da FSDEA, Armando Manuel, declarou a respeito que a agenda da instituição persegue o princípio da "total transparência" e da "responsabilidade perante o povo angolano". "Numa demonstração do nosso empenho na total transparência e responsabilidade perante o povo angolano, o FSDEA tem o prazer de confirmar um calendário de metas de divulgação de referência", declarou Armando Manuel. O presidente do Conselho de Administração do FSDEA considerou que "a transparência deve ser um dos principais alicerces do FSDEA" e que o Fundo "adoptou uma abordagem sólida e transparente quanto às divulgações e à adesão a princípios de governação institucionalmente aceites". Armando Manuel concluiu que "o nível de conhecimento e informação

que o FSDEA se compromete a divulgar publicamente permitirá ao povo angolano monitorizar o progresso do Fundo na promoção do desenvolvimento socioeconómico de Angola e na criação de riqueza para o seu futuro".

## 12.25 Dos Santos não teve "autorização" da Assembleia Nacional

*Angolense*  
21 de dezembro de 2012

O Governo lançou no ano que termina o Fundo Soberano de Angola (FSDEA), um novo fundo soberano de investimento com 5 mil milhões de dólares de activos sob sua gestão. O Presidente do Conselho de Administração do FSDEA é Armando Manuel, coadjuvado por José Filomeno de Sousa dos Santos "Zenu", filho do Presidente da República e Augusto Miguel Évora Gonçalves, para além de um conselho consultivo independente, que inclui os ministros das Finanças, da Economia, dos Assuntos Parlamentares e o governador do Banco Nacional de Angola (BNA). O principal enfoque do fundo, segundo o seu presidente será o desenvolvimento de infraestruturas, mas também deverá olhar para o sector hoteleiro que nos últimos tempos tem tido um crescimento exponencial. "Numa fase primária deverá ter uma política bastante providencial, sendo que os investimentos em infraestruturas constituem o cerne daquilo que será a acção do fundo", disse, adiantando que "como qualquer outra instituição deveremos ressaltar a nossa responsabilidade social e, naquilo que são as nossas acções sociais, deveremos olhar para a oportunidade de promover negócios". Armando Manuel, que é igualmente assessor económico do Presidente da República, explicou tratar-se da versão do fundo petrolífero que evoluiu para o Soberano Angolano, criado com os critérios de boas práticas de governação internacional. Sustentou que o FSDEA guia-se pelos princípios da responsabilização e transparências. O responsável frisou que, nos últimos dez anos, se registou crescimento significativo em alguns países da África subsariana, como reflexo do potencial de uma demanda que os países desta região têm estado a efectuar, a par de Angola. Quanto aos mecanismos adoptados para a condução dos investimentos, o PCA do Fundo Soberano de Angola, Armando Manuel, esclareceu que "o fundo é uma instituição de poupança que procurará assegurar que os rendimentos provenientes de recursos naturais beneficiem não apenas a geração presente mas as gerações futuras e, na busca deste objectivo, é necessário que estes recursos sejam investidos em

segmentos rentáveis, quer isso dizer que o fundo procurará identificar oportunidades de negócios rentáveis e é nestas oportunidades que há-de investir", disse. Destacou ainda que a instituição irá adoptar, em matéria de publicação dos seus gastos, os procedimentos conformados com os princípios de Santiago, que estabelecem as melhores práticas de gestão e "certamente olharemos nestas práticas e também olharemos aquilo que são práticas aceites no regimento nacional por se tratar de uma instituição nacional e, certamente a publicação e o mecanismo de publicação das transacções e de todo o conteúdo operacional do fundo há-de obedecer a estes dois instrumentos", referiu. Criado na inconstitucionalidade A CASA-CE, liderada por Abel Chivukuvuku é terceira força mais votada nas eleições gerais de Agosto passado, anunciou no passado dia 04 ter requerido ao TC que apreciase a validade do decreto do Presidente José Eduardo dos Santos, que considera inconstitucional. Em causa está a falta de autorização legislativa para José Eduardo dos Santos, titular do poder executivo, criar um fundo público. Sobre a matéria, o Tribunal Constitucional notificou à direcção da CASA-CE sobre a admissibilidade do requerimento que a coligação submeteu ao órgão de justiça. No despacho recaído sobre o requerimento da CASA-CE, processo nº307- B/12 de 7 de Dezembro, não só o tribunal confirma a legitimidade da coligação de levantar o problema, como também faz menção ao facto do diploma ser perfeitamente fiscalizável. O requerimento de impugnação da CASA-CE está assim admitido e a tramitar nos termos da lei do processo constitucional. O despacho é assinado pelo juiz-conselho Presidente, Rui Ferreira. A CASA-CE pediu ao TC a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade de três decretos destaque para o nº48/11, através do qual o Presidente da República autocrizou o Fundo Petrolífero. Até ao fecho desta edição, aguardava-se com expectativa, a pronúncia da decisão final do Tribunal.

## 12.26 OGE 2013 dá primazia ao sector social

*Angolense*

*21 de Dezembro de 2012*

O Governo entregou à Assembleia Nacional, na sexta-feira passada, 14, a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013. O OGE para 2013 prevê no total receitas e despesas na ordem de 6,6 triliões de Kwanzas, sendo que 50 por cento das receitas a arrecadar serão geradas pelo sector petrolífero, o sector não petrolífero vai gerar 17 por cento das receitas, os financiamentos internos 15 por cento e cerca de 11 por cento serão

provenientes do financiamento externo. O Orçamento Geral do Estado dá prioridade a ampliação das infra-estruturas económicas e sociais, por serem o suporte para o aumento da produção, o que vai proporcionar medidas de crescimento do emprego e do bem-estar das populações, de acordo com o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes : O mesmo prevê ainda uma verba correspondente a 33,3 por cento do total, para despesas no sector social, que corresponde a educação, saúde, ensino superior e assistência social. Aparece de seguida as despesas com os sectores de defesa e económico com sensivelmente, 18 por cento. O ministro das Finanças Carlos Lopes disse que a proposta do OGE para o próximo ano prevê que as reservas internacionais líquidas venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto à taxa de câmbio, prosseguiu o governante, deverá ser flutuante mas estável e, em média, deverá situar-se em 96 kwanzas por cada dólar norte-americano. "Em função disso, o OGE em termos de despesas poderá situar-se à volta dos 6,6 triliões de kwanzas, que do ponto de vista de relação com o PIB representa cerca de 55,5 por cento", frisou. Ao responder a questão sobre a possibilidade da proposta do OGE prever a redução na subvenção dos preços dos combustíveis, afirmou que o governo vai neste aspecto privilegiar um controlo mais efectivo sobre os consumos. "No decurso da execução do OGE, veremos sobre a necessidade ou não de se ajustar os preços, mas em princípio o que fica assente é que vamos monitorar melhor a forma como o consumo de combustíveis vai ser feito". O governante informou que relativamente ao saldo primário, a proposta do OGE prevê um défice de cerca de 3,4% do valor do PIB, que deverá ser financiado por via da mobilização de reservas dos exercícios anteriores e da contratação do financiamento no mercado interno e externo. O plano do orçamento assume uma inflação de nove por cento ao ano e uma produção petrolífera de cerca de 973,5 milhões de barris de petróleo ao preço de 96 dólares por barril. O Orçamento Geral de Estado é um instrumento de gestão que contém a previsão das receitas e despesas públicas, para um período de um ano. A proposta será discutida pelos deputados em Janeiro para sua aprovação ou reajustes e posterior aprovação.

## 12.27 Sector da Energia e Aguas terá orçamento de 334 biliões de Kz

*Agora*

*22 de Dezembro de 2012*

O Ministério da Energia e Aguas (MINEA) prevê receber, em 2013, cerca de 334 biliões de kwanzas do Plano Nacional e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a mate realização dos programas e outras estratégias prioritárias do sector. O anúncio foi feito nesta quinta-feira, pelo Ministro da Energia e Águas, durante o seu discurso de final de ano, tendo sublinhado que com base nos programas e prioridades traçadas pelo sector, está em fase de aprovação o Plano Nacional e o OGE, prevê para 2013, de cerca de 334 biliões de kwanzas. João Baptista Borges disse que o montante representa um aumento de cerca de 170% em relação a 2012, facto que demonstra a prioridade que o Executivo e o Presidente da República, Eduardo dos Santos, atribuem ao MINEA. O governante referiu ainda que do referido montante cerca de 227 biliões serão utilizados em projectos do sector eléctrico, com incidência para a construção dos aproveitamentos hidrelétricos de Capanda 11, Laúca e Central de Ciclo Combinado do Soyo. Outros 107 biliões serão canalizados para os projectos do sector das Aguas, com destaque para as estações do Bita e Qui longa Grande, bem como e projectos de reabilitação dos Sistemas de água das capitais provinciais e de 120 municípios. Constatou, por outro lado, que os sectores das Águas e Energia necessitam de ganhar auto sustentabilidade de forma a reduzir as suas dependências do OGE, principalmente nas questões inerentes aos custos operacionais.

## 12.28 Te admite que PR não tem competência para criar Fundo Soberano

*Agora*

*22 de Dezembro de 2012*

De acordo com o documento que serviu de notificação à Coligação proponente, o titular do Executivo apenas tem competência para gerir fundos públicos e não criá-los. O despacho refere que processo foi autuado com o número 307 -8/12 de 7 de Dezembro e confirma a legitimidade da Coligação de levantar o problema, como também faz menção ao facto do diploma exarado pelo Presidente da República com o fim de criar o Fundo Soberano ser perfeitamente fiscalizável. A CASA-CE pediu ao TC

a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade de três decretos presidenciais, com particular destaque para o no048/11, através do qual o Presidente da República criou sem autorização da Assembleia Nacional, o Fundo Petrolífero, com um valor global de 5 milhões de dólares americanos A CASA alegou que a Constituição de Angola não confere competências para o Presidente da República e titular do Executivo criar Fundos Públicos, podendo apenas exercer funções administrativas, a menos que seja autorizado pela Assembleia Nacional. No requerimento refere o ponto nº 21º que "os deputados à Assembleia Nacional da 2a legislatura, durante o exercício do seu mandato, não emitiram, em momento algum, autorizações legislativas para o Presidente da República e titular do poder executivo legislar em matéria de criação do Fundo Petrolífero"... Acrescenta que também não existe legislação infraconstitucional que, em concreto, atribui ao Presidente da República esse poder. Fontes afectas a direcção da Coligação consideraram que a admissibilidade do referido pedido é um importante passo no prosseguimento deste processo que envolve milhares de milhões de dólares, dinheiros públicos do petróleo. Fonte contactada pelo AGORA informou que internamente o Tribunal Constitucional, terá já dado os passos subsequentes, com a nomeação de um Juiz-relator, cuja missão será de apreciar o processo e produzir um projecto de acórdão que deverá ser submetido a apreciação em plenária pelos demais juizes do Tribunal Constitucional. Abel Chivukuvuku, apesar de considerar o Fundo Soberano como um importante instrumento para solução dos problemas, entende que a forma da sua criação está eivada de vício e por isso deve ser impugnado, devendo o projecto de lei sobre a criação desse fundo ser submetido à Assembleia Nacional para a sua, apreciação e autorização, ou seja, voltar a estaca zero. "O Fundo tem propósitos nobres como em qualquer parte do mundo onde ele já existe, como é o caso da Noruega, não fossem os vícios legais, estruturais e carga de nepotismo a ele subjacente pelo que urge corrigir".

## 12.29 Deputados discutem finanças públicas nas jornadas parlamentares em Janeiro

*Jornal de Angola*

*24 de Dezembro de 2012*

Orçamento Geral do Estado deve ser aprovado pela Assembleia Nacional O líder da bancada parlamentar do MPLA na Assembleia Nacional, Virgílio de Fontes Pereira, anunciou, para Janeiro, a realização das "jornadas parlamentares da IIIª legislatura",

dedicadas à abordagem de matérias ligadas às finanças públicas.

O deputado, que falava à imprensa no final de um encontro entre deputados do MPLA na sede do grupo parlamentar do partido, disse que o objectivo é fazer coincidir as jornadas com o ambiente de discussão do Orçamento Geral do Estado (OGE) do próximo ano. Virgílio de Fontes Pereira disse que as jornadas podem produzir contribuições para enriquecer as discussões sobre a OGE para 2013, que, excepcionalmente por causa das eleições gerais de 31 de Agosto, entra em vigor no mesmo ano em que deve ser aprovado, em 2013. A Lei do Orçamento estabelece que a OGE, que recomenda uma previsão de receitas e despesas em igual montante em kwanzas, deve ser aprovado até Dezembro do ano anterior para entrar em vigor no primeiro dia de Janeiro até 31 de Dezembro. O parlamentar indicou que a aprovação da OGE deve contar com o empenho de todos os deputados, por considerar um instrumento fundamental para a realização do plano do Executivo.

#### Proposta no Parlamento

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, que prevê receitas e despesas na ordem de 6,6 trilhões de kwanzas, foi oficialmente entregue pelo Executivo à Assembleia Nacional para discussão e aprovação. O documento foi entregue pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, ao Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, na presença dos ministros dos Assuntos Parlamentares, Rosa Micoló, e das Finanças, Carlos Alberto Lopes. O ministro das Finanças, no final da cerimónia, que decorreu na Assembleia Nacional, referiu que a OGE para 2013 "cumprirá com os pressupostos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que estão no programa de governação do MPLA", que venceu as eleições gerais. O Plano Nacional, afirmou, prevê um crescimento da economia no próximo ano na ordem de 7,1 por cento e uma taxa de inflação de apenas um dígito, podendo situar-se no limite dos 9 por cento. O ministro das Finanças disse prever que as reservas internacionais líquidas do país venham a ter um peso relativo de cerca de 32 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e que a taxa de câmbio seja flutuante, mas estável e em média situar-se à volta dos 96 kwanzas por dólar. Em relação à despesa total do principal instrumento de gestão económica e financeira do Estado, a prioridade vai para o sector social, com 33,5 por cento. A Administração Pública tem 23 por cento e os sectores da Defesa e Económico, cerca de 18 por cento. O ministro lembrou que a OGE privilegia o Programa de

Recenseamento Geral da População e da Habitação em curso, cuja fase preparatória começou há dois anos.

## 12.30 Executivo aprova Plano de Caixa para Janeiro

*Jornal de Angola*

*28 de Dezembro de 2012*

Garantida execução regular do orçamento em todas as categorias de despesas

A Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou ontem o plano de caixa para Janeiro de 2013, que integra receitas na ordem dos 298,9 mil milhões de kwanzas e despesas no valor de 192 mil e 570 milhões. A Equipa Económica, reunida em sessão extraordinária, a última deste ano, sob presidência do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, aprovou um plano superavitário que, na ausência do OGE de 2013, garante o pagamento das despesas com bens e serviços, com a função pública, com o serviço da dívida e com as despesas de capital. O ministro das Finanças garantiu que não se vão registar "problemas de execução orçamental para todas as categorias de despesas". O ministro Carlos Alberto Lopes declarou que, no cômputo geral da despesa constante do plano de caixa, a componente de vencimentos dos funcionários públicos absorve 43 por cento. A aprovação do Plano de Caixa para Janeiro de 2013 resulta do facto de em meados deste ano ter entrado em vigor uma Lei que altera a Lei do Orçamento Geral do Estado e devido às alterações introduzidas o Presidente da República remete a proposta final do Orçamento Geral do Estado à Assembleia Nacional até ao dia 31 de Outubro em ano normal e até 15 de Dezembro em ano de Eleições Gerais. Por força desta alteração, em 2013 a Assembleia Nacional tem até ao dia 15 de Fevereiro de votar a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado. Nos casos em que a Assembleia Nacional não vota ou por qualquer razão não aprova a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado reconduz-se o orçamento do ano anterior até a sua aprovação final e vigoram as regras duodecimais sobre a gestão orçamental. Na reunião, além do Vice-Presidente da República, participaram o secretário do Presidente da República para as questões Económicas, o ministro das Finanças, do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, do Comércio, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e o governador do Banco Nacional de Angola.

## Presidente cria Comissão

O Presidente José Eduardo dos Santos criou ontem, por despacho, uma comissão multidisciplinar para relançar a actividade turística e acompanhar concretamente a entrada e saída de cruzeiros internacionais que pretendam escalar os portos de Angola, designadamente os do Lobito e do Namibe. Um comunicado dos órgãos auxiliares do Presidente da República refere que a comissão, entre outras atribuições, tem de definir o quadro legal para a recepção, acompanhamento, roteiro cultural, assistência médica e de segurança dos participantes nos cruzeiros internacionais, bem como garantir a recepção regular de cidadãos que pretendam visitar o país. A comissão, coordenada pelo ministro da Hotelaria e Turismo, salienta o documento, é constituída pelos ministros das Relações Exteriores, da Defesa, do Interior, da Saúde, da Cultura e da Administração do Território, pelo Comandante Geral da Polícia Nacional, bem como pelos directores dos Serviços de Imigração e Estrangeiros e dos Serviços de Informação e Segurança do Estado. A Comissão, diz o comunicado, "tem como suporte um grupo técnico formado por representantes das entidades citadas". O coordenador da comissão, refere o texto, tem até 30 dias para submeter ao Presidente da República o cronograma de actividades e 90 para submeter o relatório final dos trabalhos efectuados.

## 12.31 UNITA defende OGE equilibrado no sector social

*Novo Jornal*

*28 de Dezembro de 2012*

A UNITA DEFENDE o equilíbrio nas rubricas sociais relativamente ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013, que deverá ser aprovado pelo parlamento na primeira quinzena de Janeiro. "Nós defendemos um OGE equilibrado e que beneficie os angolanos, porque toda a acção é bem-vinda, se visar os interesses nacionais", disse o deputado. Em declarações ao Novo Jornal, o líder do grupo parlamentar do galo negro, Raul Danda, disse que o ano parlamentar que está prestes a terminar ficou marcado pela aprovação da lei orgânica sobre as eleições gerais e que foi violada muitas vezes pelo Executivo. Na opinião do deputado, um país desenvolve-se quando os seus cidadãos têm boa saúde e para que isso aconteça esta rubrica tem de ter uma boa fatia do OGE. "Nos hospitais de Angola existe a falta medicamentos, não existem médicos, nem tão pouco enfermeiros. Existem poucos profissionais desta área e que não têm um salário condigno", lamentou. Danda adiantou, por outro lado, que o seu partido bateu-se sempre pela defesa da democracia e dos direitos humanos em Angola.

